

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM GESTÃO E POLÍTICAS AMBIENTAIS**

**DANO MORAL AMBIENTAL COLETIVO EM POPULAÇÕES ATINGIDAS POR
EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS: O CASO DE PETROLÂNDIA - PE**

CYNTHIA CARNEIRO DE ALBUQUERQUE SUASSUNA

Recife
Agosto - 2005

CYNTHIA CARNEIRO DE ALBUQUERQUE SUASSUNA

**DANO MORAL AMBIENTAL COLETIVO EM POPULAÇÕES ATINGIDAS POR
EMPREENDIMIENTOS HIDRELÉTRICOS: O CASO DE PETROLÂNDIA - PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Políticas Ambientais da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Cristine Rufino Dabat

Co-orientador: Prof. Dr. Andreas Joachim Krell

Recife

Agosto - 2005

Suassuna, Cynthia Carneiro de Albuquerque
Dano moral ambiental coletivo em populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos : o caso de Petrolândia-PE / Cynthia Carneiro de Albuquerque Suassuna . – Recife : O Autor, 2005.
xiv, 345 folhas : il., tab., fig.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Gestão e Políticas Ambientais, 2005.

Inclui bibliografia, anexos e apêndices.

1. Gestão e políticas ambientais – Hidrelétricas – Remanejamento populacional. 2. Dano moral ambiental coletivo – Percepção da população – Pré e pós remanejamento – Efeito moral. 3. Usina Itaparica, Petrolândia (PE) – Aspectos jurídicos – Estudo de caso. I. Título.

911.3
304.28

CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)

UFPE
BC2005-520



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM GESTÃO E POLÍTICAS AMBIENTAIS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**DANO MORAL AMBIENTAL COLETIVO EM POPULAÇÕES ATINGIDAS POR
EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS: O CASO DE PETROLÂNDIA – PE**

CYNTHIA CARNEIRO DE ALBUQUERQUE SUASSUNA

Dissertação apresentada para obtenção de grau de Mestre em Gestão e Políticas Ambientais

Aprovada por:

C. Rufino Dabat
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Christine Paulette Yves Rufino Dabat – UFPE

A. Joachim Krell
Co-Orientador: Prof. Dr. Andreas Joachim Krell – UFAL

Ricardo Cavalcanti Furtado
Examinador Interno: Prof. Dr. Ricardo Cavalcanti Furtado - CHESF

Caio Augusto Maciel
Examinador Externo: Prof. Dr. Caio Augusto Maciel – UFPE

Recife

Agosto - 2005

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Humberto e Janyce,
Aos meus filhos, Humberto, Lorena e Carmem, e
Marcos, minha alma gêmea.

AGRADECIMENTOS

Acredito que todas as construções, realizações e conquistas de nossas vidas só são possíveis porque as fazemos com a ajuda, incentivo, e apoio das pessoas que estão ao nosso lado. Portanto deposito aqui meus agradecimentos:

A Deus, pela graça de Sua proteção, e por me amparar na minha jornada;

A todas as pessoas que me confiaram suas memórias e sentimentos, objeto de grande valia para a realização deste trabalho;

A Clodoaldo Xavier, por ter aberto as portas de sua cidade e pelo apoio na realização dos trabalhos de campo;

Aos meus orientadores Andreas Joachim Krell e Cristine Rufino Dabat, pela dedicação, apoio e especialmente pela segurança que me transmitiram

Ao professor Joaquim (*in memoriam*) pelo incentivo e pela confiança que depositou em mim;

Às amigas de caminhada, Flávia Gama e Maria de Fátima pela amizade e pela ajuda nos momentos difíceis;

Aos meus cunhados e amigos Paulo Suassuna, Verônica Suassuna e Fernanda Suassuna, pelas experiências compartilhadas e pelo incentivo;

E especialmente:

Aos meus pais, Humberto e Janyce, pelo amor, pela dedicação, pelo cuidado e por todos os ensinamentos que me deram ao longo da vida;

Aos meus três filhos queridos, amigos e companheiros de caminhada, Humberto, Lorena e Carmem, pelo incentivo, pelo amor, pela compreensão e ajuda que me deram em todos os momentos;

Marcos Suassuna, meu marido, amado amigo e companheiro de luta e de sonhos, pelo respeito, paciência, incentivo e pelas horas dedicadas à escuta e reflexão, e com quem compartilho esta conquista.

RESUMO

Durante a década de 1970, a política de geração de energia elétrica no Brasil impulsionou o setor elétrico a optar pela de geração de energia elétrica, a partir de usinas hidrelétricas. Este tipo de empreendimento foi responsável pelo alagamento de grandes áreas para a formação dos reservatórios, trazendo como consequência remanejamentos populacionais compulsórios, que causaram diversos tipos de transtornos na vida das populações atingidas. O dano moral ambiental coletivo é o sofrimento de indivíduos de uma determinada coletividade, em decorrência de um dano ao patrimônio ambiental. O objetivo desta pesquisa foi a identificação do dano moral ambiental coletivo decorrente de impactos ambientais causados por empreendimentos hidrelétricos, e foi realizado, através de estudo de caso com a população do município de Petrolândia-PE, atingida, pelas águas do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaparica, em 1988. O que justificou esta pesquisa foi o fato de que, o dano moral ambiental, ainda não é reconhecido, nem considerado em estudos ambientais realizados para implantação empreendimentos hidrelétricos, porém é uma das causas de conflitos entre empreendedores e populações atingidas por este tipo de empreendimento, podendo dar origem a passivo ambiental significativo a ser reivindicado em lides futuras. O reconhecimento da existência deste dano, de natureza extrapatrimonial, poderá contribuir na concepção de um modelo de gestão ambiental do setor elétrico, que atue preventivamente, evitando ou minimizando sua ocorrência.

Palavras-chave: Dano moral ambiental coletivo. Remanejamento populacional compulsório. Usinas Hidrelétricas.

ABSTRACT

During the 1970's, the policy of electric energy generation in Brazil led the electric sector to opt for the electric energy, starting from hydroelectric plants. This type of entrepreneurships was responsible for the enlarging of great areas to the formation of water reservoirs, bringing, as a consequence, compulsory populational movements, which caused diverse types of burdens in the lives of the damaged populations. The collective environmental moral damage is the suffering of individuals of a determined collectivity, as a result of the environmental patrimony damage. The objective of this research was to identify the collective environmental moral damage resulting from the environmental impacts caused by hydroelectric entrepreneurships, and it realised through a case study with the population of the municipality of Petrolândia-PE, damaged by the waters of the reservoirs from the Hydroelectric Plant of Itaparica, in 1988. What justified this research was the fact that, to the environmental moral damage, which is not yet recognised, not even considered in environmental studies realised for the implementation of hydroelectric entrepreneurships, nevertheless it is one of the caused of conflicts between entrepreneurs and populations damaged by this type of entrepreneurships, what may bring about significant environmental loss to be demanded in future situations. The recognition of the existence of this damage, of extra patrimony nature, may contribute in the conception of a model of environment management of the electric sector, which has a preventative action, thus avoiding or minimising its occurrence.

Key words: Collective Environmental Moral Damage. Compulsory Population Movement Hydroelectric Plants.

SUMÁRIO

RESUMO	VII
ABSTRACT	VIII
LISTA DE FIGURAS	XIII
LISTA DE TABELAS.....	XIV
LISTA DE SIGLAS.....	15
1. INTRODUÇÃO	16
1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA	20
1.1.1 <i>Objetivo Geral</i>	20
1.1.2 <i>Objetivos Específicos</i>	20
1.2 ARCABOUÇO DA PESQUISA	20
2 REFERENCIAIS METODOLÓGICOS	22
2.1 O TIPO DE PESQUISA E SUA ESTRUTURA LÓGICA	22
2.2 ESTRATÉGIAS DA PESQUISA	24
2.2.1 <i>A Base Teórica</i>	24
2.2.2 <i>A Base Empírica</i>	24
2.3 FASES DO DELINEAMENTO DO ESTUDO DE CASO	25
2.3.1 <i>Embasamento Teórico dos Dados – 1º Fase</i>	26
2.3.2 <i>A Delimitação da Unidade-Caso – 2º Fase</i>	30
2.3.3 <i>Trabalho de Campo – 3º Fase</i>	31
2.3.4 <i>Organização e Análise Dos Dados - 4º Fase</i>	37
3 REFERENCIAL TEÓRICO	43
3.1 DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE – AS DIVERSAS FACES DA RELAÇÃO HOMEM X NATUREZA	43
3.1.1 <i>Breve Retrospectiva da Idéia de Desenvolvimento</i>	43
3.1.2 <i>Construindo um Novo Modelo de Desenvolvimento</i>	46
3.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA TUTELA JURÍDICA DO MEIO AMBIENTE	49
3.3 A COMPREENSÃO JURÍDICA DO AMBIENTE	55
3.3.1 <i>Sobre o Conceito Jurídico de Meio ambiente</i>	56
3.3.2 <i>O Meio Ambiente e sua Classificação</i>	58
3.3.3 <i>O Meio Ambiente como um Direito Fundamental</i>	60
3.3.4 <i>O Bem Ambiental</i>	61
3.4 OS INTERESSES DA COLETIVIDADE.....	64

3.4.1	<i>A Noção de Interesse</i>	64
3.4.2	<i>O Interesse Jurídico</i>	65
3.4.3	<i>As Diversas Espécies de Interesse</i>	65
3.4.4	<i>Os Interesses Coletivos Lato Sensu</i>	66
3.4.5	<i>A Distinção entre Interesses Difusos e Interesses Coletivos Stricto Sensu</i>	68
3.5	ASPECTOS GERAIS SOBRE OS DANOS	71
3.5.1	<i>Conceito de Dano</i>	71
3.5.2	<i>Classificação do Dano</i>	72
3.6	O DANO MORAL.....	73
3.6.1	<i>Um Pouco da História sobre o Dano Moral</i>	73
3.6.2	<i>O Conceito de Dano Moral</i>	74
3.6.3	<i>A Caracterização do Dano Moral</i>	77
3.6.4	<i>O Dano Moral no Ordenamento Jurídico Brasileiro</i>	77
3.7	O DANO MORAL COLETIVO	83
3.7.1	<i>A Coletividade e seus Valores – O Patrimônio Moral Coletivo</i>	83
3.7.2	<i>O Dano Moral Coletivo na Legislação Brasileira</i>	84
3.7.3	<i>A Doutrina e o Dano Moral Coletivo</i>	85
3.7.4	<i>A Caracterização do Dano Moral Coletivo</i>	86
3.8	O DANO AMBIENTAL.....	87
3.8.1	<i>Classificação do Dano Ambiental</i>	89
3.9	O DANO MORAL AMBIENTAL COLETIVO	90
3.9.1	<i>O Dano Moral Ambiental Coletivo na Doutrina Jurídica</i>	91
3.9.2	<i>O Dano Moral Ambiental Coletivo e sua Fundamentação Legal</i>	94
3.9.3	<i>O Dano Moral Ambiental Coletivo na Jurisprudência</i>	95
4	O ESTUDO DE CASO – PETROLÂNDIA E A UHE DE ITAPARICA	99
4.1	A ANTIGA PETROLÂNDIA	100
4.1.1	<i>Histórico</i>	100
4.1.2	<i>Aspectos Geográficos</i>	100
4.1.3	<i>Aspectos Socioeconômicos</i>	103
4.2	A POPULAÇÃO DE PETROLÂNDIA	104
4.2.1	<i>Povoamento e Modo de Vida</i>	104
4.3	CONTEXTUALIZANDO O EMPREENDIMENTO	105
4.3.1	<i>Região Atingida</i>	107
4.3.2	<i>As Diretrizes para o Remanejamento Populacional</i>	110
4.3.3	<i>O Plano de Desocupação de Itaparica</i>	113
4.3.4	<i>Atitudes da População Frente à Mudança</i>	114
5.	ANÁLISE DOS RESULTADOS	115
5.1	CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS - QUEM É O INTERLOCUTOR	116

5.1.1	<i>Origem dos Entrevistados</i>	117
5.1.2	<i>Distribuição dos Entrevistados por Sexo</i>	118
5.1.3	<i>Distribuição por Faixa Etária</i>	119
5.1.4	<i>Distribuição por Condição de Propriedade (Proprietários / Não Proprietários)</i>	119
5.1.5	<i>Distribuição por Nível de Escolaridade</i>	120
5.1.6	<i>Distribuição por Profissão</i>	121
5.2	IDENTIFICAÇÃO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL ANTES DA UHE	122
5.2.1	<i>Identificação dos Aspectos Naturais do Ambiente – Análise da Planilha 02</i>	123
5.2.2	<i>Identificação dos Aspectos Artificiais do Ambiente – Análise da Planilha 03</i>	132
5.2.3	<i>Identificação dos Aspectos Culturais do Ambiente – Análise da Planilha 04</i>	133
5.2.4	<i>Aspectos Relativos ao Trabalho – Planilha 05</i>	140
5.3	IDENTIFICAÇÃO DOS SENTIMENTOS TOPOFÍLICOS ANTES DA UHE	147
5.3.1	<i>Identificação dos Sentimentos Referentes à Moradia - Análise da Planilha 06</i>	147
5.3.2	<i>Identificação dos Sentimentos Referentes ao Trabalho - A Planilha 07</i>	154
5.4	SOB AS ÁGUAS DO RESERVATÓRIO - A PERCEPÇÃO DO NOVO AMBIENTE	158
5.4.1	<i>Identificação dos Aspectos Naturais - Planilha 08</i>	158
5.4.2	<i>Identificação dos Aspectos artificiais - Planilha 09</i>	162
5.4.3	<i>Aspectos Culturais - Planilha 10</i>	165
5.4.4	<i>Aspectos Relativos ao Trabalho - Planilha 11</i>	171
5.5	A IDENTIFICAÇÃO DOS SENTIMENTOS NO NOVO AMBIENTE	176
5.5.1	<i>Os Sentimentos em Relação à Nova Moradia - Planilha 12</i>	176
5.5.2	<i>Os Sentimentos em Relação ao Trabalho - Planilha 13</i>	182
5.6	A IDENTIFICAÇÃO DOS SENTIMENTOS NA DIMENSÃO COLETIVA	183
5.6.1	<i>Sentimentos, Imagens e Significados - Análise da Planilha 14</i>	183
6	CONCLUSÕES	201
6.1	CONCLUSÕES QUANTO AOS OBJETIVOS	201
6.1.1	<i>Conclusões Referentes aos Objetivos Específicos</i>	202
6.1.2	<i>Conclusões Referentes ao Objetivo Geral</i>	206
6.2	CONCLUSÕES QUANTO À METODOLOGIA	213
6.3	CONCLUSÕES QUANTO AO REFERENCIAL TEÓRICO	213
6.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	213
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	215
	ANEXO	222
	ANEXO A – JURISPRUDÊNCIA.....	223
	APÊNDICES	227
	APÊNDICE A – PLANILHA 1 – CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	228
	APÊNDICE B – PLANILHA 2 – ASPECTOS NATURAIS (ANTES DA UHE).....	229

APÊNDICE C – PLANILHA 3 – ASPECTOS ARTIFICIAIS (ANTES DA UHE).....	241
APÊNDICE D – PLANILHA 4 – ASPECTOS CULTURAIS (ANTES DA UHE)	242
APÊNDICE E – PLANILHA 5 – ASPECTOS RELATIVOS AO TRABALHO ANTES DA UHE.	259
APÊNDICE F – PLANILHA 6 – SENTIMENTOS REFERENTES À MORADIA ANTES DA UHE	
.....	270
APÊNDICE G – PLANILHA 7 – SENTIMENTOS REFERENTES AO TRABALHO ANTES DA	
UHE.....	280
APÊNDICE H – PLANILHA 8 – ASPECTOS NATURAIS DEPOIS DA UHE	283
APÊNDICE I – PLANILHA 9 – ASPECTOS ARTIFICIAIS DEPOIS DA UHE	293
APÊNDICE J – PLANILHA 10 – ASPECTOS CULTURAIS DEPOIS DA UHE	299
APÊNDICE K – PLANILHA 11 – ASPECTOS RELATIVOS AO TRABALHO DEPOIS DA UHE	
.....	306
APÊNDICE L – PLANILHA 12 – SENTIMENTOS EM RELAÇÃO À MORADIA DEPOIS DA	
UHE.....	317
APÊNDICE M – PLANILHA 13 – SENTIMENTOS EM RELAÇÃO AO TRABALHO DEPOIS DA	
UHE.....	323
APÊNDICE N – PLANILHA 14 – SENTIMENTOS PELA PERDA DA PAISAGEM NATURAL E	
DA CIDADE DEPOIS DA UHE	327
APÊNDICE O – ROTEIRO DE ENTREVISTAS	342

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA	101
FIGURA 02 – REGIÃO DO SÃO FRANCISCO.....	102
FIGURA 03 – IMAGEM DE SATÉLITE DA CIDADE DE PETROLÂNDIA	102
FIGURA 04– IMAGEM DE SATÉLITE DO RESERVATÓRIO DA UHE DE ITAPARICA	108
FIGURA 05– MAPA DO RESERVATÓRIO DA UHE DE ITAPARICA	109
FIGURA 06 – ORIGEM DOS ENTREVISTADOS.....	117
FIGURA 07 – DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS RURAIS.....	118
FIGURA 08 – DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR SEXO	118
FIGURA 09 – DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR FAIXA ETÁRIA	119
FIGURA 10 – DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR CONDIÇÃO DE PROPRIEDADE.....	120
FIGURA 11 – DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE	121
FIGURA 12 – DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR PROFISSÃO.....	121
FIGURA 13 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ENTREVISTADOS POR PROFISSÃO.....	122
FIGURA 14 – PERCEPÇÃO DOS ASPECTOS NATURAIS.....	124
FIGURA 15 – DISTÂNCIA DA CASA AO RIO.	129
FIGURA 16 – FORMAS DE UTILIZAÇÃO DO RIO.....	129
FIGURA 17 – AUSÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURA NAS MORADIAS	133
FIGURA 18 – NASCIMENTO / CRIAÇÃO	135
FIGURA 19 - MORADIA PRÓXIMA A FAMILIARES / VIZINHOS	137
FIGURA 20 – VÍNCULOS ASSOCIATIVOS	139
FIGURA 21 – COMO APRENDEU A PROFISSÃO	141
FIGURA 22 – VÍNCULO TRABALHISTA	143
FIGURA 23 – HORÁRIO DE TRABALHO.....	144
FIGURA 24 – VÍNCULOS COM COOPERATIVAS	145
FIGURA 25 – ASPECTOS NATURAIS DO NOVO AMBIENTE.....	159
FIGURA 26 - ASPECTOS ARTIFICIAIS	163
FIGURA 27 - MUDOU DE PROFISSÃO?.....	172
FIGURA 28 - FICOU SEM TRABALHAR?	173
FIGURA 29 - RECEBEU AJUDA FINANCEIRA?.....	176
FIGURA 30 - SENTIMENTOS EM RELAÇÃO À MORADIA.....	177
FIGURA 31 - SENTIMENTOS EM RELAÇÃO AO TRABALHO.....	183
FIGURA 32 - SENTIMENTOS DE PERDA DA PAISAGEM NATURAL	185
FIGURA 33 - SENTIMENTOS PELA PERDA DA CIDADE	189
FIGURA 34 - SIGNIFICADO DA MUDANÇA.....	193

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – DESCRIÇÃO DO AMBIENTE NATURAL	124
TABELA 02 – DISTÂNCIA DA CASA AO RIO	128
TABELA 03 – FORMA DE UTILIZAÇÃO DO RIO	129
TABELA 04 – LOCAL DE NASCIMENTO E CRIAÇÃO.....	134
TABELA 05 – TEMPO DE MORADIA.....	136
TABELA 06 – PROPRIEDADE DO IMÓVEL	136
TABELA 07 - MORADIA PRÓXIMA A FAMILIARES / VIZINHOS.....	137
TABELA 08 - VÍNCULOS ASSOCIATIVOS	139
TABELA 09 - COMO APRENDEU A PROFISSÃO	141
TABELA 10 – VÍNCULO EMPREGATÍCIO.....	143
TABELA 11 – HORÁRIO DE TRABALHO.....	143
TABELA 12 – VÍNCULOS COM COOPERATIVAS	145
TABELA 13 – COMO SE SENTIA NO LOCAL DE MORADIA?.....	148
TABELA 14 – O QUE ERA MAIS IMPORTANTE NO LOCAL?	151
TABELA 15 - COMO SE SENTIA EM RELAÇÃO AO TRABALHO?	154
TABELA 16 – DESCRIÇÃO DO AMBIENTE DE MORADIA	159
TABELA 17 – IDENTIFICAÇÃO DOS ASPECTOS ARTIFICIAIS DO NOVO AMBIENTE.....	162
TABELA 18 – FICOU PERTO DE VIZINHOS / FAMILIARES?.....	166
TABELA 19 – VÍNCULOS ASSOCIATIVOS.....	169
TABELA 20 – MUDOU DE PROFISSÃO?.....	172
TABELA 21 – FICOU SEM TRABALHAR?.....	173
TABELA 22 - RECEBEU AJUDA FINANCEIRA DO EMPREENDEDOR?.....	176
TABELA 23 – COMO SE SENTIU NA NOVA MORADIA?	177
TABELA 24 – SENTIMENTOS EM RELAÇÃO AO TRABALHO	182
TABELA 25 – SENTIMENTOS PELA PERDA DA PAISAGEM NATURAL	185
TABELA 26 - SENTIMENTOS PELA PERDA DA CIDADE.....	189
TABELA 27 – SIGNIFICADO DA MUDANÇA	193
TABELA 28 - A IMAGEM MAIS MARCANTE	197

LISTA DE SIGLAS

ACAMPI – Associação Comunitária dos Agricultores dos Projetos de Irrigação

AIE - Agência Internacional De Energia

CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

CMMAD - Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

ELETRONBRAS – Centrais Elétricas Brasileira SA

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONU - Organização das Nações Unidas

PDMA – Plano Diretor de Meio Ambiente

PIN- Programa de Interação Nacional

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agropecuária do Norte e do Nordeste

SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente

SUVALE – Superintendência do Vale do São Francisco

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

1. INTRODUÇÃO

O fluxo natural dos rios tem sido usado por milhares de anos para mover máquinas e equipamentos úteis à humanidade. Água e energia foram, e ainda são insumos fundamentais ao desenvolvimento das sociedades e, historicamente têm uma forte interdependência.

O Brasil é hoje o terceiro país do mundo em capacidade instalada de geração de energia hidrelétrica, segundo os dados da Agência Internacional de Energia – AIE, estando atrás apenas do Canadá e dos Estados Unidos. Da energia consumida no país hoje, 95% é proveniente da geração hidrelétrica (FREITAS, 2003, p.50).

A política de geração de energia elétrica no Brasil na década de 1960 e 1970, sob forte influência americana, impulsionou o setor elétrico brasileiro a concentrar a maior parcela de seus investimentos na implantação de usinas hidrelétricas, em decorrência das condições hídricas favoráveis e das políticas públicas desenvolvimentistas da época.

No período inicial de implantação das primeiras usinas hidrelétricas, o governo brasileiro, empenhou-se na sustentação de uma política que priorizou o desenvolvimento intensivo e a expansão das fronteiras agrícolas. Os planos de desenvolvimento elaborados até então, não contemplavam nenhuma preocupação com o meio ambiente, fato que só veio a ocorrer no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), aprovado para o período de 1975-79, após a Conferência de Estocolmo (BARBIERI, 1997, p.20).

A opção de geração de energia elétrica a partir de grandes usinas hidrelétricas, foi entendida, por muito tempo, como solução racional e limpa, para o problema da demanda crescente de energia elétrica. Entretanto, o alagamento de grandes áreas para a construção dos reservatórios afetaram a fauna, a flora e a vida das pessoas ligadas direta ou indiretamente a esse tipo de empreendimento.

O deslocamento populacional é uma das etapas mais complexas no processo de implantação de grandes usinas hidrelétricas tanto para os empreendedores quanto para as próprias populações atingidas.

A desocupação de qualquer área habitada desencadeia problemas e transformações, principalmente no campo social, econômico e político. A negligência com a dimensão social na implantação de grandes projetos tem sido a causa de intensos conflitos entre empreendedores e populações atingidas, originando também um grande passivo ambiental, ainda não conhecido e calculado.

Expressivos contingentes populacionais foram deslocados por ocasião da implantação de grandes usinas hidrelétricas, nas décadas de 1970 e 1980. Durante este período, que coincidiu com a ausência de uma política ambiental nacional, milhares de pessoas foram desalojadas de suas terras, de seus trabalhos e moradias e o tratamento dado a estas populações restringiu-se, na maioria dos casos, ao pagamento de indenizações pelas áreas alagadas, não sendo considerados elementos intangíveis como perda da qualidade de vida, das referências culturais, dos padrões de organização social, das relações de parentesco e amizades e das alterações de costumes.

As ações do setor elétrico, relativas ao remanejamento populacional, “pautavam-se com o objetivo predominante de liberar, ao menor custo possível e dentro do cronograma de obras, as terras necessárias para a formação do reservatório e implantação da infra-estrutura de apoio ao empreendimento. Não se reconhecia aos trabalhadores rurais direito a qualquer compensação pela perda dos empregos decorrente da inundação de terras, eximindo-se as concessionárias de qualquer responsabilidade formal neste sentido.” (ELETROBRÁS, 1993, p.98).

A inserção das questões ambientais no planejamento do setor elétrico brasileiro tem crescido gradualmente nos últimos anos, passando a incorporar as questões ambientais em sua estrutura de planejamento e projeto, a partir do estabelecimento da Política Nacional de Meio Ambiente, no início da década de 80, e da publicação, nos anos seguintes, de diversas resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, regulamentando a elaboração dos estudos ambientais e dos processos de licenciamento ambiental das atividades de geração e transmissão de energia elétrica.

Vários fatores contribuíram para esta mudança de concepção de planejamento, sendo que, os mais significantes deles foram: a legislação ambiental; o contexto mundial e a conseqüente pressão da população, em especial daquelas diretamente atingidas pelos reservatórios hidrelétricos bem como a pressão das agências multilaterais, em especial o Banco Mundial, e as das organizações não-governamentais.

As transformações de ordem política, social, legal e institucional ocorridas no país nas últimas três décadas, dentre as quais destaca-se a promulgação da nova Carta Constitucional, levaram o setor elétrico a realizar avanços significativos no trato das questões socioambientais de seus empreendimentos, entretanto algumas questões ainda encontram-se fora do âmbito de abrangência de suas políticas internas.

Neste contexto, buscou-se estudar os danos morais ambientais coletivos, causados a populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos, ainda pouco conhecidos e desconsiderados nos estudos ambientais, mas responsáveis por conflitos subliminares, entre empreendedores e as populações diretamente atingidas.

A idéia de dano moral é uma construção recente e foi introduzida, no Brasil, pela Constituição Federal de 1988, consistindo em toda e qualquer lesão ao chamado patrimônio imaterial, onde a vítima de um dano, além dos prejuízos que teve em seu patrimônio físico, pode também ter sofrido prejuízos de ordem moral, psicológica ou emocional.

O conceito de dano moral está vinculado ao direito de personalidade daí decorrendo algumas resistências na aceitação do dano moral coletivo, entretanto, como ciência social, o Direito vem sofrendo alterações que o conduzem a contemplar os valores da coletividade fazendo-se sentir seus reflexos, na teoria do dano moral, dando origem à nova figura do dano moral coletivo.

Buscou-se identificar, nesta pesquisa, a ocorrência de uma espécie de dano, de natureza extrapatrimonial, que atinge uma coletividade, em razão da ocorrência de um dano ao patrimônio ambiental: é o dano moral ambiental coletivo.

O reconhecimento desse dano está relacionado com a violação a sentimento coletivo, com o sofrimento da comunidade, ou grupo social, em decorrência de uma lesão ao patrimônio ambiental. Ocorre quando, além das lesões materiais ao patrimônio ambiental, houver ofensa a sentimento coletivo, ou seja quando a ofensa ambiental constituir dor, sofrimento ou desgosto de uma comunidade. Não tem repercussão no mundo físico, material, é de cunho subjetivo, à semelhança do dano moral individual. Aqui também se repara o sofrimento, a dor, o desgosto do ser humano, pela perda do patrimônio ambiental. Só que o dano moral ambiental é sofrimento de diversas pessoas dispersas em uma certa coletividade ou grupo social (dor difusa ou coletiva), em vista de um certo dano ao patrimônio ambiental (PACCANELLA, 1999).

O dano ambiental é um dos maiores e mais significativos exemplos de dano moral coletivo, que não consiste apenas na lesão ao equilíbrio ecológico, afeta também outros valores fundamentais da coletividade.

Para implementação desta pesquisa, escolheu-se como estratégia o estudo de caso, que foi realizado no município de Petrolândia, interior de Pernambuco, entre os meses de julho e agosto de 2004.

A antiga sede municipal de Petrolândia, em 1988, foi completamente submersa pelas águas do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaparica, hoje denominada, Luis Gonzaga. Esse empreendimento, que significou um acréscimo de 2.500 MW ao potencial de geração de energia do país, provocou a inundação de uma área de 834 km², atingindo cerca de 10.400 famílias, das quais mais de 6.000 moradoras nas áreas rurais, constituindo-se as demais de residentes nas sedes municipais de Petrolândia, Rodelas e Itacuruba, além do povoado de Barra do Tarrachil, também cobertos pelas águas (ARAÚJO, 2000, p. 14). Estas três cidades desapareceram e foram reconstruídas em outros locais com os nomes de Nova Rodelas - BA, Nova Itacuruba -PE e Nova Petrolândia - PE, porém, as marcas indeléveis dessa experiência, não ficaram sob as águas do lago de Itaparica e ainda se fazem presentes na memória dessas populações.

As orientações metodológicas de Pierre Bourdieu, foram utilizadas para a análise dos dados, por serem inovadoras na área de ciências sociais, tendo sido utilizadas em diversas pesquisas sociológicas, antropológicas e históricas, em todo mundo.

A proposta principal desta pesquisa não foi identificar nem desenvolver critérios objetivos para a monetarização, nem valoração do dano moral coletivo com intuito de viabilizar indenizações, pois estas não conseguiriam cumprir a sua função de restabelecer o *status quo ante*. Mas, contribuir para a construção de uma base de dados, capaz de oferecer subsídios para a prevenção deste tipo de dano, uma vez que foi resultado de uma investigação ao universo intangível das percepções e sentimentos coletivos.

Buscou-se extrair a expressão mais genuína e original dos sentimentos, valores e emoções das pessoas da comunidade, para a identificação de uma possível ofensa a sentimento coletivo, em razão do dano ao patrimônio ambiental causados pela construção da hidrelétrica e assim demonstrar a existência do dano moral ambiental.

Acredita-se que a identificação dos valores e sentimentos desta população, e o consequente reconhecimento da existência desse tipo de dano poderá ser relevante para a prevenção de futuros danos desta natureza em empreendimentos causadores de grandes impactos sobre populações. A possibilidade da prevenção do dano moral ambiental é pois a contribuição mais expressiva que se espera proporcionar.

1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.1.1 Objetivo Geral

Demonstrar a existência do dano moral ambiental coletivo, sofrido pela população rural e urbana do município de Petrolândia – PE, em decorrência dos impactos causados pela construção, implantação e operação da Usina Hidrelétrica Luis Gonzaga (Itaparica), ocorrido em 1988.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar a percepção ambiental que os moradores do município de Petrolândia tinham de seus locais de moradia e trabalho, a partir da identificação dos aspectos naturais, artificiais, culturais e do trabalho, antes da construção da UHE de Itaparica;
- b) Identificar os sentimentos da população em relação ao ambiente de moradia e de trabalho, antes do remanejamento;
- c) Identificar a percepção ambiental que os moradores do município de Petrolândia tiveram de seus novos locais de moradia e trabalho, a partir da identificação dos aspectos naturais, artificiais, culturais e do trabalho, depois do remanejamento;
- d) Identificar os sentimentos da população em relação ao novo ambiente de moradia e trabalho depois do remanejamento;
- e) Identificar os sentimentos da população ao assistirem a cena da inundação da zona rural e da zona urbana do município de Petrolândia – PE;

1.2 ARCABOUÇO DA PESQUISA

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos: a Introdução, os Referenciais Metodológicos; o Referencial Teórico; a Análise dos Resultados (estudo de caso) e as Considerações Finais.

O Capítulo 1 apresenta, em seu conteúdo, a Introdução, apresentando a relevância do tema estudado, a justificativa da pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos da dissertação.

O Capítulo 2 apresenta os referenciais metodológicos que orientaram o desenvolvimento da pesquisa, estando subdividido em seis seções: a identificação dos limites da pesquisa, o tipo da pesquisa e sua estrutura lógica, as fases do delineamento, a delimitação da unidade caso, o trabalho de campo e a organização e análise dos dados.

O Capítulo 3 apresenta toda base teórica necessária para a construção do objeto da pesquisa, o dano moral ambiental coletivo. Está dividido em nove seções sendo elas: Desenvolvimento e meio ambiente; evolução histórica da tutela jurídica do meio ambiente; os interesses da coletividade; aspectos gerais sobre os danos; o dano moral; o dano moral coletivo; o dano ambiental e o dano moral ambiental coletivo.

O Capítulo 4 apresenta o estudo de caso propriamente dito, que foi dividido em três partes, com o objetivo de facilitar exposição dos resultados : Parte I – Usina Hidrelétrica de Itaparica: Chegando sem pedir licença; a Parte II – Petrolândia: a vida como era antes e a Parte III – Petrolândia: sob as águas do reservatório da UHE de Itaparica.

A primeira parte apresenta o contexto do empreendimento, a região atingida, as diretrizes para o remanejamento populacional, o Plano de desocupação, e o Plano de reassentamento da população rural;

A segunda apresenta uma revisão bibliográfica sobre o município de Petrolândia no período anterior à implantação do empreendimento, trazendo um pouco da história, dos aspectos geográficos, sociais, econômicos e populacionais, apresentando em seguida, a caracterização dos entrevistados; a percepção ambiental do ambiente de moradia e trabalho, analisados em seus aspectos: natural, artificial, cultural e relativos ao trabalho e os sentimentos referentes à moradia e ao trabalho.

A terceira apresenta a percepção do novo ambiente, em seus aspectos naturais, artificiais, culturais e relativos ao trabalho; a identificação dos sentimentos referentes ao novo ambiente de moradia e trabalho; e a identificação dos sentimentos na dimensão coletiva.

E finalmente, o Capítulo 5 que apresenta os resultados da pesquisa e as considerações finais.

2 REFERENCIAIS METODOLÓGICOS

2.1 O TIPO DE PESQUISA E SUA ESTRUTURA LÓGICA

A pesquisa na área social durante muito tempo enfrentou dificuldades quanto à existência de metodologias adequadas à comprovação suas hipóteses, segundo os critérios racionalistas. O rigor metodológico tão pregado e louvado na pesquisa científica, encontrava dificuldades quando se tratava de pesquisa na área social, uma vez que a sutileza e a subjetividade dos dados não se prestavam ao tratamento matemático.

A construção de novos paradigmas nas ciências passou pela negação do excesso de rigidez e tecnicismo para a construção de metodologias que contemplassem aspectos e valores intangíveis, antes não considerados.

No campo das ciências sociais, tem surgido recentemente, um rico debate orientado pela procura de novos recursos teórico-metodológicos de pesquisa e análise social, capazes de diminuir o distanciamento entre a teoria e a prática. Não têm sido pequenos os esforços de superação da crise de explicações sociológicas da realidade, por meio da construção de teorias de pesquisa social, que procuram romper as armadilhas das abstrações e definições teóricas, para tentar encontrar caminhos de produção de conhecimentos, cujos resultados sejam possíveis de orientar uma investigação real (STROH, 2001, p. 277).

A pesquisa social na atualidade avança para reconhecer um saber, oriundo da experiência de grupos sociais, que são de grande importância para a investigação das relações do homem com o meio ambiente.

Esta pesquisa buscou identificar o dano moral ambiental coletivo sofrido por populações deslocadas involuntariamente, em razão da construção de empreendimentos hidrelétricos de geração de energia. Um fenômeno social de natureza intangível e conteúdo teórico complexo, ainda não admitido nem considerados em estudos ambientais, mas responsável por um passivo ambiental ainda não identificado.

O dano moral ambiental coletivo é também discutido e pouco compreendido pela maioria da doutrina jurídica, porém sua identificação e reconhecimento poderia ser motivo para que em futuros empreendimentos fosse evitada a sua ocorrência.

Para a consecução de um objetivo desta natureza foi necessária a definição de uma estratégia de pesquisa capaz de conhecer os conteúdos teóricos, doutrinários e

jurisprudenciais sobre o assunto e investigar também a experiência concretas de pessoas que passaram por situações de perda de patrimônio ambiental, para assim, identificar-se o dano a sentimento coletivo.

O objeto desta pesquisa apresenta-se com um conteúdo que não se esgotaria simplesmente com uma pesquisa teórica sobre o assunto, sendo necessário buscar-se na prática, o conhecimento, oriundo das experiências vivenciadas por populações remanejadas.

Pode-se dizer que, para identificar-se o sentimento coletivo é necessário que se tenha uma compreensão anterior do pensamento da comunidade investigada, uma vez que “o pensamento social traduz o modo de vida de uma coletividade, o modo como vê a si mesma (as relações que marcam a identidade coletiva), o mundo externo (as relações de alteridade) e as possibilidades de utilização dos recursos naturais disponíveis (as relações com a natureza)” (STRONH, 2001, p.284).

Seguindo as orientações metodológicas de Bourdieu (2002, p. 24), que recomenda, para construção de objetos de pesquisa na área social, a utilização de opções teóricas associadas a opções técnicas empíricas, optou-se por uma lógica de pesquisa estruturada em duas bases, a saber:

- **base teórica e conceitual**- constituída pelos fundamentos teóricos e conceituais necessários para dar consistência e validade aos dados obtidos através da pesquisa de campo, e atribuir-lhes significados;
- **base empírica** - constituída por dados concretos de situação real vivida por uma coletividade, que foi remanejada, em razão da construção, instalação e operação de um empreendimento hidrelétrico.

Diante deste perfil de pesquisa, constituída por duas diferentes abordagens, uma teórica e uma prática, foi necessária a definição de uma estratégia de pesquisa que contemplasse as duas estruturas.

2.2 ESTRATÉGIAS DA PESQUISA

2.2.1 A Base Teórica

A primeira parte da pesquisa, denominada referencial teórico, apresenta os pressupostos teóricos e conceituais para a compreensão do objeto da pesquisa. A metodologia utilizada para sua elaboração foi a pesquisa bibliográfica, sobre vários aspectos que envolvem a construção doutrinária do dano moral ambiental coletivo, iniciando-se pela análise das diversas faces do relacionamento do homem frente à natureza; evolução da tutela jurídica do meio ambiente; a compreensão jurídica do meio ambiente; os interesses da coletividade; aspectos gerais sobre os danos; o dano moral; o dano moral coletivo; o dano ambiental e o dano moral ambiental coletivo, sua fundamentação legal, a visão da doutrina jurídica, e o seu entendimento jurisprudencial.

2.2.2 A Base Empírica

A definição da estratégia de pesquisa é parte fundamental para o sucesso de qualquer pesquisa, especialmente na área social. Algumas estratégias de pesquisa, já reconhecidas, e que têm aplicações definidas de acordo com as especificidades de cada estudo, são: a pesquisa experimental; a survey (levantamento); a histórica; a análise de informações de arquivos (documental) e o estudo de caso.

Para a base prática, houve a necessidade de definir-se uma estratégia de pesquisa, que contemple um universo de significados, valores, crenças e aspirações, correspondentes ao espaço mais profundo dos sentimentos humanos, e não passíveis de transformação em dados quantificáveis.

O estudo de caso é uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora. (CHIZZOTTI, 1998, p.102).

Caracteriza-se pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento (GIL,1994). Tem sua aplicação indicada para as seguintes situações (YIN,2004):

- explicar ligações causais em intervenções ou situações da vida real que são complexas demais para tratamento através de estratégias experimentais ou de levantamento de dados;
- descrever um contexto de vida real no qual uma intervenção ocorreu;
- Avaliar uma intervenção em curso e modificá-la com base em um estudo de caso ilustrativo;
- Explorar situações nas quais a intervenção não tem clareza no conjunto dos resultados.

Após uma revisão da literatura acerca das teorias de pesquisa aplicada às ciências sociais, escolheu-se o estudo de caso, como estratégia de pesquisa, por adequar-se às peculiaridades do objeto em estudo.

Assim, trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva que teve como estratégia o estudo de caso. Como pesquisa descritiva, buscou descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los (RUDIO, 2004).

Utilizou vários meios para a construção de seu objeto, entre eles: a pesquisa bibliográfica e entrevistas gravadas e transcritas. Para coleta e análise dos dados obtidos, escolheu-se trabalhar de acordo com as orientações metodológicas de Pierre Bourdieu, por serem elas as mais inovadoras na área de ciências sociais, tendo sido utilizadas em diversas pesquisas sociológicas, antropológicas e históricas, em todo mundo.

2.3 FASES DO DELINEAMENTO DO ESTUDO DE CASO

O estudo de caso caracteriza-se por uma grande flexibilidade, entretanto, segundo Iskandar (2000, p. 121), na maioria dos estudos de caso, é possível identificar-se quatro fases distintas: o delimitação da unidade-caso, a coleta de dados, a análise e interpretação dos dados e a redação do relatório.

Por tratar-se de um estudo de caso, cujo objeto tem natureza intangível e subjetiva, constituído por depoimentos colhidos da memória de pessoas, inseriu-se uma fase introdutória e conceitual ao estudo de caso, com vistas a embasar e dar significado aos dados empíricos. Desta forma, o desenvolvimento do presente estudo ocorreu em quatro fases:

- 1º Fase** - embasamento teórico dos dados;
- 2º Fase** – delimitação da unidade-caso;
- 3º Fase** - trabalho de campo (composição da amostra e coleta de dados);
- 4º Fase** -organização, tratamento e análise dos dados.

A primeira fase, o embasamento teórico dos dados, teve o objetivo de definir os conteúdos teóricos e conceituais necessários para dar significado aos dados empíricos coletados. Foi realizada através de uma pesquisa bibliográfica, onde se buscou o esclarecimento de conceitos necessários para validação dos dados, entre eles: percepção ambiental; toponímia e a memória.

A segunda fase corresponde à delimitação da unidade-caso, onde foi definida a região a ser estudada e as justificativas para a escolha.

A terceira fase corresponde ao trabalho de campo, foi constituída de duas etapas: uma referente à composição da amostra, onde foram definidos os requisitos para sua composição e a outra etapa, correspondente à coleta de dados, onde foram definidos, o instrumento e as estratégias de coleta da amostra.

A quarta etapa corresponde à organização, tratamento e análise dos dados, onde foram definidos os critérios de tratamento dos dados coletados e a forma de apresentação dos resultados.

2.3.1 Embasamento Teórico dos Dados – 1º Fase

Foram realizadas 33 entrevistas com moradores, da zona rural e urbana, do município de Petrolândia, que viveram a experiência do remanejamento populacional. Buscou-se recuperar a memória dos fatos, vistos e percebidos pelas pessoas que viveram esta experiência, sendo os depoimentos, a principal fonte de evidência deste estudo de caso.

Os depoimentos colhidos das pessoas trazem a possibilidade de um resgate descritivo, analítico de um momento ou de um processo sendo o campo da memória, construída a partir dos acontecimentos e dos fatos, também um elemento fundante da História (MONTENEGRO, 1994, p.21).

Os depoimentos falados foram os dados mais significativos desta pesquisa e foram colhidos a partir da memória e da percepção das pessoas que vivenciaram a experiência do remanejamento involuntário. Este tipo de dado, para sua validação como fonte legítima de

informação, necessita de um embasamento teórico e conceitual, para que lhe seja atribuído um significado. Neste contexto, os conteúdos teóricos a serem abordados são: a percepção ambiental; a topofilia; a memória e a história oral

2.3.1.1 A Percepção Ambiental

A palavra percepção etimologicamente, vem da língua latina, percipere (per = bem, como intensidade + cáptere = apanhar, pegar, captar), neste sentido, perceber um fato, um fenômeno ou uma realidade, significa captá-los bem (COIMBRA, 2004,p.539).

O conhecimento sensível é chamado conhecimento empírico ou experiência sensível e possui duas formas principais, a sensação e a percepção, sendo a sensação o que nos dá as qualidades exteriores e interiores, isto é a qualidade dos objetos e os efeitos internos destas qualidades sobre nós e a percepção, a reunião de muitas sensações, “a síntese das sensações” (CHAUÍ, 2003, p.133).

No que concerne ao meio ambiente como objeto do conhecimento, a percepção sensorial desempenha um grande papel ao detectar sinais específicos da qualidade ambiental, seja positiva, ou negativa. Aliás é por meio deles que podemos aferir os sintomas e incômodos da poluição ou da degradação ambiental que influem diretamente na qualidade de vida e na saúde humana [...] Essa percepção, como primeiro passo, conduz a uma série de medidas auxiliares da gestão ambiental: a sensação dos fenômenos, a identificação das causas, a relação de causa-efeito, os estudos técnicos, as ações práticas para remover o negativo e potencializar o positivo, e até as conclusões científicas e as medidas políticas (COIMBRA, 2004, p.542).

A UNESCO propôs um conceito de percepção ambiental como sendo “a maneira pela qual o homem sente e compreende o meio ambiente” e avançou no sentido de considerar os fatores culturais como importantes para a formação da percepção (UNESCO/MAB, 1985).

A percepção ambiental, em resumo, pode ser entendida como sendo uma tomada de consciência do homem em relação ao ambiente em que vive, ou seja, a capacidade de compreender o ambiente para protegê-lo e preservá-lo. A percepção que o indivíduo tem do lugar onde vive, funciona como um termômetro, que mede os efeitos indesejáveis das ações antrópicas sobre o meio ambiente, podendo o estudo da percepção ambiental revelar idéias, imagens, impressões, bem como anseios, insatisfações, sofrimentos e condutas.

Seguindo este entendimento, buscou-se identificar a percepção que os habitantes da zona rural e urbana, do município de Petrolândia, tinham em relação ao ambiente em que viviam e os seus sentimentos em relação ao lugar, antes e depois da implantação do empreendimento hidrelétrico.

2.3.1.2 A Topofilia e o Meio Ambiente

O termo topofilia associa sentimento com o lugar e pode ser definido como sendo “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”, e num sentido amplo pode ser entendido como incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material (TUAN, 1980, p. 107).

As imagens da topofilia são derivadas da realidade circundante e as pessoas atentam para aqueles aspectos do meio ambiente que lhes inspiram respeito ou lhes promete sustento e satisfação no contexto da finalidade das suas vidas (Ibidem, p.137). As respostas ao meio ambiente podem variar desde o simples deleite com a paisagem até os sentimentos de pertinência em relação ao lar, ao lugar de nascimento e o lugar de trabalho.

A memória de um indivíduo alimenta-se de uma espécie de coleção de imagens presentes que a memória lembra e reconstitui em relação a um lugar, objeto ou sentimento. Assim, os elementos naturais do meio ambiente ou as construções humanas transformam-se em imagens, caminhos e representações de uma comunidade, em sua vida cotidiana (MORIN, 1995, p.55).

Para Bourdieu (1997, p.16), a posição de um agente no espaço social se exprime pelo lugar do espaço físico em que está situado e pela posição relativa que suas localizações temporárias ou permanentes ocupam em relação a outros agentes. Ela se exprime também no lugar que ocupa no espaço através de suas propriedades (casas, apartamentos, terras para cultivar, para explorar ou para construir).

Desta forma, considerando que o espaço habitado, constitui a concha protetora e criadora de imagens que permanecem guardadas, escondidas nas profundezas da alma humana, por esta razão, o local da moradia e do trabalho foram tomados como referenciais, no sentido de auxiliar a recordação da experiência, facilitando a reconstrução da imagem do meio ambiente, antes e depois da construção da usina hidrelétrica.

Para evidenciar a existência do dano moral ambiental coletivo, foi necessário identificar-se os sentimentos da população em face ao dano ao patrimônio ambiental. Acreditou-se que, a partir da recordação da paisagem do local de moradia e do trabalho, antes e depois do remanejamento, os indivíduos seriam capazes de revisitarem seus sentimentos.

A idéia de tomar como referenciais a moradia e o trabalho justificou-se a partir da compreensão de que o trabalho e o afeto são categorias que definem as relações do indivíduo com o lugar que elegeu como seu. Por meio do trabalho e do afeto os homens estabelecem as relações com a natureza e com os outros homens, nas quais estão retidas representações simbólicas do real, determinadas pela própria existência da condição humana, e nelas coexistem muitas redes de relações que estruturam a vida coletiva”(STRONH, 2001, p.280).

É importante dizer que as imagens da topofilia podem não estar contidas na realidade presente, mas isto não impede a identificação dos elos de ligação de uma comunidade com o seu meio ambiente uma vez que, através da memória é possível se revisitar sentimentos.

2.3.1.3 A Memória

Durante muito tempo, a memória foi desvalorizada por não ser considerada uma capacidade essencial ao conhecimento e, os resquícios positivistas dos métodos científicos de pesquisa, não a consideravam como fonte confiável. Entretanto hoje, em decorrência das suas funções, a memória é considerada essencial para a elaboração da experiência e do conhecimento científico, filosófico e técnico. A memória é “uma evocação do passado, é a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total” (CHAUÍ 2003, p. 138).

Lembrar é trazer à memória, “aflorar o passado, combinando com o processo corporal da percepção, misturar dados imediatos com lembranças” (BOSI, 1987). A memória alimenta-se de uma espécie de coleção de imagens presentes na mente de um indivíduo e que, ao serem lembradas, reconstituem as suas relações com o lugar, objeto ou sentimento. Na memória, a paisagem fica marcada pelas tensões, sucessos e fracassos da história de uma sociedade. Nela, pode-se encontrar as marcas significativas da evolução histórica de um povo, reconstruindo-se assim o espaço e seus significados, pois, como afirma Moreira (1993), “por ela passou todo o filtro do tempo e, portanto, através dela pode-se “re-ler” o mundo.

Assim, para utilizar dados contidos na memória das pessoas, é necessário resgatar a lembrança dos fatos através de uma investigação cautelosa e com o mínimo de interferência possível. A partir deste entendimento, esta pesquisa trabalhou com depoimentos gravados, de moradores rurais e urbanos do município de Petrolândia, onde foi possível colher as histórias

que, de forma consciente, estavam preservadas nas suas memórias bem como os sentimentos associados à experiência do evento pesquisado.

2.3.2 A Delimitação da Unidade-Caso – 2º Fase

Segundo Triviños (1992, p. 133), estudo de caso é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Esta unidade pode ser uma pessoa, uma organização, um acontecimento entre outros, tendo como única exigência que possua um limite físico ou social que lhe confira identidade.

O caso é tomado como unidade do todo e, por esta razão, suficiente tanto para fundamentar um julgamento, quanto para propor uma intervenção, também é considerado um marco de referência de complexas condições socioculturais que envolvem uma situação e tanto retrata uma realidade quanto revela a multiplicidade de aspectos, presentes em uma dada situação (CHIAZZOTTI 1991, p. 102)

No presente estudo, o raciocínio utilizado para a escolha da unidade-caso considerou os seguintes aspectos:

- a) A construção e enchimento do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaparica cobriu uma superfície total de 834 Km² atingindo parcelas dos municípios de Abaré, Chorrochó, Glória e Rodelas, no estado da Bahia e Belém de São Francisco, Floresta, Itacuruba e Petrolândia, no Estado de Pernambuco;
- b) Os municípios de Rodelas, Itacuruba e Petrolândia foram completamente submersos pelas águas do referido reservatório, tendo, desta forma, suas populações sofrido os impactos de forma mais direta;
- c) Foram construídas três novas sedes municipais para as cidades de Rodelas, Itacuruba e Petrolândia e seus habitantes foram indenizados, por interesse público, e remanejados para as novas cidades ou para projetos de reassentamento;

A unidade-caso deve ser uma referência significativa para merecer a investigação, e por comparações e analogias, apta para fazer generalizações a situações similares em relação ao contexto da situação analisada. Desta forma, escolheu-se o município de Petrolândia para constituir-se na unidade-caso deste estudo, uma vez que, dentre os três municípios que tiveram suas sedes municipais completamente inundadas, o município de Petrolândia

apresentava, o maior número de habitantes, totalizando 23.728 pessoas, sendo 9.818 na zona urbana e 13.910 na zona rural (Chesf, 1984, p.8).

2.3.3 Trabalho de Campo – 3º Fase

Esta fase do trabalho de campo visou a reunir e organizar um conjunto de informações capazes de demonstrar a ocorrência do dano moral ambiental coletivo, objetivo maior deste estudo. Foi realizado no município de Petrolândia, no mês de agosto de 2004, entre os dias 15 e 25. O trabalho de campo constituiu-se, basicamente, da coleta dos dados, entretanto, é precedida pela composição da amostra, onde são definidos os critérios, para sua formação.

2.3.3.1 A Composição da Amostra

População é um conjunto de indivíduos ou objetos que apresentam em comum determinadas características definidas para um estudo (MARTINS, 1994, p. 35). Assim, a população objeto desta pesquisa, constituiu-se por um conjunto de pessoas que viviam, na zona rural e urbana do município de Petrolândia, no ano de 1988, e tiveram suas terras e/ou moradias submersas pelas águas do reservatório da usina hidrelétrica de Itaparica, e passaram pela experiência do remanejamento para áreas rurais e urbanas do município relocado.

O conceito de amostra é derivado do conceito de população, entendendo-se esta, como um subconjunto representativo da população. Existem dois métodos de composição de amostra: o método probabilístico e o não probabilístico ou intencional.

Esta pesquisa, pela sua natureza qualitativa, seguiu o método de amostragem intencional, onde, de acordo com determinados critérios, é escolhido intencionalmente um grupo de elementos que irão compor a amostra (Ibidem, 1994, p. 41).

a) Os requisitos para a composição da amostra

Por tratar-se de uma pesquisa que buscou demonstrar um possível dano a sentimento coletivo, foi imprescindível a escolha de pessoas que atendessem a determinados requisitos essenciais para a construção do objeto em estudo. Por essa razão, a composição dessa amostra atendeu ao método não probabilístico, pois houve uma escolha deliberada dos elementos da amostra. Enquadrou-se, no tipo intencional, onde de acordo com determinado critério, é escolhido intencionalmente um grupo de elementos que irão compor a amostra (MARTINS, 1994, p.41).

A amostra foi composta por elementos pertinentes ao conjunto de pessoas que viviam na zona rural e urbana do município de Petrolândia, na ocasião do enchimento do reservatório da UHE de Itaparica, ocorrida no ano de 1988, que tiveram suas terras e moradias submersas pelas águas do referido reservatório.

Além de atender a esta condição preliminar, os seguintes requisitos eram necessários para a composição da amostra:

- a) ser maior de 21 anos, no ano de referência (1988), correspondente ao ano do enchimento do reservatório;
- b) ser responsável por uma unidade domiciliar ou por uma família;
- c) residir na zona rural ou urbana do município de Petrolândia “Velha” pelo menos 5 anos antes do remanejamento;
- d) estar inscrito no Cadastro de moradores, realizado pela Chesf .

De acordo com a legislação civil vigente à época do evento em estudo (1988), aos 21 anos completos acabava a menoridade, ficando habilitado o indivíduo para todos os atos da vida civil (art. 9º a Lei nº3071 de 1/1/1916), justificando-se o requisito estabelecido, por via legal.

A Pesquisa Nacional por amostra de domicílios de 1997, realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), considera pessoa de referência como a pessoa responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou que assim seja considerada pelos demais membros da família (p.15). Tomou-se por base esse critério para a composição da amostra, uma vez que, este conceito técnico, corresponde ao “pai de família” ou à “mãe de família”, conceito informal pertencente à cultura local.

A construção de grandes represas aparece com destaque a questão das cidades, que, por sua proximidade com o canteiro de obras, acabam por se tornar local de moradia ou de lazer de um grande contingente de pessoas de fora, que pouca afinidade guardam com os costumes e o modo de vida local (SOAREZ, 1983).

No caso de Petrolândia houve um grande fluxo migratório, trazendo pessoas de vários lugares, fato que justifica o requisito da pessoa morar na cidade antiga antes do início das obras da UHE de Itaparica.

A composição da amostra tinha necessariamente que ser feita com muito cuidado, uma vez que o objeto pesquisado eram depoimentos das pessoas e não se poderia incorrer no erro de incluir na amostra uma pessoa estranha à cultura local e sem vínculos culturais e afetivos com a cidade e com sua história.

b) As estratégias para a composição da amostra

Para se utilizar a amostra intencional, isto é para se proceder a escolha dos elementos da amostra, era necessário conhecer pessoas da cidade que atendessem aos requisitos estabelecidos. Para isso, buscou-se a ajuda de uma pessoa da comunidade que teve dois papéis fundamentais: o primeiro indicar os elementos adequados para fazerem parte da amostra e, em segundo, apresentar o entrevistador às pessoas indicadas para a amostra, pois segundo Bourdieu, a “proximidade e a familiaridade asseguravam efetivamente duas das principais condições de uma comunicação não violenta” (BOURDIEU, 1997, p.697).

A relação social que se estabelece entre entrevistador e entrevistado precisa ser bem conduzida para que os efeitos negativos não interfiram no resultado da pesquisa, desta forma, algumas orientações foram seguidas para reduzir ao máximo a violência simbólica exercida pelo entrevistador sobre o entrevistado.

Tentar saber o que se faz quando se inicia uma relação de entrevista é em primeiro lugar tentar conhecer os efeitos que se podem produzir sem o saber por essa espécie de intrusão sempre um pouco arbitrária que está no princípio da troca é tentar esclarecer o sentido que o pesquisado se faz da situação, da pesquisa em geral, da relação particular na qual ela se estabelece, dos fins que ela busca e explicar as razões que o levam a aceitar participar da troca (BOURDIEU, 1994, p.695).

Para o estabelecimento do vínculo de confiança, iniciado a partir do primeiro contato, era de fundamental importância uma conversa de esclarecimento com o futuro entrevistado, para que este, compreendendo as razões da pesquisa, concordasse em realizar a entrevista. Sempre de forma solícita e enaltecendo a sua contribuição eram dadas informações gerais sobre a pesquisa, para, em seguida proceder-se ao agendamento da entrevista, priorizando-se a conveniência do futuro entrevistado.

Constituída seguindo os requisitos especificados, a amostra contou com 34 pessoas, sendo que duas entrevistas foram anuladas, totalizando assim, 32 pessoas, sendo 20 da zona rural e 12 da zona urbana.

As entrevistas anuladas tiveram causas diferentes, a primeira (n. 16), foi anulada por motivos técnicos (defeito na fita cassete). A segunda, (n. 34), foi anulada porque o entrevistado falou sobre o evento da construção da hidrelétrica mas abordou apenas os aspectos políticos, e não respondeu às questões da pesquisa, ficando desta forma fora da amostra por inadequação dos dados.

Os representantes da zona rural tinham as seguintes características: 8 eram antigos proprietários de terra (granjeiros) oriundos do Projeto da CODEVASF, e atualmente são moradores do Projeto Apolônio Sales. E 12 (doze) elementos eram (meeiros, trabalhadores rurais ou posseiros) na época do remanejamento, e que, atualmente são reassentados nas agrovilas 6 Bloco 2 (3 entrevistados), agrovila 6 Bloco 4 (5 entrevistados) e agrovila 5 bloco 3 (3 entrevistados). Optou-se por compor a amostra desta forma para possibilitar uma visão mais abrangente do sentimento de pessoas que possuíam terras e de pessoas que passaram a ser proprietárias a partir da experiência dos reassentamentos.

Como as agrovilas encontravam-se com o projeto de irrigação em etapas diversas de implantação, e como se pretendia favorecer a análise de diferentes situações, foram escolhidas pessoas oriundas de 3 agrovilas.

2.3.3.2 A Coleta dos Dados

Considerando a natureza qualitativa da pesquisa, a subjetividade e intangibilidade dos dados, esta etapa foi fundamental para o trabalho pois, foram definidos os critérios, instrumentos e as estratégias para a coleta de dados, os quais serão expostos a seguir.

a) O instrumento de coleta (o roteiro da entrevista)

Os dados desta pesquisa são primários, pois foram colhidos diretamente dos depoimentos dos entrevistados. O resgate da memória das pessoas é uma tarefa delicada que exige muita sensibilidade do entrevistador, podendo ser facilitada pelo uso de um instrumento, que funcione como um roteiro tanto para o entrevistador quanto para o entrevistado.

Normalmente utiliza-se, para pesquisas descritivas, o questionário ou a entrevista, sendo esta última a escolhida neste estudo.

A maioria dos autores classifica as entrevistas em função do seu nível de estruturação em dois grandes grupos: as entrevistas estruturadas e as não-estruturadas. Uma entrevista estruturada é composta por questões previamente formuladas, não havendo liberdade para o entrevistador alterar ou fazer inclusão de questões. Contrariamente, uma entrevista não estruturada o pesquisador busca obter os dados mais relevantes através de conversação objetiva (MARTINS, 1994, p 45).

Entre estes dois tipos de entrevistas encontra-se a entrevista semi-estruturada que se caracteriza pela existência de um certo grau de estruturação, já que é constituída por pautas ou roteiros, contendo os pontos que o entrevistador vai explorar ao longo da pesquisa. (MINAYO, 2003).

Buscando-se extrair a expressão mais genuína e original dos sentimentos, valores e emoções das pessoas da comunidade, elaborou-se um instrumento, que teve a função de dar uma ordem lógica e cronológica aos depoimentos dos entrevistados. Entretanto, este instrumento não foi utilizado para restringir o entrevistado, durante a realização da entrevista, sendo a escuta paciente, respeitosa e participativa, a orientação da pesquisa.

O referido instrumento foi elaborado contendo 62 perguntas, distribuídas em quatro partes, sendo a primeira chamada de caracterização do entrevistado, a segunda, caracterização da vida antes da UHE de Itaparica; a terceira, caracterização da vida após a UHE e a quarta parte chamada de mudança na dimensão coletiva – a visão do todo.

A primeira parte consistia na qualificação do entrevistado, e continha informações como: nome, endereço, sexo, naturalidade, data de nascimento, grau de instrução, profissão.

A segunda parte, chamada de caracterização da vida antes da UHE de Itaparica, contendo 30 perguntas, que tinha como objetivo orientar o entrevistado a recordar como era sua vida antes da construção da UHE de Itaparica. Fixando-se como referencial o local da

moradia e o trabalho, as perguntas orientavam o entrevistado a descrever o ambiente de moradia, a distância em relação ao rio, a descrição da casa, os vínculos com o lugar (nascimento, criação, tempo de moradia, etc) os vínculos sociais (familiares, vizinhos, atividade comunitária) e os vínculos com o trabalho (profissão, forma de trabalhar, participação em cooperativas ou sindicatos, renda, etc). E nas últimas perguntas deste bloco, a pessoa entrevistada deveria descrever os sentimentos em relação ao antigo local de moradia e ao trabalho.

A terceira parte, chamada de caracterização da vida após a UHE de Itaparica, contendo 26 perguntas que deveriam ajudar a pessoa entrevistada a caracterizar sua vida após o enchimento do reservatório da UHE, agora fixando-se como referencial a nova moradia e o trabalho. As perguntas orientavam a pessoa entrevistada a descrever o novo ambiente de moradia, a distância em relação ao rio, a nova casa, os vínculos sociais, as possíveis mudanças no trabalho (se ficou sem trabalhar, se mudou de profissão, se houve mudança na forma de trabalhar, se houve alteração na renda, etc) e, seguindo a mesma lógica utilizada na Segunda parte, a identificação dos sentimentos em relação à moradia e ao trabalho, após o remanejamento.

E, por fim, a quarta parte, chamada de “mudança na dimensão coletiva – a visão do todo”, contendo apenas 6 perguntas, buscava identificar os sentimentos das pessoas em relação ao momento exato em que as águas do Rio São Francisco cobriam a paisagem (rural e/ou urbana) da cidade de Petrolândia e a imagem mais marcante deste momento.

b) Estratégias e condições de coleta

Já dispondo de uma base conceitual e de um instrumento de coleta, estruturado em cima de uma lógica pré-estabelecida, nesta etapa foi de fundamental importância a atitude do entrevistador, diante da pessoa entrevistada.

O entrevistador, necessariamente, tinha que se identificar com a realidade da pessoa entrevistada, apresentando-se de forma a não lhe causar nenhum tipo de impacto. Ouvi-la de forma respeitosa, simples e compreensiva, além de necessariamente utilizar uma linguagem acessível e compatível com a dela. Esta postura foi necessária visando a minimizar a violência simbólica existente em razão de uma possível superioridade cultural entre o entrevistador e o entrevistado. Procurou-se estabelecer seguindo-se as orientações de Bourdieu (1997, p.695), uma escuta ativa e metódica:

[...] Que associa a disponibilidade total em relação à pessoa interrogada, a submissão à singularidade de sua história particular, que pode conduzir por uma espécie de mimetismo mais ou menos controlado, a adotar uma linguagem e entrar em seus pontos de vista, em seus sentimentos, em seus pensamentos, com a construção metódica, forte, do conhecimento das condições objetivas, comuns a toda uma categoria.

No dia marcado, chegava-se à casa do entrevistado, e inicialmente eram explicadas as questões sobre a pesquisa com a finalidade de reduzir as resistências e desconfianças. Procurava-se estabelecer um ambiente amigável, deixando-se o entrevistado muito a vontade para falar da sua experiência.

Em seguida eram dadas todas as explicações sobre a dinâmica da entrevista, sendo também solicitada autorização para que a mesma fosse gravada, garantindo-se o anonimato. Evitou-se utilizar a autorização por escrito, para minimizar o formalismo, que poderia prejudicar o clima de confiança entre entrevistador e entrevistado.

Todos os entrevistados autorizaram a gravação, sem nenhuma restrição, firmando um contrato informal, porém, “[...] carregado de exigências tácitas como um contrato de confiança” (BOURDIEU, 1997, p.9).

As entrevistas seguiam um roteiro pré-estabelecido porém, deixava-se o entrevistado à vontade para expor um assunto que não obedecesse a ordem das perguntas. Foi de fundamental importância garantir esta liberdade para não comprometer o conteúdo dos depoimentos, sempre marcados por emoções.

A tarefa de buscar sentimentos antigos guardados na lembrança das pessoas exigiu uma postura de respeito, paciência e sensibilidade, numa atitude que Montenegro compara a um parteiro lembranças, “onde o entrevistador, coloca-se na postura de facilitador de processos de resgate da memória deixadas no passado” (MONTENEGRO, 1994, p.150). Analogia perfeita para ilustrar a real postura do entrevistador face ao entrevistado.

2.3.4 Organização e Análise Dos Dados - 4º Fase

A base de dados da pesquisa constituiu-se de 34 entrevistas, das quais, 2 (duas) foram anuladas, totalizando assim, 32 entrevistas, que foram realizadas entre os dias 15 e 25 de agosto de 2004, em uma amostra da população rural e urbana do município de Petrolândia, em Pernambuco, tendo sido gravadas, transcritas e analisadas, seguindo-se quatro etapas, previamente definidas.

2.3.4.1 Etapa 1 – Transcrição das Entrevistas

As entrevistas foram transcritas, mantendo-se autenticidade dos depoimentos, não se procedendo a nenhuma correção de conteúdo formal, nem de conteúdo lógico, registrando-se inclusive, os momentos de emoção vividos pelos entrevistados. Também foram transcritas as observações feitas pelos familiares, que de alguma forma estavam participando da entrevista, como, por exemplo, as esposas, ou filhos.

2.3.4.2 Etapa 2 – Agrupamento dos Dados e Construção dos Grupos Temáticos

Os dados foram agrupados em consonância com os objetivos específicos da pesquisa, constituindo-se seis grupos temáticos, considerados relevantes, sendo eles:

a) O Perfil dos Entrevistados - este grupo de dados objetivou traçar um perfil sócio-demográfico dos entrevistados, considerando as seguintes variáveis (idade, sexo, naturalidade, grau de instrução, profissão, condição (proprietário/não proprietário), categoria (rural/urbana), e origem, que é uma subdivisão da categoria, que identifica o morador rural como proveniente de agrovilas ou do projeto Apolônio Sales);

b) A Identificação da Percepção Ambiental Antes da Construção da UHE de Itaparica. – este grupo de dados foi constituído para identificar a percepção ambiental que os moradores tinham do local de moradia e trabalho, antes da construção, instalação e operação da UHE de Itaparica.

A percepção ambiental foi analisada segundo quatro aspectos diferentes: os relativos ao ambiente natural; ao ambiente artificial, ao ambiente cultural e os aspectos relativos ao trabalho.

As variáveis referentes ao ambiente natural foram: a descrição do ambiente de moradia e a ligação com o rio;

As variáveis referentes ao ambiente artificial foram: área do imóvel; número de cômodos; o material utilizado nas paredes, piso e telhado, infra-estrutura (água, energia, esgoto).

As variáveis referentes ao ambiente cultural foram: os vínculos com o lugar (nascimento/ criação/ tempo de moradia) e os vínculos sociais (moradia próxima a familiares, moradia próxima a vizinhos e vínculos associativos).

As variáveis referentes ao trabalho foram: profissão, forma como aprendeu a profissão, existência ou não de vínculos empregatício/ horas trabalhadas, participação em cooperativas e / ou associações; renda e alternativa de renda.

c) A Identificação dos Sentimentos Antes da UHE de Itaparica – este grupo de dados teve a função de identificar os sentimentos dos entrevistados em relação ao ambiente de moradia e trabalho antes da UHE.

As variáveis relativas à moradia foram: sentimento em relação ao local de moradia, o que era mais importante para ele e o local de preferência. E, a variável relativa ao trabalho foi o sentimento em relação ao trabalho.

d) Identificação da Percepção do Novo Ambiente – este grupo de dados foi constituído para identificar a percepção ambiental que os moradores tiveram do local da nova moradia e das alterações no trabalho depois do remanejamento decorrente da construção, instalação e operação da UHE de Itaparica.

A percepção ambiental foi analisada segundo quatro aspectos diferentes: os relativos ao ambiente natural; os relativos ao ambiente artificial, os relativos aos aspectos culturais e os relativos ao trabalho.

As variáveis referentes aos aspectos naturais foram: a descrição do ambiente de moradia; a distância da habitação ao rio e a forma de utilização do rio.

As variáveis referentes aos aspectos artificiais foram: área do imóvel, número de cômodos, material utilizado nas paredes, piso e telhado, infra-estrutura (água, energia, esgoto).

As variáveis referentes aos aspectos culturais foram: os vínculos sociais com parentes e vizinhos. Enquanto, as variáveis referentes ao trabalho foram: as mudanças no tipo de trabalho, na forma de trabalhar, na renda, na participação ou não em cooperativas e/ou associações,

e) A Identificação dos Sentimentos depois da Mudança - este grupo de dados teve o objetivo de identificar os sentimentos dos entrevistados em relação ao ambiente de moradia e trabalho depois do remanejamento após a construção, instalação e operação da UHE.

A variável relativa à moradia foi o sentimento em relação ao local da nova moradia, e a variável em relação ao trabalho foi o sentimento em relação ao trabalho.

f) A Identificação dos Sentimentos na Dimensão Coletiva (A Visão do Todo) – este grupo de dados teve o objetivo de identificar o sentimento das pessoas ao assistirem as cenas do alagamento, tanto da zona rural quanto da zona urbana. As variáveis eram: o sentimento pela perda da paisagem natural submersa, o sentimento pela perda da cidade submersa.

2.3.4.3 Etapa 3 – Construção dos Quadros de Caracteres (Planilhas)

O método da Análise Relacional de Bourdieu (2002, p. 29), consiste na construção de um sistema coerente de relações, que deve ser posto à prova como tal. Trata-se de interrogar sistematicamente o caso particular, para retirar-se dele as propriedades gerais ou invariantes que só são evidenciadas através de uma interrogação assim conduzida.

Para assim proceder-se, elaborou-se, para cada grupo temático descrito anteriormente, um conjunto de quadros de caracteres, que possibilitam a análise dos dados. O quadro de caracteres, na realidade é uma planilha, onde nas linhas, são colocadas os elementos que se deseja analisar, e nas colunas as propriedades necessárias para caracterizar-se estes elementos.

À medida que os dados são colocados no quadro, vai-se identificando a presença ou a ausência de determinada propriedade. Depois faz-se desaparecer as repetições e reúnem-se as colunas que registram características equivalentes, de maneira a reter todas as características que permitem discriminar de modo mais ou menos rigoroso, as diferentes unidades sociais (no caso em questão, a unidade social é o indivíduo entrevistado).

O quadro de caracteres é um instrumento, descrito por Bourdieu, que possibilita a aplicação do método da análise relacional, ou melhor, favorece o “pensar relacionalmente” tanto as unidades sociais em questão como as suas propriedades.

Os dados empíricos coletados através de entrevistas gravadas foram transcritos, sendo posteriormente dispostos em quadros de caracteres (planilhas), para proceder-se a análise relacional.

Nesta pesquisa, foram elaboradas 14 planilhas (quadros de caracteres), derivadas dos seis grupos temáticos, descritos na etapa anterior. Estas planilhas foram montadas, tendo como variáveis perguntas da entrevista, conforme descrição a seguir.

2.3.4.4 Etapa 4: Análise das “Homologias”

Seguindo o método de análise relacional de Bourdieu, depois da construção dos quadros de caracteres, procede-se à análise das “homologias”, como mais uma etapa para a construção do objeto.

O significado do termo homologia é: qualidade do que é homólogo; é um adjetivo e diz-se das coisas que se correspondem segundo determinada lei; ou por extensão das coisas equivalentes ou correspondentes (LARROUSSE, 1992). Ou ainda, repetições das mesmas palavras, dos mesmos conceitos, ou das mesmas figuras, em um mesmo discurso (BUARQUE, 1986).

Bourdieu (2002, p. 32-33) descreve como parte do seu método, o raciocínio analógico apoiado na “intuição racional das homologias”, como um espantoso instrumento de construção do objeto. Este modo de pensamento realiza-se de maneira perfeitamente lógica pelo recurso ao método comparativo, que permite pensar racionalmente um caso particular do possível, tomando-se como base de apoio as homologias (semelhanças) estruturais entre campos (variáveis) diferentes ou entre estados diferentes do mesmo campo (variável). Segundo ele, este instrumento é que permite “o mergulho na particularidade do caso estudado sem que o risco do afogamento, a exemplo da ideografia empirista, permitindo também generalização, que é a própria ciência, não pela aplicação de grandes construções formais e vazias, mas por essa maneira particular de pensar o caso particular”.

Seguindo-se estas orientações serão analisadas 14 (catorze) planilhas (quadros de caracteres), que foram construídas, com o objetivo de possibilitar a identificação das “homologias” existentes entre os depoimentos, buscando-se identificar, as semelhanças entre as respostas de cada entrevistado, para traçar-se um perfil da vida deles antes e depois da implantação do empreendimento, que marcou as suas vidas.

Assim, o que se propõe nesta etapa da pesquisa é analisar as semelhanças ou as correspondências identificadas nos quadros de caracteres, utilizando-se o raciocínio analógico e o método comparativo, descritos anteriormente, para demonstrar a ocorrência do dano moral ambiental coletivo, que, por natureza, é teoricamente definido como um fenômeno difuso e coletivo, mas que para ser caracterizado com o rigor científico necessário precisa ser identificado no caso concreto, reconhecido e inequivocamente compartilhado por uma determinada comunidade ou grupo social.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE – AS DIVERSAS FACES DA RELAÇÃO HOMEM X NATUREZA

3.1.1 Breve Retrospectiva da Idéia de Desenvolvimento

As grandes transformações na história da humanidade sempre estiveram embasadas em algum tipo de arcabouço ideológico, capazes de dar subsídios para sua realização. O plano das idéias é estruturador das transformações e anterior à sua realização.

Sem a pretensão de esgotar o conteúdo sobre o assunto, buscar-se-á tecer algumas considerações sobre os fundamentos filosóficos que embasaram a relação do homem frente à natureza e seus reflexos nos modelos de desenvolvimento econômico.

As atitudes do homem frente à natureza passaram por diversas transformações ao longo da história da humanidade. Em várias culturas antigas a natureza era considerada como sagrada, sendo “o sagrado a experiência da presença de uma potência ou de uma força sobrenatural que habita um ser, planta, animal, humano, coisas, ventos, águas, fogo” (CHAUÍ, 2003, p. 253).

Nem sempre os homens reconheceram a natureza como estranha, durante a maior parte da história, eles pensavam os processos naturais como tendo intenções e como capazes de serem influenciados exatamente à maneira dos seres humanos, pela oração e pela súplica – não através de um Deus antropomórfico – mas diretamente, sem mediação (PASSMORE, 1995).

Foi apenas com Platão e Aristóteles que começou a acontecer um certo desprezo pelas “pedras e plantas”, surgindo a concepção de natureza desumanizada e o privilegiamento do homem e da idéia (GONSALVES, 2004, p. 31).

Na Idade Média, o pensamento judaico-cristão, fortemente influenciado pela filosofia aristotélica, vê a natureza não mais como sagrada, sendo o Deus transcendente, situado em um mundo separado do natural.

Com Descartes, em seu Discurso sobre o Método, dois aspectos importantes modificam a relação homem x natureza, e passam a marcar a modernidade: o utilitarismo e o antropocentrismo. O utilitarismo, destacando o caráter pragmático do conhecimento, vendo a

natureza como um recurso, e o antropocentrismo, colocando o homem no centro do universo. Instrumentalizado pelo método científico, o homem poderá penetrar os mistérios da natureza e tornar-se senhor e possuidor da mesma (GONSALVES, p. 33).

É importante situar o pensamento cartesiano no contexto do mercantilismo, que já se afirmava, fazendo ascender uma burguesia cada vez mais dependente do desenvolvimento da técnica para produção de riquezas. O antropocentrismo consagra a capacidade do homem de dominar a natureza.

O desenvolvimento, ligado à idéia de progresso tem os pressupostos e fundamentos no Iluminismo, revolução intelectual que se efetivou na Europa, especialmente na França do século XVIII, época de profundas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, que marcaram o fim da transição entre o feudalismo e o capitalismo.

A razão emerge como valor dominante do universo das idéias iluministas, através dela, o homem poderia conquistar a liberdade, a felicidade, podendo ser capaz de aperfeiçoamento e progresso.

As idéias iluministas introduzem o entendimento da diferença entre natureza e civilização, sendo a primeira, compreendida como reino da necessidade, este submetido às relações de causa e efeito e a segunda como reino da liberdade, onde a vontade humana poderia escolher alternativas possíveis.

A ciência moderna nasce vinculada à idéia de intervenção na natureza, uma vez que era preciso conhecê-la para apropriar-se dela. A ciência não mais é contemplação da verdade, mas sobretudo, o exercício do poderio humano sobre a natureza. A partir deste entendimento a natureza torna-se insumo, ficando sua valoração econômica de mercado circunscrita ao custo de exploração (MOTA, 2001, 27).

O paradigma racionalista foi insumo ideológico da Revolução industrial, onde a produção passa a independe dos ciclos naturais da agricultura e o trabalho humano passa a ditar o ritmo da produção e da geração de riquezas.

A idéia de desenvolvimento vincula-se à produção material, evoluir significa produzir mais, sendo este o entendimento de progresso. Para comportar esta idéia, um novo modelo de estado era necessário, uma vez que as restrições econômicas feitas pelo Estado monárquico passaram a ser vistas como prejudiciais à riqueza das nações.

O Liberalismo econômico surge, baseado nos mesmos princípios do Liberalismo político, limitando o poder do Estado, que passa a não mais interferir na economia.

No século XIX, a idéia de progresso novamente é alterada, desta vez, pelas idéias do filósofo alemão Hegel que afirma o caráter essencialmente histórico dos seres humanos. Para ele, os homens, as sociedades, as ciências, as artes e as técnicas melhoram (progridem) com o passar do tempo. Esta visão, também era compartilhada por Auguste Comte, que atribuía o progresso ao desenvolvimento das ciências. Para ele, o desenvolvimento social se faria através do desenvolvimento científico da sociedade: “saber para prever, prever, para prover” (CHAUÍ, 2003, p. 50).

No século XX a confiança ilimitada no saber científico para dominar e controlar a natureza, a sociedade e os indivíduos começa a ir por terra, a idéia de desenvolvimento como progresso passa a ser criticada e começa a surgir a idéia de que os recursos naturais não são infinitos como antes se pensava.

Até a década de 1930 a idéia de desenvolvimento estava fortemente ligada à produção material, sendo as leis de mercado, o principal mecanismo de distribuição. Entretanto, depois da Segunda Guerra Mundial, desenvolvimento passa a ser identificado com direitos sociais e políticas de distribuição de renda. O Estado do bem-estar social surge na Europa ocidental, baseado na solidariedade, no âmbito do Estado capitalista, como uma forma particular de regulação social que se expressa pelas transformações das relações entre o Estado e a sociedade (MOTA, 2001, p. 30).

O mundo começou a questionar o modelo de desenvolvimento vigente até então, depois de presenciar duas grandes guerras mundiais, a depressão econômica de 1929, duas explosões atômicas, aparecimento de regimes totalitário, miséria, fome, ditaduras sangrentas na América Latina, poluição dos mares, rios, devastações de florestas dentre outras situações impactantes.

O eixo estruturador do desenvolvimento econômico capitalista, baseado na troca competitiva, trouxe graves problemas para o meio ambiente, dentre eles, o consumismo exacerbado e a exclusão social.

Pelo avanço do conhecimento científico, a sociedade atingiu um nível tal de suas forças produtivas, que sentiu-se ameaçada pelo seu poder devastador. A mudança de estado, dependeria de uma ampla revisão no pensamento ocidental predominante até então, para possibilitar a criação de novos conceitos sobre conhecimento, necessidade, natureza, homem, espaço e tempo.

3.1.2 Construindo um Novo Modelo de Desenvolvimento

A sociedade global, marcada por uma crise de valores, começa a questionar a idéia do homem como centro do universo, e passa a buscar um novo modelo que dê um outro significado a sua posição frente à natureza.

Várias correntes ambientalistas surgiram no final da década de 60, nos Estados Unidos e na Europa, no âmbito da sociedade civil, como respostas aos fatos e situações de risco que aconteciam na época. Uma destas correntes, tinha cunho conservacionista-preservacionista e a segunda tinha a pretensão de constituir uma nova ordem social (STEIGLEDER, 2004, 84).

Deste caldeirão de idéias surgiram duas correntes: o ambientalismo ecocêntrico e o ambientalismo moderado ou antropocentrismo alargado. O primeiro, preocupado com a proteção das populações, espécies, habitats e ecossistemas ameaçados, independentemente da consideração do seu valor de uso e sua importância para os humanos. O segundo, que compreende o meio ambiente como um conceito cultural, criado pelo homem, discordando da idéia de que a natureza estava na origem dos valores (TAVOLARO, 2001, p. 149).

O antropocentrismo alargado acentuou a responsabilidade do homem pela natureza e justificou a atuação deste como guardião da biosfera, trazendo a noção de integração do ser humano com o meio, sem todavia, atribuir um valor intrínseco ao meio ambiente (STEIGLEDER, 2004, p. 92).

Os primeiros movimentos internacionais para debater as questões relacionadas a meio ambiente e desenvolvimento surgiram no início da década de 70, com a realização, em 1972, em Estocolmo, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo.

O relatório “Limites ao crescimento”, de cunho neomalthusiano, serviu de base teórica para a Conferência, tendo como proposta o congelamento do crescimento econômico, como forma de evitar os efeitos devastadores dos impactos ambientais. As discussões dividiram os países em dois grupos antagônicos: os países desenvolvidos, que defensores, a favor da proposta e os países não desenvolvidos que defendiam o “crescimento a qualquer custo”, como proposta contrária.

Apesar das divergências e da complexidade das questões em debate, a Conferência de Estocolmo representou um marco fundamental, ao identificar a urgente necessidade de criar

novos instrumentos para resolver problemas de caráter planetário, o que acabou sendo o embrião de um novo modelo de desenvolvimento, denominado ecodesenvolvimento e, posteriormente, desenvolvimento sustentável.

Como produto desta conferência, foi aprovada, pelos países presentes, a Declaração de Estocolmo, também conhecida como Declaração do Meio Ambiente, documento este contendo 23 princípios comuns que ofereciam aos povos do mundo inspiração e guia para preservar e melhorar o meio ambiente humano.

Outra decorrência prática da Conferência de Estocolmo foi a criação, pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1983, da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que publicou, em 1987, um estudo denominado “Nosso Futuro Comum” ou “Relatório Brundtland”, que trazia a idéia de um modelo de desenvolvimento para todos e buscando um equilíbrio entre as posições antagônicas surgidas em Estocolmo.

Tentando conciliar o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente, surgiu, pela primeira vez, a concepção de desenvolvimento sustentável, conceituado, pela CNUMAD como: processo de transformação na qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às aspirações humanas (BARBIERI, 1997, p. 23).

Em 1992, foi então realizada, no Rio de Janeiro, a CNUMAD, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como ECO'92 ou Rio/92, tendo se constituído no maior evento de caráter intergovernamental do gênero.

A partir deste marco histórico e conceitual, estabelece-se um novo paradigma ambiental, estruturado em dois grandes objetivos: a promoção da dignidade humana e a sustentabilidade da Terra, estando fundamentado em uma nova racionalidade e em uma nova ética ambiental.

A nova racionalidade propõe uma visão sistêmica do universo e do meio ambiente, e a transformação e formulação de novos conceitos científicos, que pressupõem, em sua essência, a interdependência, a inter-relação, o desenvolvimento sustentável, a distribuição mais equitativa das riquezas, mudanças no sistema social, político e econômico.

A nova ética ambiental, reconhece os limites de uso dos recursos naturais, tem o compromisso com o desenvolvimento sustentável, busca a satisfação das necessidades básicas das pessoas, respeita a diversidade, tem o compromisso com os direitos humanos, com a paz e a justiça social.

Entretanto estes novos valores surgem na comunidade internacional como um modelo a ser buscado, a ser atingido pelos países, em razão da necessidade premente de se estacionar o processo de degradação galopante que se instala no planeta. É apenas o início do processo de conscientização dos países de que os problemas ambientais são de interesse de todos e que os efeitos nocivos da degradação não respeitam fronteiras.

Na atualidade, a sociedade capitalista não evoluiu muito como se podia esperar. Organiza-se hoje, em práticas e comportamentos potencialmente causadores de situações de riscos que alcançam a todos indistintamente.

Convive-se com um perfil de riscos específico das novas sociedades, que não se identifica a contextos espaciais ou temporais particulares, e não mais expressa o resultado exclusivo de eventos involuntários e naturais.

O ingresso na sociedade de risco começa exatamente onde os princípios de cálculo da sociedade industrial são encobertos ou anulados, e no momento (...) em que os perigos socialmente decididos, e portanto, produzidos, sobrepõem os limites da segurabilidade. A falência dos sistemas de securitização e controle são características fundamentais dos riscos de um segundo momento da modernidade (modernidade reflexiva), momento em que, o caixão da modernidade é aberto, expondo a face de um desenvolvimento incalculável e insegurável, e de uma sociedade que perde a capacidade de controlar as contingências (BECK, Apud LEITE, 2004, p. 18).

Apesar da evolução do entendimento das questões ambientais, o mundo ainda encontra-se distante do modelo de desenvolvimento idealizado nos tratados internacionais. Na realidade, existe uma grande defasagem entre o que passa a ser compreendido como necessário e o que concretamente precisa ser realizado, pois sempre existem interesses privados que precisam ser combatidos em prol dos interesses coletivos. “...os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas” (BOBBIO, p.5).

A breve retrospectiva da história sobre as relações entre desenvolvimento econômico e sua interface com o meio ambiente embasa o entendimento de que as transformações sociais ocorrem antes de sua valoração e de sua normatização.

3.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA TUTELA JURÍDICA DO MEIO AMBIENTE

O Direito está intimamente ligado às transformações sociais e como tal, submetido aos fatos históricos. Parte de significações específicas, frutos do pensamento e da construção mental da sociedade, e dá um sentido jurídico à vida humana. Cada época tem seus acontecimentos relevantes, que são valorados e assim impulsionam as mudanças sociais.

Desta forma, o Direito não deve ser visto apenas na sua dimensão normativa mas como um sistema integrado por circunstâncias fáticas da existência humana em sociedade, que são transformadas em normas coercitivas para tutelar valores e interesses socialmente estabelecidos

Em uma rápida incursão na história da legislação ambiental brasileira, é fácil perceber que a temática ambiental não é tão recente quanto parece. As primeiras referências legislativas sobre o meio ambiente, no Brasil, são advindas da legislação portuguesa, e vigoraram, até o advento do Código Civil em 1916.

No tempo do descobrimento do Brasil, vigorava em Portugal as Ordenações Afonsinas, que já fazia algumas referências ao meio ambiente, como por exemplo, a tipificação como crime de injúria ao rei, o corte de árvores frutíferas. Em relação aos animais, a preocupação com as aves era ainda mais antiga (1326), onde se equiparava o furto das aves para efeitos criminais a qualquer outra espécie de furto, sendo ainda importante mencionar, o caráter precursor dessa norma legal em termos da aplicação da teoria da responsabilidade civil, que previa o pagamento de um quantum pelo infrator a fim de reparar materialmente o proprietário pela perda de seu animal, a ponto de estimar explicitamente valores distintos para as aves, tais como, o gavião e o falcão (WAINER, 1991, p.6).

Em 1521 passa a vigorar, em Portugal e no Brasil colônia, as Ordenações Manuelinas, que trazem outros temas referentes à matéria ambiental tais como: a proibição da caça de animais como perdizes, lebres e coelhos, com redes, fios ou outros meios capazes de causar sofrimento na morte desses animais; a introdução da noção de zoneamento ambiental, ao vedar a caça em determinados lugares; protege as abelhas, coibindo a comercialização de suas colméias por vendedores que não houvessem preservado a vida destes insetos. Para esta infração, a pena variava, conforme a classe social do infrator. Porém, o dano causado ao reino, pela morte desses animais deveria ser reparado com quantia correspondente ao quádruplo do valor da colméia .

Como resultado da revisão das Ordenações Manuelinas, passa a vigorar em 1603, em Portugal e suas colônias, as Ordenações Filipinas. Pode-se destacar nesta consolidação, importantes medidas como a de proibição de caça de certos animais, e a proibição de pesca com rede em determinada época e referências expressas à poluição das águas, com proibição de lançamento de material que pudesse prejudicar os peixes e sujar as mesmas (MAGALHÃES, 1998, p. 27).

Porém, apesar da existência destes dispositivos legais relativos ao meio ambiente, não podia-se dizer que o meio ambiente já era objeto de tutela jurídica. Tanto no Brasil como no resto do mundo, a situação era a mesma, protegia-se os recursos naturais por motivos de ordem econômica, não sendo o meio ambiente objeto de tutela.

A questão ambiental, no período colonial, imperial e republicano, este até a década de 60 do século XX, juridicamente não existia [...] foi a fase da exploração desregulada, do *laissez-faire* ambiental, onde a conquista de novas fronteiras (agrícolas, pecuárias e minerais) era tudo o que importava na relação homem-natureza (BENJAMIN, 2003, p. 16).

Com a promulgação do Código Civil em 1º de janeiro de 1916, ficou revogado o sistema jurídico que vigia, desde o início do século XVII, e uma imensa gama de leis, alvarás e regimentos. O referido Código, elencou várias normas de conteúdo ecológico, destinadas à proteção de direitos privados na composição de conflitos de vizinhança.(MILARÉ, 2000, p. 96).

Nas décadas seguintes a promulgação do Código Civil, começam a aparecer os primeiros diplomas legais de conteúdo exclusivamente ambiental, entretanto apesar da grande quantidade de leis sobre o assunto, as mesmas traduziam uma concepção ambígua que, de um lado, tentava preservar o meio ambiente, e de outro, permitia, e até incentivava sua destruição. Esta fase, caracterizada como fragmentária, onde o legislador, agora preocupado com os recursos naturais, mas não ainda com o meio ambiente, impôs controles legais às atividades exploratórias. Tutelava-se apenas o que tivesse conteúdo econômico, resquícios do utilitarismo. É também desta fase, o Código Florestal, de 1965, o Código de Caça, de Pesca e de mineração, todos de 1967 (BENJAMIN, 2003, p. 17).

A Constituição Federal de 1967, emendada pela de 1969, não se preocupava com o meio ambiente de forma específica, havendo referências a elementos integrantes do meio ambiente como florestas, caça e pesca.

O alerta para a gravidade dos danos ambientais foi dado em 1972, em Estocolmo, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, promovida pela ONU, e que contou

com a participação de 114 países. Essa conferência foi produto da percepção das nações ricas e industrializadas da degradação ambiental causada pelo seu processo de crescimento econômico e progressiva escassez de recursos naturais.

Durante a Conferência, o Brasil, em pleno regime autoritário, liderou, um grupo de países que pregava a tese do “desenvolvimento a qualquer custo”, ou seja a continuidade do progresso e do modelo econômico vigente.

Esta conduta estava embasada nas idéias contidas no I Plano Nacional de Desenvolvimento, implementado entre 1972 e 1974, um desastre em matéria ambiental. Este plano, possuía programas como o PIN (Programa de Interação Nacional) e o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agropecuária do Norte e do Nordeste), responsável pela maior devastação já ocorrida na Amazônia. Apesar das conseqüências negativas do I PND, algo de bom aconteceu: a mobilização da opinião pública, que começou a exigir do governo federal, medidas no sentido de fazer cessar as agressões na Amazônia (MAGALHÃES,1998, p.46).

O II Plano Nacional de Desenvolvimento trouxe contribuições importantes para o Direito Ambiental brasileiro porque modificou o modelo de ocupação da Amazônia e tratou da política ambiental de uma forma mais ampla, produzindo conseqüências benéficas, como por exemplo, a promulgação de uma série de diplomas legais importantes. É também relevante referenciar a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), em 1973 (Ibidem, 1998, p. 48).

Finalmente, com a aprovação do III Plano Nacional de Desenvolvimento, para vigorar no período de 1980 a 1985, é que foi dado o passo decisivo para a consolidação do Direito Ambiental brasileiro. Os efeitos dessa nova orientação governamental culminaram com o estabelecimento de uma Política Nacional para o Meio Ambiente através da Lei nº6938, de 31 de agosto de 1981.

Foi instituído também o SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente, do qual participavam órgãos e entidades ligadas às questões ambientais, de todos os estados brasileiros. E para assessorar o governo federal nas diretrizes da política ambiental, foi criado o CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente.

A Lei nº 6938/81 criou instrumentos inibidores da ação predatória das atividades humanas como: o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, o zoneamento ambiental, a avaliação de impactos ambientais, o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.

A Política Nacional do Meio Ambiente foi orientada para uma execução descentralizada, repartição de responsabilidades sobre o meio ambiente entre as três esferas de governo e participação da sociedade civil. Adotou a responsabilidade civil objetiva para o poluidor que passou a ser obrigado a indenizar danos ambientais, independentemente de culpa. Concedeu ao Ministério Público a legitimidade para propor ações de responsabilidade civil por danos ao meio ambiente, impondo ao poluidor a obrigação de recuperar e/ou indenizar prejuízos causados.

A Lei não só estabeleceu os princípios, objetivos e instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, como ainda incorporou, de vez no ordenamento jurídico brasileiro, instituindo um regime de responsabilidade civil objetiva para o dano ambiental, sem falar que lhe coube conferir ao Ministério Público, pela primeira vez, legitimação para agir. (BENJAMIN, 2003, p. 18).

Apesar desses avanços na área administrativa, faltava um instrumento processual mais eficaz para combater os abusos, pois as multas não conseguiam coibi-los e apenas o Ministério Público poderia agir por conta própria em favor de terceiros pois o art. 6º do Código de Processo Civil não permitia.

Logo após, foi instituída a Ação Civil Pública, através da Lei nº 7347, de 24 de julho de 1985, que estabeleceu um inovador mecanismo de defesa judicial do meio ambiente, cuja legitimação ativa de tal ação pertenceria não só ao Ministério Público, mas também à União, aos Estados, aos Municípios, às autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista às associações civis, dentre as quais estavam incluídos os sindicatos, constituídos há mais de um ano e que incluíssem em seus estatutos, a defesa ambiental. Nesta mesma ocasião, também foi instituído o inquérito civil para apuração de dano ambiental, a ser efetuado pelo Ministério Público mediante provocação de qualquer cidadão.

Considerando que o processo de elaboração das normas legais é decorrente de uma série de fatores sociais, econômicos, políticos, éticos e ideológicos vigentes em uma determinada época, a existência de uma conjuntura internacional de fatos e idéias ligadas às questões ambientais, bem como os compromissos assumidos perante a comunidade internacional, foram fatores que influenciaram o legislador constituinte, na elaboração das normas relativas ao meio ambiente.

A Constituição Federal de 1988 foi inspirada e influenciada por dois documentos internacionais de grande relevância e oriundos de momentos históricos diversos: a Declaração de Estocolmo, também conhecida como Declaração do Meio Ambiente, adotada pela

Convenção das Nações Unidas em 1972 e o “Relatório Nosso Futuro Comum” ou “Relatório Brundtland”, produto dos trabalhos da Comissão Brundtland, de 1987, ambos citados nos capítulos anteriores.

O legislador constituinte de 1988, sintonizado no contexto internacional acerca das questões ambientais, conseguiu assimilar a essência do entendimento sobre a real ligação entre o modelo de desenvolvimento e sua influência sobre os recursos naturais e a qualidade de vida das pessoas. Assim, situou o meio ambiente, dentro da Constituição, em dois Títulos de fundamental importância: o Título VII, referente à Ordem Econômica e Financeira e o Título VIII, referente à Ordem Social; o primeiro inspirado pelo “Relatório Nosso Futuro Comum” e o segundo, pela Declaração do Meio Ambiente.

A compreensão de que o meio ambiente não existe de forma desvinculada das ações, ambições e necessidades humanas foi determinante para o entendimento dos problemas ambientais. A humanidade evoluiu na percepção destes problemas, hoje entendidos como planetários, e que têm como causa principal, o modelo de desenvolvimento econômico. A íntima ligação existente entre o modo de produção, os padrões de consumo e o aumento da população e seus efeitos danosos sobre os recursos naturais foi percebida como uma realidade. O modelo de desenvolvimento, que, ao mesmo tempo estimulou padrões insustentáveis de consumo e produção, também produziu exclusão social, sendo todos causa de degradação ambiental.

A Declaração do Meio Ambiente firmou 26 princípios de proteção ambiental, que foram fonte inspiradora do capítulo do meio ambiente da Constituição Brasileira. E o Relatório Nosso Futuro Comum, trouxe o conceito de desenvolvimento sustentável, apontando para a incompatibilidade entre este conceito e os padrões de produção e consumo até então vigentes.

Este último documento foi o responsável pelo entendimento do conteúdo econômico das questões ambientais, motivando a colocação da defesa do meio ambiente como um dos princípios gerais da atividade econômica. Isto, aparentemente, pode ter passado despercebido para a maioria das pessoas, que não conseguiu compreender a estreita ligação entre o meio ambiente e o modo de produção e a distribuição da riqueza nas classes sociais, porém este entendimento do legislador constituinte demonstrou o quanto ele estava sintonizado com as questões ambientais discutidas no contexto internacional.

A Ordem Econômica está fundada na valorização do trabalho humano e na iniciativa privada e tem a finalidade de assegurar a todos, existência digna, conforme os ditames da

justiça social, tarefa difícil, num sistema de base capitalista. É que, justiça social só se realiza mediante equitativa distribuição de riqueza. Um regime de justiça social não aceita as profundas desigualdades, a pobreza absoluta e a miséria.

Colocar a defesa do meio ambiente como um dos princípios gerais da atividade econômica significa dizer que, toda atividade econômica só pode desenvolver-se legitimamente enquanto atende a tal princípio, entre os demais relacionados no art. 170 (MACHADO, 1999, p.763).

Desta forma, o legislador constituinte, na época, foi muito além, quando traçou o horizonte legal brasileiro sobre a questão ambiental, pois o sonho de um desenvolvimento econômico, baseado no sistema capitalista, valorizando o trabalho humano, a dignidade e a justiça social, parece fazer parte de um ideal, longe ainda de ser atingido. Entretanto, o simples fato de ter sintonizado a Carta Magna brasileira com o entendimento mais moderno sobre o assunto já foi um grande passo para o futuro.

A base constitucional da Ordem Social é o primado do trabalho, e o objetivo é o bem-estar social e a justiça social, que, neste particular se harmoniza com a Ordem econômica, que se funda também na valorização do trabalho e tem como objetivo, assegurar a todos, existência digna, conforme os ditames da justiça social.

A Constituição Federal disciplinou, no Título VIII, a Ordem Social, dividindo-a em oito capítulos: disposição geral (art.193); seguridade social (arts. 194 a 204); educação, cultura e desporto (arts. 205 a 217); ciência e tecnologia (arts. 218 e 219); comunicação social (arts. 220 a 224); meio ambiente (art. 225); família, criança, adolescente e idoso (arts. 226 a 230); e índios (arts.231 a 232).

O meio ambiente encontra sua base normativa no capítulo VI do Título VIII, consubstanciada nos parágrafos e incisos do art. 225.

A elaboração desse capítulo foi inspirada na Declaração do Meio Ambiente, adotada pela Conferência das Nações Unidas, em Estocolmo, em junho de 1972. É importante elucidar que o referido documento havia sido produzido no momento histórico, em que os problemas ambientais passaram a ser compreendidos como problema generalizado, porém confinados ainda nos limites territoriais de cada estado nacional. As suas causas eram atribuídas à má gestão dos recursos naturais e à negligência e à irresponsabilidade de produtores de bens e serviços.

A referida Declaração firmou 26 princípios fundamentais de proteção ambiental e reconheceu o novo direito fundamental ao meio ambiente, classificado como direito

fundamental de terceira geração. O legislador constituinte conseguiu condensar a essência do entendimento contido na Declaração do Meio Ambiente, no artigo 225, em seus parágrafos e incisos.

O art. 225 da Constituição Federal de 1988 compreende três conjuntos de normas: a norma-matriz ou norma princípio, as normas-instrumento que tratam da eficácia do princípio e um conjunto de determinações particulares (SILVA, 2000, p.52).

O primeiro acha-se no caput do artigo, onde o legislador garantiu o direito fundamental de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. O segundo encontra-se no § 1º, com seus incisos, que versa sobre os instrumentos de garantia da efetividade do direito fundamental ao meio ambiente equilibrado. Estas normas outorgam direitos e instituem deveres, relativos ao setor ou ao recurso ambiental objeto da sua proteção. E, finalmente, o terceiro grupo de normas caracteriza um conjunto de determinações particulares em relação a objetos e setores, referidos nos §§ 2º ao 6º que, por se tratarem de áreas e situações de elevado conteúdo ecológico, necessitam de proteção constitucional.

Em síntese, pode-se dizer que a Constituição Federal deu o seguinte entendimento às questões ambientais: reconheceu, como direito fundamental de todos (presentes e futuras gerações), o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; atribuiu ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente; reconheceu o meio ambiente como bem difuso; criou, para o Poder Público e para o cidadão, o dever constitucional de preservar e defender o meio ambiente; atribuiu a titularidade do bem jurídico meio ambiente às presentes e às futuras gerações.

3.3 A COMPREENSÃO JURÍDICA DO AMBIENTE

Partindo deste pressuposto, pode-se dizer que, as relações do homem com a natureza sempre estiveram na base do entendimento das questões ambientais e de seus reflexos sobre o desenvolvimento econômico. A forma de perceber a natureza e utilizar seus recursos foram embasadas, a partir de concepções axiológicas e serviram para justificar os modelos econômicos ao longo da história.

O que se busca agora é discutir acerca do conceito de meio ambiente estabelecido na atualidade e seus fundamentos jurídicos e filosóficos, com vistas a servir de base para o estudo do dano ambiental.

3.3.1 Sobre o Conceito Jurídico de Meio ambiente

Pode-se dizer que existe uma certa dificuldade de estabelecer-se um consenso entre os que se arriscaram em propor um conceito para o meio ambiente. De início, o próprio significado semântico do termo meio ambiente, provoca algumas discordâncias entre os doutrinadores. Para Machado (1998, p.69), trata-se de palavras sinônimas, ao passo que para Leite (2004, p. 69), o termo meio ambiente é um pleonasma, por serem termos equivalentes.

Na opinião de Milaré (2001, p.63) o termo meio ambiente não chega a ser um pleonasma uma vez que, a expressão, é formada por dois termos equívocos (mesma palavra com significados diferentes), onde o primeiro pode significar: aritmeticamente a metade de um inteiro; um dado contexto físico ou social; um recurso ou um insumo para se alcançar ou se produzir algo. E o segundo termo pode representar um espaço geográfico ou social, físico ou psicológico, natural ou artificial. A questão mais relevante sobre o assunto, na realidade, não é a discussão semântica acerca da expressão meio ambiente, já consagrado na língua portuguesa, e sim, os aspectos jurídicos e filosóficos que se encontram embutidos no referido conceito.

Na realidade, o estabelecimento de um conceito sob determinado objeto é resultado da compreensão e da valorização do mesmo. Assim, não seria diferente com o conceito sobre o meio ambiente, que variou ao longo do tempo, a depender dos interesses e do entendimento das pessoas.

O meio ambiente foi conceituado de várias maneiras, desde a forma fragmentada, reflexo do paradigma racionalista, que não percebia o meio ambiente ainda como um valor em si, mas como recurso a ser utilizado em benefício do homem. Evoluindo, ao longo do tempo, para um conceito em que assume um sentido amplo, não restrito a elementos exclusivamente naturais, em que o cuidado com os mesmos não configura-se como um fim, mas como um meio de possibilitar o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida na sociedade.

Este conceito amplo foi adotado pela Declaração da ONU, aprovada em 1972, e que serviu de inspiração para a elaboração do conceito legal no ordenamento jurídico brasileiro.

É importante mencionar que, a normatização de fatos sociais é uma das funções do direito, e a correta fixação dos conceitos jurídicos é de suma importância para que seja assegurada a segurança jurídica da vida em sociedade. Assim, o estabelecimento de um conceito jurídico sobre o meio ambiente, consoante como entendimento da comunidade

internacional foi de suma importância para o estabelecimento de uma nova consciência sobre a questão ambiental no contexto nacional.

O conceito legal de meio ambiente, foi estabelecido no direito brasileiro, de forma ampla, através da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (art. 3º, I da Lei 6.938/81).

Por sua vez, art. 2º, I do mesmo dispositivo legal, atribuiu ao meio ambiente, a qualidade de patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo, onde a noção de patrimônio público deve ser compreendida como um instrumento capaz de possibilitar a defesa do meio ambiente através dos mecanismos do direito público (ANTUNES, 2002, p. 227).

Sintetizando a idéia, Steigleder (2004, p. 99), sobre o conceito de meio ambiente, afirma:

Trata-se de conceito sistêmico que visualiza o meio ambiente como unidade inter-relacionada, integrada pela natureza original, artificial e pelos bens culturais, pressupondo-se uma interdependência entre todos os elementos que integram o conceito, inclusive o homem [...].

A Constituição Federal de 1988, no seu art. 129, inciso III, conferiu ao meio ambiente a característica de direito difuso e o art. 225, caput, mesmo não apresentando claramente um conceito para o meio ambiente, atribuiu-lhe a condição de direito de todos, de bem de uso comum do povo, essencial à qualidade de vida, ainda impondo ao poder público e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Em face da sistematização dada pela Constituição Federal de 1988, o conceito de meio ambiente dado pela Lei 6.938/81, foi recepcionado, isto porque a Carta Magna buscou tutelar, não só o meio ambiente natural, mas também o artificial e o cultural e o do trabalho (FIORILLO, 2003, p. 19).

O conceito de meio ambiente é amplo e contempla a natureza original e artificial, bem como os bens culturais correlatos, compreendendo, portanto, o solo, a água, o ar, a flora, as belezas naturais, o patrimônio histórico, artístico, turístico, paisagístico e arqueológico”. (MILARÉ, 2001, p. 62).

Para Silva (2000, p. 20), o meio ambiente é, a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas

as suas formas. A integração busca assumir uma concepção unitária do meio ambiente, compressiva dos recursos naturais e culturais.

O legislador brasileiro adotou uma conceituação atual, abarcando vários elementos culturais do ser humano, os quais não podiam ser excluídos da definição, considerando a necessidade de interação destes com os elementos naturais e artificiais (LEITE, 2004, p. 80).

Steigleder (2004, p. 97-98) fazendo uma retrospectiva sobre o conceito de meio ambiente presente em alguns países europeus, afirma que, na doutrina italiana, contemporânea, o conceito ambiente é unitário e sistêmico, o mesmo acontecendo com a legislação de Portugal, que também possui um conceito globalizante de meio ambiente, tendência também presente, segundo a autora, na política ambiental da Comunidade Européia, que apresenta uma compreensão ampla de meio ambiente, incluindo os recursos naturais e os componentes inanimados, bem como o patrimônio cultural e urbanístico.

Como percebe-se, a concepção ampla do conceito de meio ambiente é uma realidade estabelecida em decorrência da evolução da própria visão do homem frente à natureza, e que, de acordo com a visão do antropocentrismo alargado, assume a noção de ambiente em sentido amplo, não restrito aos componentes naturais, e em que o cuidado com os recursos não é um fim em si mesmo, mas um meio para favorecer ou possibilitar o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida na sociedade.

O antropocentrismo alargado encontra-se amparado legalmente no Direito brasileiro (art. 225, caput da Constituição Federal de 1988 e na Lei 6.938/81, [...] que coloca o homem como integrante (art. 3º, inciso I, Lei n. 6.938/81) da comunidade biota (LEITE, 2004, p.75).

3.3.2 O Meio Ambiente e sua Classificação

Como visto anteriormente, o conceito de meio ambiente, positivado na legislação brasileira, é amplo, em uma visão globalizada e integrada. Como afirma Milaré (2001, p. 64), numa concepção ampla, que vai além dos limites estreitos fixados pela Ecologia tradicional, “o meio ambiente abrange toda a natureza original (natural) e artificial, assim como os bens culturais correlatos”. Pode-se afirmar que há um consenso no sentido de que o mencionado conceito envolve, além do ambiente natural, também o artificial, o cultural e o do trabalho, os quais integram o conceito de meio ambiente como um todo.

O meio ambiente natural ou físico é constituído por solo, água, ar atmosférico, flora e fauna e por todos os demais elementos naturais responsáveis pelo equilíbrio dinâmico entre os

seres vivos e o meio em que vivem (GOMES, 1999, p. 29). É mediamente tutelado pelo caput do art. 225 da Constituição Federal e imediatamente pelo § 1º, I e VII, deste mesmo artigo.

O meio ambiente artificial, é compreendido pelo espaço urbano construído, consistente no conjunto de edificações (espaço urbano fechado) e pelos equipamentos públicos (espaço urbano aberto)(FIORILLO, 2003, P. 21). O meio ambiente artificial é tutelado pela Constituição Federal no art, 225; no art. 182, referente à política urbana, no art. 21, XX que prevê a competência material da União para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico, transportes urbanos; art 5º, XXIII, entre outros.

O meio ambiente cultural vem previsto no art. 216 da Constituição Federal de 1988, que o delimita da seguinte forma:

Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores, nos quais se incluem:

- I – as formas de expressão;
- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, projetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, ecológico e científico.

É importante registrar que o conceito de patrimônio cultural na atualidade tem uma abrangência maior do que previa o Decreto-lei n. 25/37, em que eram merecedores de proteção legal apenas os bens dotados de valor excepcional, eruditos, vinculados a fatos memoráveis da história do país. Hoje, a doutrina entende que são igualmente merecedores de proteção legal bens, manifestações e acontecimentos sociais e populares, mesmo restritos à comunidades determinadas, desde que portadores de referência à identidade, à ação e à memória desses grupos específicos. (MIRRA, 2002, p. 33)

Portanto, a defesa do patrimônio cultural está relacionada não só com a preservação do meio físico e de bens materiais, como os monumentos ou os conjuntos de edificações de valor

artístico, histórico, turístico e paisagístico, como ainda com a preservação da memória social e antropológica do homem.

E por fim, o meio ambiente do trabalho pode ser entendido como “o local onde as pessoas desempenham suas atividades laborais, remuneradas ou não, cujo equilíbrio está baseado na salubridade do meio e na ausência de agentes que comprometem a incolumidade físico-psíquica dos trabalhadores, independentemente da condição que ostentam” (FIORILLO, 2003, p. 22).

3.3.3 O Meio Ambiente como um Direito Fundamental

Esse direito foi reconhecido pela Declaração de Estocolmo de 1972, e foi incorporado na Constituição de 1988, inspirado pelo Princípio 1, transcrito a seguir:

PRINCÍPIO 1 – O Homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequada em um meio cuja qualidade lhe permite levar uma vida digna e gozar de bem-estar e tem a solene obrigação de proteger e melhorar esse meio para as gerações presentes e futuras.

Segundo SILVA (2002, p.14), passou a representar para o país e para o povo brasileiro um enorme passo na direção da garantia, da proteção, conservação e preservação de todos os bens ambientais juridicamente tutelados em leis extravagantes e diplomas infra-constitucionais existentes em nosso país.

A consciência de um mundo partido entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas abriu o espaço para reflexões sobre a questão dos direitos fundamentais, entendidos aqui como todos os direitos e garantias nomeados e especificados em instrumento constitucional, imutáveis e que receberam um grau mais elevado de garantia ou segurança (BONAVIDES, 2000, p.515).

Os direitos fundamentais conquistados pelos homens, ao longo da história, seguiram uma evolução lógica prevista no lema revolucionário do século XVIII, liberdade, igualdade e fraternidade e passaram a fazer parte da ordem jurídica em três gerações ligadas ao contexto social e às necessidades de cada época.

Os direitos de primeira geração foram os direitos da liberdade, tendo como titular o indivíduo e como finalidade a proteção do indivíduo frente ao poder estatal. Os de segunda geração, os direitos da igualdade, foram os direitos sociais, culturais e econômicos e tinham

como titular a coletividade. E os direitos fundamentais de terceira geração, que se assentaram sobre a fraternidade, são eles: o direito ao desenvolvimento, o direito à paz, o direito ao meio ambiente, o direito à propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade e o direito de comunicação, estes identificados pela Teoria de Vasak (BONAVIDES, 2000, p. 523).

O direito ao meio ambiente equilibrado, essencial a uma sadia qualidade de vida, é um direito de terceira geração, que tem como titular, não o indivíduo em sua singularidade, nem uma coletividade, mas tem como destinatário o gênero humano.

3.3.4 O Bem Ambiental

3.3.4.1 A Evolução do Conceito de Bem Jurídico

O direito também visa proteger interesses e estes, ligam bens a pessoas, ocorrendo esta interligação de pessoas a bens, no âmbito da relação jurídica. Portanto, “os bens jurídicos são valores materiais ou imateriais , que servem de objeto a uma relação jurídica (PIVA, 2000, p. 97).

A idéia de que os bens são elementos corpóreos, ao qual se atribui um valor pecuniário vem se aprimorando ao longo do tempo. Silvio Venosa (1999, p. 212), conceitua bem como tudo o que pode nos proporcionar utilidade, tudo que corresponde a nossos desejos. Deve ser considerado aquilo que tem valor, abstraindo-se daí a noção pecuniária do termo.

Já numa concepção mais moderna, bem jurídico pode ser visto como “tudo aquilo que é protegido pelo direito, tendo ou não conteúdo ou valoração econômica”(RIZZANATO, apud SALGE, 2003, p. 23).

O conceito de bens jurídicos vem evoluindo, como outros conceitos, no âmbito do direito, sendo assim, a preocupação egoísta, privada e pública, na proteção dada pelo direito aos bens, desloca-se para as necessidades coletivas. As propriedades econômicas, capazes de qualificar um bem como jurídico, vão dividindo espaço com as suas propriedades afetas a valores da vida (PIVA,2000, p. 105).

Mauro Capelleti, na segunda metade do século XX, identificou a existência de um tipo de bem, que não se enquadrava na classificação tradicional dos bens, não sendo público nem privado. Afirmava, o doutrinador italiano que existia um tipo de bem que se situava numa zona intermediária onde o titular não seria o cidadão, individualmente considerado, nem

o Estado, enquanto pessoa jurídica de direito público. Esse bem seria típico de um mundo novo, assim como seria a saúde, o meio ambiente, tendo caráter difuso e coletivo, porque não seria pertencente a um só indivíduo ou quanto mais a coletividade (SALGE, 2003, p. 97).

Com o advento da Constituição Federal de 1988, o sistema jurídico nacional, traduziu a necessidade de orientar-se para a realidade do século XXI, tendo como pressuposto a sociedade de massas dentro de um contexto de tutela de direitos e interesses adaptados às necessidades, principalmente metaindividuais (FIORILLO, 2003, p. 50). Diferentemente da dicotomia entre público e privado, surge uma terceira categoria de bem, a qual encontra-se inserido o bem ambiental, que não sendo público nem privado, é difuso.

3.3.4.2 O Bem Jurídico Ambiental

Quanto ao conceito oriundo da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81), afirma Mirra (2002, p. 12): “não diz que o meio ambiente é o conjunto de bens formado pela água, pelo ar, pelo solo, pela fauna, pela flora pelos ecossistemas, pelos monumentos de valor histórico-cultural, os quais são em sua maioria, os elementos corpóreos que compõe o meio ambiente”. Na realidade o conceito contido no referido dispositivo legal, como visto anteriormente, é amplo e sistêmico, o que traz, como consequência imediata, a constatação de que se trata de um bem incorpóreo e imaterial, não confundindo-se os elementos materiais tais como o mar, o rio, a floresta, entre outros.

Essa lei, sem revogar os dispositivos da legislação setorial mais antiga, agrupou, como integrantes de um mesmo sistema, normas, princípios e regras gerais para a proteção de todos os bens ambientais, os quais, inclusive, receberam a mesma qualificação jurídica de recursos ambientais (art. 2º , II, III e IV, art. 3º V, e art. 4º , VI), orientação que, em seguida, foi reforçada com o tratamento unificado dado à matéria pela Constituição Federal de 1988, nos dispositivos sobre o patrimônio cultural brasileiro (art. 216, I a V e §§ 1º ao 5º) e no capítulo sobre o meio ambiente (art.225, caput, e §§ 1º ao 6º).

Constituição Federal declara o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como bem de uso comum do povo, e essencial à qualidade de vida. Como relata José Afonso da Silva, “o que é objeto do direito não é o meio ambiente em si, não é qualquer meio ambiente. É o meio ambiente qualificado, o direito que todos têm à qualidade satisfatória, ao

equilíbrio ecológico do meio ambiente. Essa qualidade é que se converteu em bem jurídico, o direito reconhece e protege como o Patrimônio ambiental” (2002, p. 82-83).

Inovando a ordem jurídica, o referido artigo previu o bem ambiental como uma nova categoria de bem, não sendo privado nem público, mas estabelecendo-se numa nova categoria intermediária, sendo um bem de uso comum do povo.

O bem de uso comum do povo consiste num bem que pode ser desfrutado por toda e qualquer pessoa, dentro dos limites fixados na constituição, e atribui à coletividade apenas o seu uso, e ainda assim o uso que o preserve para as futuras gerações (FIORILLO, 2003).

O bem ambiental, definido constitucionalmente também tem outra característica que é a qualificação de ser um ambiente essencial à qualidade de vida. Pela natureza subjetiva, esta característica do bem ambiental leva a uma dificuldade de interpretação levando à algumas reflexões sobre o assunto.

Os bens essenciais à sadia qualidade de vida são os bens fundamentais à garantia da dignidade da pessoa humana. “uma vida com dignidade reclama a satisfação de valores (mínimos) fundamentais descritos no art. 6º da Constituição federal, de forma a exigir do Estado que sejam assegurados, recolhimento de tributos, educação, saúde, trabalho, moradia, segurança, lazer, entre outros direitos básicos, indispensáveis ao desfrute de uma vida digna. (FIORILLO, 2003, p. 55ss).

A vida digna com qualidade, certamente representa o fim maior a ser colimado pelo direito em benefício do ser humano [...] porém não é a única proteção capaz de possibilitar a existência feliz e digna (PIVA, 2000, p. 111).

Ampliando o entendimento acerca do significado de qualidade de vida, pode-se verificar que: “a qualidade de vida como objetivo do desenvolvimento sustentável rompe os parâmetros homogêneos do bem-estar e abre possibilidades de novos indicadores do desenvolvimento humano que articulam os custos do crescimento com os valores culturais e os potenciais da natureza; as medições objetivas com as percepções subjetivas (LEFF, 2002, p. 325).

Baseado-se no conceito de meio ambiente e na tutela pretendida pelo legislador constitucional, pode-se afirmar que, o bem ambiental é um direito de todos, inclusive das futuras gerações; é parte integrante do equilíbrio ecológico do meio ambiente; é bem de uso comum do povo; é essencial à qualidade de vida; deve ser preservado e defendido, tanto pelo poder público como pela coletividade; é inerente à vida em todas as suas formas (art.3º da Lei

6.938/81). Sendo assim, o bem ambiental, é todo e qualquer bem essencial à sadia qualidade de vida.

3.4 OS INTERESSES DA COLETIVIDADE

3.4.1 A Noção de Interesse

A palavra interesse deriva etimologicamente de *quod inter est* (que está entre) e não deixa escapar de seu sentido a noção de ligação entre um sujeito e um objeto, tendo o direito a função precípua de proteger os interesses que ligam pessoas a bens. A clássica definição de Henri Capitant, descreve interesse como uma vantagem de ordem pecuniária ou moral. (Apud MANCUSO, 2000, p.18).

O conceito de interesse situa-se no plano valorativo que corresponde à combinação de dois conceitos o da necessidade e o da utilidade, sobre os quais se faz indispensável a compreensão

Pela sua própria natureza, o homem possui um número incomensurável de necessidades que busca satisfazer no sentido de suprir suas carências e restabelecer o equilíbrio perdido. A necessidade decorre do fato de que o homem depende de certos elementos, não só para sobreviver, como para aperfeiçoar-se social, política e culturalmente, pelo que não seria errôneo dizer que o homem é um ser dependente (ALVIM, 2000 p. 2).

Na concepção de Carnelutti, interesse era uma situação favorável à satisfação de uma necessidade (Apud RODRIGUES, 2002, p. 20). Em sentido contrário, Ugo Rocco descrevia o interesse como sendo um juízo formulado por um sujeito acerca de uma necessidade, sobre a utilidade e o valor de um bem, enquanto meio para satisfazer uma necessidade. É, por conseguinte, ato de inteligência, que é dado pela representação de um objeto (bem), pela representação de uma necessidade e pela aptidão do objeto (bem) para satisfazer a própria necessidade (ALVIM, 2000, p.3).

Sobre interesse, Vincenzo Vigoriti afirma ser uma relação entre um sujeito e um objeto que tem como ponto de contato a aspiração do homem acerca de determinados bens que sejam aptos à satisfação de uma exigência sua. (RODRIGUES, 2000 P.20).

É relação de reciprocidade entre um indivíduo e um objeto que corresponde a determinada necessidade daquele (SMANIO,2001, 107). O interesse interliga uma pessoa a

um bem da vida, em virtude de um determinado valor que esse bem possa representar para a pessoa (MANCUSO,2000, p.18).

No conceito de interesse estão presentes, um sujeito com necessidade e um objeto apto a satisfazer esta necessidade. Rodrigues (2002, p.22) identifica como parte da estrutura do interesse, dois elementos: um de natureza subjetiva e outro de natureza objetiva. O elemento subjetivo é o sujeito, que identifica uma necessidade e o segundo elemento é objetivo e corresponde ao objeto da relação, ou seja aquele apto a satisfazer a necessidade. Ainda mais minucioso, acrescenta ser a estrutura do interesse formada pelo portador (sujeito), pela necessidade, pelo objeto e pelo resultado esperado (satisfação), somando-se a isso o juízo (raciocínio) do portador na escolha do objeto.

Pode-se dizer, em síntese, que o interesse representará um elo entre um indivíduo e qualquer bem a que ele reconheça valor, seja ele material ou imaterial, de valor econômico ou simplesmente moral (MEDEIROS, 2004).

3.4.2 O Interesse Jurídico

Após a análise da noção de interesse, é importante tecer-se algumas considerações sobre o interesse jurídico, uma vez que se busca focar a discussão sob o aspecto de mesma natureza.

Pode-se dizer que o interesse jurídico é resultado da proteção que a ordem jurídica concede a determinados interesses, como resultado de sua importância para a sociedade. Assim, diversamente do interesses de conteúdo axiológico flexível, o interesse jurídico tem seu valor expresso na norma, como bem sintetiza Mancuso (2000, p.19) quando afirma que: “o interesse jurídico tem, assim, como um referencial certo valor inscrito na norma”.

3.4.3 As Diversas Espécies de Interesse

É relevante que seja feita a distinção entre as diversas espécies de interesse, qualificadas pelo direito, para em seguida adentrar no conceito de interesse coletivo, sobre o qual se objetiva detalhar.

Em uma primeira e simplificada classificação, pode-se dizer que distingue-se o interesse em várias espécies tais como: o interesse imediato e o interesse mediato; o interesse

individual e o coletivo; o interesse privado e o interesse público; o interesse de primário e o interesse secundário, entre outros.

Iniciando pelo interesse imediato, diz-se quando uma situação presta-se diretamente à satisfação de uma necessidade; e o interesse mediato quando a situação apenas indiretamente presta-se à satisfação da necessidade.(ALVIM, 2000, p. 4).

O interesse individual, pode-se dizer que é interesse atenuado às conveniências de cada um no que concerne aos assuntos da sua vida particular, interesse esse que é o da pessoa ou do grupo de pessoas singularmente consideradas. (MELLO, 2002, p. 70). E o interesse coletivo, em sentido amplo, é quando uma situação favorável à satisfação de uma necessidade não pode determinar-se senão em relação a vários indivíduos em conjunto. (ALVIM, 2000, p.5).

O interesse privado é aquele que tem como titular o cidadão, individualmente considerado, sendo exercido pelo e para o indivíduo e exaurindo-se no círculo de atuação do destinatário (SMANIO,2001).

Em contrapartida, o interesse público é o interesse do todo, do conjunto social, nada mais é que a dimensão pública dos interesses individuais, ou seja dos interesses de cada indivíduo enquanto partícipe da sociedade (MELLO, 2002).

3.4.4 Os Interesses Coletivos *Lato Sensu*

A clássica divisão do Direito oriunda da sua formação, reporta à dicotomia entre o público e o privado, em que os únicos pólos eram o indivíduo e o Estado. Ao longo dos séculos as transformações sociais se encarregaram de trazer à tona uma nova ordem, que surge como uma terceira via porque representa um ponto intermediário entre o indivíduo e o Estado, sendo mais que o indivíduo e menos do que o Estado, são estes os Interesses metaindividuais ou transindividuais.

A partir dos estudos de Mauro Cappeletti, na década de 70, a tradicional dicotomia entre interesse público e privado começa a sofrer pesadas críticas. Afirmava, o doutrinador italiano que existia uma zona intermediária de interesse em que o titular não seria o cidadão, individualmente considerado, nem o Estado, enquanto pessoa jurídica de direito público.

Os interesses metaindividuais são interesses que ficam na zona intermediária entre o interesse particular e o interesse público secundário do Estado. O interesse é metaindividual quando ultrapassa o círculo individual e corresponde aos anseios de todo um segmento ou

categoria (SMANIO, 2001). Um interesse é metaindividual quando, além de depassar o círculo da atributividade individual, corresponde à síntese dos valores predominantes num determinado segmento ou categoria social (MANCUSO, 2000, p.41).

O liame entre os titulares desse interesse consiste em estarem todos na mesma situação de fato ou compartilharem da mesma relação jurídica. Estes interesses podem ser comuns a toda uma categoria de pessoas não determináveis, que se encontram em uma situação de fato ou comuns a um grupo determinado ou determinável de pessoas (SMANIO, 2001, p. 108).

Na categoria de interesses metaindividuais é possível estabelecer uma distinção entre os interesses que atingem uma categoria determinada ou determinável de pessoas e os que atingem uma categoria não determinável de pessoas e que se encontram reunidas por uma situação. Estes correspondem à modalidade de interesse transindividuais ou metaindividuais, que têm como característica projetarem-se para além da esfera individual, posicionando-se na esfera coletiva, cuja titulação repousa em um grupo, uma classe, uma categoria de pessoas (determinadas ou determináveis) ou mesmo em toda a coletividade indeterminada. (MEDEIROS, 2004).

A tutela dos interesses metaindividuais aparece claramente no ordenamento jurídico brasileiro, com a Lei de Ação Civil Pública (Lei n 7.347/85, a qual, no projeto original, além do meio ambiente, consumidor, e bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, constantes no art. 1º, também aparecia a expressão “qualquer outro interesse difuso”. Este artigo recebeu um veto que retirou a expressão, acima referida, do texto da lei, em razão da amplitude e da abrangência dos termos (MORAES, 2002).

Com a promulgação da Constituição de 1988, os interesses difusos novamente aparecem mencionados no art.129, III, que estabelece como uma das funções institucionais do Ministério Público, a promoção do inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

Porém, apenas em 1990, com a promulgação do Código de Defesa do Consumidor, é que os interesses coletivos e difusos ficaram claramente definidos, através do art. 81, parágrafo único, I a III, in verbis:

A defesa coletiva será exercida quando se tratar de :

- I- interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste Código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

- II- os interesses ou direitos coletivos, assim entendidos , para efeito deste Código, os transindividuais de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;
- III- interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos, os decorrentes de origem comum.

É importante dizer que o termo interesse coletivo lato sensu, é gênero, do qual são espécies os interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos e que os referidos conceitos contidos no Código do Consumidor tem sua aplicabilidade a todo e qualquer direito coletivo do ordenamento jurídico brasileiro, isto em razão do entendimento do art. 117 do mesmo diploma legal.

3.4.5 A Distinção entre Interesses Difusos e Interesses Coletivos *Stricto Sensu*

Como foi visto anteriormente, como parte da estrutura do interesse, existem dois elementos: um de natureza subjetiva e outro de natureza objetiva. O elemento subjetivo é o sujeito, e o segundo elemento é o objetivo, que corresponde ao objeto da relação jurídica.

Referindo-se à elaboração do art. 81 do Código de Defesa do Consumidor, Marcelo Abelha afirma que: o divisor de águas entre o interesse difuso e o interesse coletivo é o aspecto subjetivo, uma vez que o aspecto objetivo (o objeto) de todos é indivisível, a distinção faz-se através da determinabilidade dos titulares do interesse (sujeitos), sendo determináveis no interesse coletivo e indetermináveis no interesse difuso (2002 p.32).

3.4.5.1 Caracterização dos Interesses Difusos

Os interesses difusos compreendem interesses que não encontram apoio em uma relação jurídica base bem definida, reduzindo-se o vínculo entre as pessoas a fatores conjunturais, ou extremamente genérico, a dados de fato freqüentemente acidentais e mutáveis.

Os interesses difusos, segundo Mancuso (2000), apresenta as seguintes características: indivisibilidade do objeto, indeterminação de sujeitos, intensa conflituosidade, duração efêmera.

A indivisibilidade do objeto é característica comum aos interesses difusos e coletivos, como foi visto anteriormente, sendo ambas as espécies insusceptíveis de partição em cotas atribuíveis a pessoas ou grupos preestabelecidos.

Com relação à titularidade, observa-se a indeterminação dos sujeitos, pois o interesse alcança pessoas ligadas a circunstâncias de fato, como por exemplo viver em uma determinada localidade.

A intensa conflituosidade, presente como característica dos interesses difusos, decorre do fato de que, encontrando-se desagregados, sem vínculo jurídico básico, enfrentam resistência em face a outros interesses.

E, por fim, a natureza efêmera dos interesses difusos, decorre da ausência de vínculo entre os titulares, estando seus titulares identificados, circunstancialmente, apenas em situações de fato.

3.4.5.2 As Características dos Interesses Coletivos *Stricto Sensu*

Determinados interesses dos indivíduos, aproximados pela semelhança e finalidade, podem sofrer agregação, ou por força do elo jurídico que os passe a unir, ou consequência da reunião em torno de uma organização, traduzida por um ente representativo, de vida autônoma, como por exemplo com associações ou sindicatos (MEDEIROS NETO, 2004, p. 116).

O traço distintivo básico do interesse coletivo é a organização, sem um mínimo de organização os interesses, não podem se aglutinar de forma coesa e eficaz no seio de um grupo determinado, conforme assevera Mancuso:

Se estar a exigir uma certa organização, um mínimo de organização, porque carregar-se demasiadamente nesse requisito se correria o risco de sufocar interesses potencialmente coletivos, ainda emergentes, apresentando uma incipiente organização; e com isso se perderia uma boa parte do fenômeno coletivo, quiçá a mais rica, porque mais espontânea. (2000, p. 55)

A doutrina italiana, na voz de M. S. Giannini, refere-se à necessidade de que os mesmos devam apresentar um portador adequado, um “ente esponenziale di un gruppo non occasionale”. Não sendo concorrente, a idéia de outro autor italiano, Vigoretti, que viu uma

restrição ao fenômeno coletivo, visto que também os interesses coletivos, que ainda não contém um “ente esponenziale”, mereceriam tutela”(apud MANCUSO, 2000,p. 56).

No entendimento de Bastos (1981, p.40), os interesses coletivos dizem respeito ao homem socialmente vinculado, e não ao homem individualmente considerado. Seriam assim tais interesses afetos a vários sujeitos não considerados individualmente, mas sim por sua qualidade de membro de comunidades menores ou grupos intercalares, situados entre o indivíduo e o Estado.

Ada Pelegrini Grinover, citada por Mancuso, reforça a corrente que privilegia o requisito da determinação do grupo para a configuração dos interesses coletivos, quando os define como os interesses comuns a uma coletividade de pessoas e apenas a elas, e ainda repousa sobre um vínculo jurídico definido que as congrega.

O entendimento advindo da doutrina, não afronta o conteúdo do art. 81, parágrafo único, II da Lei n. 8078/90 (Código do Consumidor), que traz como novidade a possibilidade de defesa dos interesses coletivos, pertinentes a grupo de pessoas sem agregação a uma entidade representativa, ou mesmo quando não estejam ligadas entre si por uma relação jurídica base, conforme afirma Medeiros (2004, p.114):

Nestas hipóteses, independentemente da presença de um ente associativo, a existência de vinculação com a parte contrária, por meio de uma relação jurídica padrão ocorrente neste plano de observação (entre grupo, categoria ou classe de pessoas com a parte adversa) será suficiente para propiciar a tutela do interesse coletivo.

Finalmente, para que se caracterize um interesse como coletivo, é necessário que: a) possui um mínimo de organização, a fim de que os interesses ganhem a coesão e a identificação necessárias; b) a afetação desses interesses a grupos determinados (ou ao menos determináveis), que serão os seus portadores (enti esponenziali); c) um vínculo jurídico básico, comum a todos os participantes, conferindo uma situação jurídica diferenciada (MANCUSO, 2000, p.57).

3.5 ASPECTOS GERAIS SOBRE OS DANOS

3.5.1 Conceito de Dano

Etimologicamente, dano vem de *demere*, que significa tirar, apoucar, diminuir. Portanto, a idéia de dano surge das modificações do estado de bem-estar, que vem em seguida à diminuição ou perda de qualquer dos bens originários ou derivados patrimoniais ou extrapatrimoniais (LOPEZ, 1999, p.20).

O alargamento e a evolução do conceito de dano são decorrentes das alterações de valores, também ocorridas na sociedade, ao longo do tempo. O termo latino *damnum* foi usado em diversas acepções, como afirma Baptista (2003, p. 44), tendo, em uma época significado apenas lesão patrimonial sofrida por uma pessoa enquanto injúria era lesão a algum bem da personalidade do homem.

No passado, no delinear da teoria do dano, houve quem restringisse o conceito de dano apenas no âmbito da diminuição dos bens materiais, desconsiderando os que não atingiam o patrimônio, evidenciando uma clara recusa à possibilidade de reparação por danos morais, entendidos como os que atingiam bens de natureza não patrimonial, ínsitos especialmente à esfera da personalidade, cuja proteção jurídica era negada no âmbito da responsabilidade civil (MEDEIROS NETO, 2004).

Existem duas teorias acerca do conceito de dano: a primeira, chamada de teoria da diferença (*differenztheorie*), que se baseia no entendimento de que o dano é “a diferença entre a situação patrimonial antes e depois da sua existência” e a segunda é a teoria do interesse, que define dano como “lesão a interesses juridicamente protegidos” (SEVERO, 1996, p.3-6).

Para a teoria da diferença, o dano é fenômeno físico e pode ser expresso por uma fórmula matemática $D = P1 - P2$, na qual P1 expressa o patrimônio no momento anterior e P2 expressa o patrimônio no momento posterior e D é o dano. Para esta teoria se é dano deve ser reparado se puder ser imputável a um agente, havendo três situações em que tal teoria não encontra aplicação satisfatória: nos casos de reposição in natura, dos lucros cessantes e dos danos extrapatrimoniais. O direito alemão permite a reposição in natura, porém não admite a satisfação do dano moral representado pela dor sofrida pelo proprietário.

A fragilidade da teoria da diferença é o fato de que os danos extapatrimoniais são desconsiderados, uma vez que não encontram expressão econômica e não atingem o patrimônio da vítima.

Para a teoria do interesse, como já foi mencionado, dano é lesão a interesse juridicamente tutelado. O interesse consiste na posição de uma pessoa em relação a um bem, susceptível de satisfazer-lhe uma necessidade, e bem, em sentido amplo, como um meio de satisfação de uma necessidade (Ibidem, 1996, p.6).

Na atualidade prevalece o entendimento de que o fundamento para a concepção do dano é o interesse juridicamente protegido, como pode-se ver na doutrina de Diniz (1993, p.48) que define dano como:

Lesão, equivalente à diminuição ou destruição, que, devido a um certo evento, sofre uma pessoa (física ou jurídica) ou mesmo uma dada coletividade, em detrimento de sua vontade, em qualquer bem ou interesse jurídico, patrimonial ou moral.

Também pode ser definido como sendo “lesão, ou redução patrimonial, sofrida pelo ofendido, em seu conjunto de valores protegidos pelo direito, seja quanto à sua própria pessoa – moral ou fisicamente – seja quanto a seus bens ou a seus direitos” (BITTAR, 1985, p.59).

3.5.2 Classificação do Dano

Os danos podem ser classificados segundo vários critérios, dos quais deseja-se destacar apenas dois, são eles: a causa, a natureza do bem violado. Assim, pode-se dizer que quanto à causa que produz o fato jurídico danoso, o dano pode ser classificado em dano ilícito ou dano lícito. E quanto à natureza do bem violado o dano pode ser material ou extrapatrimonial (moral).

Busca-se aqui apresentar apenas uma breve distinção entre estas categorias de danos, para em seguida abordar, mais detalhadamente o dano moral, por ser parte do objeto desta pesquisa.

3.5.2.1 Dano Ilícito e o Dano Lícito

O dano é ilícito se o fato jurídico que o antecede é definido pela norma como uma ilicitude, ou se a lesão provocada viola o direito de alguém previsto em norma obrigatória ou proibitiva, ou se a lesão provocada viola o direito de alguém previsto em norma obrigatória ou

proibitiva. Em sentido contrário, se a conduta é lícita, ou seja, é permitida pela ordem jurídica, o dano proveniente é fato lícito (BAPTISTA, 2003, p.77).

No dano lícito, o fato gerador da responsabilidade civil constitui violação permitida pelo ordenamento jurídico. O agente tem o direito de lesionar, porém deve evitar o efeito danoso, porque se o provoca e atinge o interesse juridicamente protegido do outro, fica na posição passiva de obrigado[...] a norma permissiva tem seus limites. O direito daquele que age autorizado por uma norma permissiva esbarra no correlato dever de abstenção de agir até onde não prejudique o outro (Ibidem, 2003, p. 80).

3.5.2.2 Dano Patrimonial e Dano Moral (Extrapatrimonial)

Dano patrimonial é aquele que atinge frontalmente o patrimônio da vítima. Portanto pode ser reduzido pecuniariamente de forma razoavelmente precisa (SEVERO, 1996, p. 39).

Por sua vez, o dano moral é definido, normalmente, de forma negativa, ou seja, como aquele prejuízo que não apresente as características da dano material ou patrimonial. É um dano extrapatrimonial, no sentido de que não é um dano de natureza econômica e nem susceptível de ser reduzido a um valor comercial ou de mercado (CARBONNIER, apud MIRRA, 2002, p. 65).

3.6 O DANO MORAL

3.6.1 Um Pouco da História sobre o Dano Moral

A previsão do dano moral e sua indenização já ocorria no Código de Hamurabi e no Código de Manu, escrito entre os séculos II aC e II dC na Índia antiga, continha também a conceituação primária de dano moral e sua indenização, quando expressava que a vítima do dano ressarciria-se às expensas de um certo valor pecuniário, já de antemão arbitrado pelo legislador (REIS,1998, p.12).

O direito romano, embora não tenha sistematizado o dano moral, delineou os contornos desta modalidade de lesão que atingia a pessoa, em seu corpo e em sua personalidade.

Para os romanos, a injúria, em sentido estrito, era toda lesão à pessoa e admitia três modalidades, previstas na Lei das XII tábuas, a *membrum ruptum*, quando havia amputação de um membro ou a inutilização de algum órgão, onde a vítima ou um de seus parentes poderia lesionar o ofensor; o *fractum*, que sempre ensejava uma indenização de 300 sestécios e a *injuriae simpels*, que compreendia pequenas lesões e cujo valor da indenização era fixado em 25 ases. Com relação à lesão aos direitos de personalidade, como a liberdade de locomoção, o uso de coisas públicas, etc, a jurisprudência romana também considerava injúria (SANTOS, 2001). Porém inexistente consenso entre os doutrinadores de que no direito romano já existia o embrião do que é hoje denominado dano moral.

Mais adiante na linha do tempo, Savigny não reconheceu a existência do dano moral sob o argumento de que os bens ideais estariam fora do comércio por serem inalienáveis, razão pela qual não poderiam ser objeto de obrigações. Em sentido contrário, posicionava-se Iering, sustentando que qualquer interesse, ainda que fosse moral, seria merecedor de proteção por parte do direito, não sendo razão para se deixar sem reparação o titular do direito afetado, a circunstância de o dano moral não poder ser aquilatado em dinheiro (Ibidem, 2001).

Iering constatou em seus estudos sobre a violação injuriosa dos direitos que, uma pessoa pode ser lesionada no que é, em seu corpo, em sua liberdade, em sua honra; e no que tem, em suas relações com o mundo exterior. Assim ampliou a noção de patrimônio, não sendo este somente o bem protegido pelo direito, mas nos outros, sem os quais a vida civil seria impossível (SANTOS, 2001, p. 89).

3.6.2 O Conceito de Dano Moral

Antes de apresentar alguns conceitos sobre o dano moral dado pela doutrina é relevante, para uma melhor compreensão do assunto, uma verificação das teorias que visam à conceituação do dano moral. Dentre estas teorias, apresentadas por Antônio Jeová (2001, p.97), destacam-se as seguintes:

- a) a que considera o dano moral como dano extrapatrimonial;
- b) a que busca a natureza do bem jurídico ofendido. O dano moral será o ato que lesione um direito de personalidade;
- c) a tese que parte do princípio de que é o resultado da violação do direito ligado ao bem protegido que faz emergir o dano moral.

A primeira teoria, de fundo negativista, busca definir o dano moral como uma lesão não patrimonial, é vazia uma vez que não contribui para a formação da concepção que se pretende atribuir um conceito.

A segunda teoria, a que considera dano moral a afetação a direitos de personalidade, é aprisionar o conceito de dano moral, dando-lhe uma forma restritiva uma vez que existem outros direitos, não patrimoniais, que mesmo não sendo da personalidade, mas uma vez atingidos, ocasionam ruptura na tranqüilidade espiritual.

A terceira teoria é a mais aceita pela doutrina, considera que para ser indenizável é necessário que haja um resultado que afete a vítima em seu bem-estar psicofísico.

É a repercussão da ação daninha no ânimo do sujeito, que causa o dano moral susceptível de indenização. É aqui, verificando como a ação repercute na tranqüilidade, bem-estar, ou causa mortificação espiritual, que será posto em cheque a lesão a um direito que não atingiu o patrimônio material (SANTOS, 2001, p. 100).

Na tentativa de chegar a um conceito mais completo e atualizado, pretende-se aqui, elencar alguns doutrinadores que expressaram seu entendimento acerca do dano moral.

Para Limoge de França dano moral é “aquele que, direta ou indiretamente, a pessoa física ou jurídica, bem assim a coletividade, sofre no aspecto não econômico dos seus bens jurídicos” (apud SEVERO, 1996, P. 42).

A idéia de que somente os bens sujeitos a uma avaliação econômica compõem a noção de patrimônio não corresponde à realidade, uma vez que uma certa corrente do pensamento jurídico, embora minoritária, procura conceituar o patrimônio como sendo um conjunto de bens ou direitos, materiais ou imateriais, sujeitos ou não à aferição em dinheiro. Para os autores que defendem a concepção mais ampla de patrimônio, onde encontram-se incluídos valores materiais e imateriais, se o bem ofendido é fundamental ao homem, o dano seria moral (BAPTISTA, 2003).

A tutela jurídica começa a extrapolar o campo dos bens econômicos para abranger também o homem, enquanto sujeito de toda relação de direito. Merece o homem que seja respeitado, tanto na sua integridade patrimonial, como em sua integridade física, psíquica, espiritual, em sua própria condição de ser humano, com todos os atributos daí decorrentes como a vida, a saúde, a paz, a honra, a liberdade, etc.

Para Brebbia, o dano moral consiste na violação de algum direito inerente à personalidade, prescindindo das repercussões anímicas na vítima. Para Cipriano, “dano moral

é a lesão de razoável envergadura produzida no equilíbrio espiritual, cuja existência a lei presume – e tutela – pertencer a uma pessoa” (apud SANTOS, p.102). Como pode-se perceber, para estes doutrinadores, o conceito de dano moral decorre do entendimento de que estes danos causam lesão a bens imateriais insusceptíveis de avaliação em dinheiro, e que compõem o núcleo dos direitos de personalidade.

Os direitos de personalidade são direitos subjetivos de gozo, existindo independentemente da ação do seu titular e constituindo uma categoria especial de direitos subjetivos, não fazendo parte dos direitos reais nem dos direitos obrigacionais (LOPEZ, 1999, p. 47).

Para Bittar (1989, p. 1):

Os direitos de personalidade, reconhecidos à pessoa humana tomada em si mesma e sua projeção na sociedade, previstos no ordenamento jurídico exatamente para defesa dos valores inatos do homem como a vida, a higidez física, a intimidade, a honra, a intelectualidade e outros tantos.

Outro conceito de dano moral que apresenta um caráter abrangente é o dado por Zavala de Gonzales e Ramon, para eles dano moral é:

uma modificação desvaliosa do espírito, no desenvolvimento de sua capacidade de entender, querer ou sentir, consequência de uma lesão a um interesse não patrimonial, que haverá de traduzir-se em um modo de estar diferente daquele ao que se encontrava antes do fato, como consequência deste e animicamente prejudicial (Apud SANTOS, 2001, p.103).

Neste conceito, o dano moral ultrapassa o dado puro e simples do afetivo, projetando seus efeitos para outras áreas da personalidade, como a capacidade de querer, de sentir e de entender. A modificação espiritual, segundo os autores, pois essa alteração desfavorável pode atingir outros espaços da subjetividade do prejudicado (p.104).

Caminhando em busca de um conceito de dano moral mais compatível com os valores atuais, encontra-se um conceito advindo da Jurisprudência, onde o Desembargador Ribeiro, do Tribunal de Justiça de São Paulo define como:

Aquele que, direta ou indiretamente, a pessoa física ou jurídica, bem assim a coletividade, sofre no aspecto não econômico dos seus bens jurídicos [...] A reparação do dano moral não se estriba, somente no pretium doloris, aí considerada a dor estritamente moral e, também a própria dor física – aspecto moral da dor física – podendo se caracterizar sem ter por pressuposto qualquer espécie de dor – sendo uma lesão extrapatrimonial, o dano moral pode se referir, por exemplo, aos bens de natureza cultural ou ecológica. (BRASIL, Tribunal de Justiça de São Paulo. Responsabilidade civil. Danos moral e material. Indenização Apelação 163.470-1/8. Fazenda do Estado versus Pedro Cringi e sua mulher. Relator: Silvério Ribeiro. Acórdão, 16 jun. 1992. Adcoas: informações jurídicas e empresariais, São Paulo, p. 498, 1992.)

Como se vê, os conceitos de dano moral são diversos e evoluíram ao longo do tempo e, nem sempre foram aceitos na doutrina e na legislação, e sua caracterização no contexto atual será vista a seguir.

3.6.3 A Caracterização do Dano Moral

Seguindo a ordem cronológica, o dano moral foi compreendido inicialmente como vinculado apenas à dor física ou moral. Mais adiante o dano moral aparece como tudo aquilo que molesta gravemente a alma humana, ferindo-lhe os valores fundamentais inerentes a sua personalidade. E, atualmente, ampliando-se a noção de direitos de personalidade, o dano moral “é lesão a qualquer dos aspectos da dignidade humana” (MEDEIROS NETO, 2004, p. 54).

Em síntese, o dano moral consiste na lesão injusta imprimida a determinados interesses não econômicos, sem equipolência econômica, porém concebidos como valores jurídicos protegidos, integrantes do leque de proteção interna (por exemplo: o bem-estar, a intimidade, a liberdade, a o equilíbrio psíquico e a paz) ou externa (como o nome, a reputação e a consideração social) inerente à personalidade do ser humano (abrangendo todas as áreas de extensão da sua dignidade), podendo também alcançar os valores extrapatrimoniais reconhecidos pelo sistema legal à pessoa jurídica ou a uma coletividade de pessoa (Ibidem 2004, p. 55).

3.6.4 O Dano Moral no Ordenamento Jurídico Brasileiro

A evolução do dano moral no ordenamento jurídico brasileiro deve ser compreendida em dois grandes momentos: antes e depois do advento da Constituição de 1988. Entretanto, com o intuito de enriquecer e facilitar a compreensão, acerca da evolução do dano moral no ordenamento jurídico nacional, proceder-se-á a algumas subdivisões destes dois momentos, acima citados. Assim, o dano moral será tratado aqui, na fase anterior ao Código Civil de 1916; na vigência do Código Civil de 1916; na Constituição de 1988 e por fim no novo Código Civil de 2002.

3.6.4.1 O Período Anterior ao Código Civil de 1916

Acerca deste período, objetiva-se apenas tecer alguns comentários relativos ao tratamento dos danos morais.

Na fase precedente às normas civis, pode-se mencionar a Consolidação das Leis Civis do ano de 1876, de autoria de Teixeira de Freitas, que incorporava o fundamento da ampla reparação, e se referia à indenização do correspondente ao valor da afeição do bem lesado, entretanto, este texto não foi utilizado pelo legislador brasileiro, tendo sido porém a inspiração do Código Civil argentino (MEDEIROS NETO, 2004, p. 88).

No Código Penal de 1890 havia um dispositivo expresso, no qual se assegurava prestação pecuniária satisfatória de dano moral nos casos nos casos de atentado contra honra de mulher “honesta”, mandando-se regular pelo direito civil a indenização do prejuízo sofrido.

Outros projetos de Código Civil, elaborados por Felício dos Santos e Coelho Rodrigues, não mencionaram expressamente a reparação dos danos morais ou extrapatrimoniais, como também o projeto de Clóvis Beviláqua, que foi o texto aprovado do Código Civil . Nessa época da elaboração do Código Civil, era bastante questionável a aceitação da indenização dos danos extrapatrimoniais, desta forma, a omissão de referência expressa ao assunto, teve sua razão de ser (SEVERO, 1996, p. 76).

Nesta fase, “ou se negava a reparabilidade do dano moral ou se considerava indenizável o dano apenas quando afetava o patrimônio da vítima, empobrecendo-a” (SILVA, 1999, p. 164).

3.6.4.2 O Dano Moral no Código Civil de 1916

Antes do Código Civil, o Decreto n. 2.681, de 07/12/1912, que regulava a responsabilidade civil das estradas de ferro, já estabelecia que a lesão corpórea ou deformidade ensejava uma indenização conveniente arbitrada pelo juiz.

O Código Civil brasileiro de 1916, a Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916, como dito anteriormente, não fez menção expressa à reparação por danos morais.

Como afirma Severo (1996, p. 77), a própria posição de Clóvis Beviláqua era indicativa das restrições existentes em relação aos danos extrapatrimoniais. O autor do Código

Civil, inicialmente posicionava-se no sentido contrário à aceitação do dano moral no Código Civil, porém depois, modificou sua posição, ampliando o entendimento de que o ressarcimento por danos morais era a regra contida no Código, quer fosse o dano patrimonial ou extrapatrimonial. Para Beviláqua, estava amparada a tese da reparação dos danos extrapatrimoniais, pelo entendimento do art. 76 do Código Civil, que dizia que para propor, ou contestar uma ação era necessário ter legítimo interesse econômico ou moral, sendo esse, completado pelo parágrafo único que dizia que o interesse moral só autorizava a ação quando tocasse diretamente ao autor, ou à sua família.

O artigo 159 Código Civil de 1916, encontrado no título II (dos atos ilícitos) do livro III (dos fatos jurídicos) da parte geral, declarava que “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano”.

A verificação da culpa e a avaliação da responsabilidade regulavam-se pelos artigos 1518 a 1532 (das obrigações por atos ilícitos) e 1537 a 1553 (da liquidação das obrigações resultantes de atos ilícitos).

Um aspecto singular, do Código civil de 1916 era, segundo Severo, a tentativa de restringir o alcance da cláusula geral da responsabilidade civil, prevista no artigo 159, através da menção expressa a determinados dispositivos legais (arts. 1518 a 1532 e 1537 a 1553) (1996, p. 78).

Segundo Medeiros Neto (2004, p. 91), o referido artigo é:

A cláusula geral da responsabilidade civil e nela não se poderia vislumbrar obstáculo à proteção diante do dano moral, pois a expressão dano, ali plasmada, sem outro complemento, jamais seria passível, sob uma interpretação sistemática e teleológica, uma compreensão restrita exclusivamente à espécie patrimonial, como se alheios à tutela estivessem os danos de natureza moral

Para o Código Civil de 1916, o ato ilícito é a fonte da obrigação e o dever de indenizar o dano não contratual era regulada pelo art. 159. A forma como era regulada essa obrigação de indenizar encontrava-se no livro VII, das obrigações por atos ilícitos e não havia nenhum empecilho no tocante aos danos extrapatrimoniais.

Quanto à liquidação das obrigações resultantes de atos ilícitos, alguns autores vislumbram restrições com relação à satisfação dos danos extrapatrimoniais, surgindo três posições distintas, citadas por Severo: a) a de que os danos extrapatrimoniais não estavam contemplados pelo Código Civil de 1916; a de que os danos extrapatrimoniais só seriam

aceitos em situações excepcionais, mediante dispositivo expresso do Estatuto Civil ou lei especial e c) a de que os danos extrapatrimoniais estavam contemplados no Código Civil (1996, p. 80).

Segundo o mesmo autor, apesar de considerar a terceira posição a mais adequada, a segunda posição, restritiva, foi a que predominou na jurisprudência até o advento da Constituição Federal de 1988.

É importante destacar algumas legislações esparsas que surgiram após à vigência do Código Civil de 1916 e que passaram a prever algumas hipóteses de reparação de dano moral, em casos específicos, como por exemplo: o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117/62); o Código Eleitoral (Lei 4.737/65; a Lei de Imprensa (Lei 5.250/67; a Lei dos Direitos Autorais (Lei 5.988/75) e a Lei dos danos nucleares (Lei 6.453/77).

3.6.4.3 O Dano Moral na Constituição de 1988

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, instaura-se um novo momento para o entendimento e o tratamento dos danos morais ou extrapatrimoniais.

A vida humana, que é objeto do direito assegurado no art. 5o, caput, integra-se de elementos materiais (físicos e psíquicos) e imateriais (espirituais).[...] No conteúdo de seu conceito se envolvem o direito à dignidade da pessoa humana, o direito à privacidade, o direito à integridade físico-corporal, o direito à integridade moral, e, especialmente, o direito à existência (SILVA, 1998, p. 201).

A Constituição de 1988 realçou o valor da moral, tornando-a um bem indenizável (art. 5o ,V,) declarou invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas (art.5o, X) e, assegurou aos que tivessem estes direitos violados o direito à indenização por danos materiais ou morais.

Art. 5º – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

[...]

X – São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação;

[...]

O inciso V, constitui-se em uma decorrência do princípio da liberdade de expressão, sendo a responsabilidade uma decorrência da liberdade, conforme afirma Severo (1996, p. 89). Portanto são estabelecidos dois tipos de reparação dos danos advindos do exercício da liberdade de expressão: o direito de resposta, que é uma espécie de reparação in natura, que não é condicionada ao elemento culpa e se opera como um dever de conduta e o equivalente pecuniário, que engloba as parcelas referentes aos danos material e moral

Quanto ao inciso X do art. 5o da Constituição, é evidente a possibilidade de reparação de danos morais decorrentes de lesões à direito de personalidade, porém, a proteção alcança todo e qualquer dano extrapatrimonial, sendo a enumeração inscrita neste inciso, apenas exemplificativa, uma vez que, a interpretação do texto constitucional aponta para a integral reparação do dano moral em qualquer de suas manifestações, conforme verifica-se no texto o § 2o do art. 5o da Carta Magna

os direitos e garantias expressos nesta constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Com relação à proteção em face aos danos morais, é importante mencionar não é restrita à pessoa física, estendendo-se também à pessoa jurídica, decorrente do reconhecimento de sua hora objetiva (imagem, nome, consideração social, etc.), entendimento já sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça através da Súmula 227, que proclama ser a pessoa jurídica passível de sofrer dano moral.

Um aspecto que merece destaque, em especial por ser relativo ao tema base desta pesquisa é o alargamento da proteção dos interesses difusos e coletivos. De acordo com a evolução do direito, a doutrina moderna vem ampliando a possibilidade de reparação do dano moral, de forma a alcançar, não apenas o dano moral individual, mas também o coletivo:

é manifestação desta evidência a disposição do art. 5o, LXX (mandado de segurança coletivo) e LXXIII (ação popular), e do art. 129 (inquérito civil e ação civil pública para defesa, pelo Ministério Público, dos interesses sociais, do patrimônio público, do meio ambiente e de quaisquer outros interesses de latitude coletiva (MEDEIROS NETO, 2004, p. 99)

Desta forma, abre-se o leque de proteção a qualquer interesse transindividual, inclusive em sua expressão moral.

3.6.4.4 O Dano Moral no Código Civil de 2002

O novo Código Civil, a Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, desmembrou o conteúdo do artigo 159 do antigo Código Civil, em duas partes: a primeira, contida no art. 186, dispõe apenas sobre o ato ilícito: “aquele que por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. E a segunda parte, contida no caput do artigo 927, estabelece a obrigação de reparar: “aquele que por ato ilícito causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”.

Segundo Sampaio (2003, p.176), o artigo 927 preserva o princípio básico que caracteriza a responsabilidade civil clássica, fundada na culpa, como ocorria no Código Civil de 1916, porém, o parágrafo único deste artigo introduz, a responsabilidade objetiva para casos específicos, assim considerados os previstos nas leis especiais e os decorrente de atividade normalmente desenvolvidas pelo autor do dano, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

A nova lei trouxe uma inovação, o abuso de direito, previsto no artigo 187, que estabelece que “também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes”. É importante mencionar que com a adoção do risco, o novo Código Civil brasileiro estabeleceu, desta forma, no artigo 927, parágrafo único, a responsabilidade civil decorrente também de ato lícito (LEITE, 2003, p.119).

O novo Código Civil, diferentemente do antigo, pautou-se pelo signo do social e do coletivo, relativizando a proteção conferida antes aos direitos patrimoniais, voltando-se para a tutela da pessoa, no extenso leque de consideração sobre a sua personalidade à luz do valor-fonte do sistema jurídico, que é a dignidade humana (MEDEIROS NETO, 2003, p.100).

O novo diploma legal, destaca a proteção aos direitos de personalidade (arts. 11 a 21), estendendo-a, inclusive às pessoas jurídicas (art. 52); distingue, explicitamente, a obrigação de reparar o dano moral, sem limitações quanto às suas diversas manifestações e áreas de

incidência, individual ou coletiva; garante a reparação do dano moral, de maneira mais ampla e mais completa possível, incumbindo ao órgão julgador, mediante arbitramento, à luz da equidade e da lógica do razoável, fixar o valor da condenação (Ibidem, 2003, p.101).

3.7 O DANO MORAL COLETIVO

3.7.1 A Coletividade e seus Valores – O Patrimônio Moral Coletivo

Como já foi mencionado anteriormente, de acordo com a evolução do direito, a doutrina moderna vem ampliando a possibilidade de reparação do dano moral, atualmente alcançando, não apenas o dano moral individual, mas também o coletivo.

É fundamental, antes de adentrar no conceito de dano moral coletivo, fazer algumas considerações prévias acerca do conceito de coletividade. A coletividade pode ser compreendida como “um conglomerado de pessoas que vivem num determinado território, unidas por fatores comuns”, definição dada pela Comissão de redação da Enciclopédia Saraiva do Direito, citada por Bittar (2004). Segundo o referido autor, os valores resultam da amplificação dos valores individuais componentes da coletividade. Assim, como cada indivíduo tem sua carga de valores, também a comunidade, por ser um conjunto de indivíduos, tem uma dimensão ética. Assim, os valores coletivos, dizem respeito à comunidade como um todo, independentemente de suas partes. Trata-se de valores do corpo, valores esses que não se confundem com os de cada pessoa, de cada célula, de cada elemento da coletividade.

A coletividade, portanto, revelando atributos jurídicos, vem a significar a expressão síntese de uma das maneiras de ser das pessoas no plano social: a de partícipe de um vasto elenco de interesses comuns dotados de contornos peculiares (transindividuais), que, compartilhados, são-lhes essenciais à vida, integrando assim, a esfera da dignidade de cada um dos membros e gozando de plena proteção jurídica (MEDEIROS NETO, 2004, p.135).

Portanto, à semelhança do conceito de patrimônio mínimo da pessoa humana, que é rotulado como direito da personalidade, pode-se falar na existência de um a espécie de patrimônio coletivo, representado pelo acervo de interesses difusos e coletivos, em especial os bens ambientais, culturais, artísticos, paisagísticos e urbanísticos, que não pertencem a uma só pessoa, mas a toda comunidade diretamente afetada, que se faz representar pelas figuras legitimadas à ação civil pública, ou ação civil coletiva. A existência de um patrimônio

mínimo coletivo, não suscetível de disposição negocial ou renúncia, desemboca na aceitação de que há direitos coletivos fora da esfera econômica que, embora não se possam designar direitos da personalidade, merecem ser tratados como tal, a ponto de serem reparados moralmente (PEREIRA,2004).

3.7.2 O Dano Moral Coletivo na Legislação Brasileira

A Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938, 31-08-1981, considerou o meio ambiente como patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo (art.2º, inciso I). Daí se poder falar, desde então, em interesse coletivo a ser protegido e reparado em caso de dano, sujeitando o infrator às penalidades disciplinares ou compensatórias nos âmbitos administrativo e civil (arts. 4º, incisos VI e VII; 9º, inciso IX; e 14, § 1º).

Com a promulgação da Constituição de 1988, que recepcionou muitos diplomas já editados, fixou-se a responsabilização por danos morais pondo fim à divergência doutrinária e jurisprudencial existentes acerca da possibilidade de indenização.

Assim, embora a constituição não aponte a existência de enunciados que se refiram ao que designamos dano moral coletivo, tal fato não implica na impossibilidade da reparação dos danos praticados contra a coletividade, pois o Capítulo I, inserido no Título II Dos Direitos e Garantias Fundamentais, diz respeito aos direitos e deveres Individuais e coletivos.

A Lei da Ação Civil Pública, Lei n. 7.347/85, foi concebida para nortear os caminhos processuais da defesa, em juízo, de interesses difusos; assumindo índole processual, oferecendo instrumentos hábeis à efetivação da tutela dos interesses difusos (MANCUSO, 1997, p.24).

O Código do Consumidor se institui como pedra angular para a defesa de todos os direitos transindividuais (e por conta do disposto no art. 90) tem-se que, interligando-se estes dois diplomas legais surge o sistema processual brasileiro de jurisdição coletiva (RORIGUEIRO, 2004, p. 116).

A Lei de Ação Civil Pública Lei n. 7.347/85 e o Código do Consumidor Lei n. 8.078/90 prestam-se a demonstrar o cabimento de indenizações morais à coletividade, em razão de agressões praticadas contra os interesses difusos e coletivos.

A Lei nº 8.844/94 (denominada Lei Antitruste) alterou o artigo 1º da Lei nº 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), de molde a propiciar a responsabilidade pelos danos morais ou

extrapatrimoniais coletivos, esmiuçando e tornando concreta uma previsão outrora albergada pela Constituição Federal. Trata-se da consagração, no ordenamento jurídico brasileiro, da reparação de toda e qualquer espécie de dano coletivo, no que toca a sua extensão.

3.7.3 A Doutrina e o Dano Moral Coletivo

Delineado o entendimento sobre a coletividade e seus valores, segue-se buscando agora elencar alguns posicionamentos da doutrina acerca do dano moral coletivo.

Limonge de França o definia como: “aquele que, direta ou indiretamente, a pessoa física ou jurídica, bem assim a coletividade, sofre no aspecto não econômico dos seus bens jurídicos” (Apud SEVERO, 1996, p. 42).

Bittar Filho (2004) também disciplina que dano moral coletivo como: “a injusta lesão da esfera moral de uma dada comunidade, ou seja, é a violação antijurídica de um determinado círculo de valores coletivos”.

Para Pereira (2004), dano coletivo é: o resultado de toda ação ou omissão lesiva significativa, praticada por qualquer pessoa contra o patrimônio da coletividade, considerada esta as gerações presentes e futuras, que suportam um sentimento de repulsa por um fato danoso irreversível, de difícil reparação, ou de conseqüências históricas.

Medeiros Neto (2004, p. 139), em seu livro sobre o dano moral coletivo, elenca a posição de vários doutrinadores, entre eles: Artur Oscar de Oliveira Deda que explicita que “o dano moral coletivo é o experimentado por uma comunidade, sendo pressuposto da verificação do dano atingir a lesão, ao mesmo tempo e coincidentemente, uma comunidade”; e Hugo Nigro Mazzilli, que evidencia a possibilidade de responsabilização por danos morais e patrimoniais causados a quaisquer valores transindividuais.

Como se vê, é extensa a lista de autores que se manifestam positivamente acerca da existência do dano moral coletivo e a possibilidade de responsabilização e ressarcimento. Entretanto, acredita-se que, mais importante que o reconhecimento da existência deste dano seja a possibilidade de sua prevenção. Conhecendo-se os seus mecanismos, certamente será mais fácil evitar-se sua ocorrência.

3.7.4 A Caracterização do Dano Moral Coletivo

Partindo-se das definições sobre dano moral coletivo de Bittar Filho e de Marco Antônio Marcondes Pereira, citadas anteriormente, busca-se estabelecer os elementos caracterizadores da referida espécie de dano.

Para Bittar, o dano moral coletivo é “a injusta lesão da esfera moral de uma dada comunidade, ou seja, é a violação antijurídica de um determinado círculo de valores coletivos”. Portanto os elementos caracterizadores do dano moral coletivo, deduzidos do conceito e elencados por Medeiros Neto (2004, p. 137) são:

- a) a conduta antijurídica (ação ou omissão) do agente, pessoa física ou jurídica;
- b) a ofensa significativa e intolerável a interesses extrapatrimoniais, identificados no caso concreto, reconhecidos e inequivocamente compartilhados por uma determinada coletividade (comunidade, grupo, categoria ou classe de pessoas titular de tais interesses protegidos pela ordem jurídica);
- c) a percepção do dano causado, correspondente aos efeitos que, emergem coletivamente, traduzidos pela sensação de desvalor, de indignação, de menosprezo, de repulsa, de inferioridade, de descrédito, de desesperança, de aflição, de humilhação, de angústia, ou respeitante à qualquer outra conseqüência de apreciável conteúdo negativo.
- d) O nexa causal observado entre a conduta ofensiva e a lesão socialmente apreendida e repudiada.

De outra forma, outros elementos caracterizadores surgem da definição de Pereira (2004), onde os dano moral coletivo apresentam-se os seguintes componentes:

- a) agressão de conteúdo significante: o fato que agride o patrimônio coletivo deve ser de tal extensão que implique na sensação de repulsa coletiva a fato intolerável, como aponta a mais atual doutrina, porque o fato danoso que tem pequena repercussão na coletividade ficará excluído pelo princípio da insignificância;
- b) sentimento de repulsa da coletividade: o fato intolerável deve implicar em sentimento de indignação, ou opressão, da coletividade que tem um interesse metaindividual assegurado na ordem legal violado;
- c) fato danoso irreversível ou de difícil reparação: a ofensa à coletividade pode acarretar a impossibilidade de desfazimento do ato danoso, de tal sorte que o resultado padecido pela coletividade tenha de ser carregado com um fardo para as gerações presentes e futuras, como também pode implicar em difícil reparação, que afete o direito imediato de uso e gozo do patrimônio coletivo.
- d) conseqüências históricas para a coletividade (ou comunidade): a agressão à coletividade pode implicar num rompimento do seu equilíbrio social, cultural e patrimonial, afetando a qualidade de vida futura.

Segundo o referido autor, os elementos indicados nas letras "a" e "b" devem estar presentes obrigatoriamente para a caracterização do dano moral coletivo, ao lado, pelo menos, de uma das situações indicadas nas letras "c" e "d". E uma vez identificados tais elementos, a responsabilização dever-se-á dar por culpa objetiva.

Estes elementos caracterizadores, apresentados pelos dois autores citados, serão utilizados no Capítulo 5 para a demonstração da existência do dano moral ambiental coletivo sofrido pela população do município de Petrolândia, objeto deste estudo de caso.

3.8 O DANO AMBIENTAL

Como na atualidade prevalece o entendimento de que o fundamento para a concepção do dano é o interesse juridicamente protegido, assim, pode-se dizer que “existe um dano ambiental quando há lesão ao equilíbrio ecológico, que é o bem tutelado pelo Direito Ambiental” (RODRIGUES, 2000, p. 210).

O reconhecimento do direito do homem ao meio ambiente harmônico e equilibrado posicionou-se como bem jurídico fundamental à vida humana, e, a partir daí, a prevenção dos danos ambientais passou a ter significação jurídica própria. O princípio da prevenção passou a ser um dos mais importantes axiomas do Direito Ambiental, estando sua importância diretamente relacionada ao fato de que, ocorrendo o dano ambiental, a sua reconstituição é praticamente impossível.

Em relação ao entendimento sobre os danos ambientais é importante estabelecer qual a amplitude do conceito sobre o meio ambiente, que é o bem tutelado pelo Direito ambiental, como afirma Leite (2003, p. 94), “o entendimento sobre dano ambiental está circunscrito e determinado pelo significado que se outorgue ao meio ambiente”.

Na visão do paradigma antropocêntrico-utilitarista, referenciado anteriormente, somente seria reparado o dano que afetasse pessoas perfeitamente identificáveis e seu patrimônio. Era uma perspectiva privativista que não conferia autonomia jurídica ao bem ambiental como valor imaterial, inapropriável. A visão de meio ambiente hoje é ampla e decorrente do paradigma conhecido como antropocentrismo alargado, ou ambientalismo moderado, que parte da concepção que o meio ambiente é um conceito cultural, criado pelo homem, discordando, desta forma da idéia de que a natureza estava na origem dos valores. O conceito de meio ambiente assim, não se resume exclusivamente aos elementos naturais mas

também dos artificiais e culturais, sendo considerado um bem autônomo e unitário, de interesse jurídico múltiplo.

Nesta sentido, Mirra (2002, p. 89) define dano ambiental como:

Toda degradação do meio ambiente, incluindo os aspectos naturais, artificiais e culturais que permitem e condicionam a vida, visto como um bem unitário imaterial coletivo e indivisível, e dos bens ambientais e seus elementos corpóreos específicos que o compõem, caracterizadora da violação do direito difuso e fundamental de todos à sadia qualidade de vida em um ambiente são ecologicamente equilibrado

O legislador brasileiro, apesar de não definir expressamente dano ambiental, elucidou as suas características básicas, pois, na Lei 6.938/81, definiu, no art. 3º, I o significado do meio ambiente como: “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, briga e rege a vida em todas as suas formas.” E determinou que o poluidor (aquele que provoca poluição) é obrigado a reparar o dano ao meio ambiente e a terceiro (art. 14, § 1º), independentemente de culpa (LEITE, 2003, p. 101).

A Lei n. 6.938/81, trouxe o entendimento de degradação ambiental como sendo: “alteração adversa das características do meio ambiente” (art. 3º,II). Também, preocupou-se o legislador, em dar à definição de poluição no art. 3º, III, da Lei 6.938/81 uma conotação mais abrangente, como a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem: a) a saúde, segurança e bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matéria ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos (MIRRA, 2002, p. 90).

O dano ambiental não se confunde com impacto ambiental, o qual é descrito em conformidade com o disposto no art. 225,§ 1º, IV, da Constituição Federal de 1988, como uma “significativa degradação ambiental”. O impacto ambiental não é qualquer degradação do meio ambiente mas, uma degradação significativa, ou mais precisamente “uma alteração drástica e de natureza negativa da qualidade ambiental” (Ibidem, 2002, p.90).

Segundo Leite (2003, p. 102), o legislador vincula, de modo indissociável, poluição e degradação ambiental, salientando expressamente que a poluição resulta da degradação, ampliando assim, o significado do termo poluição, que poderia ficar restrito à alteração do meio natural ou a toda alteração das propriedades naturais do meio ambiente. Além disso, não condiciona o ato de poluir ao agente industrial ou a uma atividade considerada perigosa, mas

ao contrário, diz que a degradação ambiental é resultado de qualquer atividade que, direta ou indiretamente, afete o meio ambiente.

É importante dizer que, as ações degradadoras, mesmo consentidas, que causam danos ao ambiente, violam o direito subjetivo, constitucionalmente protegido, de todo e qualquer indivíduo integrante de determinada coletividade de desfrutar de um meio ambiente equilibrado (at. 225, §, 3º da Constituição Federal). Uma degradação ambiental afeta necessariamente, uma pluralidade difusa de vítimas, mesmo quando certos aspectos particulares da sua danosidade atingem individualmente certos sujeitos (SAMPAIO, 2003, p. 186).

Pode-se dizer que no sistema jurídico brasileiro, o dano ambiental, tem seu objeto amplo, conforme conceitua de forma didática, Leite (2003, p 104):

O dano ambiental deve ser compreendido como toda lesão intolerável causada por qualquer ação humana (culposa ou não) ao meio ambiente, diretamente, como macrobem de interesse da coletividade, em uma concepção totalizante, e indiretamente a terceiros, tendo em vista interesses próprios e individualizáveis e que refletem no macrobem.

Outro aspecto interessante acerca do entendimento sobre o significado de dano ambiental é levantado por Benjamin (2005, p.50) quando diz que, o conceito de dano moral é teleologicamente biocêntrico e ontologicamente ecocêntrico sendo assim definido como “alteração, deteriorização ou destruição, parcial ou total, de quaisquer dos recursos naturais, afetando diversamente o homem ou a natureza.”

3.8.1 Classificação do Dano Ambiental

A doutrina classifica o dano ambiental levando em conta três critérios: a amplitude do bem protegido, a reparabilidade e aos interesses jurídicos envolvidos, e quanto à extensão e ao interesse objetivado (LEITE, 2003, p. 95).

Quanto à amplitude do bem protegido o dano ambiental pode ser classificado em: dano ecológico puro, dano ambiental amplo (lato sensu) e dano individual ou reflexo. Esta classificação quanto à amplitude do bem tutelado diz respeito ao entendimento sobre o conteúdo do bem ambiental. Se este for visto de forma restritiva, composto dos elementos apenas naturais do meio ambiente. Atingido este bem, estará caracterizado o dano ecológico puro. Se o bem ambiental for visto de forma ampla e abrangente, a dano ambiental amplo ou

lato sensu, abrangeria todos os elementos componentes do meio ambiente em uma concepção unitária, ou seja: os elementos naturais, artificiais e culturais.

E, finalmente o dano ambiental individual, o dano através do meio ambiente, cujo objetivo não é a tutela do meio ambiente em si, mas a tutela dos interesses individuais.

O dano ambiental quanto à sua reparabilidade e aos interesses jurídicos envolvidos, pode ser, segundo Morato Leite (2003, p. 96), dano ambiental de reparabilidade direta e de reparabilidade indireta. Os danos de reparabilidade direta são relativos a interesses próprios individuais ou individuais homogêneos e apenas reflexos ao meio ambiente e atinentes ao microbem ambiental. Já os de reparabilidade indireta, dizem respeito à “interesses difusos, coletivos e, eventualmente individuais de dimensão coletiva, concernentes à proteção do macrobem ambiental e relativos à proteção ambiental como interesse difuso”.

Quanto a sua extensão, isto é, quanto aos efeitos que os danos ambientais podem acarretar, eles podem ser: patrimoniais e extrapatrimoniais. Os patrimoniais são decorrentes das perdas e danos derivados da lesão, como o custo da reparação (FREITAS, 2005).

E os danos extrapatrimoniais ou morais, dizem respeito à: sensação de dor experimentada, ou conceito equivalente em seu mais amplo significado ou todo prejuízo não patrimonial ocasionada à sociedade ou ao indivíduo, em virtude da lesão ao meio ambiente (LEITE, 2003, p.97).

3.9 O DANO MORAL AMBIENTAL COLETIVO

Para chegar-se a este tópico, objeto maior desse trabalho, caminhou-se por vários outros conceitos que foram necessários para a construção de um raciocínio capaz de facilitar a exposição do tema. O dano moral ambiental coletivo é uma construção doutrinária complexa, construída como uma superposição de conceitos e que ainda encontra resistência para sua aceitação. É matéria polêmica na doutrina mas já possui fundamentação legal estabelecida e foi reconhecido expressamente na jurisprudência brasileira pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em março de 2002, em decisão unânime, na apelação cível n. 2001.0001.14586 1ª Vara da Fazenda da Capital.

3.9.1 O Dano Moral Ambiental Coletivo na Doutrina Jurídica

Para Rui Stoco, falar de dano moral ambiental “é desvirtuar o objetivo da Carta Magna e tangenciar os princípios que informam a responsabilidade civil, pois o que se resguarda é o meio ambiente e não o dano causado à pessoa individual ou coletivamente” (apud FREITAS, 2005. p. 54).

Também nesta linha Mirra (2002, p.92) afirma que, “o dano moral ambiental não é propriamente um dano causado à qualidade ambiental e sim um dano coletivo, causado à sociedade como um todo, derivado de uma agressão ao meio ambiente mas um dano reflexo, mediato, em “ricolchete”, por intermédio do meio ambiente.”

O reconhecimento da dimensão moral ou extrapatrimonial do dano ambiental foi desenvolvido a partir das alterações introduzidas pela Lei 8.884/94 (conhecida como Lei antitruste), no sistema da ação civil pública, que passa a admitir ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados e também a partir da construção jurisprudencial que admite a reparação de danos morais impostos a pessoas jurídicas.

Para Leite (2003, p.266), o dano ambiental extrapatrimonial é totalmente desvinculado do tradicional e que a lesão ambiental direta não tem concepção de um direito individual e, sim, com o direito coletivo, difuso, imaterial e é um bem jurídico autônomo. Para o referido autor:

O dano extrapatrimonial está muito vinculado ao direito da personalidade, mas não restringido a ele, pois este é conhecido tradicionalmente como atinente à pessoa física e no que concerne ao dano ambiental, abraçando uma caracterização mais abrangente e solidária, tratando-se ao mesmo tempo, de um direito individual e um direito da coletividade. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado está ligado a um direito fundamental de todos e se reporta à qualidade de vida que se configura como um valor da coletividade.

Com a aceitação de que a proteção dos valores morais não está restrita aos valores morais individuais da pessoa física, tem-se o primeiro passo para que se admita a reparabilidade do dano moral em face da coletividade que, apesar de ente despersonalizado, possui valores morais e um patrimônio ideal que merece proteção.

Os valores coletivos, dizem respeito à comunidade como um todo, independentemente de suas partes. Trata-se, de valores do corpo, valores esses que não se confundem com os de cada pessoa, de cada célula, de cada elemento da coletividade (BITTAR, 2004).

Desta forma, Bittar (1994) concebe o dano moral coletivo como: “a injusta lesão na esfera moral de uma dada comunidade, ou seja, violação antijurídica de um determinado ciclo de valores coletivos.” Para ele, quando fala-se em dano moral coletivo, deve-se entender que o patrimônio valorativo de uma comunidade foi agredido de maneira absolutamente injustificável juridicamente, significando que, em última instância, feriu-se a própria cultura, em seu aspecto imaterial.

Leite (2003, p. 273), afirma que, devido à ambivalência, do dano ambiental, referida anteriormente, o dano extrapatrimonial (moral) ambiental pode ofender tanto ao interesse de ordem subjetiva como objetiva do lesado, significando que o lesado pode ser atingido, ao mesmo tempo, pode ser atingido na sua esfera pessoal e ao mesmo tempo em seu caráter objetivo.”

O sentimento de dor, em sua acepção de sofrimento, pesar, mágoa, antes necessário para a caracterização do dano moral individual, cede espaço a outros valores que afetam negativamente a coletividade, como é o caso da lesão imaterial ambiental (LEITE, 2003, p. 294):

A dor em sua acepção coletiva, é ligada a um valor equiparado ao sentimento moral individual, mas não propriamente este, posto que concernente a um bem ambiental, indivisível, de interesse comum, solidário e relativo a um direito fundamental de toda coletividade. Trata-se de uma lesão que traz desvalorização imaterial ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e concomitantemente a outros valores inter-relacionados como a saúde e a qualidade de vida. A dor referida ao dano extrapatrimonial ambiental, é predominantemente objetiva, pois se procura proteger o bem ambiental em si (interesse objetivo) e não o interesse particular subjetivo.

Pode-se dizer, como bem afirma Steigleder (2004, p. 165) que, constatando-se um dano ecológico puro, este não consiste apenas na lesão ao equilíbrio ecológico, afetando igualmente outros valores precípuos da coletividade a ele ligados, tais como qualidade de vida e saúde, o sossego, o senso estético, os valores culturais, históricos e paisagísticos. O próprio interesse difuso da sociedade está sendo lesado, com o que se reconhece uma dimensão imaterial do dano ecológico puro. Para a autora, os danos ambientais imateriais estão associados aos danos materiais impostos a prédios, monumentos e demais bens históricos e culturais e os danos à paisagem, pois a qualidade de vida deve ser compreendida de forma ampla [...]

Paccanella (1999) concebe um conceito de dano moral ambiental semelhante, referindo a importância de ter presente a noção de patrimônio ambiental, diversa da

concepção econômica tradicional. Para ele, o conceito de patrimônio ambiental, no âmbito dos interesses difusos, necessita de uma concepção mais abrangente, não podendo ter exclusiva consideração sob o aspecto econômico. Um dano ao patrimônio ambiental poderá ter uma repercussão no mundo tangível ou material, mesmo que não se consiga atribuir um valor econômico diretamente. Para ele, o dano ao patrimônio ambiental, ou dano ecológico é:

Qualquer alteração adversa no equilíbrio ecológico do meio ambiente. Estes danos ao patrimônio ambiental os danos efetivamente causados aos ecossistemas, lesões à saúde da população decorrente de algum tipo de poluição. Também são danos ao patrimônio ambiental, as lesões materiais causadas a um patrimônio histórico ou cultural, ou uma lesão concreta a uma determinada paisagem (patrimônio paisagístico).

As repercussões físicas nos bens ambientais, a destruição de uma mata, o desaparecimento de uma espécie e mesmo as repercussões sobre os indivíduos decorrentes da degradação, tal como atingir a saúde de uma grande parcela da população [...] é dano patrimonial, é dano sensível, palpável [...] (RODRIGUEIRO, 2004, p. 186).

Quando, além das lesões materiais ao patrimônio ambiental, houver ofensa a sentimento difuso ou coletivo, ou seja quando a ofensa ambiental constituir dor, sofrimento ou desgosto de uma comunidade, haverá o dano moral ambiental. Este dano, não tem repercussão no mundo físico, material, é de cunho subjetivo, à semelhança do dano moral individual. Aqui também se repara o sofrimento, a dor, o desgosto do ser humano, pela perda do patrimônio ambiental. Só que o dano moral ambiental é sofrimento de diversas pessoas dispersas em uma certa coletividade ou grupo social (dor difusa ou coletiva), em vista de um certo dano ao patrimônio ambiental (PACCANELLA, 1999).

Segundo o referido autor, o reconhecimento do dano moral ambiental está relacionado com a violação a sentimento coletivo, com o sofrimento da comunidade, ou grupo social, em decorrência de uma lesão ao patrimônio ambiental. O critério de definição do dano moral ambiental é o mesmo que o utilizado para o dano moral individual: a dor, o sofrimento, o sentimento negativo, sendo a diferença apenas relacionada com a titularidade, que, no caso do dano moral ambiental, têm caráter difuso ou coletivo.

A maioria da doutrina caracteriza o dano moral ambiental como dano difuso, causado a pessoas ligadas por circunstância de fato, entretanto, na atualidade, ainda de forma discreta, vem sendo admitida a possibilidade de configuração de um dano afeto a um grupo de indivíduos determinados ou determináveis (LEITE 2003, p. 295). Neste sentido Paccanella (1999) argumenta:

Em resumo, sempre que houver um prejuízo ambiental, objeto de comoção popular, com ofensa a sentimento coletivo, estará presente o dano moral ambiental. A ofensa ao sentimento coletivo se caracteriza quando o sofrimento é disperso, atingindo considerável número de integrantes de um grupo social ou comunidade.

O referido autor assegura que a única diferença, em relação ao dano moral individual, é que no dano moral ambiental coletivo a dor ou sofrimento é de caráter difuso ou coletivo, ou seja o sentimento negativo é suportado por um grande número de indivíduos, dispersos em uma comunidade (dano moral ambiental difuso) ou em um grupo social (dano moral ambiental coletivo)

Como pode-se perceber há uma divergência entre o entendimento de Morato Leite e o de Paccanella no que diz respeito ao dano moral ambiental coletivo. Para Morato Leite a dor coletiva é objetiva, pois se procura proteger o bem ambiental em si (interesse objetivo) e não o interesse particular subjetivo (2003, p. 295).

Para Paccanella, com o qual compartilho o entendimento, a dor é sentimento coletivo que atinge considerável número de integrantes do grupo social ou comunidade atingida pelo dano, sendo desnecessária a unanimidade para que seja caracterizado o dano moral ambiental coletivo.

3.9.2 O Dano Moral Ambiental Coletivo e sua Fundamentação Legal

No que diz respeito ao dano moral ambiental coletivo, a sua base legal foi estabelecida pelo art.1o da Lei nº 7.347, de 1985, a Lei da Ação Civil Pública, com nova redação dada pela Lei nº 8.844/94 (denominada Lei Antitruste) que alterou o referido artigo de molde a possibilitar a responsabilidade pelos danos morais ou extrapatrimoniais coletivos, esmiuçando e tornando concreta uma previsão já prevista pela Constituição Federal, assim:

“Regem-se pelas disposições desta lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados:

I – ao meio ambiente;

[...]

IV – a qualquer outro interesse difuso ou coletivo; [...].

Trata-se da consagração, no ordenamento jurídico brasileiro, da reparação de toda e qualquer espécie de dano coletivo, no que toca a sua extensão.

Pela inteligência do Código de Defesa do Consumidor, que dispõe expressamente pela possibilidade de indenização por danos morais, e, ao final, afirma que aquele diploma legal aplica-se a todos os interesses difusos e coletivos, pode-se deduzir que há expressa disposição legal no sentido da reparação dos danos morais ambientais.

Assim, a legislação apresenta contornos seguros e objetivos para o reconhecimento dos danos morais ambientais, tendo a Lei de Ação Civil Pública, como principal instrumento, amparada pela Constituição Federal, até mesmo por questões hierárquicas e, pelo princípio da supremacia das normas constitucionais, e, finalmente com o respaldo do Código de Defesa do Consumidor (RODRIGUEIRO, 2004, p. 192).

3.9.3 O Dano Moral Ambiental Coletivo na Jurisprudência

Na jurisprudência brasileira, o dano moral ambiental foi reconhecido expressamente, pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em março de 2002, em decisão unânime, na apelação cível n. 2001.0001.14586 1a Vara da Fazenda da Capital, figurando como apelante, o Município do Rio de Janeiro e como apelado o Sr. Arthur da Rocha Mendes e sendo a Relatora a Des. Maria Raimunda T. de Azevedo. O texto integral deste julgado encontra-se em anexo, como também pode ser acessado através do endereço eletrônico: http://www.arvore.com.br/artigos/htm_2002/ar2703_1.htm .

Com vistas a evidenciar os argumentos utilizados para o reconhecimento deste tipo de dano, e ainda, apresentá-lo de forma mais didática, buscou-se extrair alguns segmentos do julgado, destacando todos os passos para sua consecução, mostrando-se, em seguida o Acórdão e o voto, na íntegra.

Fato gerador

O réu efetuou corte de 40 árvores, inicialmente, além de onze (11) subseqüentes, a supressão de sub-bosque, provocando a diminuição da cobertura vegetal da região, com a diminuição do valor ecológico e paisagístico para o local e a execução de obras sem a devida licença da municipalidade.

O “valor” do patrimônio ambiental

A real utilidade e a necessidade do sub-bosque pode ser avaliada pela descrição, após inspeção técnica no local: "A cobertura arbórea, além do seu valor ecológico / paisagístico para o local, tem como funções importantes tamponar os impactos gerados nas zonas ocupadas contribuindo para amenizar o microclima local; conter a erosão do solo; reter poluentes e ruídos; servir como porta sementes; atrair a fauna entre outros aspectos relevantes, para uma área próxima a uma Unidade de Conservação Ambiental." (parecer técnico)

A obra construída no local

Quanto à obra em si, foi ressaltado pelos técnicos que "estará impedindo a regeneração natural da vegetação local, como também impermeabilizando grande parte do terreno. Por ser obra clandestina poderá ainda acarretar poluição hídrica e do solo, devido a falta de critérios técnicos que as construções irregulares costumam ter".

A caracterização do dano

Dano à coletividade com a destruição do ecossistema, trazendo conseqüências nocivas ao meio ambiente, com infringência às leis ambientais, Lei Federal 4.771/65, Decreto Federal 750/93, artigo 2º, Decreto Federal 99.274/90, artigo 34 e inciso XI, e a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, artigo 477.

A sentença monocrática

O réu foi condenado à reparação de danos materiais consistentes no plantio de 2.800 árvores, e ao desfazimento das obras.

Apelação

O Município do Rio de Janeiro não satisfeito com a sentença, apelou ao Tribunal de Justiça pedindo a *reforma da sentença para inclusão do dano moral perpetrado a coletividade*, alegando que a impossibilidade de reposição do ambiente ao estado anterior justificavam a condenação em dano moral pela degradação ambiental prejudicial a coletividade, devendo os danos morais ambientais serem quantificados utilizando-se os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade relativas ao prejuízo coletivo. Este recurso obteve provimento.

Os principais argumentos do voto

- “As providências a serem tomadas para a reversão dos danos ambientais causados pelo Réu, como seja a compensação do dano ambiental com o plantio de 2.800 mudas de espécies nativas de acordo com orientação da Secretaria do meio ambiente, além da demolição das construções e retirada de entulho, ainda assim, não propiciam reversão ao estado anterior, certo que em nova vistoria foi constatado o aumento de corte de árvores, já em número de 51, em total desacordo com as leis de controle ambiental.”
- “a condenação imposta com o objetivo de restituir o meio ambiente ao estado anterior não impede o reconhecimento de reparação do dano moral ambiental”.
- “Uma coisa é o dano material consistente na poda de árvores e na retirada de sub-bosque cuja reparação foi determinada com o plantio de 2.800 árvores. Outra é o dano moral consistente na perda de valores ambientais pela coletividade.”
- “dano moral ambiental tem por característica a impossibilidade de mensurar e a impossibilidade de restituição do bem ao estado anterior.”
- “Na hipótese, é possível estimar a indenização, pois a reposição das condições ambientais anteriores, ainda que determinado o plantio de árvores, a restauração ecológica só se dará, no mínimo dentro de 10 a 15 anos. Conforme atestam os laudos (fls. 11/12 e 17/18) nesse interregno a degradação ambiental se prolonga com os danos evidentes à coletividade, pela perda de qualidade de vida nesse período.”

A conclusão do voto

“Assim sendo, de acordo com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade norteadoras da fixação do valor, e de acordo com o brilhante parecer do Procurador de Justiça Dr. Luiz Otávio de Freitas, que na forma regimental passa a integrar o julgado, dá-se provimento ao apelo, para condenar o apelado ao pagamento de danos morais ambientais, no equivalente a 200 (duzentos) salários mínimos nesta data, revestidos em favor do fundo previsto no artigo 13 da Lei 7.347/85.”

Diante do exposto, conclui-se a apresentação da base teórica, necessária para a compreensão do tema em estudo.

4 O ESTUDO DE CASO – PETROLÂNDIA E A UHE DE ITAPARICA

Este capítulo teve o objetivo de situar no tempo e no espaço, o evento da construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica, sendo dividido em duas partes: uma referindo-se ao município de Petrolândia e a outra referindo-se ao empreendimento em questão.

A primeira parte, denominada Petrolândia: a vida antes da UHE de Itaparica, apresenta uma revisão bibliográfica sobre o antigo município de Petrolândia, trazendo um pouco de sua história, seus aspectos geográficos, sociais, econômicos e populacionais.

E a segunda parte, denominada UHE de Itaparica: chegando sem pedir licença, contextualiza o empreendimento, abordando aspectos sobre a região atingida, as diretrizes para o remanejamento populacional, o Plano de desocupação, e o Plano de reassentamento da população rural atingida.

PARTE I – PETROLÂNDIA: A VIDA ANTES DA UHE DE ITAPARICA

4.1 A ANTIGA PETROLÂNDIA

4.1.1 Histórico

A região de Petrolândia foi, durante vários séculos, habitada pelos índios, atualmente representados pela tribo dos Pankararus. No fim do século XVIII, com a chegada de missionários católicos e colonizadores portugueses, foram fundadas as Fazendas Brejinhos da Serra e de Fora. Assim surgiram os primeiros povoamentos, dedicados à pecuária extensiva, com o auxílio de mão-de-obra escrava africana. (Diário de Pernambuco, 2/07/04)

Antes da construção da Estrada de Ferro Paulo Afonso, a antiga Jatobá, atual Petrolândia, era um bebedouro para o gado que pastava nas proximidades e freqüentada apenas por vaqueiros. Um frondoso jatobazeiro existente no local deu origem ao nome Bebedouro de Jatobá (SUASSUNA, 1984, p.1).

A crescente procura por pessoas que ali desejavam morar foi responsável pelo rápido crescimento do povoado. Então, Jatobá, nome também dado a uma árvore, foi o primeiro nome dado à atual Petrolândia.

Com a chegada da estrada de ferro, em 1883, várias casas foram construídas para os administradores e funcionários da Rede Ferroviária, contribuindo para que crescesse ainda mais o já sólido povoado. Ao término da construção da referida estrada de ferro, a localidade desenvolveu-se rapidamente, surgindo ali, um comércio próspero, tendo como consequência a transferência da sede do município de Tacaratu para Petrolândia, em 1887, através da Lei Provincial nº 1.885. Em 1938, a Lei Estadual nº 235 eleva à categoria de Cidade mas, apenas em 1943, foi criada a Comarca e recebeu a atual denominação, Petrolândia, em homenagem à Dom Pedro II, Decreto Lei nº 952 de 31/12/1943 (Ibidem, 1984, p.3).

4.1.2 Aspectos Geográficos

O Município de Petrolândia está Localizado na Mesoregião do Sertão do São Francisco, estado de Pernambuco, nas coordenadas geográficas 8°53'08" de latitude sul e 38°29'58" de longitude W de Greenwich a 280m de altitude. Fica uma distância de 499Km da capital do estado, limitando-se: ao norte, com o município de Floresta (PE); ao sul, com o rio

Moxotó, divisa com o estado de Alagoas; a leste, com o município de Tacaratu (PE) e a oeste, com o rio São Francisco, divisa com o estado da Bahia, conforme observa-se na figura 03. O clima é semi-árido de estepes “BSh” de acordo com a classificação de Köppen, caracterizado por uma alta evaporação, da ordem de 2.377mm anuais e uma baixa precipitação pluviométrica anual, em torno de 392mm. (Secretaria de Habitação de PE, 1986, p.15)

O aspecto geral do relevo do município de Petrolândia é um pouco acidentado, podendo-se destacar algumas elevações como o morro do Padre e a Serrota. A vegetação característica são árvores de pequeno porte, espinhosas, mas com grande resistência aos períodos de estiagem. O solo tem uma tendência à salinização, existindo apenas algumas zonas propícias para irrigação, localizadas na área a ser inundada.(SUASSUNA, 1984, p.6)

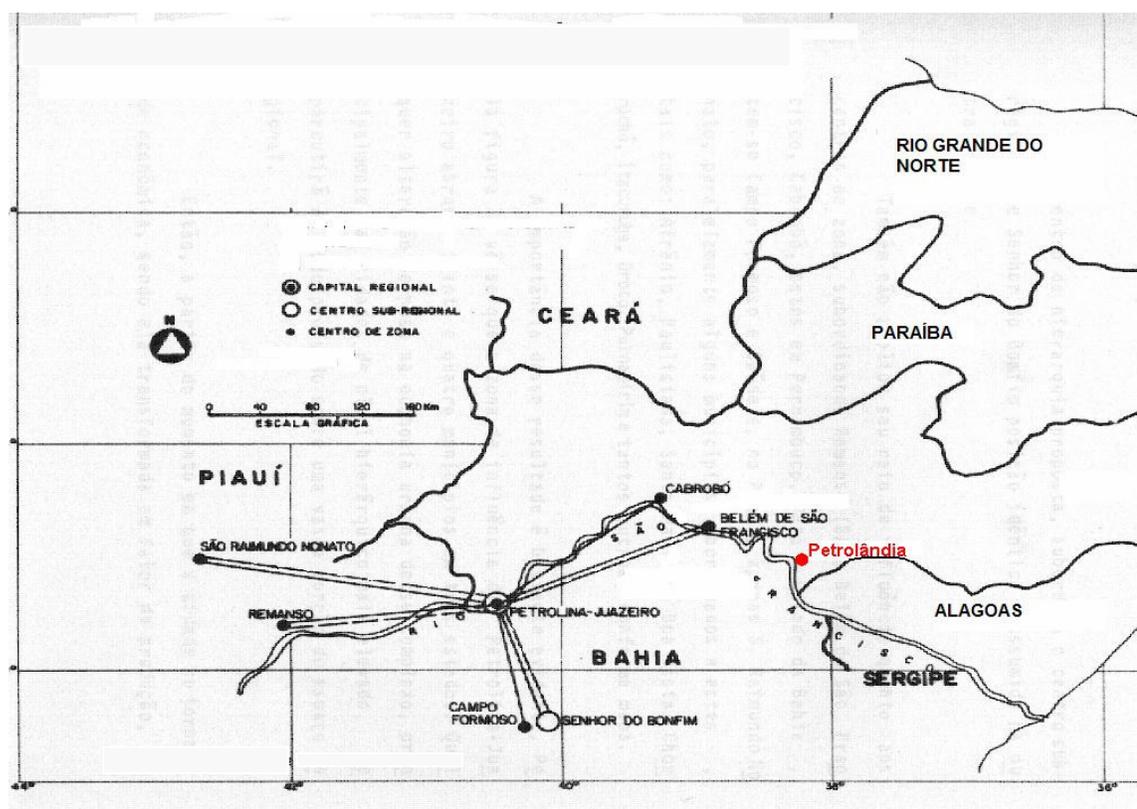


Figura 01 – Localização Geográfica do Município de Petrolândia

Fonte: IBGE – Região de Influências das Cidades



Figura 02 – Região do São Francisco

Fonte: www.municipios.pe.gov.br

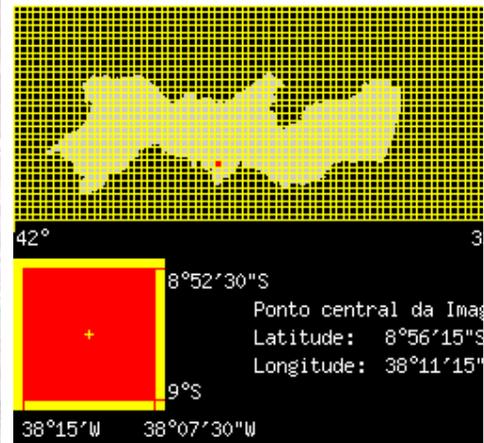
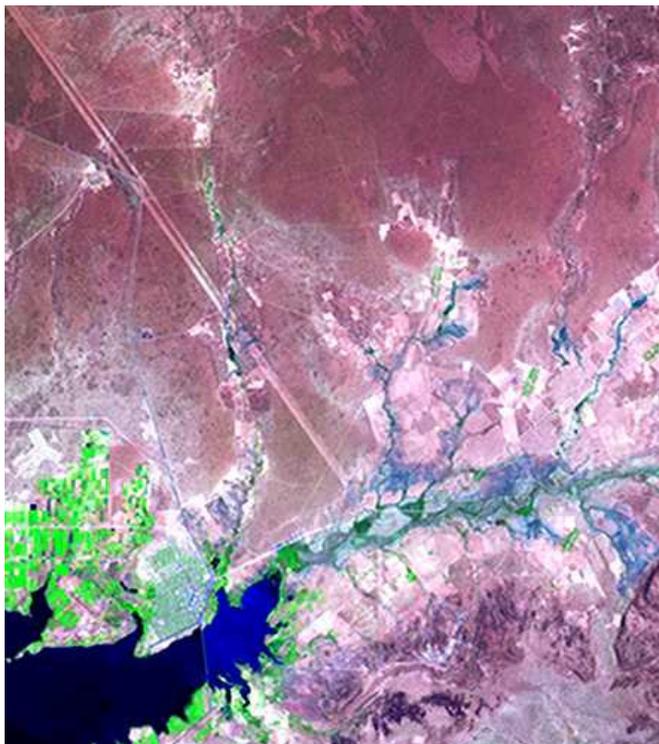


Figura 03 – Imagem de Satélite da Cidade de Petrolândia

Fonte: www.cdbrasil.cnpemembrapa.br/pe/img0/pe23_30.jpg

4.1.3 Aspectos Socioeconômicos

A agricultura era a atividade predominante da região, constituindo-se a base da economia local. Além da cebola, eram cultivados arroz, feijão, tomate, melão e outros tipos de culturas temporárias, sendo também significativas a produção de goiaba e côco.

A irrigação já fazia parte das tradições agrícolas dos agricultores, geralmente pelo uso de motobombas e muitas vezes com o aproveitamento das terras ribeirinhas durante as vazantes do rio. Além da agricultura ribeirinha, também praticava-se agricultura de sequeiro nos períodos de chuva e a pequena pecuária. Criava-se caprinos, ovinos, suínos, aves (galinha), asininos e, em menor quantidade, bovinos. Ocasionalmente alguns destes animais eram vendidos, como fonte de renda alternativa nos casos de necessidade. O criatório funcionava como uma reserva monetária para eventuais crises financeiras (ARAÚJO, 2000, p. 177).

O setor secundário de Petrolândia era representado por 4 olarias, 4 padarias, 4 fábricas de goiabada, 2 serrarias, 1 fábrica de ração, 1 engenho de rapadura e 1 matadouro. As indústrias de maior porte eram as olarias e as fábricas de goiabada, que dependiam da matéria-prima local e que deveriam desaparecer com a inundação da cidade, e não poderiam se estabelecer na nova sede pela falta de jazidas de argila e de goiabeira no local. (Secretaria de Habitação, 1986, p.22).

Durante a fase de construção da UHE de Itaparica, o setor terciário do município recebeu os impactos positivos deste empreendimento. O comércio foi dinamizado, fazendo com que Petrolândia tivesse o comércio mais desenvolvido entre as cidades localizadas na área de influência do referido empreendimento. Em 1981, a CHESF registrou a existência de 50 bares / restaurantes, 12 hotéis, 6 estúdios de fotografia, 30 oficinas / borracharias, 28 mercearias e 3 supermercados. (CHESF, 1985, p.18).

A população de Petrolândia apresentava, na década de 1980, um nível de mobilização comunitária e de desenvolvimento social bem adiantado, fato constatado pelo número de equipamentos sociais e comunitários existentes tais como: o Sindicato de Trabalhadores Rurais, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, a Associação dos Moradores, a sede do Lions Clube, o Centro Comunitário da Pissarrinha e a Maçonaria. Todas essas associações, principalmente as representativas dos órgãos de classes, apresentavam uma

grande atividade através da prestação de serviços médicos e de assessoramento quanto aos direitos trabalhistas. (SUASSUNA, 1986, p.19).

4.2 A POPULAÇÃO DE PETROLÂNDIA

4.2.1 Povoamento e Modo de Vida

A população residente, por situação de domicílio, no município de Petrolândia, segundo os dados do Censo Demográfico de 1980, era de 23.726 habitantes, sendo 9.816 na zona urbana e 13.910 na zona rural.

À semelhança dos demais municípios da região, estava distribuída segundo três critérios de povoamento. O primeiro, onde se encontrava o povoamento ralo, característico da zona rural e onde se localizava o domicílio isolado ou disposto em um número restrito de casas, aglutinadas física e socialmente em razão dos laços de parentesco. O segundo, onde se encontrava os núcleos um pouco maiores, que concentravam um maior número de famílias e que possuíam uma vida social um pouco mais rica que a anterior. E finalmente, as sedes municipais que representavam um povoamento mais concentrado e um ponto de contato da população rural com a sociedade mais ampla. Nos agrupamentos mais simples, as famílias estavam vinculadas pelo sentimento de parentesco, de vizinhança e por alguns elos de cooperação, além das práticas religiosas (CHESF, 1985, p. 16).

Antes da inundação, a organização social das populações ribeirinhas refletia uma conjunção de fatores ambientais, econômicos e culturais, que foram se constituindo com base em uma convivência íntima com o Rio São Francisco (ARAÚJO, 2000, p.201).

Existia uma estabilidade na organização social nas diferentes comunidades decorrente da própria estrutura econômica da região. Predominantemente agrícola, a cultura desta população era preservada, com poucas alterações, com o passar do tempo. Os costumes e as tradições eram passados de pai para filho, sendo pouco sensíveis às modificações de uma geração para outra.

PARTE II – USINA HIDRELÉTRICA DE ITAPARICA: CHEGANDO SEM PEDIR LICENÇA

4.3 CONTEXTUALIZANDO O EMPREENDIMENTO

A Ocupação Do Vale Do São Francisco é antiga, pois foi o lugar escolhido por dezenas de povos indígenas para fixarem moradia. O processo de desenvolvimento da região do submédio do São Francisco, pode ser dividido em três fases distintas: a primeira, que teria se estendido desde os fins do século XVI até meados do século XIX compreendendo o período histórico da ocupação e da apropriação das terras por fazendeiros e estradistas vindos da Bahia e de Pernambuco; a segunda compreendendo a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, em que abertura de comunicações mais eficientes – estradas de ferro e de rodagens, de terra, construídas pelo DNOCS, a partir da seca de 1932- dinamizou a região, possibilitando o desenvolvimento das culturas de algodão e mamona e intensificando a comercialização de couros e peles; e, finalmente, uma terceira , posterior a 1945, ao término da Segunda Guerra Mundial, quando o planejamento governamental atuou fortemente na região, procurando desenvolver a produção de energia, a agricultura irrigada e a industrialização (ANDRADE, 1982, P.50).

Apesar de antiga a ocupação do Vale do São Francisco, a idéia de desenvolver o vale começou na década de cinqüenta, quando iniciava-se a industrialização do país, e foram inspiradas e incentivadas pelo modelo desenvolvimentista, fortemente influenciado pelos Estados Unidos. A experiência americana do aproveitamento hidrelétrico do vale do Tennessee, na década de 30, foi considerada como exemplo de desenvolvimento transformando a região, de economia predominantemente agroflorestal em uma região industrial, rica e desenvolvida. Tal modificação se deu por meio da intervenção de políticas públicas, com a construção de 29 barragens e a formação de lagos numa extensão de 900 km. Os barramentos proporcionaram a regularização do rio e a possibilidade de geração de energia elétrica (VIANA, 1994, p. 15).

Sob essa inspiração, o governo brasileiro elaborou o Plano de Aproveitamento do Vale do São Francisco que se destinava à reorganização do espaço, mediante a regularização do curso do rio, e tinha como objetivo o desenvolvimento regional, por meio de um planejamento integrado de ocupação do vale. A regularização do Rio São Francisco apoiava-se na construção de barragens no rio e seus afluentes para controlar a vazão das águas, e com os

barramentos realizados seria possível promover a irrigação e a geração de energia elétrica. (Ibidem p.16).

A Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) foi criada em 1945 para ser a executora dos projetos de barramento do Rio São Francisco, tendo o aproveitamento do potencial hidráulico deste rio iniciado em 1948.

Depois de já terem sido implantadas as usinas de Paulo Afonso I, II, III, Moxotó, Paulo Afonso IV e Sobradinho, em razão da crise mundial de energia, iniciada no segundo semestre de 1973, tiveram início as primeiras ações referentes à construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica, que tinha como objetivo ampliar o potencial de geração de energia elétrica, que justificava-se pela crescente demanda de consumo no país. (ARAÚJO, 2000, p. 13).

A Usina Hidrelétrica de Itaparica foi projetada para ter sua localização no trecho sub-médio do São Francisco, a cerca de 50 Km à montante do Complexo de Paulo Afonso e representaria um acréscimo de 2.500 MW ao potencial de geração de energia elétrica do país.

Entretanto, para a formação do seu reservatório, seria necessário a inundação de 834 Km², com deslocamento de 7.378 famílias, totalizando 35.905 pessoas, o que naturalmente traria conseqüências danosas para a população da região.

A consciência a cerca dos efeitos danosos que iriam ser causados, tanto para o meio ambiente quanto para a vida do homem da região, em decorrência do alagamento, já eram previstos, como pode-se verificar em texto, contido no Plano de Desocupação (CHESF, 1985, p.5):

“As áreas que serão alagadas em decorrência do enchimento do reservatório compreendem a esmagadora maioria de terras de boa qualidade representadas pelo aluvião depositado durante milênios, periodicamente irrigado e alimentado pelas cheias do rio, e nelas vive e trabalha a quase totalidade da população que terá seus bens desapropriados e será reassentada”.

“[...] O homem simples, sua atividade econômica rudimentar, a ligação atávica com o rio, o Velho Chico, fornecem o cenário de uma operação complexa com profundas implicações – o reassentamento”.

Mas, em prospectos sobre a usina, justificava-se a implantação do empreendimento associando-o à idéia de progresso e desenvolvimento e do ponto de vista social, como

“geradora de empregos, em uma das zonas mais carentes do Nordeste”(ELETROBRÁS, 1988, p. 1).

É importante mencionar que os estudos iniciais de planejamento do empreendimento datam da década de 1970 e que não contemplavam aspectos ambientais da forma como a sociedade civil organizada e a legislação atualmente exigem.

4.3.1 Região Atingida

O empreendedor previa que, para a formação do reservatório da referida usina, na cota máxima de 304m, a área inundada seria de 834 Km² com as seguintes características (CHESF, 1985, p. 4):

<p>Sedes municipais abaixo da cota de 304: Petrolândia e Itacuruba, no Estado de Pernambuco e Rodelas, na Bahia;</p> <p>Outros núcleos urbanos abaixo da cota 304: Barra de Tarrachil, no município de Chorrochó;</p> <p>Núcleos rurais com mais de 250 habitantes, abaixo da cota 304: 22 núcleos;</p> <p>Áreas exploradas abaixo da cota: 47.545 Há;</p> <p>População urbana: 14.745 habitantes;</p> <p>População rural: 21.160 habitantes;</p> <p>Rebanho: 92.163 cabeças, incluindo bovinos, caprinos, ovinos, eqüinos e suínos;</p> <p>Infra-estrutura: estradas federais, trechos da Br-316 (Petrolândia / Floresta), BR -110 (barragem / Petrolândia), estradas estaduais, PE-375 (Petrolândia / Tacaratu), acesso Itacuruba à BR-316, BA-210 (barragem / Rodelas / Barra de Tarrachil); estradas vicinais – aproximadamente 150 Km;</p> <p>Sistema de eletrificação: linha de transmissão na tensão de 13,8 KV, do lado pernambucano; LT 69 KV, nos municípios baianos.</p>
--

Entre os anos de 1987 e 1988, ao final da construção da referida usina, a cidade de Petrolândia foi completamente inundada e sua população remanejada para uma nova sede municipal , construída pela CHESF e denominada Nova Petrolândia.

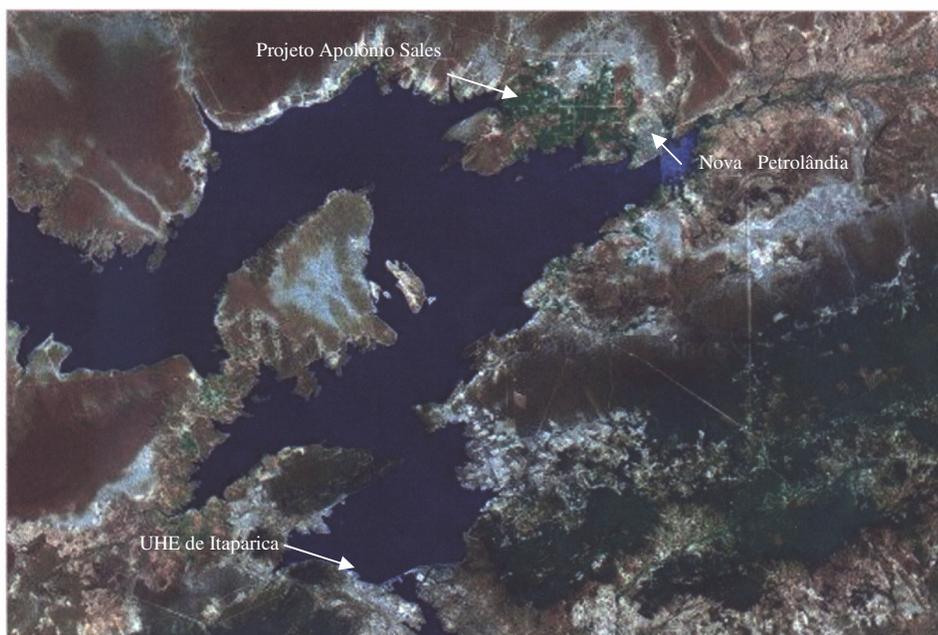


Figura 04– Imagem de Satélite do Reservatório da UHE de Itaparica

Fonte: <http://maps.google.com/maps?q=petrolandia&ll=-9.053421,-38.275681&spn=0.227657,0.345726&t=k&hl=en>

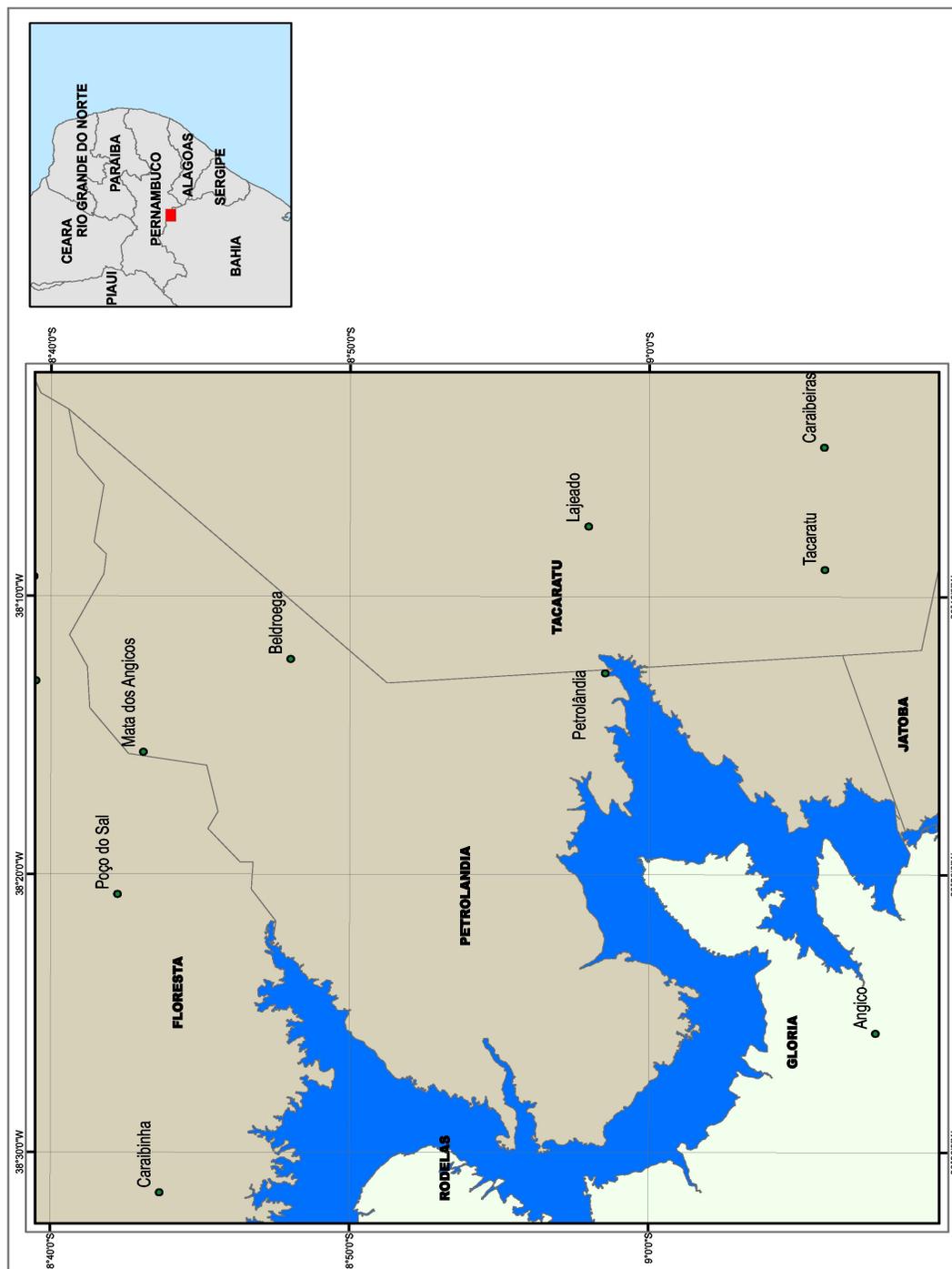


Figura 05– Mapa do Reservatório da UHE de Itaparica

Fonte: Chesf

4.3.2 As Diretrizes para o Remanejamento Populacional

No Brasil, na década de 1970 e 1980, foram muito expressivos os contingentes populacionais deslocados por ocasião da implantação de grandes usinas hidrelétricas. Durante este período, que coincidiu com a época de vigência do regime militar e da política desenvolvimentista, a ausência de uma política ambiental nacional, contribuiu para que os grandes projetos hidrelétricos implantados nesta época não considerassem, com o rigor necessário, os aspectos ambientais. As ações do setor elétrico quando ao remanejamento populacional nesta época:

pautavam-se com o objetivo predominante de liberar, ao menor custo possível e dentro do cronograma de obras, as terras necessárias para a formação do reservatório e implantação da infra-estrutura de apoio ao empreendimento. A aquisição dessas áreas, por negociação ou por via judicial, em geral, baseava-se em critérios de avaliação unilaterais, de cuja elaboração os proprietários não participavam. O atendimento estrito à letra da lei vedava aos não-proprietários, mesmo os que tinham a posse da terra e a exploravam para o seu sustento, qualquer indenização pela sua perda, computando-se apenas o valor das benfeitorias nela implantadas. Não se reconhecia aos trabalhadores rurais, direito a qualquer compensação pela perda dos empregos decorrente da inundação de terras, eximindo-se as concessionárias de qualquer responsabilidade formal neste sentido (ELETROBRÀS, 1993, p.98).

Nesta época, a construção de grandes obras como as hidrelétricas, não estavam condicionadas a resoluções ou compensações de impactos causados por tais empreendimentos. A partir da década de 1980, no tocante à política de geração de energia elétrica, percebe-se uma mudança nos modelos de intervenção até então vigentes no setor elétrico.

Em escala mundial, tornam-se mais presentes as preocupações quanto ao uso e a preservação dos recursos naturais, despertando e difundindo uma maior consciência em relação aos problemas ambientais, entretanto, no Brasil, a importância da questão ambiental só seria realçada a partir da instituição da Lei n. 6.938/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, em 1981 e posteriormente, à regulamentação da exigência de relatório de impacto (EIA / RIMA), em 1986, quando muitos grandes projetos já haviam sido iniciados, sem falar nos já concluídos a um alto custo social (ARAÚJO, 2001, p. 12).

A Constituição Federal, promulgada em outubro de 1988, além de dar respaldo constitucional ao já estabelecido na Política Nacional do Meio Ambiente, amplia o trato das questões ambientais, trazendo o Título VIII – Da Ordem Social, onde três capítulos, de especial importância, atingem o setor elétrico relativamente às questões sócio-ambientais no Brasil: o Capítulo III – Da Cultura, o Capítulo VI – Do Meio Ambiente e o Capítulo VIII – Dos Índios.

No Capítulo III observa-se as seguintes determinações: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material ou imaterial, portadores de referência à identidade, à ação e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão, os modos de criar, de fazer, de usar; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos e documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

No Capítulo VI, destaca-se: o meio ambiente ecologicamente equilibrado é definido como bem de uso comum do povo, cuja defesa se impõe ao poder público e a coletividade; as condutas lesivas ao meio ambiente passam a sujeitar os infratores, quer sejam pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Vários fatores contribuíram para que houvesse uma mudança de concepção de planejamento, sendo que, os mais significantes deles foram: a legislação ambiental; o contexto mundial e a conseqüente pressão da população, em especial daquelas diretamente atingidas pelos reservatórios hidrelétricos; a pressão das agências multilaterais, em especial o Banco Mundial, e a pressão das organizações não-governamentais.

O setor elétrico, acompanhando o contexto das demandas nacionais, em novembro de 1986 edita o Plano Diretor para proteção e melhoria do meio ambiente nas obras e serviços do setor elétrico (I PDMA), seguindo a orientação do Ministério das Minas e Energia, no sentido de dar cumprimento às diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República e marcando a reorientação do setor no equacionamento das questões sócio-ambientais.

Quanto ao remanejamento populacional, embora mantendo-se o critério de liberação das áreas em prazo hábil pelo menor custo, começa-se a reconhecer que devem ser incluídos nesse custo, componentes sociais previamente desconsiderados:

“Passou a ser consenso no setor elétrico, a par de um objetivo imediato de liberar áreas para implantação de empreendimentos, de acordo com os dispositivos jurídico-legais pertinentes, a responsabilidade de ressarcir danos causados a todos quantos forem afetados por seus empreendimentos. O cumprimento desta responsabilidade, no entanto, ainda se dá de forma diferenciada entre concessionários e até por empreendimentos de uma mesma concessionária (ELETROBRÁS, 1990, p.39).

O setor também passa a incorporar como objetivos dos remanejamentos populacionais, a recomposição dos quadros de vida da população a um nível de qualidade, pelo menos igual, ou preferencialmente superior, ao que era usufruído antes da implantação do empreendimento (Ibidem, p.40).

Infelizmente, este objetivo, ainda parece bastante subjetivo, principalmente no que diz respeito às questões sociais, uma vez que, o que parece preferencial, no ponto de vista da concessionária, pode não ser importante para a população.

4.3.3 O Plano de Desocupação de Itaparica

O Plano de Desocupação foi um documento elaborado pela Chesf, no qual foram definidas as linhas norteadoras e caracterizadoras do processo de remanejamento das populações atingidas pela UHE de Itaparica. Em linhas gerais, quatro grandes objetivos foram definidos pelo referido plano: o desenvolvimento regional, o desenvolvimento local, a recomposição da vida produtiva e a integração.

Foi constituído por quatro grandes fases: a desapropriação, a relocação de cidades e vilas; o reassentamento da população e o reaparelhamento de infra-estrutura regional (CHESF, 1985, p.50).

a) Desapropriação

A etapa de desapropriação era também subdivida em três fases sendo a primeira, identificação da realidade fundiária, a segunda, a declaração de utilidade pública e a terceira, a aquisição das áreas a serem inundadas. Na primeira fase, eram identificadas as áreas de domínio público e das áreas de domínio privado. Na segunda, estas áreas eram declaradas de utilidade pública, através do Decreto 79.826, de 20.06.77 e do Decreto 84.966, de 28.07.80.

A terceira fase, referente à aquisição das áreas inundáveis, compreendia também outras etapas para a sua efetivação, a saber: o cadastramento, avaliação e negociação.

b) Relocação de Cidades

De uma forma sintética, pode-se dizer que o Plano de Relocação das cidades e reassentamento da população urbana era a reconstrução das sedes municipais que iriam ser atingidas pelas águas do reservatório da UHE de Itaparica.

As diretrizes básicas para esta fase da implantação do projeto foram: a reposição das cidades a serem inundadas; a criação de condições mais favoráveis ao bem-estar das populações e a criação de novas oportunidades de acesso à moradia, ao saneamento básico e melhor integração de serviços.

Como se pode observar, não existia nenhuma previsão quanto à consideração do bem-estar, em um sentido mais abrangente, em que fossem consideradas as necessidades das populações, no que tange à preservação da sua história, cultura e tradições. Também não existia preocupação quanto aos sentimentos experimentados pelos remanejados, pois naquela

época, estas questões pareciam irrelevantes. Tudo era considerado de uma forma muito objetiva e prática, não havendo espaço para considerações não-patrimoniais.

c) Plano de Reassentamento da População Rural

A população rural, da área do projeto, era composta basicamente por pequenos agricultores, classificados como proprietários, posseiros, ocupantes meeiros, arrendatários, assalariados, sendo raros os casos de grandes proprietários (CHESF, 1985, p.77).

A diretriz básica para o reassentamento rural foi atender à família como unidade produtiva, possibilitando-lhe o acesso à terra e aos meios para sua recomposição econômica aos mesmos níveis, antes vigentes.

d) Reaparelhamento da Infra-estrutura

Foi a fase que correspondeu à implantação da nova infra-estrutura destruída depois do enchimento do reservatório. Correspondeu à reconstrução de estradas federais, estaduais e vicinais.

4.3.4 Atitudes da População Frente à Mudança

O Plano de Desocupação (CHESF, 1985, p.41) trazia algumas considerações sobre os problemas que atingiam os indivíduos, na sua organização social e espacial, como decorrência dos efeitos negativos do remanejamento populacional compulsório. Segundo o referido documento: “as atitudes das pessoas, frente à nova realidade variavam bastante, podendo cada pessoa experimentar vários tipos e níveis de tensão, que se expressam como medo, desconfiança, descrédito, alienação do problema, irritação, agressividade”.

Também havia, por parte do empreendedor a consciência da existência de uma grande dívida social para com a população atingida por este empreendimento, em decorrência de que: ao longo de contínuos investimentos no setor hidrelétrico da região, não houve representativos investimentos para o bem-estar das populações (Ibidem, p. 43).

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo teve o objetivo de descrever os resultados desta pesquisa, e foi estruturado em três partes: a primeira, relativa à caracterização das pessoas entrevistadas; a segunda, relativa à percepção e aos sentimentos referentes ao ambiente de moradia e de trabalho antes da construção da UHE de Itaparica; a terceira relativa à percepção e aos sentimentos em relação ao novo ambiente de moradia e trabalho (após o remanejamento populacional) e por fim, a parte referente à identificação dos sentimentos das pessoas ao assistirem a cena do alagamento, na zona rural e urbana.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS - QUEM É O INTERLOCUTOR

Interlocutor é a pessoa com quem se fala, com quem se conversa sobre determinado assunto. Aqui, o interlocutor foi considerado como a pessoa entrevistada, que falou sobre a história do remanejamento populacional e dos sentimentos vivenciados, por ocasião da construção, instalação e operação da UHE de Itaparica.

Conhecer o perfil social destas pessoas é fundamental para a compreensão do significado do que falaram, pensaram, perceberam e sentiram.

A amostra foi composta por pessoas que viviam na zona rural e urbana do município de Petrolândia, na ocasião do enchimento do reservatório da UHE de Itaparica, ocorrida no ano de 1988 que tiveram suas terras e moradias submersas pelas águas do referido reservatório. Como requisitos essenciais também teriam que atender às seguintes condições:

- a) ser pessoa maior de 21 anos no ano de referência (1988);
- b) ser pessoa responsável por uma unidade domiciliar ou por uma família;
- c) residir na zona rural ou urbana do município de Petrolândia “Velha” antes do início da obra de construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica;
- d) e estar inscritos no Cadastro de moradores, realizado pela Chesf.

Seguindo estes requisitos acima descritos, 34 pessoas foram selecionadas para compor a amostra, sendo 21 originárias da zona rural e 13 da zona urbana. Destas 34 pessoas selecionadas, duas foram excluídas da amostra, depois da realização da entrevista, a nº 16 e a nº 34, pois não se adequavam às condições previamente estabelecidas, restando na amostra definitiva 32 pessoas.

As entrevistas foram gravadas, com o consentimento dos entrevistados, totalizando 45 horas de gravação. Na transcrição, a originalidade da linguagem foi preservada, buscando-se analisar a essência genuína dos depoimentos.

Foram realizadas em ambiente doméstico, na presença dos respectivos cônjuges, ou familiares, seguindo-se os critérios metodológicos para a realização da entrevista não-violenta (BOURDIEU, 1997, p.697).

A caracterização dos entrevistados foi feita considerando-se sete variáveis: a origem (rural ou urbana); o sexo; a faixa etária; a condição em relação à propriedade (proprietário / não proprietário); nível de escolaridade; e profissão.

Os resultados são apresentados em valores numéricos e em valores percentuais, que são arredondados para uma melhor visualização gráfica.

5.1.1 Origem dos Entrevistados

A amostra selecionada foi composta por 32 pessoas, sendo 20 originárias da zona rural e 12 da zona urbana. Em termos percentuais, 62% dos entrevistados eram da zona rural e 38% da zona urbana.

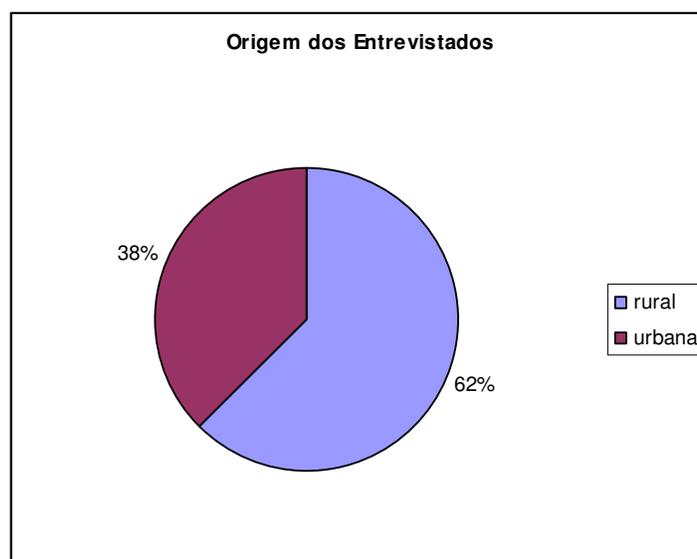


Figura 06 – Origem dos Entrevistados

Os entrevistados da zona rural foram distribuídos em duas categorias diferentes: os moradores de agrovilas, para onde foram remanejados as pessoas que não possuíam terras, entre eles, os pequenos fazendeiros, que receberam indenizações por suas antigas propriedades e optaram pelo reassentamento nas agrovilas; os trabalhadores assalariados, os meeiros, entre outros. Além dos moradores do Projeto Apolônio Sales, constituídos pelos chamados “granjeiros”, que segundo Araújo (2000, p.205) constituem um grupo de pessoas, economicamente diferenciadas, em relação à grande massa de pequenos agricultores e com

experiência anterior em projetos de irrigação pública, integrantes do antigo Projeto Barreiras, implantado pela Suvale e depois assumido pela Codevasf, no município de Petrolândia-PE.

Das pessoas entrevistadas, 12 foram originárias das diversas agrovilas implantadas no Município, representando um total de 60% dos moradores rurais e 8 pessoas foram originárias do Projeto Apolônio Sales, totalizando 40%.

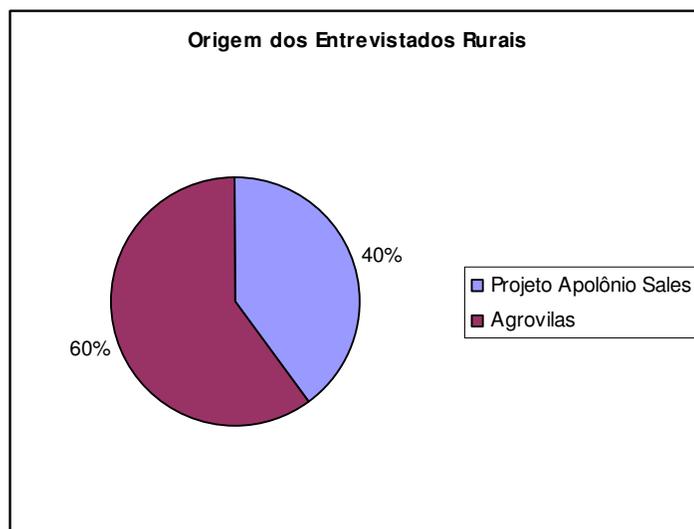


Figura 07 – Distribuição dos Entrevistados Rurais

5.1.2 Distribuição dos Entrevistados por Sexo

Dos 32 entrevistados, 19 eram do sexo masculino, significando percentualmente 59% do total e 13 eram do sexo feminino, representando 41% do total.

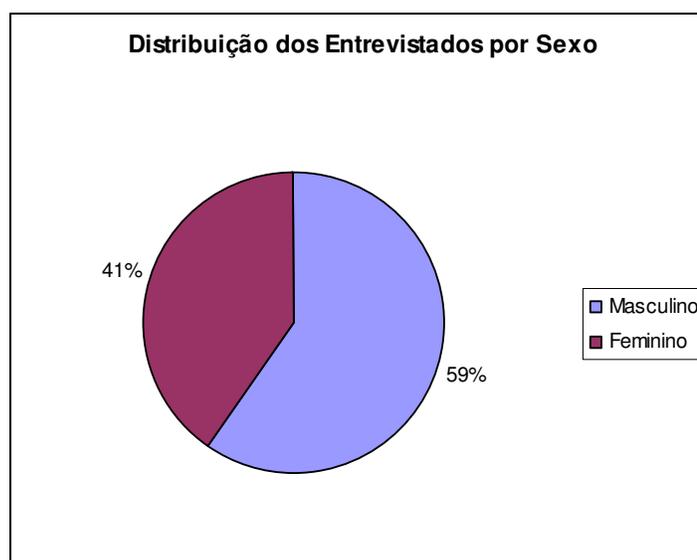


Figura 08 – Distribuição dos Entrevistados por Sexo

5.1.3 Distribuição por Faixa Etária

A idade mínima para fazer parte desta amostra era 21 anos, na época do remanejamento populacional (1988). Assim, o entrevistado ou a entrevistada, deveria ter, no mínimo 37 anos, em 2004, ano da pesquisa.

A idade dos entrevistados foi distribuída em quatro 4 faixas distintas: os maiores de 40 anos; os maiores de 50 anos; os maiores de 60 anos e os maiores de 70 anos.

Observou-se que 11 pessoas estavam acima de 70 anos, representando 35% do total de entrevistados; 10 pessoas estavam acima de 60 anos, representando 31% do total; 8 acima de 50 anos, totalizando um percentual de 25% e 3 maiores de quarenta anos, representando apenas 9% do total dos entrevistados.

A idade avançada da maioria dos entrevistados foi fator de qualificação dos depoimentos, em razão da experiência e da sensibilidade demonstrada por eles.

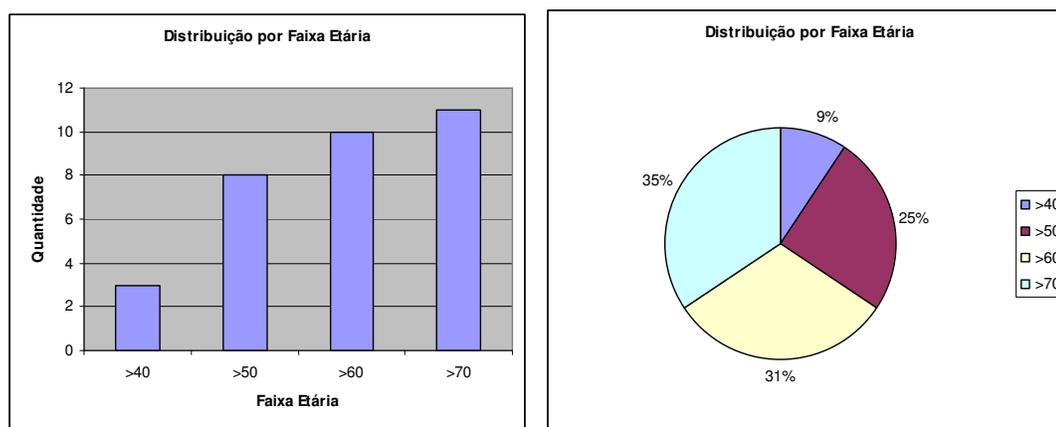


Figura 09 – Distribuição dos Entrevistados por Faixa Etária

5.1.4 Distribuição por Condição de Propriedade (Proprietários / Não Proprietários)

O que se chamou de condição de propriedade foi o fato do indivíduo ser ou não proprietário da sua moradia. Esta condição de proprietário não é considerada em seu significado jurídico, e sim em seu significado amplo. Apesar de parecer irrelevante, este aspecto reforça o vínculo emocional da pessoa com o seu local de moradia.

Das trinta e duas pessoas entrevistadas, 22 (69%) eram proprietários de suas moradias, e 10 (31%) não eram proprietárias.

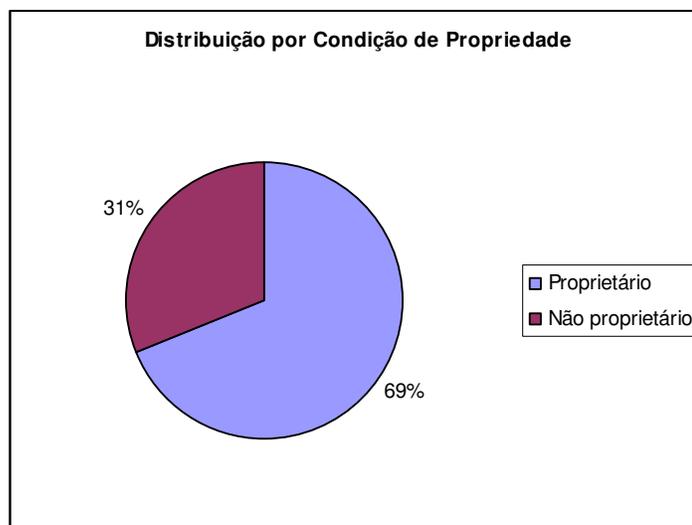


Figura 10 – Distribuição dos Entrevistados por Condição de Propriedade

5.1.5 Distribuição por Nível de Escolaridade

A escolaridade dos entrevistados foi classificada em cinco níveis: os analfabetos; os que não concluíram o ensino fundamental; os que concluíram o ensino fundamental; os que cursaram o ensino médio; e os que concluíram um curso superior.

Observou-se que, do total de entrevistados, 7 (22%) eram analfabetas; 15 (46%) possuíam nível fundamental incompleto; 1 pessoa (3%) tinha o nível fundamental completo; 4 (13%) tinham ensino médio e 5 (16%) tinham curso universitário.

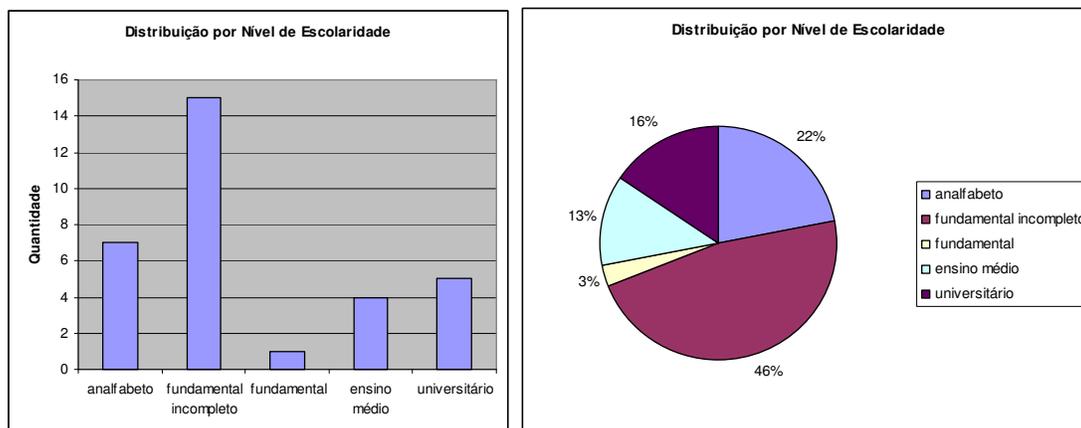


Figura 11 – Distribuição dos Entrevistados por Nível de Escolaridade

5.1.6 Distribuição por Profissão

Dos trinta e dois entrevistados, 20 declararam em seus depoimentos que eram agricultores, mesmo exercendo outras atividades concomitantemente à profissão de agricultor. Outras profissões aparecem nos depoimentos, tais como: professor, funcionário públicos, comerciante, contador, auxiliar de enfermagem, aposentado e sindicalista, cujos percentuais são facilmente visualizados na Figura 12.

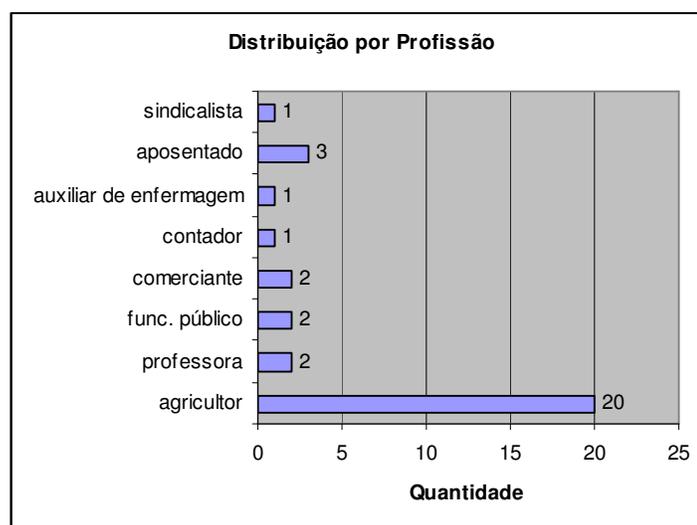


Figura 12 – Distribuição dos Entrevistados por Profissão

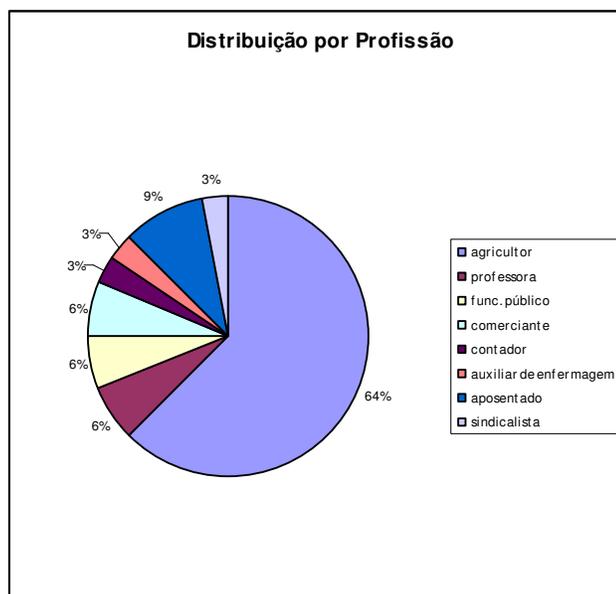


Figura 13 – Distribuição Percentual dos Entrevistados por Profissão

Aqui, foram apresentadas as características objetivas destas pessoas que voluntariamente se dispuseram a contribuir com esta pesquisa. O que será apresentado a seguir é a sistematização de suas percepções e sentimentos sobre o ambiente em que viviam, antes da chegada da UHE de Itaparica.

5.2 IDENTIFICAÇÃO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL ANTES DA UHE

A percepção que o indivíduo tem do lugar onde vive funciona como um termômetro, que mede os efeitos indesejáveis das ações antrópicas sobre o meio ambiente podendo o estudo da percepção ambiental revelar idéias, imagens, impressões, bem como anseios, insatisfações, sofrimentos e condutas.

Seguindo este entendimento, buscou-se identificar a percepção dos habitantes da zona rural e urbana, do município de Petrolândia, tinham em relação ao ambiente em que viviam e os seus sentimentos em relação ao lugar, antes e depois da implantação do empreendimento hidrelétrico.

A identificação da percepção ambiental antes da construção, implantação do empreendimento em questão foi desmembrada em quatro aspectos diferentes: os relativos ao ambiente natural; artificial; cultural e os aspectos relativos ao trabalho, que serão tratados separadamente nos itens a seguir.

Na operacionalização da pesquisa recorreu-se a criação de alguns indicadores e variáveis qualitativas, que foram observadas através da construção de 04 planilhas (quadros de caracteres) que contemplaram os quatro aspectos da percepção ambiental.

- a) planilha 02 - referente à percepção dos aspectos naturais do ambiente, teve como variáveis, a *descrição do ambiente de moradia* e a *ligações com o rio*, tomados a partir das questões 2,9 e 10 do roteiro de entrevistas;
- b) planilha 03 - referente à percepção dos aspectos artificiais, teve como variáveis a *descrição da antiga moradia*, identificados a partir das questões 3,4,5,6,7 e 8 do roteiro de entrevistas;
- c) a planilha 04 - referente à percepção dos aspectos culturais, teve como variáveis *os vínculos com o lugar* e *os vínculos sociais*, obtidos das questões 11,12,13,14,15,16 e 17;
- d) a planilha 05 - referente à percepção dos aspectos relativos ao trabalho, teve como variáveis *os vínculos com o trabalho*, e *forma de trabalhar*, obtidos das questões 21,22,23,24,25,26,27,28 e 29.

Com os dados organizados desta forma, pode-se comparar os resultados e identificar-se as homologias (semelhanças) entre os eles, conforme orientações de Bourdieu (2002, p. 32-33). Com o objetivo de facilitar a visualização dos resultados, utilizou-se a seguinte legenda:

Legenda

(X) – entrevistado da zona urbana
[X] – zona rural/ não proprietário de terra (reassentados)
[X]* - zona rural / proprietário de terra (antigos granjeiros do P. Barreiras / Apolônio Sales)
[X,Y,Z,T...] – entrevista coletiva da zona rural (reassentados)

5.2.1 Identificação dos Aspectos Naturais do Ambiente – Análise da Planilha 02

A planilha 2 foi elaborada a partir das perguntas 2; 9 e 10 do roteiro de entrevistas, e foi montada para identificar a percepção dos aspectos naturais do ambiente de moradia, antes

da UHE de Itaparica, através da análise de duas variáveis qualitativas : a descrição do ambiente de moradia e ligação com o rio, vistas a seguir:

5.2.1.1 A Descrição da Moradia

A partir da análise dos dados, foram identificadas quatro situações diferentes em relação à forma com que os entrevistados percebiam os aspectos naturais do ambiente de moradia, podendo-se estruturar as respostas em três categorias: as pessoas que perceberam positivamente; as pessoas que identificaram outros aspectos do ambiente (artificial e cultural) e as pessoas que não perceberam os aspectos naturais do ambiente.

Perceberam positivamente 10 (31,25%)	Perceberam outros aspectos do ambiente (artificial e cultural) 9 (28,12%)	Não perceberam 13 (40,62%)
-[1]*;[2]*;[3]*; [4]*;[5]*;[6]*;[9] * ;[10]*;[13];[15]; = 10	11;12; [14];19;20;21; [28 e 29]; [30] = 9	7;17;18;[8];[22;23;24;25;26]; 27;31;32;33 =13

Tabela 01 – Descrição do Ambiente Natural

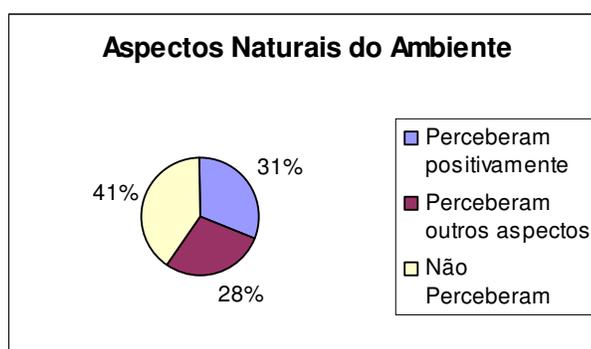


Figura 14 – Percepção dos Aspectos Naturais

a) Perceberam positivamente os aspectos naturais de ambiente

Os aspectos positivos do ambiente eram ressaltados pela qualidade da terra e pela fartura da produção agrícola;

“era boa aquela terra!!!. [...] Era uma terra cor de chocolate, uma terra roxa. Tinha todos os nutrientes pra uma planta crescer eu botava naquele tempo só sulfato de amônia pra desenvolver a planta, só. O resto a terra garantia, a terra era boa. Aí não passou muito tempo veio a história de Itaparica, surgiu a idéia da barragem. A partir dali nós começamos a sofrer decadência já. [...] tão boa terra tudo que eu plantava dava bom. [...] **Eu gostei daquela terra e eu nunca me esqueço dela era a riqueza, como ela produzia tudo que a gente plantava naturalmente.** [...]. Quando começou a idéia de Itaparica aí começou a parar, a assistência começou a diminuir porque ia se acabar. Daqui a dez anos não ia mais existir. Eu mesmo senti que aquilo ali ia se acabando [....]” [5]*

“Era no alto, pertinho do rio. Era ótima, a terra era boa, não precisava usar muito estrume, nem adubo, nem veneno. Banana, era cada cacho que... meu pai! A gente nem podia levar prá casa nas costas, de tão grande[...] Lá era perto do rio, o rio era vizinho, depois da cerca era o rio. **Ah! Lá era bom, quando enchia ficava aquela maravilha, a gente plantava na vazão...era ótimo lá.** [6]*

Lembravam com entusiasmo, as boas condições de moradia e a beleza do lugar:

“Era bom! Tinha um riacho que passava por perto , era um riacho enorme assim muita água tinha muito pé de algaroba cercado, só era o que tinha mesmo. Pés de juazeiro. Era bem no oitão. [...] Um pé de umbu-cajá e um pé de umbuzeiro. Muita algaroba grande. Logo foi loteado e acabou tudo...umbuzeiro[...] e um pé de baraúna enorme”. [15]

“A gente gostava do lugar porque minha casa era uma casa grande, ficava bem pertinho do rio. O rio passava perto a gente tinha banho de rio, era uma coisa maravilhosa. Lá tinha um algarobal acompanhando o rio que era muito lindo. Também tinha cajueiro, que a gente sempre plantou culturas permanentes, mangueira, era muito bom tinha uma sombra muito boa. Também tinha um parreral O curral era encostadinho à casa. Tinha 6 galpões de frango de corte. A gente era agricultor mas também sempre faz parte da pecuária [...] [2]*

Também se referiam aos aspectos naturais do ambiente, descrevendo a vegetação nativa e as culturas temporárias:

“Tinha uma parte desmatada que quando chovia eu plantava milho e feijão. E só as culturas que tinham lá era palma, algodão e algaroba. Tinha bastante pé de algaroba. Tinha uns pés de umbuzeiro, mandacaru. Tinha também marmeleiro, pereiro, catingueira, angico, escama de peixe o velame, pinhão. Tinha uma criação de cabra, umas vaquinhas e galinhas.”[1]*

“[...] onde eu morava não tinha muitas casas, era só umas 30 casas mais ou menos...fruteira não tinha porque era área seca né, o que tinha mais lá era algaroba, catingueira, essas coisas assim.[...]” [13]

Para alguns, era difícil relembrar a antiga moradia, sem trazer à tona sofrimentos guardados desde a época da mudança:

“Eu me mudei no dia 29/02/88. Antes minha casa era na Barreira Velha, na beira do rio. Aqui também eu peguei a beira da água. Mas lá era na beira da água e eu não tinha o sofrimento que eu tô passando. [...] Chegaram aqui, jogaram nós aqui. A Chesf jogou a gente aqui! de noite quando a gente ia dormir quando dava fé era os piolhos de cobra em cima da cama. Cobra, amanhecia aqui no pé do portal. Enfiava o pé na botina tava cheio, lacraia, piolho de cobra, sabe o que é num sabe? A gente passou cinco anos aqui. Cinco anos sem botar água... “Ela” não cercou , não brocou[...] Eu tinha coqueiro, tinha bananeira, tinha abacate, tinha goiabeira, tinha macacheira... eu tinha tudo na minha roça!” [4]*

“Minha propriedade era boa. Eu vivia tranqüilo lá. Nove filhos lá, em Barreira, eu trabalhava na roça e criei meus filhos lá, graças a Deus. Agora a Chesf cismou de fazer barragem e nos tirou de lá. Tomou o que a gente tinha. [...] Na minha casa eu tinha bananeira, coqueiro, laranjeira, goiabeira, tudo colhendo e demais... Tinha mata, tinha palma, tinha algodão,coqueiro, goiabeira, jaqueira...(esposa falando)” [3]*

b) Perceberam outros aspectos do ambiente (artificial e cultural)

Dos 32 entrevistados, 9 pessoas, falaram de aspectos culturais e artificiais do ambiente. Identificou-se a existências de dois grupos diferentes, o dos moradores urbanos e o dos moradores rurais, que apresentavam algumas semelhanças entre os seus depoimentos.

O grupo dos moradores urbanos descreveu o ambiente de moradia mesclando aspectos naturais, artificiais e culturais, ressaltando características da cidade, e as relações sociais entre vizinhos e amigos bem como aspectos referentes a valores intangíveis como a sensação de liberdade e segurança, conforme se pode verificar:

“Minha casa sempre ficou no centro... tinha uns pé de acácia, era muito bonito, uma rua bem larga, muitos vizinhos, aquela amizade toda, eu gostava muito do lugar [...] Da vizinhança[...].” (12)

“A cidade era plana, quente e a maior parte das casas conjugadas, isso dava um aspecto melhor e maior de amizade, de agregados, de amigos, de parentes, de tudo com os vizinhos, porque qualquer coisa chamava logo um vizinho. [...] (19)”.

“Bem com relação a moradia eu nasci de uma família simples, humilde e a gente num tinha casa luxuosa de nível elevado, mas nossa casa era uma casa boa, a posição geográfica era muitíssimo boa porque ficava de frente pro sol nascente a cidade era muito quente como essa daqui, mas era uma moradia saudável, descontraída porque a gente tinha muito mais liberdade nas noites de muito calor a gente dormia assim [...] todo mundo conversava nas calçadas, brincava de roda, né...eu nas i e me criei nesse lugar [...]”. (20)

Os moradores rurais faziam referência à terra onde nasceram e se criaram, ressaltando características da moradia e dos costumes locais:

“Nascemos e se criemos na terra de nós! Era propriedade dos pais da gente, tinha uns quatro a cinco lugares, tinha terra em Pernambuco, tinha terra na Bahia. A gente morava numa casa de taipa, trabalhava de roça, tinha terreno na beira do rio, trabalhava na beira do rio também, aqui trabalhava de chuva, tratando de gado no tempo da seca, de bode, ovelha”. [28 e 29]

“A casa era do meu pai, nascemo e se criamo, era uma casa grande , era uma fazenda tinha bastante gado de meu pai e a minha também era uma casa grande de tijolo, telha, chão incimentado, garagem, área grande na frente [...] Só tinha de

planta um pé de cajazeiro e tinha muita algaroba...a gente plantava de chuva [...] [30]

c) Não identificaram aspectos naturais do ambiente

Do total de entrevistados, 13 pessoas não falaram dos aspectos naturais do ambiente em que viviam. Alguns descreveram aspectos da cidade e outros não responderam.

5.2.1.2 A Ligação com o Rio

A ligação com o rio São Francisco foi definida como um indicativo da existência de vínculos culturais, econômicos ou emocionais, e foi analisada a partir de duas variáveis: a distância da casa ao rio e a forma de utilização do rio.

a) A Distância da Casa ao Rio

Considerou-se com próxima ao rio, as moradias que situava-se a uma distância igual ou inferior a 1Km (um quilômetro) ou, quando o entrevistado, fazia referências com: “perto do rio”; “vizinho do rio”. E as moradias situadas a mais de 1 km do rio foram consideradas como afastadas do rio. Das 32 entrevistas analisadas, 15 foram consideradas distantes do rio e 17 perto do rio, conforme pode-se verificar:

Moradias próximas ao rio -17	Moradias afastadas do rio – 15
[2]*;[3]* [4]*; [6]*; 7; [8]; [10]*;11;[12];17;18;19;20;27;31; 32;33 = 17	[1]*;[5]*;[9]*;[13];[14];[15];21;[22;23;24;25;26];[28;29] 30.

Tabela 02 – Distância da Casa ao Rio

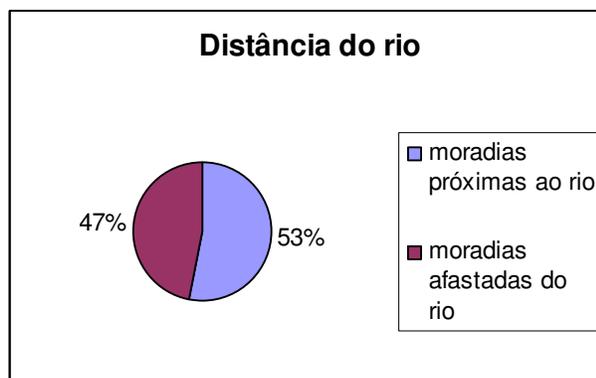


Figura 15 – Distância da casa ao rio.

b) A Forma de Utilização do Rio

Na análise dos resultados, foram identificadas três categorias de utilização: os que utilizavam o rio na agricultura (irrigação ou agricultura de vazante), os que utilizavam o rio para suprir necessidades domésticas e/ou como fonte de lazer e contemplação; e os que não utilizavam o rio.

Para Agricultura 8 (25%)	Lazer/ contemplação 11 (34,37)	Não utilizava 13 (40,62%)
[2]*;[3]*;[4]*;[5]*;[6]*;[9*]; [10]* 18.	7;8;11;12;[13];17;19;20;27;31;33	[1]*;[14];[15];21;32; [28;29]; [22;23;24;25;26]; 30;

Tabela 03 – Forma de Utilização do rio

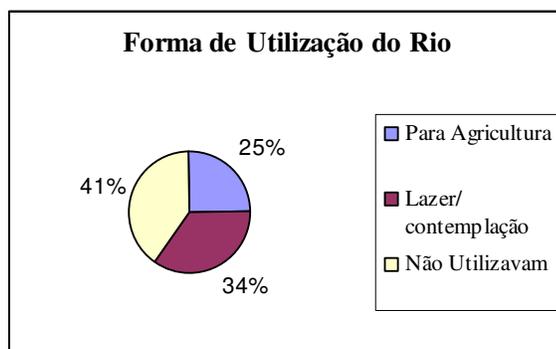


Figura 16 – Formas de Utilização do Rio

- **Utilizavam o Rio na Agricultura**

Os antigos moradores do Projeto Barreiras praticavam a agricultura irrigada desde a década de 1960, viviam em seus lotes irrigados e a ligação com o rio estava ligada à atividade econômica desenvolvida por eles, a agricultura de vazante e a pescaria também são referenciadas por alguns, sendo característica das populações ribeirinhas.

“Plantava na vazante plantando batata. Outra área era irrigada e usava água do rio. Aqui acolá eu me divertia pescando... Pegava muito curimatã.”[2]

“[...] Fazia irrigação, tinha bomba e também tinha as bombas do projeto, mas na minha granja eu tinha a minha mesma. Gostava de pescar e ainda hoje eu tenho uma canoa ali. Toda vida eu gostei dessas coisas [...]” [4]

“[...]Eu nasci naquela terra, lá pertinho do rio. Eu me criei lá pertinho do rio. Tomando banho de rio à vontade. **Plantando e lavrando a terra lá na beira do rio. O rio secava a gente plantava, vinha o rio e enchia.** Sempre de abril prá maio o rio vinha com água, de outubro prá novembro ele baixava, aí vinha a vazante, aí a gente via o leito do rio, via aquela vazante o que acontecia, reflorestava o que tinha na margem do rio. Quando eu era rapazinho pescava e tomava banho à vontade ...aí a gente já tava junto com a água. [5]

“De onde a gente morava pro rio era uma base de 2 km.. de 2 a 3 km. Não era muito perto não. Era pra irrigar. Puxava lá do rio? Não já tinha as bombas da CODEVASF que puxava a água pra gente.” [9]*

- **Lazer e Contemplação**

O rio São Francisco, antes da construção da UHE de Itaparica, margeava a cidade de Petrolândia, fazendo parte da paisagem e da cultura local. A brisa, o frescor das águas e a beleza do por do sol nas margens do rio, estão presentes nos relatos, demonstrando a ligação afetiva e cultural dos moradores com o rio.

“[...] Ave Maria pertinho, saía no meu portão e via o rio. Era, época de calor eu pegava e saía de roupa de banho, botava outra roupa e chegava lá [...] deixasse eu atravessava o rio, tomei muito banho nesse rio [...]” (12)

“[...] Que maravilha! Esta paisagem esplendorosa, o rio São Francisco passando na frente... Assim de manhã... tinha uma lagoa e quando o rio tava seco tinha 500 metros de largura cheio chegava a 800 metros. Era muita água [...] só vivia nadando, menino é bicho danado, não é? [...]”(17)

“[...] **olhar aquele pôr do sol maravilhoso** que só Petrolândia tinha um pôr do sol tão lindo e ainda hoje, vem de Tacaratu e na serra você ver um pôr do sol lindíssimo e essa parte de lado esses raios de sol refletindo na água é lindíssimo de tardizinha.[...]”(19)

“Abria a janela tava vendo o rio e **aquele vento gostoso que vinha do rio uma brisa muito agradável** quando o rio estava vazio chamava a estação porque agente olhava e não via a água. Na época das vazantes né, eu gostava muito de minha casa e **ir pro cais me sentar na beira do cais e ficar olhando o entardecer** é tanto que quando eu vim embora eu comprei filmes pequei uma kodac dei a um primo meu que trabalhava com fotos e ele tirou muita fotografias **do por do sol na velha Petrolândia da beira do rio** [...] (20)

“A gente tinha uma riqueza que era o rio São Francisco. Água corrente e ninguém ia no rio. Hoje a gente tem um lago aqui parado, eu tenho uma chácara e fico achando bonito. **E tinha o meu rio que perdi e nunca fui olhar.** [...] na época da enchente, que vinha aquela água nova trazendo aquelas plantas, a gente ia olhar.”(27)

- **Utilizava o rio para consumo doméstico**

Alguns depoimentos relatam a utilização do rio nas atividades domésticas, como lavar roupa, louça ou tomar banho:

“A gente lavava roupa no rio as vezes, quando não tinha água em casa, usava pra tomar banho [...] (8)

“Também ficava perto do rio, quando faltava água nas casas a gente **ia buscar água no rio, ia lavar louça no rio** [...] o povo gostava muito de tomar banho,

lavar roupa, laje bem grande pra estender roupa. [...] Era muito bom. Era muito bonito [...] a paisagem bonita era do rio. [...]” (33)

- **Não utilizava o rio**

Alguns moradores que moravam afastados do rio não demonstravam ter vínculos com o rio nem utilizavam suas águas em atividades cotidianas:

“[...] não dava pra ver o rio de onde a gente morava.. mas essas granjas de onde eu trabalhava já era bem mais perto do rio[...] Não, do rio eu num gosto não porque é muito perigosos.. é né? Tinha medo do rio [14]

5.2.2 Identificação dos Aspectos Artificiais do Ambiente – Análise da Planilha

03

Os aspectos artificiais percebidos pelos entrevistados tiveram como referência as suas moradias, considerando-se as seguintes características: área, número de cômodos (quartos, sala, cozinha e banheiro); materiais utilizados na cobertura, paredes e piso e a existência de infra-estrutura como, água encanada, energia elétrica e sistema de esgotamento sanitário ou fossa séptica.

Foi possível identificar-se a existência de vários tipos de moradias, na zona rural e na zona urbana tais como:

- a) as casas rústicas, porém confortáveis, características dos moradores do antigo Projeto Barreiras, que dispunham de infra-estrutura como, água, energia elétrica e fossas sépticas;
- b) as casas precárias, característica dos trabalhadores rurais ou meeiros, identificadas pelos próprios moradores, como sendo de “taipa”, com chão batido e cobertura de palha, não dispendo de qualquer infra-estrutura como água, energia, ou instalações sanitárias;
- c) as casas da zona urbana, que variavam em dimensão e conforto, conforme do poder aquisitivo dos entrevistados.

A área das casas não foi uma grandeza relevante no depoimento das pessoas, tendo sido mencionada por apenas 7 pessoas, correspondendo a 21,87% do total dos entrevistados.

O número de salas nas casas, variava entre uma e duas e o número de quartos, variava entre 2 e 4 quartos, existindo algumas exceções a maior ou a menor.

Quanto à existência de instalações sanitárias, dos 32 entrevistados, 10 pessoas não tinham banheiro em casa, representando um total de 31,25%. A situação quanto à infraestrutura foi semelhante, pois 11 pessoas não tinham água encanada em suas casa, representando 34,37% do total; 10 não tinham energia elétrica, significando 31,25%; e 12 pessoas não tinham fossas sépticas

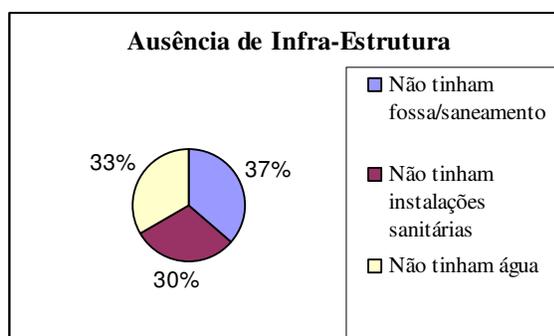


Figura 17 – Ausência de Infra-estrutura nas moradias

5.2.3 Identificação dos Aspectos Culturais do Ambiente – Análise da Planilha 04

Como foi visto anteriormente, a percepção ambiental é “a maneira pela qual o homem sente e compreende o meio ambiente” sendo os fatores culturais determinantes para a formação da percepção (UNESCO/MAB, 1985). Assim, para identificar a percepção dos aspectos culturais que uma determinada comunidade tem do local em que vive, é necessário compreender as suas relações com o lugar e com os membros desta comunidade.

As relações que se estabelecem entre os habitantes de uma localidade são determinadas pelos significados que atribuem ao lugar em que vivem, “o plano do lugar pode ser entendido como a base da reprodução da vida e espaço da constituição da identidade criada na relação entre os usos, pois é através do uso que o cidadão se relaciona com o lugar e com o outro, criando uma relação de alteridade, tecendo uma rede de relações que sustentam a vida, conferindo-lhe um sentido”(CARLOS, 2004, p.50).

As relações sociais, as práticas culturais e os costumes, consolidados na comunidade, funcionam como indicativos dos aspectos culturais de uma comunidade. Desta forma, escolheu-se os vínculos com o local de moradia e os vínculos sociais existente entre os membros da comunidade, para funcionarem como indicativos.

Os vínculos com o local, foram caracterizados a partir de três variáveis, o local de nascimento / criação, o tempo de moradia no local e propriedade do imóvel e os vínculos sociais, por outras três variáveis: moradia próxima a familiares, moradia próxima a vizinhos e vínculos associativos (participação em associações, sindicatos, cooperativas, clubes e igrejas, etc), obtidos através das questões 11;12;13;14,15 e 17, do roteiro de entrevistas.

5.2.3.1 Os Vínculos com o Local

a) O Local de Nascimento e Criação

É um fator determinante para a existência de vínculos afetivos e culturais do indivíduo com a terra natal. Também é fator que pressupõe a existência de vínculos culturais que determinam o modo de vida de uma coletividade. Das 32 pessoas entrevistadas, 14 (catorze) nasceram e se criaram no município de Petrolândia; correspondendo a um total de 43,75% dos entrevistados, 5 (cinco) nasceram no local mas saíram para estudar para trabalhar, correspondendo a 15,62% dos entrevistados e 13 (treze) pessoas não nasceram em Petrolândia, correspondendo a 40,62% dos entrevistados.

Nasceram e se criaram no local 14 (43,75%)	Nasceram e saíram 5 (15,62%)	Não nasceram 13 (40,62%)
[1]*;7;[8];[9]*;[10]*;[12]*;[14];17;18;20;21;[28;29];[30]	19;27;31;[5]*;[6]*	[2]*;[3]*;[4]*;11;13;15;[22;23;24];25;26];32;33

Tabela 04 – Local de Nascimento e Criação

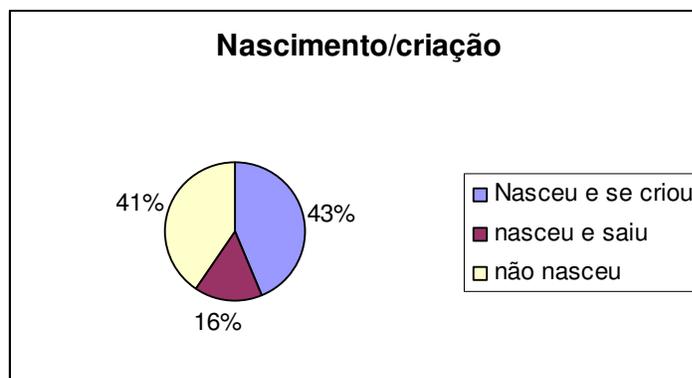


Figura 18 – Nascimento / Criação

“Eu nasci naquela terra, lá pertinho do rio. Eu me criei lá pertinho do rio. Tomando banho de rio à vontade. Plantando e lavrando a terra lá na beira do rio. O rio secava a gente plantava, vinha o rio e enchia. Sempre de abril prá maio o rio vinha com água, de outubro prá novembro ele baixava, aí vinha a vazante, aí a gente via o leito do rio, via aquela vazante o que acontecia, reflorestava o que tinha na margem do rio...”[5]*

“Quando a gente nasceu e se criou morava aqui mesmo, aí era caatinga. Vivia de fazenda, criava gado, bode, plantava roça de chuva”. [9]*

“Eu morava na zona rural, que era no Estado da Bahia, porque minha mãe é índia daqui da etnia Pancararu, e meu pai era de Pernambuco também, aí eles casaram-se e foram morar na Bahia, meus ancestrais saíram da aldeia diante da situação, fome, das brigas de fazendeiros com índios, aí foram embora, aí foram pra Bahia. Saíram da aldeia em busca da sobrevivência, aí lá se misturou né, casaram-se com brancos e ficaram. Ai lá eles moravam na zona rural, nasci e me criei, com muito orgulho digo isso, casinha de taipa, onde só tinha um quarto e meu pai vivia da agricultura ele plantava feijão, a batata, amendoim, arroz, vigiei muito arroz tangendo passarinhos, e são seis filhos, eu sou a mais velha[...]” (18)

b) Tempo de Moradia

É fator de apego ao local de moradia, como também é determinante para a criação de vínculos culturais e afetivos, razão pela qual foi escolhido como variável. Verificou-se que, dos 32 entrevistados, 11 pessoas nasceram e sempre moraram em Petrolândia, 9 moravam lá há mais de 20 anos; 6, há mais de 10 anos; 3 há mais de 5 anos e 3 não falaram.

Considerando-se que um dos requisitos para a composição da amostra era residir no município de Petrolândia, pelo menos cinco anos antes do remanejamento, pode-se dizer que: 29 dos entrevistados atenderam a este requisito, representando 90,62% do total de entrevistados.

Sempre moraram 11(34,37%)	+ de 20 9(28,12%)	+ de 10 6(18,75)	+ de 5 3(9,37%)	Não Falou 3(9,37)
[1]*;7;12;[14];17;18;20;[29;29];[30];32	[2]*;[3]*;[5]*; [6]*; [9]*; [10]*; [15]; [22];[25]	[4]*;18;[13];[23];19;33	8;21;[24]	19;21;31

Tabela 05 – Tempo de Moradia

c) Propriedade ou Posse do Imóvel

A propriedade ou posse do imóvel, também é fator que determina a ligação afetiva e cultural entre o titular deste direito e o objeto. Do total dos entrevistados, 18 moravam em casas próprias, 7 moravam em casas de seus pais ou irmãos; 2 moravam em imóveis alugados e 5 moravam em imóveis precários (taipa) construídos em terrenos alheios. Esta última categoria representava os meeiros ou trabalhadores rurais, que trabalhavam não tinham terra e trabalhavam como meeiros ou como trabalhadores rurais assalariados. Em termos percentuais, 56,25% eram proprietários de seus imóveis, 21,87% moravam em imóveis pertencentes aos pais ou irmãos, 6,25% moravam em imóveis alugados e 15,62% moravam em casas de taipa, construídas em terreno alheio.

Moradia Própria 18 (56,25%)	Moradia (pais / irmãos) 7 (21,87%)	Moradia precária em terreno alheio 5 (15,62%)	Moradia alugada 2 (6,25%)
[2]*;[3]*;[4]*;[5]*; [6]*;7; [8];[10];11;[13]; [14];[15];17;20;21; 27;31;32	[1]*;9;12;19; [28;29]; [30] =	[22;23;24;25;26]	18; 33

Tabela 06 – Propriedade do Imóvel

5.2.3.2 Vínculos sociais

a) Moradia Próxima a Familiares/ Vizinhos

Dos 32 entrevistados, 20 moravam próximo a vizinhos e/ou familiares, significando um total de 62,50% e 12 não moravam próximo nem a vizinhos nem familiares, representando um percentual de 37,50%.

Sim 20 (62,50%)	Não 12 (37,50%)
[1]*; [3]; [5]; 8; 9; [10]*; 11; 17; 19; 20; 21; 22; 23; 24; 25; 26; 27; 28; 30; 31	[2]*; [4]*; [6]*; 7; 12; [13]; [14]; [15]; 18; [29]; 32; 33

Tabela 07 - Moradia Próxima a Familiares / Vizinhos

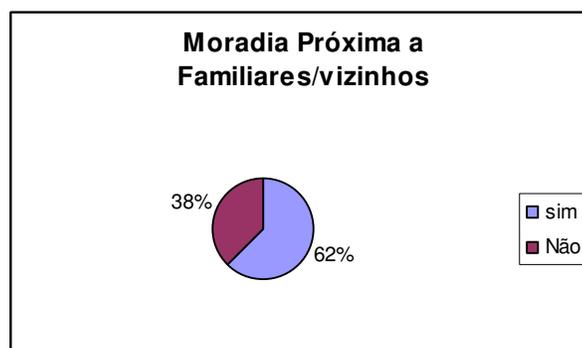


Figura 19 - Moradia Próxima a Familiares / vizinhos

Estes resultados evidenciam os traços culturais de uma comunidade, pois refletem os costumes, as tradições, e o modo de vida das pessoas como se pode verificar nos depoimentos:

“Lá, doutora era assim *a gente sempre se reunia*. A gente andava sempre assim na casa dos outros. A gente era convocado para almoço, convocava os vizinhos para almoço. Tinha todo esse tempo, infelizmente isso aqui não existe. Até na cidade, a gente ia pra Petrolândia e se encontrava com muitos amigos, ia pra Barreiras e se encontrava com amigos, mas aqui o lugar não ficou tão grande.”
[2]*

“Morava, cercado... *O maior vizinho que eu tinha era o rio*, na testa e do outro lado era Zé de “Sr. Fulano” e do outro lado era Sr. “Cicrano” que era o pai dele, no recanto Sr. Otávio e na frente o finado Antônio “Mané”[...] a gente se encontrava, nunca tive inimizade e até hoje”. [4]*

“Tinha, a cidade antes da barragem era uma cidade pequena onde todo mundo era conhecido de todo mundo, todo mundo era parente era como povoado, coisa de interior mesmo , todo mundo se conhecia.”(18)

“[...] conhecia todo mundo, batia muito papo na calçada com todo mundo, fui professora muitos anos e conhecia pai de aluno que foi aluno meu depois fui professora dos filhos entendeu? A vizinhança era muito grande porque as ruas que agente morava eram largas e tinha muita gente e a gente conversava muito as vezes se juntava muita gente num canto só né pra bater papo pra conversar [...]” (20)

Não há como despertar o interesse de quem não viu e não sentiu.

“A gente era muito próximo. Aqui mudou muito nessa mudança o povo esqueceu sua história. É como meu filho, ele nem se interessa em saber da história. Ele só quer saber de hoje e isso me dá uma inquietação. Meus alunos eu levo pra escola, história de Petrolândia e começo a contar e depois eu fico pensando: só eu que estou empolgada porque ninguém tá. Eles tem 14, 15 anos e já nasceram aqui, aí nem se interessam. Mas até eles tenham razão pois não ficou nada de Petrolândia velha. Não tem um museu pra gente visitar, levar e contar. Aí seria interessante se eles vissem como era o tamanho de Petrolândia, aquele rio bonito. Mas ninguém se preocupou em tirar nada.”(27)

b) Vínculos Associativos

Os vínculos associativos evidenciam a capacidade de articulação da comunidade para diversos fins tais como: lazer, trabalho, exercício da cidadania e lutas coletivas em geral. Do total de pessoas entrevistadas, observou-se que 17 pessoas tinham algum tipo de atividade associativa como estarem ligadas a sindicatos, cooperativas, associações, clubes, grupos

religiosos, correspondendo a um percentual de 53,12%, 13 pessoas relataram que não faziam parte de nenhuma atividade associativa, correspondendo a 40,62% do total e 3 pessoas não falaram sobre o assunto.

Sim 17(53,12%)	Não 13(40,62%)	Não Falou 2 (6,25%)
[2]*; [3]*;[4]*;[5]*;[6]*;7;[8]; [9]*;[10]*;12;[13];18;19;20;21; 27; 32	[1]*;11;[14];[22;23;24;25;26],[28;29];30; 31;33	15;17

Tabela 08 - Vínculos Associativos

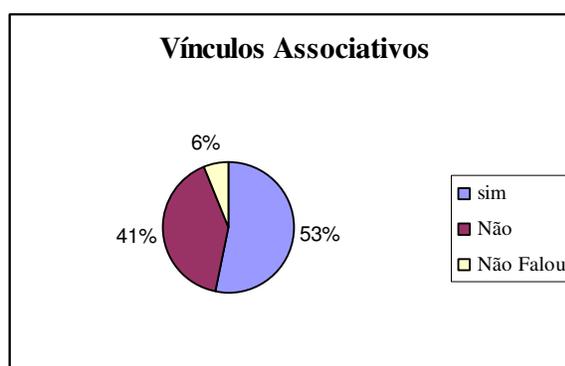


Figura 20 – Vínculos Associativos

Dos entrevistados que possuíam vínculos associativos, 3 eram ligados ao Sindicato dos agricultores, 5 eram membros da associação dos antigos moradores do Projeto Barreiras (ACAMP), 2 se referiram à cooperativa e os demais estavam ligados a outras espécies de vínculos associativos como Clube de mães, igrejas e clubes beneficentes ou recreativos.

Observou-se que as pessoas, na sua maioria, associavam-se para o lazer e para as atividades religiosas, entretanto a organização social, a mobilização e a conscientização da população para as lutas coletivas ainda era incipiente, existindo uma descrença acerca da utilidade do engajamento social.

“A gente tinha um centro comunitário. Éramos considerados colonos novos, a gente sentiu que a cidade era um pouco longe e a gente fez um grupo e esse grupo era um ponto da gente se encontrar, fazia festinhas. Teve tanta festa boa. A

gente não tinha medo de fazer festa, mesmo quando tinha festa na cidade. Quando fazia vinha gente até de Paulo Afonso. Era festa boa, tranqüila...[2]*

“[...] a gente fundou o Lions Club, fez 25 anos semana passada, a gente comemorou aqui, só tem meu marido e outro aqui, que foram fundadores do Lions. A maçonaria também, foi fundada lá, meu marido foi fundador da maçonaria lá, e da parte religiosa a gente organizava aquelas festas[...] (19)

“[...] Teve uma época que eu fui sócio de uma cooperativa, dei 50 contos e nunca me servi dela prá nada, foi por influência. Em tempo de festa no S Pedro ou no mês de maio eu ia para uma novena.” [1]*

A população despertou para a necessidade de articulação a partir dos rumores sobre a construção de uma hidrelétrica:

“Eu era sindicalizado. Nós tínhamos uma associação e era sindicalizada. Quando ouviram falar na barragem todo mundo, que não era do sindicato, com medo, se associavam. [era o sindicato dos agricultores?] Sim sindicato dos agricultores, do qual eu fui tesoureiro dois mandatos.” [5]*

[E- O Sr. participava de alguma atividade comunitária, coisa...fazia parte de alguma associação de moradores, algum clube...?]

P- Não, não, não.

Dona F- Nessa época não existia isso não..“Isso aí é pros granjeiros”.

P- Nessa época não existia isso não[...] [22;23;24;25;26]

5.2.4 Aspectos Relativos ao Trabalho – Planilha 05

Por meio do trabalho e do afeto os homens estabelecem as relações com a natureza e com os outros homens, nas quais estão retidas representações simbólicas do real, determinadas pela própria existência da condição humana, e nelas coexistem muitas redes de relações que estruturam a vida coletiva”.(STRONH, 2001, p.280)

A planilha 05, referente à percepção dos aspectos relativos ao trabalho, teve como objetivo identificar como a população percebia-se no seu trabalho. Para isto, escolheu-se como indicadores, os vínculos com o trabalho e a forma de trabalhar .

5.2.4.1 Vínculos com o Trabalho

A atividade predominante no município de Petrolândia era a agricultura. Esta atividade, traz, em sua essência uma forte carga cultural, que imprime, nas pessoas, um modo de ser característico, rico em valores e sentimentos ligados ao ambiente de moradia e trabalho. As relações de trabalho são influenciadas pela cultura e tradições de uma comunidade. O modo de viver influencia o modo de trabalhar e vice-versa, principalmente quando se trata de comunidades predominantemente agrícolas, razão pela qual, a variável a seguir pode avaliar a ligação da pessoa com seu trabalho.

a) Como Aprendeu a Profissão

Dos trinta e dois entrevistados, 18 (56,25%) pessoas declararam que aprenderam a profissão com o pai, 4 (12,50%) declararam que fizeram cursos e 10 (31,25%).

Aprendeu com o pai 18 (56,25%)	Fez curso 4(12,50%)	Não respondeu 10 (31,25%)
[1]*; [3]*; [4]*;[5]*; [6]*; [9]*; [13]; [14]; [15]; [22;23;24;25;26]; [28 e 29]; [30]	[8]; 18;19;20 =	7;11;12;17;21;27;31;32;33;[10]*

Tabela 09 - Como Aprendeu a Profissão

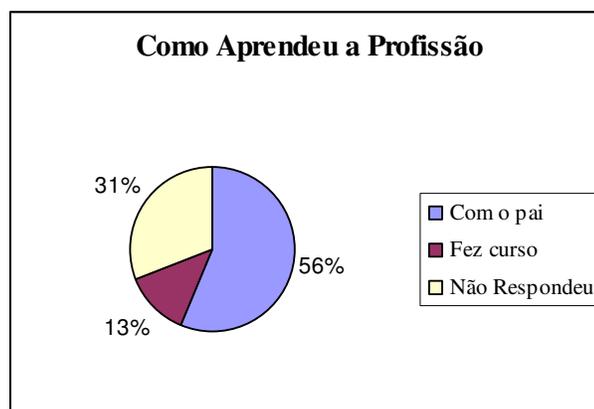


Figura 21 – Como Aprendeu a Profissão

Estes resultados evidenciam os fortes traços culturais presentes principalmente nos agricultores, que são fortemente influenciados por costumes e tradições que mudam muito pouco ao pouco dos anos, como pode-se verificar nos depoimentos abaixo:

- **Aprendeu com o pai**

“Vem de avô, de bisavô de pai, ainda tenho uma herancinha de índio” .[4]*

“Com meus pais, eles eram agricultores. A gente tinha um criatóriozinho mas a agricultura era a bola mestra” [5]

“Com meu pai, ele nunca trabalhou de empregado pra ninguém, desde que nasceu até falecer a vida dele era essa [...]’[13]”.

“É porque meus pais tinha granja..eles trabalhavam lá..ai passou de pai prá filho. É continuou”.[14]

“Nascemo dentro da roça. Na Serra Negra não se cuidava de outra coisa, só era agricultura. Quer dizer, que nós nascemo e se criamo dentro da roça. Esse aqui, em Tacaratu, a mesma coisa.” [22;23;24;25;26]

4.5.4.2 Forma de Trabalhar

A forma de trabalhar foi caracterizada a partir das seguintes variáveis: a existência de vínculo empregatício; número de horas trabalhadas; vínculos com cooperativas; renda; alternativa de renda. a partir de 23,24,26,28 e 29.

a) Vínculo Empregatício

O trabalho sem vínculos empregatícios predominou, totalizando 20 pessoas, que corresponderam percentualmente a 62,50% dos entrevistados, sendo em sua maioria, trabalhadores rurais, proprietários de terra ou não.

Os que tinham vínculos empregatícios somaram 12 (doze) pessoas, correspondendo a um percentual de 37,50% do total. Eram, na sua maioria, originários da zona urbana, e trabalhavam como servidores públicos, professores, auxiliares de enfermagem entre outros.

Sim 12 (37,50%)	Não 20 (62,50%)
[4]*; 7; 8;11;12; [13]; 17; 18; 19; 20; 21; 31 = 12	[1]*;[2]*;[3]*;[5]*;[6]*;[9]*;[10]*;[14];[15];[22];23;24;25;26];27;[28;29];30;32; 33

Tabela 10 – Vínculo Empregatício



Figura 22 – Vínculo Trabalhista

b) Horário de Trabalho

O número de horas trabalhadas é uma variável indicativa da forma de trabalhar do indivíduo, imposta por vínculos formais de trabalho ou por vínculos culturais.

Horário não Formal 24 (75%)	Horário Formal (8 h) 5 (15,62%)	Não Responderam 3 (9,37%)
[1]*; [2]*;[3]*; [4]*; [5]*; [6]*; [9]*; [10]*; 11;[13]; [15]; 17; 19; 20; 21; [22;23;24;25;26]; [28;29]; [30]; 33	7;12; [14];[8];18	27; 31;32

Tabela 11 – Horário de Trabalho

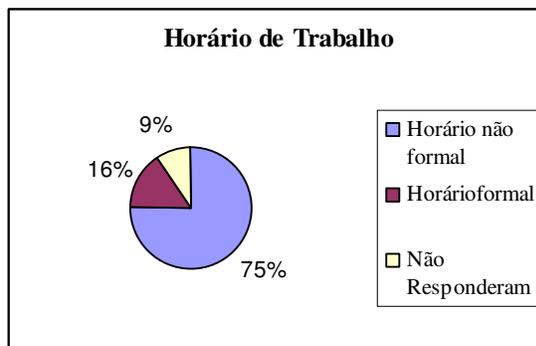


Figura 23 – Horário de Trabalho

O homem do semi-árido, que trabalha na agricultura e na criação de animais, orienta-se normalmente, pelo nascer e por do sol. Os horários são impostos pelas peculiaridades da atividade, que não se adequam aos horários formais de trabalho.

“ Quando vinha o claro do dia eu já tava trabalhando e trabalhava até 6, 7 horas”. [2]*

“O dia amanhecia e eu já tava pegado, não tinha negócio de hora não era direto. Naquele tempo num tinha horário não e eu achava bom” . [6]*

“É difícil a gente trabalha direto de, de noite, de madrugada. Todo dia eu levanto 4 hs. da manhã e vou pra roça.....lavar e da bebida das galinha, chego tomo café, volto pra roça chego meio dia prá almoçar. Uma hora, uma e pouco volto pra roça de novo, chego 4 horas, depois vou entregar os frangos na cidade, que eu mesmo vendo sabe e entrego ao pessoal lá aí quando eu chego é 6 horas ai janto pra dormir, aí quando é 4 horas começa tudo de novo...é brabo aqui!” [9]*

“Na terra da gente não tem horário, chegava de manhãzinha, às vezes pára para almoçar e vai até de noite, quanto mais trabalhar melhor, na agricultura não existe isso de horário se eu pudesse fazia tudo num dia”. [13]

c) Vínculos com Cooperativas

Os vínculos com cooperativas são indicativos de um modo de trabalhar, onde existe mais autonomia e as pessoas compreendem a necessidade de unir-se para obterem melhores resultados. Este modelo cooperativista não era muito comum entre as práticas vigentes na época anterior à instalação da UHE de Itaparica. 81,25% dos entrevistados não possuía vínculos com cooperativas, representando 81,25% do total.

Sim 6 (18,75%)	Não 26 (81,25%)
[2]*; [3]*; [4]*; [5]*; [6]*; 18	[1]*; 7;8; [9]*; [10]*; 11;12;[13];[14];[15];17;19;20;21;[22;23;24;25;26], 27; [28;29];[30];32;33;31

Tabela 12 – Vínculos com Cooperativas

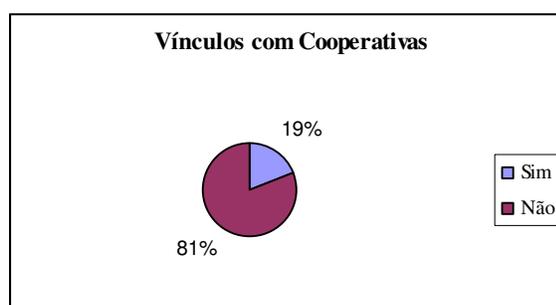


Figura 24 – Vínculos com Cooperativas

d) Renda

De todas as pessoas entrevistadas, apenas duas falaram das suas rendas mensais, representando um percentual de 6,25%. A maioria, 78,12%, não declarou sua renda, podendo identificar-se dois grupos distintos: os que não falaram sobre o quanto recebiam mensalmente, e os que, pela natureza de suas atividades, não conseguiam ter uma idéia exata sobre valores. Este grupo foi representado pelos agricultores, proprietários ou não proprietários de terra, conforme se pode perceber em alguns depoimentos:

“A gente que trabalha na agricultura não tem uma renda fixa pra dizer assim por mês..tem mês que agente ganha tem gente que agente tem prejuízo, aconteceu mês de plantar cebola, tomate e levar prejuízo e ai ia plantar de novo pra ver se dava não tinha prejuízo.” [13]

“Não sei responder a gente não faz conta de renda. Eu crio galeto aqui e não faço conta.” [2]*

“Sobre cultura a gente não pode dizer.Não anotava nada. A gente só vendia verdura da roça o resto era pro consumo da casa.(esposa)” [3]*

“Eu não sei não. Eu só sei é que eu lidava muito bem com a produção, era alta produção. Minha fazenda não era fraquinha não. Era boa mesmo , dava prá viver muito bem.”[5]*

“A gente não sabe não... a gente não tem idéia..tem mês que dá mais..outro mês dá pouco. Não dá pra medir, não é ? É não sei não dizer isso ai não.” [9]*

“Isso aí a gente não sabia não...porque a gente ia vendendo e ia gastando. Ia pagando o trabalhador pagava água o que sobrava ia comprando... não dá pra medir,não é?Só quando agente junta é que sabe” .[10]*

e) Alternativa de Renda

Esta variável teve a finalidade de identificar as possibilidades de geração de renda que os moradores de Petrolândia tinham, antes da instalação do empreendimento de geração de energia elétrica. Depois da análise dos dados, observou-se que a criação animais, de uma maneira geral, era atividade desenvolvida por 11 pessoas entrevistadas, significando 34,37% do total; 12 pessoas declararam que não tinham alternativa de renda, correspondendo a 37,50%. O comércio foi mencionado por 3 pessoas, representando 9,37%. Outras 3 pessoas declararam exercer outra atividade, para complementação de renda, como costura, barbearia e vendas; e finalmente outras 3 pessoas não responderam a pergunta, correspondendo a 9,37%.

Criação

“ Eu vendia vaca, garrote, bode deste tamanho... Quando precisava de dinheiro não ia pedir emprestado. Também tinha um caminhão que de vez em quando tinha frete”.[4]*

“Tinha a avicultura. Naquele tempo a gente trabalhava na roça aí veio o projeto prá criar galinha, era uma renda extra prá cobrir a agricultura, todos dois era bom”.[6]*

“Tinha, criava ovelha.. cabra quando não podia comprar carne matava uma”.[13]

“Tinha nesse tempo eu criava um criatoriozinho, não era grande fazendeiro né mas dava bem pra eu me manter eu tinha bastante ovelha, animal tinha de tudo, dava bem pra eu me virar”. [30]

5.3 IDENTIFICAÇÃO DOS SENTIMENTOS TOPOFÍLICOS ANTES DA UHE

Este grupo temático teve o objetivo de identificar os vínculos afetivos existentes entre a população e o ambiente de moradia e trabalho antes da construção, instalação e operação da UHE de Itaparica. Para isto trabalhou-se com duas planilhas de dados qualitativos, a planilha 6, referente à identificação dos sentimentos da população em relação ao ambiente de moradia e a planilha 7, em relação ao trabalho.

5.3.1 Identificação dos Sentimentos Referentes à Moradia - Análise da Planilha 06

A planilha 06 teve o objetivo de facilitar a identificação dos sentimentos referentes ao local da moradia antes da construção, instalação e operação da UHE de Itaparica. Foi montada a partir de duas variáveis qualitativas, expressas pelas questões 18 e 19 do roteiro de entrevistas. Acredita-se que, a partir da análise destas variáveis seja possível a identificação dos sentimentos e valores da população local.

5.3.1.1 Como se Sentia no Local de Moradia?

Dos 32 entrevistados, 21 (65,62%) pessoas sentiam-se bem no local em que viviam na antiga cidade de Petrolândia. Dez pessoas declararam que sentiam-se bem mas fizeram algumas ressalvas quanto ao sentimento referenciado. Três pessoas declararam que sentiam-se bem mas enfrentavam algumas dificuldades na antiga moradia; 2 pessoas declararam que sentiam-se bem, porém achavam a cidade sem oportunidades de desenvolvimento, e 5 pessoas declararam que sentiam-se bem, mas não tinham terra para trabalhar.

Sentiam-se bem	[1]*; [2]*; [3]*; [4]* [5]*; [6]*; 7; [8]; [9]*; [10]*; 11; 12; [13]; [14];17;18;19; 21; 30; 32; 33 = 21
Sentiam-se bem, mas enfrentavam dificuldades	[15]; [28 e 29] = 3
Sentiam-se bem, mas achavam a cidade sem oportunidades	20; 27 =2
Sentiam-se bem, mas não tinham terra para plantar	[22;23;24;25;26] = 5
Não falou	31 = 1

Tabela 13 – Como se Sentia no Local de Moradia?

a) Sentiam-se bem

As pessoas que demonstravam sentimentos de bem-estar, justificado pela tranqüilidade de viver em um local no qual já estavam acostumados e tinham meios para prover a sobrevivência de suas famílias.

“Doutora eu me sentia muito bem porque a gente vivia tranqüilo. Talvez a gente até ganhasse menos do que aqui, mas as despesas eram menas e a gente se tornava muito feliz. Eu chegava às vezes a brincar com meus filhos, eu pegava um dinheirinho e jogava prá cima pra eles pegarem. E aqui a gente tem mais um pouquinho mas não dá... A gente tinha a aquele gosto de estar ali. Gostava muito do lugar, meus pais pertinho (esposa falando)”. [2]*

Outro aspecto relevante mencionado no depoimento dizia respeito à possibilidade que tinham de dar educação aos filhos, coisa que a maioria não teve acesso na infância. A população atingida pela construção da barragem de Itaparica dispunha de 47 escolas e salas de aula funcionando nas residências dos professores, e nas cidades de Petrolândia, Itacuruba e Rodelas poderiam dispor de unidades de ensino de 2o grau. (CHESF, 1985, p. 50).

“Me sentia muito bem.. Bem até demais, pois quando eu fui prá lá eu não tinha nada, e graças a Deus criei meus filhos tudo lá. Criei meus nove filhos tudo nesse lote.. Quando passei praqui já veio tudo de maior. Um bocado casado, outros

não, mas tudo de maior. A coisa mais importante da minha vida foi dar educação a minha família, porque eu sei o que é que sofri”[3]*

“[...]lá era sossegado era tranquilo, eu não tinha maus vizinhos. [...]. Eu, graças a Deus do dia que eu cheguei lá (antigo Projeto Barreiras)em diante, pelo menos Trouxe meus filhos de Serra Talhada que já estavam crescendo e onde eu morava não tinha estudo[...]Lá a gente criou esses dez filhos mas lá é uma coisa diferente... Aqui a gente não pode criar nem dois ou três...que a dificuldade é grande (a esposa falou).”[4]*

A excelente qualidade do solo, e a prática da criação de animais na antiga Petrolândia, são referenciadas com saudade pelos antigos moradores, que viviam tranquilos, em um ambiente simples e de fartura, conforme pode-se verificar nos relatos:

“tudo que eu plantava dava bem. Desenvolvia e produzia bem, eu criava gado à vontade, cheguei a criar quarenta e cinco cabeças de gado, leite que eu tinha lá, qualhada, bezerro bonito... era uma fartura dessas coisas aí.”[5]*

Estavam acostumados com a vida que tinham e lamentam o fato de saírem do lugar

“Eu tava acostumado, eu me sentia bem.... Eu que antes eu tava melhor do que hoje. Hoje eu tô numa casa mais confortável com água e energia, banheiro, tem um depósito, tem uma forrageira pra dar de comer às vacas mas antes eu tava melhor que hoje. [...] Antes quando eu devia eu vendia 2 garrotes e uns bodinho e pagava minhas dívidas. Toda semana eu tinha um bodinho prá vender e fazer a minha feira. [1]*

“Gostava. É que quando foi pra vim pra cá é que foi ruim. Lá **a gente era acostumado, nascido e criado bem dizer.** E não era assim que nem aqui não. Era tudo pertinho as granjas apegadas . [...] Lá quando era dia de sexta-feira todos os colonos tava na rua , nas banquinhas vendendo as coisas da granja.[...] É achava bom. Também lá a fartura era grande, não faltava nada não”.[9]*

“Gostava, ,já estava acostumada e gostava de lá. Lá era muito bom, o terreno era bem melhor do que o daqui; a água era bem melhor também., porque só era abrir a comporta e a água já tava dentro da minha roça.” [10]*

“Ah! Eu gostava , **foi o lugar onde nascemos e se criamos e nós escolheu pra viver**, a gente tava vivendo lá tranqüilo, a gente nunca esperava que ia acontecer isso de barragem e se mudar, foi aí quando aconteceu isso e a gente veio, não foi de vontade da gente, a vontade era continuar lá... saiu forçado, né!” [13]

Apesar da unanimidade quanto ao sentimento bem estar descrito pelos moradores do antigo município de Petrolândia, algumas dificuldades foram mencionadas, como por exemplo, a falta de água:

“Ah! Era bom. Existia as dificuldades mas nomeio dessas dificuldades agente se sentia feliz. Plantava algodão, tinha muita palma. Mesmo distante com toda dificuldade nasceu e se criou vivendo aquela vida assim’(risos)[15]

“Tinha dias bons e dias ruins, eu mesmo com esse negócio da barragem em umas partes foi boa mas em outras não foi boa não.

É , **tinha dificuldade com água** a gente trabalhava muito no tempo de verão, tinha poço, mas época de seca juntava água mas secava aí a gente cavava cacimba pra poder dar água aos bichos, e pra nós também , as vezes a gente arrumava carro pipa. [28 e 29]

O sentimento de bem estar era superado muitas vezes, por uma imensa vontade de ver o progresso da cidade. Apesar da tranqüilidade e da vida simples e previsível, o sonho do desenvolvimento aparecia na cabeça de alguns moradores urbanos.

“[...] Eu me sentia bem com aquela tranqüilidade. Mas **eu tinha uma vontade de progredir**. Só aquilo ali não me satisfazia.[...]” (27)

“Eu tinha momentos de muita alegria de muita euforia, mas também teve momento de dizer assim: - se eu pudesse eu num morava aqui...[...]...ter aquela vida modesta, simples, trabalhar, comer , dormir não tinha um divertimento, [...] “ Que lugar ruim” como ainda digo com essa aqui, eu sou uma pessoa expansiva e gosto de conversar brincar... entendo a então...achava que era horrível e tinha momento de tristeza, angústia de morar num lugar daquele e a gente não tinha possibilidade de se desenvolver de crescer, as dificuldades eram imensas, [...] (20)

5.3.1.2 O Que era Mais Importante no Local?

Foram identificados cinco aspectos, considerados como mais importantes para a população entrevistada: a tranqüilidade; a boa convivência com a vizinhança; as plantações e o criatório, a presença do rio; o existência de trabalho, conforme pode-se verificar:

As plantações e o criatório	[1]*; [13]; [15]; [2]*; [4]*; [5]*; [10]* ; 11 = 8
A presença do rio	[6]*; [8]*; 12; 17 = 4
A vizinhança / familiares	[3]*; 7; 20 = 3
A existência de trabalho	[14] = 1
Não falou	21; 27; [28 e 29]; [30]; 31; 33 = 7

Tabela 14 – O Que Era Mais Importante no Local?

A vida tranqüila na velha Petrolândia é lembrada, com saudades, tanto pela população rural quanto pela população urbana, ante à realidade violenta da vida atual:

“É difícil... o que eu gostava mais de lá é que era mais **tranqüilo**, mais sossegado... depois a gente veio pra cá e é mais difícil, a **violência** é grande por aqui. Lá não existia isso não.”[9]*

“O que era valorizado e que hoje a gente sente falta é a **tranqüilidade**, não existia violência, como eu digo ao ponto de se dormir na rua, nas calçadas e ninguém mexia.” (18)

“Que eu senti mais falta foi exatamente a **tranqüilidade**, tudo muito conhecido, tudo muito amigo lá, e aqui a gente passa o tempo que não encontra os amigos, pessoas que moravam juntas, aquele aconchego, aqui a gente passa dias que não ver uma pessoa, um conterrâneo [...]”(19)

Outro aspecto importante para a população foi o apego que tinham às suas plantações e aos animais que criavam, que eram também, uma reserva financeira em dias difíceis, como verifica-se nestes depoimentos:

“[...] num é a mesma coisa da gente quando chegou, que estranhou né, **lá a gente tinha os bichinhos da gente pra criar, lá tinha muita algaroba, tinha comida**

a vontade, hoje aqui quando de lá que eu trouxe pra qui um bucado deles, chegou aqui e morreu, até de fome que não tinha comida... Num tinha pasta, nada,né? É num tinha pasta e aqui num tinha algaroba, depois tinha aquela lá no riacho mas já era cercado e os bichinhos não tinha acesso a cume né. Ai foi essas coisas que aqui a gente num foi diferente de lá né. Era a vida dos bichinhos, **nos tempos ruim aqui e todo tempo lá tinha bicho pra vender.**[...]É lá todo mundo catava um saco de algaroba e não faltava comprador e os bichinhos que a gente tinha vivia tudo bem lá [...]” [13]

“É que todo ano tinha aquela colheita de algodão de algaroba e tinha as coisas da roça que a gente plantava milho, feijão, **tudo a gente tinha com fartura em casa**, podia criar galinha, ovelha que era tudo gorda no pasto. Tudo a gente criava. Criava porco solto.” [15]

“Uma das coisas que eu fiquei emocionada foi quando eu vi a água cobrindo um bananeiral que eu tinha, encostado à casa. “Quando eu vi a água entrando nela e eu olhei assim e vi só os cachinhos de fora, **prá mim era como uma pessoa se afogando, aquilo me doeu muito e eu nunca esqueci**, nem voltei mais lá por causa disso.”[2]*

O aconchego de um ambiente amigável onde todos se conheciam, contrasta-se com o ambiente estranho encontrado nas agrovilas, onde passam a morar muito próximos um do outro mas numa proximidade quase promíscua.

“Lá era bom porque no dia a dia já conhecia todo mundo, depois foi na mudança a gente foi pra agrovila, já **foi se misturando com aquelas pessoas estranhas** que a gente num conhecia, hoje não todo mundo...[13]

“[...].Sinto falta de lá porque lá as amizades das pessoas era muito boa. Os vizinhos era mais chegado. Era uma amizade que a gente se sentia bem melhor do que aqui. Aqui um vizinho ficou lá do outro lado o outro ficou lá na rua (cidade), o outro ficou lá do outro lado. Aí ficou tudo difícil, ficou longe um dos outros...ia bem não posso falar de nada [...] “[3]*

“O relacionamento que existia entra as pessoas, a amizade existia mais amizade, mais aproximação entre a população é tanto que hoje as pessoas que moravam lá

quando a gente se encontra todo mundo faz festa, pois fizeram laços fortes de relacionamento e amizade [...]”(20)

Apesar das águas do São Francisco ainda estarem próxima, o regime lântico do lago contrasta com as recordações de um rio corrente, limpo e vivo.

“Bom mesmo lá além da família que era todo mundo junto, ai tinha **o rio que era a vida da gente**, nasceu ali pertinho, vivia naquele rio todo fim de semana tomando banho de turma né e depois que vim pra cá não sei mas que coisa é rio.”[8]

“Era o rio. O rio era muito importante... porque **o rio naquele tempo não era parado como é hoje**. Porque hoje em dia é uma **lama, aquele negócio num corre** e naquela época o rio era uma limpeza. Era tão limpo que a gente admirava e era correndo, se a pessoa caísse dentro ia embora...é correnteza, e hoje em dia era parado...fica triste não é. Eu gostava, ia lá pro rio tomar um banho e achava aquela água tão bonitinha correndo...e hoje em dia é parado.” [6]*

O trabalho foi um aspecto levantado por um entrevistado, que hoje, depois de 17 anos, vive apenas da VMT (verba de manutenção temporária) pois a agrovila onde mora ainda não foi implantada a irrigação, impossibilitando a prática agrícola.

“[...]Lá pelo menos com ajuda de Deus estava trabalhando né , aqui a gente veio com a promessa de trabalho que até hoje não surgiu nada pro Filipe ainda né, oh quantos anos. **.tá bem com 17 anos**,...vim praqui com meus filhos tudo criança e o mais velho tinha 7 anos e hoje meu filho mais velho tem 23 anos... **e ainda não estou trabalhando na terra**”. [14]

Os relatos predominantemente positivos, já foram observados em pesquisas anteriores, “a vida antes da construção da UHE é sempre lembrada com saudade, as referências e as marcas deste passado, surgem durante os relatos, como algo predominantemente positivo. É natural que isto aconteça pois, é parte da história de vida de cada reassentado, onde estão fincadas as raízes que, com o surgimento do grande lago artificial, foram atingidas” (ARAÚJO, 2000, p 158).

5.3.2 Identificação dos Sentimentos Referentes ao Trabalho - A Planilha 07

A planilha 07 teve o objetivo de identificar os sentimentos das pessoas em relação ao trabalho que realizavam antes da construção da UHE de Itaparica. Foi montada a partir de da questão 30 do roteiro de entrevista, e teve o sentimento em relação ao trabalho como variável qualitativa.

5.3.2.1 Como se Sentia em Relação ao Trabalho?

Depois da análise das respostas, identificou-se quatro grupo de resultados: a primeiro onde a as pessoas expressavam sentimentos positivos em relação ao trabalho que realizavam; o segundo onde as pessoas estavam parcialmente satisfeitos; o terceiro, onde não viam alternativa de trabalho e o quarto onde as pessoas que não responderam.

Dos 32 entrevistados, 20 expressaram sentimentos positivos em relação às atividades laborais, correspondendo a um percentual de 62,50%; 4 pessoas estavam parcialmente satisfeitos, significando um percentual de 12,50%; 6 pessoas falaram que exerciam o trabalho por falta de alternativas, correspondendo a um total de 18,75% e por fim, 2 pessoas não responderam à questão, correspondendo a um percentual de 6,25%.

Expressaram sentimentos positivos	[1]*; [2]* [5]*; [6]*; 7; [8]; [9]*; 11;12; [14]; [15]; 17; 18; 19; 20; 21; 27; 30; 32;33 = 20
Estavam parcialmente satisfeitos	[3];10; [28 e 29] = 4
Não viam outra alternativa de trabalho	13; [22;23;24;25;26] = 6
Não responderam	[4]*; 31 = 2

Tabela 15 - Como se Sentia em Relação ao Trabalho?

Os comentários abaixo exemplificam o sentimento das pessoas em relação ao trabalho que exerciam antes da UHE de Itaparica:

a) Expressaram sentimentos positivos:

A liberdade foi lembrada como aspecto positivo por um pequeno fazendeiro que não adaptou-se ao regime de produção implantado nos projetos de irrigação:

“**Gostava do meu trabalho em uma propriedade assim, livre.** Eu tenho vontade assim, de partir para uma outra propriedade assim, livre, fora de projeto. Pois a gente que mora dentro de projeto se sente preso. Como se fosse empregado. Só vive em associação, em reuniões, coisa que a gente no mato não tem.”[1]*

A alegria foi um sentimento que foi referenciado por várias pessoas, que viam no trabalho obstinado, uma forma de progredir na vida:

“Prá mim eu nem trabalhava eu me sentia tão alegre. Prá mim eu tava situando meu lote.”[2]*

“Eu trabalhava porque eu tinha aquela doença de trabalhar... Eu não escolhia não tinha pobre prá eu, não tinha estrada, não tinha mulher bonita, não tinha nada pra incomodar o meu trabalho[...]” [4]*

“Trabalhava com satisfação, alegre, com vontade mesmo [...]”[6]*

“Me sentia bem, melhor de que hoje. Eu mesmo achava porque tinha meu criatório e trabalhava muito [...] tinha meu criatório todo ano vendia meus bois, bode, vivia melhor do que hoje, hoje eu vivo mais apertado[...]”[30]

Durante a fase de construção do empreendimento, o comércio foi dinamizado em razão do grande fluxo de pessoas nas obras, o que causou satisfação para os comerciantes locais que lembram com alegria desta época:

“Me sentia bem, trabalhava normal, gostava, ainda hoje gosto. Trabalho muito mais sou feliz. Gostava e gosto.[...] entrava de noite, saía de bem cedo ia direto assim ligado. **Tinha dia que passava sexta, sábado e domingo aberto, não podia fechar e eu lá trabalhando[...]**” (11)

“Era ótimo, porque tinha muita gente de fora e era uma **clientela muito boa**. Tinha umas pessoas que moravam em Itaparica e elas todas me compravam. Eu viajava, quando chegava às vezes tavam me esperando. Eu chegava com a mercadoria e botava em cima da cama e todo mundo levava.” (27) (comerciante)

b) Estavam parcialmente satisfeitos:

A instabilidade da atividade agrícola era causa de insatisfação das pessoas que sofriam com a falta de água:

“Fica entre bom e ruim. Tem hora que a gente tem boa satisfação, outra hora a gente não tem. Porque hoje agricultura dá isso. Dá muito bem hoje quando é amanhã lá vem uma despesa. Que atrapalha e asdepois volta tudo ao normal novamente.” [3]*

“Onde a gente morava a gente sempre dava valor ao trabalho da gente o criar esse tempo de chuva , **a gente se aperreava no tempo da seca** mas quando chovia era bom, tinha roça, tinha leite a vontade...gados, bodes.” [28 e 29]

c) Não tinham alternativa:

Durante a construção da barragem, os fazendeiros não contratavam meeiros, nem trabalhadores para plantarem culturas permanentes pois estas seriam objeto de indenizações futuras, as quais não queriam dividir. Assim, as oportunidades de trabalho na agricultura ficaram reduzidas às culturas de ciclo rápido:

“A gente tinha que gostar não tinha outra alternativa , não existia emprego, a gente tinha que ir para São Paulo, como eu fui, foi quando começou esta história de barragem, aquelas terras que a gente trabalhava como meeiro a gente não plantava fruteiras, plantava melancia, tomate, cebola, melão aí o donos da terra com muita ambição plantavam fruteiras que eram receber as indenizações. Bananeira, coqueiro...ai a gente ficou sem acesso de trabalhar ai foi quando eu fui pra São Paulo...trabalhei um tempo, mais o meu cadastro já estava na Chesf ...trabalhava lá e mandava dinheiro pra família...ai eu voltei...

P- Nascemo dentro da roça. Na Serra Negra não se cuidava de outra coisa, só era agricultura. Quer dizer, que nós nascemo e se criamo dentro da roça. Esse aqui, em Tacaratu, a mesma coisa.

Dona F.- É...mandioca, era eu que plantava. Era mandioca, era feijão, era fava, era essas coisas[...] [22;23;24;25;26;]

Com a exposição destes resultados conclui-se a Parte II do Capítulo 4, que traçou um perfil da vida da população do município de Petrolândia antes da implantação da Usina Hidrelétrica de Itaparica, e atingiu os seguintes objetivos:

- Identificação da percepção ambiental dos antigos locais de moradia e trabalho, a partir da identificação dos aspectos naturais, artificiais, culturais e do trabalho, antes da construção da UHE de Itaparica;
- Identificação dos sentimentos da população em relação ao ambiente de moradia e de trabalho, antes do remanejamento.

5.4 SOB AS ÁGUAS DO RESERVATÓRIO - A PERCEPÇÃO DO NOVO AMBIENTE

Com a chegada da UHE de Itaparica as mudanças ocorreram em todas as dimensões, acarretando perdas tangíveis e intangíveis. Desocupar uma cidade inteira deixando para trás sua sede municipal, equipamentos urbanos e terras agricultáveis, além de suas tradições, cultura e história, não foi uma tarefa fácil para as pessoas que habitavam no lugar.

O remanejamento populacional foi um evento de grandes proporções que trouxe transtornos para a vida da população em geral. O espaço em que viviam precisava ser desocupado para implantação do empreendimento, e era preciso sair rapidamente para que tudo acontecesse sem prejudicar o cronograma das obras.

5.4.1 Identificação dos Aspectos Naturais - Planilha 08

A impressão que tiveram do novo ambiente funcionou como indicador dos níveis de satisfação ou de descontentamento. Assim, a planilha 08 teve o objetivo de identificar a percepção das pessoas do local da nova moradia, tomando-se como variável, a descrição do ambiente de moradia, obtida a partir da questão 31 do roteiro de entrevista

5.4.1.1 A Descrição do Ambiente de Moradia

Considerando-se que: “o relacionamento do indivíduo com a cidade repousa na hierarquia social: o lugar onde se localiza a residência de um lado discrimina e adjetiva o habitante e de outro delimita seus contatos e relações com os outros (CARLOS, 1999, p. 24). Por esta razão, o local de moradia foi escolhido como ponto de referência.

Depois da análise das respostas, identificou-se, três posturas diferentes com relação à aos aspectos naturais do novo ambiente de moradia: os que perceberam os aspectos naturais de forma negativa; os que não falaram dos aspectos naturais do novo ambiente e os que não perceberam nenhuma alteração nos aspectos naturais do ambiente de moradia.

Dos 32 entrevistados, 20 pessoas descreveram negativamente os aspectos naturais do novo local de moradia, correspondendo a um percentual de 62,50%; 10 (dez) pessoas não

falaram sobre os aspectos naturais do novo ambiente, correspondendo a um percentual de 31,25% e 2 (duas) pessoas que não perceberam nenhuma alteração dos aspectos naturais do novo ambiente de moradia, conforme pode-se verificar a seguir:

descreveram negativamente (62,50%)	não perceberam alteração no novo ambiente de moradia (6,25%)	não falaram (31,25%)
[1]*; [2]*; [3]*; [4]*; [5]*; [6]*; 7; [8]; [9]*; [10]*; [13]; 11; [14]; 18; [22;23;24;25;26]; 31 = 20	[28 e 29] = 2	12; [15]; 17; 19;20; 21; 27; 30; 32; 33 = 10

Tabela 16 – Descrição do Ambiente de Moradia

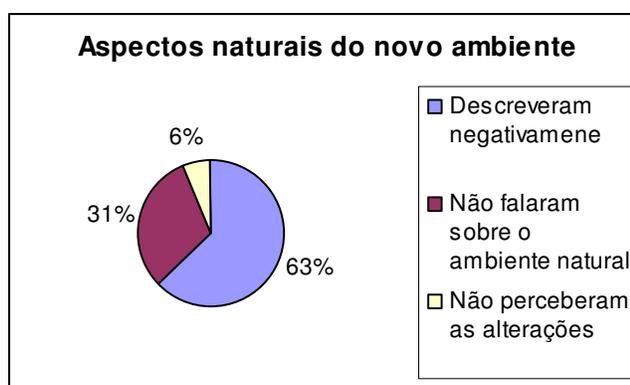


Figura 25 – Aspectos Naturais do Novo Ambiente

Logo após a mudança, a percepção das pessoas do ambiente de moradia era diferente do antigo local. A aridez do novo ambiente contrastava com as paisagens ribeirinhas, anteriormente ocupadas. (ARAÚJO, 2000, p. 67).

Em alguns depoimentos identifica-se o estranhamento das pessoas ao falarem da vegetação do ambiente. Eles, que vinham de áreas próximas às margens do Rio São Francisco ou de locais onde a agricultura irrigada já estava implantada, encontraram um ambiente hostil, árido, e incompatível com as antigas atividades desenvolvidas, como a criação de animais e o trabalho na agricultura:

“Era mato baixinho. Não era uma cultura nem aquele florestal bonito não. Era uma coisa esquisita quando nós chegamos aqui. Quando eu saí de lá que nem eu disse a senhora, eu tinha algaroba que era “isso aí”(faz o gesto mostrando a grossura do caule das algarobas). “Pé de árvore lá em cima”(fala com entonação alta). Aqui não as madeirinha tudo baixinha. É isso aí, era o serrado, madeirinha baixa [...] [5]*

“[...] **aqui tudo era mato**, a gente estranhou muito. Porque a gente viver num canto sem ter um pé de coqueiro, sem ter um pé de goiaba, sem ter um pé de pinha sem ter um pé de laranja, só um mato desse e o cabra saber que vai Ter que fazer tudinho de novo. [...] **A gente chegou só tinha a casa, a casa bonitinha mas só tinha a mato.** [...] [6]*”.

“Aqui era só mato. **Não tinha nada, nem água pra beber.** Tinha...(outra voz)... caatinga. Caatinga? Sim caatinga. Só a casa **não tinha um pé de pau pra dá sombra. Não tinha o que fazer aqui não.**”[9]*

“Era muito ruim cheio de mato pequeno, aí teve que desmatar. Descampado um vento que não tem que agüentasse. [...] Não tinha pé de planta nenhum.”[10]*

Outro aspecto negativo mencionado pelos entrevistados foi a ausência de cerca entre os lotes, uma das causas que impediu a continuidade da atividade pecuária, comum na antiga moradia. A ausência de pasto e de cerca desestruturou a criação de animais.

“[...] .a gente não podia fazer cercado porque não tinha definido a área de sequeiro, era proibido se não quando viesse fazer a divisão podia ta errado. [...] **Trouxe os bichinhos só que se perderam tudo porque não tinha cercado. não tinha vegetação...** não era como lá uma vegetação a beira do rio... [...] algaroba eu trouxe de lá, vinte poucos sacos quando acabou-se[...] os bichinhos morreram de fome. **A VMT só dava pra gente sobreviver** ..não dava pra comprar ração pro bichos...lá tinha mato.. a gente não comprava uma fruta tinha água de coco .não era da gente mas a gente podia pegar manga. Banana, coco. .Aqui tudo que a gente quiser tem que comprar porque até agora a gente não recebeu. Tem 17 anos.”[13]

“Era assim meio estranho, tinha um mato, que logo foram desmatando a gente teve que cercar essa pequena área, **teve que vender o criatório que não teve**

mais aonde botar. Porque todo mundo começou a cercar. Ai o criatório ficou uns por aí que se perdeu. Tive tanto prejuízo com essa barragem, bicho que desapareceu, bicho que morreu atolado, duas éguas. Eu perdi uns quatro animais acavalado por causa dessa barragem. Umas se outras não deram notícia pois estavam lá do outro lado e terminaram desaparecendo de lá mesmo. Vendi toda criação baratinha porque não tinha aonde botar. Eu cerquei mas não tinha pasto [...]”[1]*

A grande quantidade de insetos e animais peçonhentos que apareciam no local e o desaparecimento dos peixes nativos, são relatados pelos entrevistados, evidenciando a percepção que tinham do desequilíbrio ambiental provocado pelo empreendimento

“Caatinga... olhe era caatinga. [...] não tinha nada.. [...] **Tinha cobra, piolho de cobra, lacraia, ave Maria parece que veio do inferno tanta.** A muriçoca com essa luz aqui, enchia uma bacia desse tamanho!! Era batendo na luz, e não tinha onde se acampar, ela veio muito na água, ai veio tudo pra beira da água mesmo. Mas mesmo assim várias vezes eu saía ali, tinha um umbuzeiro ali, eu chegava lá e começava a pensar na minha vida e dizia **tô acabando o que tem aqui...e acabei... eu tinha uma fazendinha aqui no alto, duas mil hectares de terra cercada, vendi e acabou aqui dentro**[...][4]*

“[...]Apareceram os predadores, tucunaré, **acabou com os peixes que nós tínhamos lá,** não tem mais, principalmente peixe de couro que era o **surubim** , era o **pira** , isso não existe mais aqui , só existe peixe de escama e o predador [...]”[31]

Os moradores da cidade também reclamavam de cobras e insetos que apareciam dentro de casa, aparecendo como fator de descontentamento, as ruas estreitas da nova cidade, que destoavam das ruas largas “mão dupla” que existiam na cidade velha:

“Quando vieram pra cá **era cobra,** porque isso era mato, então **aparecia cobra dentro de casa , besouro, barata, tudo, porque o que tinha no mato,** isso aqui era mato, ai desmataram pra fazer a cidade, inclusive fizeram a rua dessa largura lá na velha cidade você tinha mão dupla aí quando chegou aqui ... e foi uma danação de cobra, de sapo a zorra toda . [...] como aqui vinha muita gente de fora ai começou à violência, deixar o menino na rua já ficava preocupada e a água a gente num tinha água tratada com podridão da vegetação que a água cobria das inseticidas de tudo que era bagaceira aqui.”[18]

Apenas duas pessoas declararam que não acharam estranho o novo ambiente de moradia, pois tinham sido remanejados para uma área dentro de sua antiga fazenda, que tinha sido desapropriada para a construção de uma agrovila..

5.4.2 Identificação dos Aspectos artificiais - Planilha 09

A reposição das moradias foi feita segundo alguns critérios, entre eles a indenização em dinheiro, para o caso das moradias maiores do que as construídas pela Chesf; a permuta da habitação, que consistia na troca do imóvel que seria objeto de expropriação, por um novo imóvel, construído pela empresa, dentro de determinados padrões e indicado exclusivamente para os proprietários cadastrados e domiciliados na área, podendo ser utilizado apenas para o imóvel de moradia; a construção de casas padrão, para famílias que não possuíam casa própria, entre outros.(CHESF, 1986, p; 71).

O que buscou-se identificar neste grupos de dados, foi a percepção dos aspectos artificiais referente ao ambiente de moradia, depois da mudança. Trabalhou-se apenas com uma variável, a descrição do ambiente depois da mudança.

Observou-se que as respostas dos entrevistados puderam ser agrupadas em 4 categorias: os que ressaltaram os aspectos negativos 17 pessoas (53,12%); os que ressaltam aspectos positivos, 3 pessoas (9,37%); os que ficaram imparciais, 8 pessoas (25%) e os que não falaram ou não responderam a questão, 4 pessoas (12,50%).

Perceberam aspectos negativos 17 (53,12%)	[2]*;[3]*;[4];[5]*;7;[9]*;[10]*;18;19;20;[22;23;24;25;26]; 27; [30]
Perceberam aspectos positivos 3 (9,37%)	[6]*; [8]; [15]
Ficaram imparciais 8 (25%)	[1]*;12;[13];[14];[28;29];17;31
Não responderam 4 (12,50%)	21;11;32;33

Tabela 17 – Identificação dos Aspectos Artificiais do Novo Ambiente

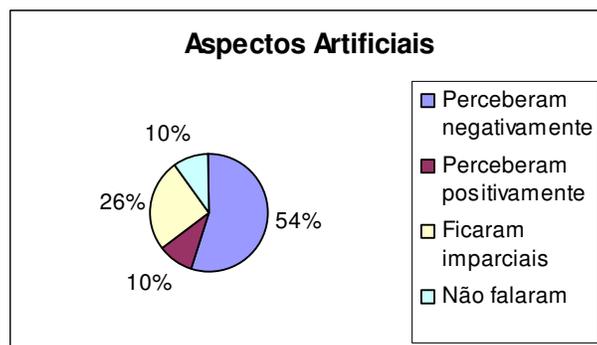


Figura 26 - Aspectos Artificiais

a) Ressaltam aspectos negativos

O ambiente artificial, descrito a partir da moradia, evidencia um descontentamento e uma frustração com o que foi encontrado. Os moradores que permutaram suas casas não ficaram satisfeitos com a casa que receberam e ressaltam aspectos negativos como a área menor, o acabamento, a ausência de cerca e muro, são referidos, como pode-se verificar:

“Tinha cinco quartos, duas salas, tem terraço, na frente e outra atrás. **Recebemos a casa sem muro e sem cerca.** O lote era 8 há, sendo 6 irrigados . As telhas eram comum, paredes de alvenaria, piso de cerâmica”. [1]*

“Quando a gente veio praqui só tinha a casa daqui pra trás o resto fui eu que fiz. **A minha tinha 176 metros e a daqui a chesf só fez 116metros.** Mas agora lá era chão, era cimento, não era forrada e esse resto de metro que sobrou colocou o forro e a cerâmica.Só tinha só as pecada do lote tirada. Só tinha mato [...]”[3]*

“116 metros, ela tem mais agora mas foi eu que fiz. O lote tem oito hectares. Tem cinco quartos, duas salas, banheiro, cozinha, área de serviço. **Nem água tinha** mas chegou logo[...]”. [2]*

“Eles construíram com quatro quartos, **tudo pequeno,** tudo são pequeno, uma sala pequena, uma salinha de jantar também pequena, uma cozinhezinha bem pequenininha.e um banheiro.” [5]*

“Ela tinha quatro quartos **muito mal acabada**, tinha muita coisa que eu não gostei.[...] o muro era baixinho, atrás não tinha área de serviço...eu já mudei muita coisa”.(7)

“era totalmente diferente, **os quartos eram pequenos**, lá minha casa era ampla, começou a chover na época e entrava água pela janela, era necessário eu colocar alguma coisa tipo pano agente pegava assim enrolava e colocava na janela porque **quando chovia entrava água dentro de casa porque num tinha proteção** e um dos motivos da minha mudança das reformas que eu tinha, eu fiz mais de uma reforma na casa, foi aliado a isso”. (20)

Para as pessoas que não tinham casa própria na antiga cidade, a Chesf dava uma casa padrão ou fornecia material para que eles construíssem suas casas na nova cidade, e mesmo assim estavam insatisfeitos e sentiam-se jogados e tratados com desprezo:

“[...]foi muito sofrimento aqui menina é porque fizeram assim como pega um monte de animal bota dentro de um carro e joga ai e te vira, **nas mudanças eles davam esse apoio de transporte** ai dava umas quentinhas e muitas vezes diante da temperatura quando precisava as quentinhas já estavam azedas é... mudou assim os hábitos, os costumes, as vizinhanças aqui a gente não teve pra escolher né eles diziam “**o lote é esse**” [...] **deram material né tijolo, cimento, madeira...né.”(18)**

Os antigos trabalhadores rurais que não tinham terra e cujas casas eram precárias, foram reassentados em agrovilas e receberam um lote de terra, constando de uma área a ser irrigada e uma área de sequeiro. Receberam também uma casa com energia, água e instalações sanitárias, antes não existentes em suas antigas moradias.

A casa aparece como um bem de valor, pois apresenta características que agrada às pessoas, entretanto, alguns não ficaram plenamente satisfeitos, por vários motivos, entre eles o problema da qualidade da água de abastecimento das agrovilas, que, segundo eles, é contaminada, conforme verifica-se no depoimento:

P- “Ela foi feita de bloco, acabadinha, rebocadinha. Eu morava lá que era uma de taipa.

F. - até hoje nós sofre com **a água**, viu? Água nossa é contaminada. Pode anotar aí que é pra saber. Pois é. **A água da gente é contaminada**[...]

P- É a única dificuldade maior que nós tem aqui...

F.- A água vem da represa.

Sr. M. - Vem da represa.

P- Vem direto do rio, a água. Foi levada pro Recife pra fazer análise, mas...Já mandaram não sei quanta amostra dessa água mas não ninguém deu resultado nenhum.

F- Ninguém resolve”. [22;23;24;25;26]

b) Ressaltaram aspectos positivos

Alguns ressaltaram aspectos positivos, demonstrando alegria por terem recebido uma casa com água, energia e instalações sanitárias:

“A casinha era boa tinha dois quartos, sala, uma cozinha pequena e fora da casa tinha um banheiro e tinha uma dispensa, o banheiro não tinha bacia, eu cheguei de resguardo meu esposo teve que botar uma bacia era essa a dificuldade, .. Tinha cerca, era cercado? era tudo aberto, Tinha bicho? .. não tinha bicho.não, nunca vi, não”.[8]

“[...] enquanto **a gente sentia aquela alegria assim água encanada, dentro de casa, banheiro**..que antigamente a gente só podia tomar banho de noite [...] tudo organizado [...] que a gente não tinha nada disso, geladeira, televisão.Ai foi uma coisa boa né?Eu achei.[...]”. [15]

5.4.3 Aspectos Culturais - Planilha 10

Neste item os aspectos culturais serão analisados através dos vínculos sociais, uma vez que os vínculos com o lugar não foram alterados por ocasião do remanejamento.

A planilha 10 teve o objetivo de identificar a percepção dos aspectos culturais relativos ao novo ambiente de moradia, depois do remanejamento. Foi montada a partir a partir das questões 40 e 41 do roteiro de entrevista, através de duas variáveis qualitativas: a moradia

próxima aos familiares /ou vizinhos e os vínculos associativos, preservados ou não depois da mudança.

5.4.3.1 Vínculos Sociais

a) Ficou perto de vizinhos / familiares?

A análise desta variável forneceu uma indicação sobre as modificações ocorrida no modo de vida, nos costumes e no bem-estar das pessoas. Identificou-se quatro situações diferentes quanto a esta variável: 13 pessoas declararam que não ficaram próximas dos familiares e antigos vizinhos, representando um percentual de 40,62%; 15 pessoas declararam que foram remanejadas para locais próximos aos antigos vizinhos e/ou familiares, representando um percentual de 46,87% e 4 pessoas não falaram nada sobre esta questão, significando 12,50% do total de entrevistados, como pode-se verificar:

não ficaram próximas 13 (40,62%)	[1]*;[4]*;[5]*;[6]*;7;[8];[9]*; 11;12;19;20;31;33 = 13
ficaram próximas 15 (46,87%)	[2]*;10;[13];[14];[15];17;[22;23;24;25;26];27;[28;29] = 14
não falaram 4 (12,50%)	18;21;30;32 = 4

Tabela 18 – Ficou Perto de Vizinhos / Familiares?

Os lotes que ficaram na borda do lago artificial foram muito disputados razão pela qual a Chesf adotou um sistema de sorteio para os lotes do Projeto Apolônio Sales, conforme se pode ver em alguns depoimentos, outros, por sua vez tiveram a oportunidade de escolher, no mapa, o lote que desejavam, considerando os critérios de sua conveniência como a borda do lago ou a proximidade a familiares ou antigos vizinhos:

“Não fiquei perto de ninguém. Foi por sorteio aí misturou. Lá era uma comunidade quase como irmãos, aqui mudou[...]”[6]*

“Não, dos antigos não. Eu fiquei perto de outros vizinhos. Aqui nós escolhemos os vizinhos.[5]*

“Eu escolhi ficar perto do meu filho. Pelo mapa eu tirei lá.”[2]*

“[...]mudou tudo os vizinhos. Os vizinhos que era de lá foi pra Agrovila.[...] De frente aqui é uma tia minha...aí mãe disse vamos ficar perto pré quando a velha tiver fraca a gente cuidar e ajudar, ai ficamos perto por isso. Então vocês escolheram ficar perto da família? Foi da família.” [9]*

“O primeiro morador fui eu, depois chegaram outros moradores, eram conhecidos mas não eram vizinhos antigos.”[1]*

Algumas situações fugiram ao critério adotado pelo empreendedor, que era o sorteio, ocasionando situações de tratamento diferenciado, conforme a situação, como se pode verificar:

“[...]mas eu pedi prá Chesf e eles me atenderam. Porque era um sorteio. Quem morava distante do rio, queria agora perto do rio, queria a margem do rio. Todo mundo queria a margem do rio. Então no rio não ia caber todo mundo. **Aí quando eles disseram que iam fazer um sorteio eu disse: não eu não quero!** Eu quero a minha perto do rio que nem eu estava lá no rio eu quero permanecer no rio. **Aí eu fiquei na beira do rio e mais alguns e ficou sobrando mais alguém.** Então todo mundo queria vir para essa casa aqui. **Foi feito sorteio para os outros.** Eu disse : eu não vou pegar esse papelzinho aí porque eu quero como eu tinha lá, beirando o rio, né? Pode ser até longe do rio mas só não quero que bote outro colono entre mim e o rio. Eu queria que ficasse uma estradinha para botar as bombas de novo né?[6]*

Os moradores da cidade tiveram a oportunidade de escolher suas casas, mas a maioria não conseguiu preservar a antiga vizinhança, sendo causa de grande descontentamento. Alguns saíam pelas ruas buscando identificar antigos conhecidos. A mudança para a nova cidade transformou a vida dos antigos moradores, deixando-os desorientados, inclusive quanto aos aspectos geográficos, pois deixaram de ter a referência do rio.

“Quando a gente chegou aqui não sabia onde a família da gente tava não , muitas vezes a gente saía e **“ai tu moras aqui ?”**, era uma novidade pra gente, e outras pessoas se perdiam aí vinha bater na igreja pra saber o lugar, porque a quadra, era diferente.”(31)

“[...] **a gente que era vizinho foi morar num sei aonde, a minha vizinhança todinha desapareceu num tinha nenhum vizinho** meu da época de velha Petrolândia, **havia só conhecidos** mas ninguém era os antigos vizinhos num tinha nenhum e isso já foi um impacto né e outra coisa como a cidade era assim de quadra muitas vezes se perdia eu pegava o carro pra ir na casa de alguém e terminava me perdendo nas ruas quer dizer no início num foi.... ainda hoje eu sinto muita saudade da minha cidade” [...] (extraída da planilha 08) (20)

“A rua tinha muito terreno desocupado, sem casas, **meus amigos ficaram distante, e minha família também.** [...]Eu não sei depois o que aconteceu com as pessoas que depois que vieram praqui elas mudaram completamente, eu não sei por que razão[...] Eu não sei que foi...Algumas pessoas tiveram vantagem e melhoraram de situação financeira e mudaram...o que não foi o meu caso...eu não recebi nada da Chesf. **Eles derrubaram minha casa e me deram outra...benefício nenhum!** [...]. Eu fico admirada meu Deus, pessoa do mesmo lugar que nasceu e se criou e chegar aqui mudar completamente. [...] Eu moro aqui ..tem uma casa ...como lá só que quando eu tava triste ia na casa do vizinho conversava desaparecia....aqui não eu me sinto só...esses vizinhos aqui da rua a gente se conhece só de oi! [...] Lá a gente ficava na calçada conversando...apreciando a lua cheia que era a coisa mais linda que eu achava...**aqui eu nem sei não sei onde fica a lua se é nascente...**se é cheia...aqui eu não por que não dá pra ver[...] lá era diferente a minha casa!” (7)

“A vizinhança não tinha. Foi assim, o empregado da Chesf me trouxe o modelo da casa , me dizendo como ia ser minha casa se eu aceitava me informou um local que ficava perto do comércio, perto do Jatobá , ficou perto de tudo.” (33)

A maioria dos que foram para agrovilas eram trabalhadores ou meeiros não proprietários de terra, observou-se nos depoimentos que a proximidade aos familiares e vizinhos era fator relevante na escolha do local de moradia, conforme verifica-se nos depoimentos:

É o pessoal de lá veio tudo pra qui também, veio até família minha [15]

“ F. - Ficou todo mundo junto

P- Feliz a gente fica o seguinte. Porque de qualquer maneira a gente vimos tudo vizinhos. Porque tem agrovila por aí que vem gente de todo canto, de todo canto. Aí era ruim, não é? Mas nós não, nós vimos tudo de um canto só.”
[22;23;24;25;26]

b) Possui algum tipo de vínculos associativo?

A análise desta variável teve o objetivo de verificar a organização social das pessoas remanejadas, identificando-se os tipos de ligação existentes entre elas.

Identificou-se que 24 pessoas tinham vínculos associativos e 8 não tinham. Dos que tinham vínculos associativos, observou-se quatro grupos distintos: os participantes da ACAMPI e do Distrito Apolônio Sales; os participantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, os ligados ao Lions e os vinculados a grupos religiosos, conforme se verifica no resumo:

Possuíam Vínculos Associativos 24 (75%)	Não Possuíam Vínculos Associativos 8 (25%)
ACAMPI / Distrito Apolônio Sales [1]*;[2]*;[3]*;[4]*;[6]*;[9]*;[10]*=7	7;8; 11; [15]; 17;30;31;32 = 8
Sindicato-[5]*;[13];[14];21;18; [22;23;24;25;26]; [28 e 29] = 12	
Lions – 19;27 = 2	
Grupos Religiosos – 20;12;33 = 3	

Tabela 19 – Vínculos Associativos

A ACAMPI e o Distrito Apolônio Sales foram associações criadas para defender os interesses dos antigos moradores do Projeto Barreiras, atuais moradores do Projeto Apolônio Sales. Sete pessoas declararam estar ligadas à ACAMPI e ao Distrito Apolônio Sales, representando um percentual de 18,75%. Os depoimentos abaixo refletem a divergência de expectativas existentes entre seus membros.

“Nós temos aqui uma associação ACAMPI. Não serve pra nada não, nunca fez nada. Associação dos colonos agropecuários de Petrolândia. E O Distrito de irrigação Apolônio Sales.”[1]*

“Na época a gente já tava associado na mesma de hoje. A gente se associou prá ter mais força pra ser melhor indenizado. Até essa época de a gente se associar o valor de uma granja era 5000,00. Aí a gente se associou e lutamos, tivemos muito trabalho. [...]”[2]*

“A CAMPI continua. Num é como antes mas ainda continua.”[3]*

O Sindicato dos Trabalhadores rurais, como legítimo representante dos reassentados, adquiriu mais credibilidade e aumentou o número de associados, que perceberam a importância de terem a força de uma organização de classe defendendo seus interesses. Demonstram ter plena consciência do papel do sindicato e acreditam que o sindicato é o responsável pelas suas maiores conquistas.

“P- Não, não. Tudo foi assim [...]O sindicato veio ajudar a gente, quando foi agora, já pro reassentamento, não é?”

F - O sindicato tava de dentro.

P- **Tudo foi o sindicato. Ninguém tinha nada disso por aqui** se não fosseo sindicato. Que a CHESF é boa, nós até hoje vive sustentado nós, com salário, com tudo, **mas é na briga**. Se não fosse o sindicato nós não tinha ganhado essa.” [22;23;24;25;26]

“O sindicato em alguns pontos ele ajuda bastante , sobre esse negócio do salário (VMT) da gente de não ter cortado ainda, eu acho que o sindicato pra nós aqui tem ajudado muito.. Nós somos sindicalizados.”[28 e 29]

“Eu participava de tudo, do sindicato. [...] eu tive uma infância muito sofrida, meus pais muito pobres e eu me arreto quando vejo injustiça, **então se a gente se organizar, ir atrás dos nossos direitos a gente sofreu menos**, por isso que eu sou assim gosto de ir a luta, gosto de reunião.”(18)

Alguns grupos religiosos tiveram dificuldades de se organizar depois do remanejamento, perdendo vários de seus membros, pois, grande parte deles foi reassentada em agrovilas distantes uma das outras, dificultando a mobilização das pessoas, e a continuidade do grupo, conforme se pode ver no relato:

“A nossa associação legião de Maria quase.. as pessoas foram embora pras Agrovilas e espalhou tudo ...quase que se desfaz, difícil foi juntar os grupos que se dispersou de um jeito que a gente foi juntando através de um grupão e daí eu passei mais de 10 anos nessa diretoria, que a gente só passa 3 anos, pra juntar todo mundo e recuperar. A dificuldade foi juntar, né? Mas, conseguimos, demorou 10 anos. Veio e catamos os pedaços e continuou.”(12)

“Com o remanejamento forçado das populações ribeirinha, rompe-se bruscamente a engrenagem que, bem ou mal, viabilizavam o cotidiano daquelas famílias. Essa ruptura, ao mesmo tempo que significou perda irreparável, contribuiu para a construção de uma nova identidade, a de atingido, que favoreceu a organização em Sindicatos e posteriormente no Pólo Sindical”.(ARAÚJO, 2000, p.120).

Observou-se um significativo aumento no número de pessoas que declararam ter algum tipo de vínculo associativo, comparando-se com os existentes antes da implantação da usina hidrelétrica de Itaparica, principalmente os vínculos assumidos com o propósito de fortalecimento das lutas coletivas.

5.4.4 Aspectos Relativos ao Trabalho - Planilha 11

A planilha 11, teve o objetivo de identificar a percepção dos aspectos ligados ao trabalho no novo ambiente. Para isto, buscou identificar três situações: a ocorrência de mudança na profissão; a interrupção de atividades laborais, e a existência de ajuda financeira, por parte do empreendedor. Estes questionamentos foram tomados com variáveis qualitativas e foram obtidos, a partir das questões 43, 45 e 49 do roteiro de entrevistas.

5.4.4.1 Mudou de Profissão?

Após a análise dos dados verificou-se que, das trinta e duas pessoas entrevistadas, 30 não mudaram de profissão depois do remanejamento, representando percentualmente 93,75% do total, e apenas 2 pessoas mudaram de profissão, significando 6,25%.

Não 30 (93,75%)	[1]*; [2]*; [3]*; [4]*; [5]*; [6]*; 7;[9]*; [10]*; 11;12;[13]; [14]; [15]; 17;18;19;20; [22;23;24;25;26]; 27; [28 e 29]; [30]; 31;32; 33
Sim 2 (6,25%)	[8];21

Tabela 20 – Mudou de Profissão?

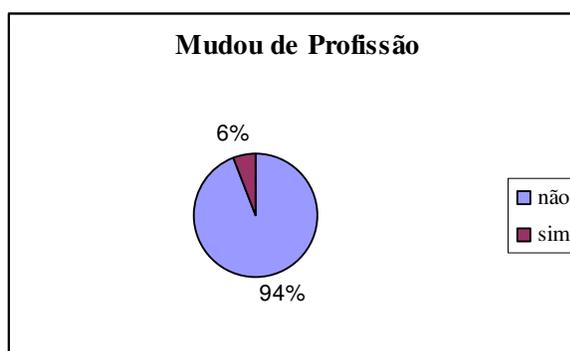


Figura 27 - Mudou de Profissão?

5.4.4.2 Ficou sem Trabalhar Algum Tempo?

Depois do remanejamento, as pessoas encontraram muitas dificuldades em relação ao trabalho, principalmente os da zona rural. Os projetos de irrigação demoraram muitos anos para serem implantados impossibilitando a continuidade de suas antigas atividades, fato responsável por uma grande frustração e insatisfação das pessoas entrevistadas.

Dos 32 entrevistados, 18 responderam que ficaram algum tempo sem trabalhar, significando 56,25% e 14 pessoas responderam que não interromperam suas atividades, representando 43,75% do total. Observou-se que, as pessoas que declararam ter suas atividades interrompidas, eram da zona rural e os da zona urbana não tiveram este tipo de dificuldade.

Não 14 (43,75%)	[6]*;7;11;12; [14]; 17; 18; 19;20;21;27;31;32;33
Sim 18(56,25%)	[1]*; [2]*; [3]*; [4]*;[5]*; [8];[9]*;[10]*; [13]; [15]; [22;23;24;25;26]; [28 e 29]; [30]

Tabela 21 – Ficou sem Trabalhar?

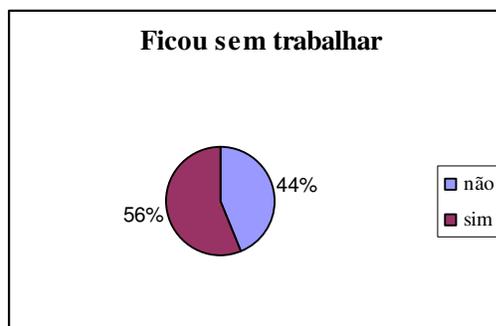


Figura 28 - Ficou sem Trabalhar?

Os que ficaram sem trabalhar relatam a demora na implantação dos sistemas de irrigação. Os que eram antigos granjeiros e não tiveram o direito a receberem a VMT (verba de manutenção temporária), reclamavam por ter que gastar o dinheiro de suas indenização com as despesas domésticas.

“Cinco anos parado, só comendo da reservinha porque não tinha água.”[2]*

“Cinco anos. Nesta época tristeza, porque a gente vivia bem e ir prá um lugar ficar jogado, sem recurso nenhum, esperar 5 anos.. e depois de 5 anos é que foi encanar a água. Fui briga prá conseguir.”[3]*

“Passei cinco anos.[...] Num tinha água também para trabalhar. A passagem só foi essa, mas outra não foi de jeito nenhum. Fiquei agora esses três anos parados (esperando a Chesf resolver a questão da terra que está com problema de salinização) , sem puder fazer nada. Eu num paro mas a Chesf diz “olhe não faça nada que a granja foi descartada e nós vamos dar outra, e vamos indenizar, vamos pagar a destruição que houve”[4]*

Quando eu vendi o gado, acabou, até quando veio a irrigação (cinco anos). Eu fiz uma poupançazinha e fui vivendo da poupança. Com o dinheiro do gado e um pouquinho da poupança aí eu comprei as galinhas, e aí era uma pequena renda a das galinhas. [5]*

“Era ruim demais, a gente só ficava preocupado ,pois tinha medo dessa água não chegar...sempre com uma insegurança. Ainda hoje a gente tem medo desse projeto se acabar. Porque a Chesf quer que a gente tome de conta. Quem é que vai tomar de conta dessas bombas...Isso é muito pesado pra gente tomar de conta.”[9]*

Os antigos trabalhadores e meeiros, remanejados para as agrovilas, também enfrentaram problemas. A implantação dos sistemas de irrigação demorou muitos anos, existindo alguns ainda não implantados. Um dos entrevistados diz que hoje, depois de 17 anos, a agrovila onde mora ainda não tem sistema de irrigação, fato que tornou-o dependente da VMT.

“É falar a verdade **depois que cheguei aqui não trabalhei**. O meu filho não sabe trabalhar com irrigação...ele era muito pequeno não sabia trabalhar...quando ele voltar vou ter que ensinar. [...] Eu vou ter que ensinar ele sabe plantar cultura de sequeiro...mas irrigado eu vou ter que ensinar.”[13]

Os lotes também ficaram muito tempo sem demarcação, fato também que dificultava o desenvolvimento das atividades das pessoas remanejadas, tanto em relação ao criatório quanto no cultivo de sequeiro.

“Quando a gente chegou aqui não tinha trabalho nenhum, porque as terra que a gente plantava, ficou tudinho aberta, a Chesf tirou o cercado, levou tudo [...] Passamos assim do meio do ano para o outro né, aí quando foi logo depois a Chesf já dividiu o lote para quem tinha os seus aí a Chesf pagou para a gente desmatar , a gente desmatou e então depois a Chesf não deu ordem mais a gente cercou porque não tinha jeito de trabalhar sem ter preparado, aí a gente recebia a VMT aí fazia muito bem a feira para passar o mês, nós ficamos aqui.” [15]

M- “Sim, só vivendo do salário (VMT)

P- Enquanto saía os lotes pra, toda época de chuva, a gente fazer os nossos plantiozinho que sempre fazia lá.

[E- Demorou quanto tempo pra irrigar? Pra chegar...?]

P- Assim, na faixa de 7, 8 anos, não foi?(Várias vozes).

F.- Só comia o que a CHESF pagava.

P- Inda hoje ela paga. Graças a Deus!

F.- Fala que vai parar! Demais, todo ano. Ave Maria! Todo ano.

P- Todo ano eles ameaçam de cortar” [22;23;24;25;26]

“Sim, chegamos a ficar parados, o lote da gente demorou ...**Foram doze anos aperreados.** E a luta era água.”[28 e 29]

“Fiquemo porque **num tinha água e a gente ficou muito tempo sem trabalho**, passando necessidade que tinha fome porque num tinha água pra trabalhar né ai a pessoa ficou dentro de casa [...] o salário demorou pra sair, teve gente ai que passou muita fome, eu num passei porque tinha me indenizado e tinha o resto do criatório né que eu num tinha vendido e esse dinheiro que eu indenizei quase que eu perdi ele porque botei no banco e COLLOR levou [...]”[30]

5.4.4.3 Recebeu Ajuda Financeira da Chesf?

Com o objetivo de compensar as populações rurais remanejada, que ficaram impossibilitados de trabalhar, o empreendedor instituiu uma remuneração temporária, até que fossem concluídos os projetos de irrigação. Era a chamada VMT, verba de manutenção temporária. A população, que antes vivia da sua produção, como meeiros ou trabalhadores assalariados, passaram a receber esta compensação financeira sem terem que trabalhar. Se por um lado contribuiu para amenizar os efeitos da desorganização da produção, por outro causou dependência e ilusão nas pessoas, que passaram a ficar ociosas e desmotivadas.

Apenas os trabalhadores rurais reassentados em agrovilas, foram beneficiados com a VMT, os moradores do Projeto Apolônio Sales não receberam este benefício, entretanto ainda hoje reivindicam este direito.

Sim 12 (37,50%)	Não 20 (62,50%)
[8]; [13]; [14]; [15]; [22;23;24;25;26]; [28 e 29]; [30] = 12	[1]*;[2]*; [3]*; [4]*; [5]*; [6]*; 7;[9]*; [10]*; 11;12;17;18;19;20;21;27;31;32;33 =20

Tabela 22 - Recebeu Ajuda Financeira do Empreendedor?

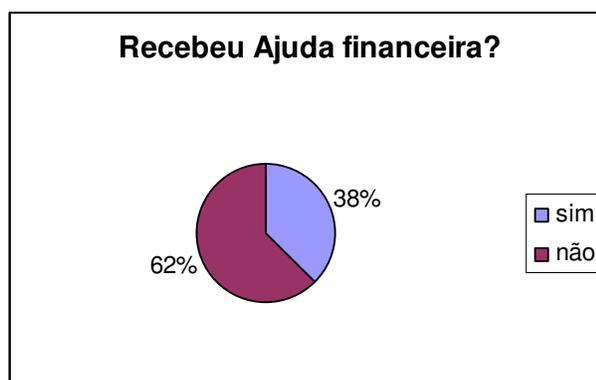


Figura 29 - Recebeu Ajuda Financeira?

5.5 A IDENTIFICAÇÃO DOS SENTIMENTOS NO NOVO AMBIENTE

5.5.1 Os Sentimentos em Relação à Nova Moradia - Planilha 12

A planilha 12 objetivou identificar dos sentimentos referentes ao à moradia, depois da construção, instalação e operação da UHE de Itaparica. Foi montada a partir de uma variável qualitativa, expressa pela questão 34 do roteiro de entrevistas: o sentimento na nova moradia.

5.5.1.1 Como se Sentiu na Nova Moradia?

A nova moradia foi a âncora de ligação entre as pessoas e o novo local para onde foram remanejados. Observou-se que 20 pessoas referiram-se a sentimentos negativos em relação à nova moradia, representando 62,25% do total. Os sentimentos mencionados por

estas pessoas foram, tristeza, frustração, indignação e insatisfação. E 12 pessoas referiram-se a sentimentos positivos, totalizando percentualmente, 37,87%.

Sentimentos negativos – 20 (62,25%)	Sentimentos positivos – 12 (37,87%)
Tristeza – [2]*; [3]*; [6]*; 7; [9]*;11;12 = 7	Alegria –[22;23;24;25;26] =5
Frustração – [4]*;[5]*;[10]*;[13];[14];20 = 6	Felicidade – 32;33=2
Indignação –18;27 =2	
Insatisfação –1;17;[30];19;31 =5	Satisfação – [8; [15]; 21; [28;29]=5

Tabela 23 – Como se Sentiu na Nova Moradia?

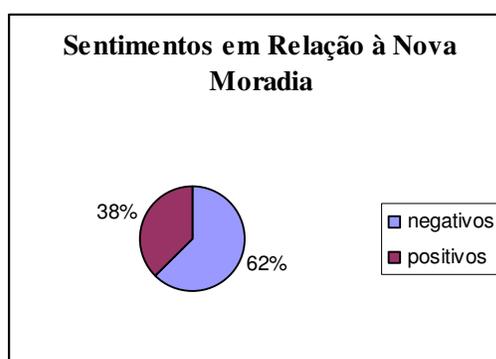


Figura 30 - Sentimentos em Relação à Moradia

a) Sentimentos Negativos

▪ Tristeza

O sentimento de tristeza, identificado aqui, foi considerado como falta de alegria, pena, desalento, consternação.(BUARQUE,1986). Foi o sentimento mais referenciado pelos entrevistados. A sensação de nunca mais poder ver o lugar de nascimento.A tristeza comparada à morte de um ente querido, que deixa um vazio nunca mais preenchido.

A população viveu um luto, um rito de passagem, onde foi preciso deixar para trás todas as referências, todas as imagens, todas as lembranças....

“Foi horrível, a gente saía assim, eu chorava tanto nesse jardim, além disso eu pegava uma música bem saudosa e ficava sentada, chorando e ouvindo essa música. [...] Não tinha nada. Até hoje eu digo que não tem nada aqui, agora que

ta colocando essa praça ai... A vida, a vida da cidade! É , nós só não sofremos mais, porque somos da Igreja porque a gente se apegou a Igreja pra preparar grupos de Igreja. Eu tinha pena daquele outro povo que não tinham esse conforto [...] **quando a gente mudou era assim, não sei se por causa da saudade de lá, a minha impressão era assim...após a morte de uma pessoa muito querida como a gente fica, era essa a sensação que eu tinha.** Depois é que a gente foi... sai pelas ruas tentando descobrir meu povo. Saiu em busca, não é? Em busca. (12)”.

“Foi muito **triste**, eu vim chorando a estrada toda, ate hoje quando falo me da vontade de chorar. Ate hoje eu sinto triste, porque eu pensava assim que acabou o lugar que eu nasci que casei, além de não gostar da casa que não foi como eu combinei, até hoje não gosto daqui...os vizinhos tudo longe.. a cidade.”(7)

“Foi ruim, foi perdido mesmo.. porque não tinha nada aqui. Só tinha sol quente.. era triste. A maior **tristeza** foi quando cheguei aqui. Por isso que morreu tanta gente, foi por causa disso... o pai de Z, a mãe de X, a mãe de T. A gente passou 6 anos sem ter água, só tinha água pra beber, não tinha o que fazer aqui não.”[9]*

“Me sentia **triste**, pois tinha que começar tudo de novo. Eu olhei assim e pensei em ir embora daqui, um deserto, sem ninguém, vizinhos, perto de pessoas que eu nem conhecia. Aí foi que a Chesf veio, contratou refeição, muitas firmas aqui servia refeição para elas ai é que eu fui me animando e aí melhorou mais. Mas foi ruim quando eu cheguei por aqui.[...] **Eu briguei muito pra conseguir, eu sofri muito, ainda briguei com a justiça, botei advogado [...]**” (11)

▪ Frustração

Estado daquele que, pela ausência de um objeto, ou por um obstáculo interno ou externo é privado da satisfação de um desejo ou de uma necessidade. (BUARQUE,1986).

“Desde o dia que eu cheguei aqui só me senti mal porque só fui comendo o que tinha.. Eu cheguei com três caminhão, botei dois aí no alpendre e trevessei um ali.. e foi dando e foi dando e hoje eu tô andando de pés...**E ela todo dia promete dizendo que paga a nós, nós temos dois salários e meio e tá com dezesseis anos e nunca recebemos... um centavo.**Com cinco anos fizeram a

irrigação..Aqueles que tinham pouco dinheiro, tinha pouca coisa também. Tem deles aí liquidados. Outros vendeu por todo preço e foram embora[...]"[4]*

"[...] **a senhora viu aquela mudinha que tava ali (se referiu à filha deficiente mental) neste instante, também não se adaptou aqui.** Quando ela chegou aqui que ela viu aquela caatinga e essa estrada aí, a caatinga e mais nada **ela também não se adaptou.** Ela fazia uma revolta... uma revolta, um barulho, porque ela é muda, né? Antigamente lá da minha granja a gente avistava o serrote (elevação de terra), que acolá chama-se serrote vermelho. **Ela via da granja, ela conhecia aquele serrote na distância e daqui também ela via o serrote. Ela olhava para o serrote e apontava na direção da granja, interessante, né? Ela cobrava de mim prá voltar prá granja. Eu botava ela no carro e levava até a beira do rio e mostrava. acabou e mostrava a água a ela, não tem mais nada não. Ela não se conformou não...** [...]. [5]*

"Eu fiz questão de ser testemunha de ver tudo porque eu sonhava assim já que eu ia sair de lá uma pessoa como eu como fui professora, entendia , **sabia que era um motivo para beneficiar uma grande coletividade, uma grande comunidade** da nossa região do nordeste, sofrida, angustiada. Mas tudo bem e **as esperanças nossa era que invés de trazer tristeza deveria ter trazido mais alegria num entanto para mim não trouxe muita alegria,** não porque eu sou uma que não penso só em mim eu penso na comunidade, então hoje eu vejo as pessoas que deveriam ter uma vida melhor e que não tem por causa da construção da barragem, **vi muitos velhos morrerem não porque eles não diziam a gente mas as pessoas idosas que sentiam saudade eu acho que isso acelerou o processo de tristeza [...]."**(19)

"É porque eu sou assim mesmo...(choro) **eu tinha uma perspectiva de ver uma cidade crescer se desenvolver de ver uma condição de vida econômica e social pra população [...]** foi a terra que nasci e me criei mas **a gente passou por muitos dessabores a barragem** trouxe alegria e trouxe muita tristeza porque a gente via as pessoas que podiam ter vivido mais por conta dessa anciã...tiveram pessoas assim que não tinham sentimentos só se preocupavam com o dinheiro com a ânsia de vender e de indenizar e essas coisas trouxeram aborrecimentos, tristeza né então isso ficou aqui dentro então eu sinto muita saudade da velha cidade. **Justamente porque ela trouxe muita alegria mas trouxe também desarmonia** então isso marcou quem é jovem não mudou o modo de vida das pessoas de certa forma a minha vida mudou [...] houve uma

alteração na minha maneira de ser, né, minha maneira de agir e minha maneira de pensar[...]”(20)

▪ **Indignação**

Outro sentimento que aparece nos depoimentos é a indignação, sentimento de cólera despertado por ação indigna; ódio raiva; desprezo, repulsa (BUARQUE, 1986). Alguns entrevistados demonstram ter consciência os impactos da barragem desencadearam grandes transformações no ambiente e no modo de vida da população:

“era porque a gente passava muito tempo sonhando com a velha cidade acordava como se estivesse na velha cidade, **psicologicamente todo mundo se desequilibrou o impacto desarrumou** assim o da zona urbana até que o impacto num foi tanto mas o da zona rural sim porque **você num tinha mais onde criar ovelha, bode, porco, galinha pois num tinha onde colocar até nosso peixe a barragem tirou a gente tinha o surubim, o pirá e acabou hoje em dia num tem mais eles colocaram também uns predadores ai que vão comendo as coisa [...]**Olhe hoje... tranquilo, assim psicologicamente em relação mas em questão de segurança a gente não tem e ainda um **pouco revoltada com a causadora do engrandecimento do progresso digamos assim porque não houve respeito para conosco** ou seja a empresa que continua o governo federal tudo negando aquilo que nos é de direito, **deixando de cumprir a parte social dela da própria empresa** né, ou seja, a usina tá gerando energia tão faturando e aparece ai na imprensa um monte de lucro e as comunidades cada vez ficando mais pobre do que eram lá porque lá pelo menos quem não tivesse emprego tinha o pão de cada dia e hoje não se tem.[18]

b) Sentimentos positivos

Alguns entrevistados demonstraram satisfação com a nova vida. A cesta básica que receberam logo na ocasião do remanejamento e a VMT (Verba de Manutenção Temporária) davam a segurança que muitos não tinham no passado. As condições de moradia também eram referenciadas como água, banheiro dentro de casa e energia elétrica e a alegria por ter um lote “seu” para plantar.

- **satisfação** – alegria, deleite. (BUARQUE, 1986)

“Me senti bem, gostei também, apesar da dificuldade, quando cheguei **aqui já tinha a cesta básica**... E esta cesta básica recebia todo mês? , recebia... parece que só foi o primeiro mês... é só foi o primeiro mês depois foi salário.[...] Gostei, **só tenho saudade do rio**”. [8]

“**Eu acho que mudou tudo pra melhor**. Quando a gente chegou aqui não tinha planta... A gente passa aquele tempo com aquela saudade [...] **a gente sentia aquela alegria assim água encanada, dentro de casa, banheiro que antigamente a gente so podia tomar banho de noite tudo organizado...que a gente não tinha nada disso**, geladeira, televisão. Ai foi uma coisa boa né? Eu achei.” [15]

- **Alegria** – contentamento, satisfação, júbilo; prazer mora, felicidade. (BUARQUE, 1986)

P- “**A maior alegria da gente, quando nós se mudou praqui, foi porque nós viemos praqui com...porque eles prometeram que ia dar uma terra de não sei o quê pra gente plantar**, antes de sair as coisas. A maior alegria que nós tivemos foi quando nós viu o trator desmatando as área aí pra nós plantar de chuva.[...]

F- E nós ir buscar, fomo buscar a madeira na Barreira, a chefe de um caminhão, foi buscar a madeira na barreira, deu arame e nós cerquemo aqui. Enquanto saía os lotes pra, toda época de chuva, a gente fazer os nossos plantiozinho que sempre fazia lá. [22;23;24;25;26]

- **Felicidade** – qualidade ou estado de feliz; bom êxito, sucesso. (BUARQUE, 1986).

O sentimento de felicidade aparece em alguns depoimentos de pessoas que, apesar de sentirem saudades da antiga cidade, gostam do novo ambiente e têm uma atitude positiva em relação à situação.

Nós fizemos 25 anos de casados lá. Aí depois foi que mudamos pra cá.. E parece até que a vida, eu tenho saudade, gostava de lá e tudo. **Mas quando eu mudei praqui eu não senti muito**. Não, Não senti muito assim, porque teve gente que

até adoeceu, não é? Mas eu ficava sempre naquela fé. Naquele... A gente sabe que vai ter que sair, a gente vai ter que se conformar, sabe?(32)

“[...] Foi, mais **feliz, porque tava numa casa boa que eu me agradei bastante, o modelo da casa, tudo eu gostei.**[...] Eu tive saudade um pouco da minha residência do meu local eu tive saudade, mas eu me adaptei muito fácil aqui [...] Tudo eu sentia mas não assim. Pra mim tudo é normal[...].” (33)

5.5.2 Os Sentimentos em Relação ao Trabalho - Planilha 13

A planilha 13 teve o objetivo identificar os sentimentos referentes ao trabalho depois da construção, instalação e operação da UHE de Itaparica. Foi construída a partir de uma variável qualitativa, o sentimento em relação ao trabalho, expressa pela questão 56 do roteiro de entrevistas.

Após a análise dos dados, os resultados puderam ser agrupados em três grupos distintos: os que tinham sentimentos positivos em relação ao trabalho no novo ambiente; os que tinham sentimentos negativos e os que não responderam à questão.

Dos 32 entrevistados, 14 tinham sentimentos positivos, significando 44,18%; 11 pessoas tinham sentimentos negativos, representando 25% e 7 pessoas não expressaram sua opinião, significando 21,87% do total.

Sentimentos positivos 14 (44,18%)	Sentimentos negativos 11- (25%)	Não respondeu 7 (21,87%)
Sentia-se bem [3]*;[5]*,[6]*;[10]*;11;20;27;[2]*=8	Não se sentia bem [4]*; [28;29]; 19 =4	7;[8];17;30;31;12 32 = 7
alegre 21;[22;23;24;25;26] =6	Tristeza [1]* =1	
	decepção [13];[14];18 = 3	
	enganado [9]*;[15] = 2	
	Medo -19=1	

Tabela 24 – Sentimentos em Relação ao Trabalho

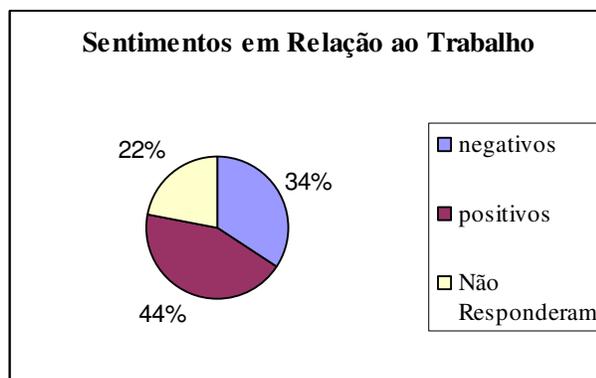


Figura 31 - Sentimentos em Relação ao Trabalho

5.6 A IDENTIFICAÇÃO DOS SENTIMENTOS NA DIMENSÃO COLETIVA

Resgatar a imagem deste momento foi um recurso utilizado para avaliar o tipo de sentimento presente na memória dos habitantes de Petrolândia. Este grupo de objetivou identificar o sentimento das pessoas ao assistirem as cenas do alagamento, tanto da zona rural quanto da zona urbana.

O critério utilizado para identificar o sentimento do entrevistado foi a verbalização do nome do sentimento na ocasião da entrevista. Trabalhou-se, nesta etapa, com um quadro de carácter (planilha 14). O carácter coletivo destes sentimentos será atribuído a partir da análise das semelhanças entre os diversos depoimentos.

5.6.1 Sentimentos, Imagens e Significados - Análise da Planilha 14

A planilha 14 foi elaborada a partir das perguntas 57, 60, 61 e 62 do roteiro de entrevistas, e foi montada de forma a facilitar a análise de quatro variáveis qualitativas, a saber:

- **Sentimentos pela perda da paisagem natural** - essa variável teve o objetivo de verificar os sentimentos experimentados pela a população da zona rural e da zona urbana do município de Petrolândia, diante da situação de perda do patrimônio ambiental natural decorrente da construção, implantação e operação da UHE de Itaparica.
- **Sentimentos pela perda da paisagem artificial** - essa variável teve o objetivo de verificar os sentimentos experimentados pela população da zona rural e da zona

urbana do município de Petrolândia, diante da situação de perda do patrimônio ambiental artificial, decorrente da construção, implantação e operação da UHE de Itaparica.

- **A imagem mais forte** – esta variável teve o objetivo de identificar, através da imagem, os sentimentos coletivos da comunidade rural e urbana do município atingido.
- **O significado da mudança** – essa variável teve o objetivo de identificar como a população compreendeu e assimilou o evento do remanejamento. O que buscava-se era a possibilidade de obter uma síntese dos sentimentos, uma palavra, uma frase, uma analogia ou uma comparação capaz de simbolizar o sentimento destas pessoas.

5.6.1.1 Os Sentimentos pela Perda da Paisagem Natural

Em um evento de grande magnitude como é a construção de uma hidrelétrica ocorrem geralmente muitas situações que provocam nas pessoas sentimentos negativos, ou positivos. Nas entrevistas realizadas foram identificados diversos sentimentos, pela perda da paisagem natural, que estão dispostos, sinteticamente no quadro abaixo:

Do total dos entrevistados, 18 pessoas referiam-se a sentimentos negativos, correspondendo a 56,25% dos entrevistados. Os sentimentos negativos referenciados foram tristeza, comoção, dor, saudade, incerteza / medo e perda de referências. Outras 14 pessoas, representando um total de 43,75% dos entrevistados, não descreveram nenhum sentimento relativo ao alagamento da paisagem natural, uns porque não responderam a questão, outros porque não presenciaram o evento.

Sentimentos negativos 18 (56,25%)	Não Falou 8 (25%)	Não viu 6 (18,75%)
Tristeza [1]*;[2]*[3]*;[6]*;[9]*, [10]*, 11= 7	12;17;19;20;21;27;31;33 = 8	7;[8];[14];[15];18;32 = 6
Comoção – [5]*= 1		
Dor – [28 e 29] = 2		
Saudade – [30] = 1		
Incerteza / medo [4]*;[13];[22;23,24;25;26] =7		

Tabela 25 – Sentimentos pela Perda da Paisagem Natural

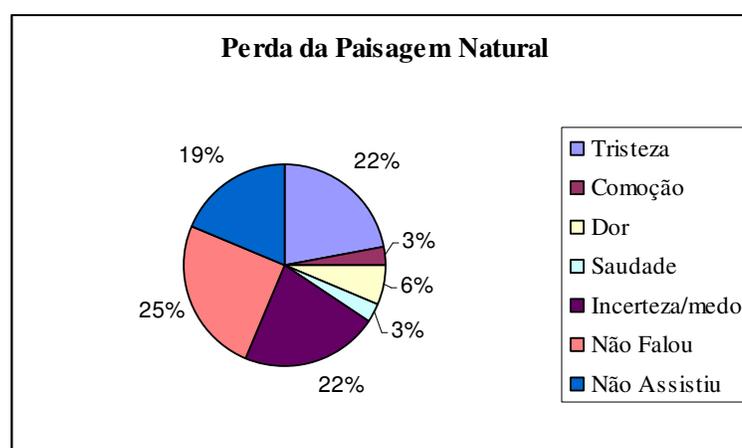


Figura 32 - Sentimentos de Perda da Paisagem Natural

A seguir, de forma analítica, serão descritos os diversos sentimentos negativos referenciados nos depoimentos dos entrevistados:

a) Tristeza

O sentimento de tristeza pela perda da paisagem natural foi referenciado por 6 entrevistados, que identificam o sentimento referindo-se a diferentes aspectos:

A tristeza aparece também aliada à sensação de perda e desânimo:

“Eu cheguei a ver, deu uma tristeza. **Tudo ia ficar acabado nós ia começar tudo de novo. Era uma sensação muito estranha.**” [1]*

“Naqueles momentos eu tava arrumando alguma coisa pra sair e olhava assim, até parei e me deu uma tristeza muito grande quando eu vi a água [...] **Até os cachinhos de banana e os pé de coco aí foi a expressão mais ruim que tem [...]**” [2]*

“[...] Começando a inundar tudo foi quando a gente foi saindo de lá . [...] Ficava triste de não poder tirar as coisas de lá, perdendo tudo. [...] Só tiramos as coisas de dentro, o resto, a telha madeira, perdeu tudo. [...] ainda ficou bicho, ainda morreu gado afogado, não deu tempo não, não se esperava rápido assim não[...]

[9]*

A tristeza como uma mistura de raiva e medo, evidenciando um estado de indignação, ainda presente, apesar do decurso temporal.

“**Dava medo, dava raiva, dava tudo!** Foi muito ruim. A gente travessava na água e tirando muita coisa que não deu tempo de tirar, ficou muita coisa lá ainda. Ficava triste vendo aquilo , os meninos carregando coisas, passando por dentro da água e a água aumentando, aumentando [...]” [10]*

b) Comoção

Foi descrito por um entrevistado que, com lágrimas nos olhos, revisitou um momento marcante de sua dor.

“[...] eu saí de lá com a mudança, no dia 13 de agosto, [...] **deixei lá a propriedade entregue a nada.** Saí com a mudança, com a família e com o gado. Aí aconteceu o seguinte: no outro dia eu voltei lá Prá buscar outras coisas. Quando eu saí ficou tudo seco ainda e quando eu cheguei lá, já encontrei a água já numa distância de meio quilômetro **da minha ex-propriedade que era minha.** Aí aquilo me deu o maior sentimento e **eu ouvi lá foi o gemido daqueles bichinhos... aqueles pássaros. Não sei se eram sapinho, só sei que era tanto gemido pra tudo quanto era lado, que era um choro.** Sabe como é? O que mais me **comoveu** foi aquilo lá. Cheguei lá era assim: uuuui! Aiiii! Uuiii!aqueles gritinhos daqueles bichinhos que cortava o coração da gente.

Nenhum pé de pessoa eu vi lá [...] **parei meu carro assim numa distância ...manobrei o carro e fiquei ali um pouquinho aí não tive mais acesso a nada.**” [5]*

c) dor

O sentimento de dor foi descrito em uma entrevista coletiva com dois antigos proprietários de uma fazenda à beira do rio, desapropriada para a implantação de uma agrovila

“O negócio não era muito bonito não, a senhora ver a água descendo [...] subindo e entrando nas partes baixas e inundando tudo, o que você tinha plantado de bananeira, goiabeira, toda fruteira, você só ver a água ir cobrindo, cobrindo e aquilo em poucos dias desaparecer [...] Não era bom não. Todo dia nós tava lá. Homem é forte né? Mas não era bom não, **Doía** [...]” [28;29]

d) saudade

O sentimento de saudade tem o significado “recordação suave e melancólica de pessoa ausente ou coisa distante, que se deseja voltar a ver ou possuir”. (LAROUSSE, 1992).

Um antigo proprietário de uma fazenda, desapropriada para a construção de uma agrovila, que hoje mora em uma agrovila, refere-se ao sentimento de saudade, lamentando a mudança no seu modo de viver:

“[...] é que eu nasci e me criei na fazenda né e veio isso essa barrage e foi obrigado a gente indenizar , ainda o preço que eles quiseram e a gente sair bem dizer perder o que tinha né que agente vivia na fazenda da gente aí a saudade que agente sente é isso né da fazenda da pessoa, né da terra [...] no tempo que eu vivia lá vivia sossegado hoje aqui vige Maria é tanta zuada e tanta coisa ruim nessa agrovila que você nem imagina [...] [15]

e) Incerteza, Medo do Desconhecido

O sentimento de incerteza é “falta de certeza, dúvida, hesitação, imprecisão, inconstância, imprevisibilidade”. (LOROUSSE, 1992).

No contexto, de um remanejamento populacional a incerteza é um sentimento que vem associado ao medo do desconhecido e referenciado por pessoas de diferentes segmentos

sociais, demonstrando ser um tipo de sentimento que, atingiu pessoas indistintamente, como pode-se ver:

“Aí eu vinha com esse caminhão carregado aí tinha uma baixada lá.. eu conhecia tudo... aí entrei...entrei ligeiro num tirei o pé do acelerador... passei e saí no outro lado [...] Olhei prá trás e disse: ô meu Deus onde eu entrei? [...] Graças a “[...]Deus e a meu padim Ciço, passemos! Aí eu saí por dentro de cercado velho que eu conhecia tudo abrindo as porteira e entrei numa variante aí vinhamos sair cá perto do acampamento da Sulvale, perto do escritório. Aí clareou mais, saí fora... olhei prá trás assim... eu digo... é isso mesmo...vou saindo do bom e **não sem pra onde vou...**(silêncio e lágrimas)... A parada foi dura!”[4]*

“A cena era feia! É porque ali agente chegou pequeno foi criado com aquelas pessoas...pegou amizade e tava saindo pra uma coisa diferente que **a gente não sabia se ia dar certo. A gente vinha arriscar pro mundo diferente que não conhecia**”. [13]

“[...] O lugar que a gente morava era muito bom, a gente sentimo por isso. A gente diz: **oh, meu Deus! A gente sair de um lugar tão tranqüilo desse e pra onde a gente vai?**, será que a gente vai ter a mesma tranqüilidade que nós tinha aqui? [...]” [22;23;24;25;26]

5.6.1.2 Identificação dos Sentimentos pela Perda da Cidade

O critério utilizado para identificar os sentimentos pela perda da cidade foi a verbalização do nome do sentimento na ocasião da entrevista. Das 32 entrevistas, 16 pessoas referiram-se a sentimentos negativos ao presenciarem o alagamento da cidade, correspondendo a 50% dos entrevistados. Os sentimentos negativos referenciados foram tristeza, dor, perda das relações sociais (alteração no modo de vida) e impotência.

Outros 16 entrevistados não fizeram nenhuma referência a sentimentos negativos relacionados ao alagamento da cidade, representando um total de 50% da amostra.

Sentimentos Negativos 16 (50%)	Não Viu 13 (40,62%)	Não Falou 3 (9,37%)
Tristeza [6]*;11;17;19;27;31;20=7	[1]*; [3]*; 7; [8]*; [9]*; [10]*; [13]; [15]; [18]; [28,29]*; 32; 33 = 13	[14]; 21; [30]*
dor – [4]*;12; [5]* = 3		
perda das relações sociais [2]* = 1		
impotência – [22;23;24;25;26] = 5		

Tabela 26 - Sentimentos pela Perda da Cidade

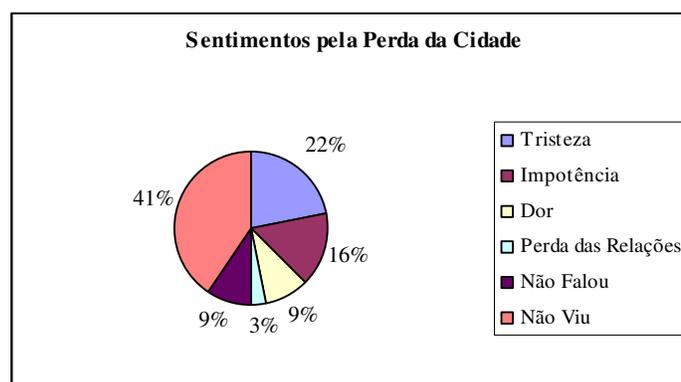


Figura 33 - Sentimentos pela Perda da Cidade

De forma analítica, serão descritos os diversos sentimentos referenciados, tomando-se alguns depoimentos como ilustração:

a) tristeza

O imóvel era demolido imediatamente após a sua desocupação, para que não fosse invadido por outra família, esta era a rotina do empreendedor, que tinha como objetivo principal, a desocupação do município no menor tempo possível. Entretanto, para os moradores esta visão causava um grande impacto, pois, eram parte da sua cidade.

“Ave Maria eu pensava que eu não ia sair de lá nunca, que realmente foi muito pesado, você ver as águas chegando [...] quando eu vi a água chegando em casa, **vi aquelas casa derrubadas, daquele deserto, me deu uma tristeza** e vi que ia ter que sair mesmo. Realmente fiquei muito ansiosa pensando meu Deus como é

que pode tanta água assim, foi 90 dias pra ela encher e eu lá vendo aquela água chegar, quando foi um dia eu tava lá deitada na rede assim na área eu fui botar o pé no chão aquele negócio molhado, frio, que eu olhei a água chegando.” (11)

:

[...] “foi muito feio, muito triste. [...] Toda vez que saía uma família eles chegavam e passavam o trator que era pra outras pessoas não chegar e ficar na casa porque seria um problema para eles, e a cidade assim aos poucos foi se esvaziando” [...] (19)

Eram cenas de um cenário desolador que precederam o alagamento total da cidade. A tristeza Com a proximidade das águas animais como cobras, ratos vinham em busca de lugar seguro,

“Eu assisti tudo. A água chegando, vinha aos poucos, sabe? Aquelas casas, o pessoal derrubando atrás de material. A gente num sabia nem quem era, entravam nas casas e tiravam, os basculantes, arriscado até,...até uma dia eles começara a derrubar e meus filhos eram pequenos e começaram a brincar de derrubar casa também, né? Era muita coisa. Você vê assim, os ratos no meio da rua correndo. [...] Eu ainda me sentava assim, meu pai velho e meu pai parece que não queria sair, sabe? Então a gente sentava na calçada e vendo só os caminhões passando com aquelas mudanças. Tinha pessoas que achavam até divertido. Mas no meu coração eu sentia uma tristeza vendo aquele povo saindo. Chegava aqueles caminhões da CHESF e eles colocavam as cima de todo jeito e levava. Era uma tristeza. Eu ficava na calçada só olhando. Meu pai ficava comigo e os meninhos brincando. Aí começou a ficar bem pouquinha gente, deserto. Aí eu fui olhar até onde a água já tava. Aí atrás lá de casa tinha uma praça, então a água já tava naquela praça e junto com aquela água vinham cobra e rato. Era uma tristeza, a gente num esquece nunca o que se passou. Uma coisa horrível. Aí eu disse: vamos ter que ir embora [...]”.(27).

[...] Dia 22 de abril de 1988 às 19:30 h. da noite caiu as duas torres. Eu tava lá, a Igreja estava quase coberta de água. Ela tinha duas torres que a água batia eu estava em casa [...] quando escutei os estrondos, de manhã quando fomos olhar foi que a gente notou que tinha caído as duas torres. Foi triste, hoje eu posso chorar lembrando de tudo que eu passei.

Registrar os últimos momentos fazia parte de uma espécie de cerimônia de despedida, ante a iminência da morte anunciada:

“Foram matando assim a comunidade, sufocando, a gente vendo a água subir [...] Eu não desejo a ninguém a sua cidade acabar como aqui, porque a gente não acreditava, todo mundo dizia que vinha essa barragem , mas a gente não acreditava de jeito nenhum , mas quando foi pra sair de Petrolândia pra vir pra aqui, aí **de vez em quando eu ia lá gravava um pouquinho, quando eu chegava lá, porque a gente saiu por último de lá , que via tudo desmoronado , eu chorava tanto que a máquina filmava doida**, teve um dia que foi até a polícia quem me segurou pra eu não cair , que eu botei a chorar [...] Foi uma tristeza imensa. ! Os comentários que lá se dizia é que aqui seria uma cidade fantasma , que não ia se desenvolver, esse sentimento deixava as pessoas muito preocupadas[...]” (31)

Os moradores da cidade misturavam muitas emoções, pois tinham expectativas de uma vida melhor, mas ao mesmo tempo sofriam pela perda de suas referências:

“O sentimento foi uma **mescla de tristeza e perspectiva de uma vida melhor** no entendo a saudade....(Choro) [...] eu tinha uma perspectiva de ver uma cidade crescer se desenvolver de ver uma condição de vida econômica e social pra população né de um modo geral melhor, [...]” (20)

b) Dor

O sentimento de dor associado à idéia de perda da cidade natal. Olhar a cidade sumindo sob as águas era uma forma de compreender seu fim:

“[...] eu cheguei à Petrolândia quando tava inundando e ainda tinha umas pessoas lá. **A cena do alagamento é a cena do “nunca mais”. Eu nunca mais eu verei essa cidade, a minha cidade natal, aquela antiga cidade.** [...] eu assisti tudo isso aí, doeu muito [...] A igreja, o cemitério de lá já tava tudo inundado. Eu fui ao lugar mais alto de lá que era um lugar encostado ao campo de avião, também era pouca coisa que tava sobrando ainda. Era minha cidade natal, desde criança que eu visitava aquilo ali, era nossa cidade única [...]”. [5]*

Eu vi quando tava alagando... **a gente sentia o coração doer** mesmo porque a gente acostumado ali, [...] todo mundo acostumado ali. Era pequena... Petrolândia hoje é uma capital à vista a velha, mas a velha todo mundo teve aquele sentimento. **Todo mundo sentiu porque só não sentiu quem num teve**

coração. A igreja caindo assim... a água subindo e ela caindo...A cena não é bonita não, muita gente chorou.. [4]*

c) Sentimento de Perda das Relações Sociais

O remanejamento populacional é um processo que desenraiza as pessoas de suas terras, revolve todas as relações e altera o modo de viver das pessoas:

“[...] **a gente ficou longe um dos outros...**porque lá onde a gente morava a vida nossa era um pouco diferente daqui. Aqui a gente vive só pra trabalhar e lá a gente tinha um lazer muito maior.[...] **Aqui é mais resumido, cada um cuida de si [...].**” [2]*

d) Sentimento de Impotência

“O sentimento a gente tem, não é? porque uma coisa que vem de quando, do tempo de Dom Pedro, que a cidade de Petrolândia é velha, do tempo de Dom Pedro. E ver as água cobrindo sem o cabra ter o que fazer. Quem morava ali dentro sente muito, não sente? [22;23;24;25;26]

5.6.1.3 O Significado da Mudança

O significado da mudança é uma variável qualitativa que pode ser sintetizada em uma idéia, uma palavra, uma frase, ou uma imagem, que seja capaz de simbolizar o sentimento destas pessoas acerca do remanejamento populacional.

A análise dos dados mostrou que o significado da mudança para as pessoas remanejadas pode ser identificado em 3 grupos: o primeiro, para o qual a mudança está associada a sentimentos negativos. Este grupo contou com 15 pessoas, representando 46,87% do total dos entrevistados. O segundo grupo foi constituído por 8 pessoas, que expressaram sentimentos positivos em relação à mudança, o que significou percentualmente 25%; e o terceiro grupo, composto por pessoas que não responderam a questão, representando 28,12%.

Sentimentos Negativos 15 (46,87%)	Sentimentos Positivos 8 (25%)	Não responderam 9 (28,12%)
Perda [2]*;7;[4]*;19;20 = 5	Uma vida nova 32 = 1	27;[28;29];[30];[31]; [9]*;17;13;21 = 9
Decepção [1]*;[3]*;[5]*;[6]*;[14];[15];18;[10]*;11;12 = 10	Uma vida melhor [8]; [22;23;24;25;26] = 6	
	Esperança 33 = 1	

Tabela 27 – Significado da Mudança

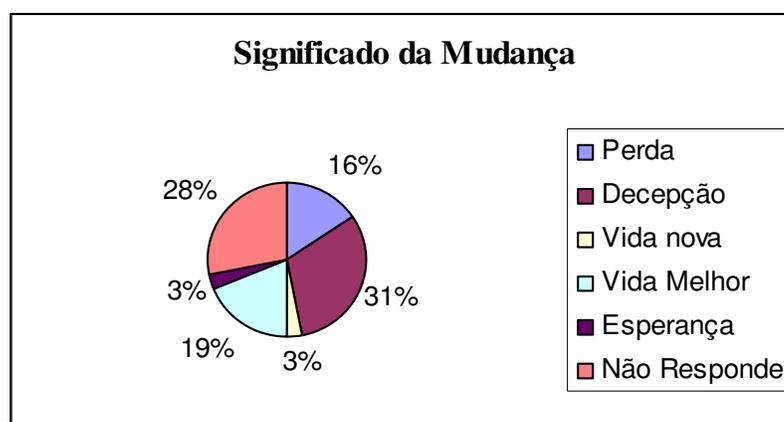


Figura 34 - Significado da Mudança

Os depoimentos que se seguem são exemplificativos dos sentimentos que os entrevistados atribuíram ao significado da mudança, tanto os positivos, quanto os negativos:

a) Perda

Privação de alguma coisa que se possuía. (BUARQUE,1986). O sentimento de perda expresso por alguns, é sinônimo de mutilação e de morte. É associado a dor intensa, pela perda de algo significativo e de muito valor:

“Aquilo é como quando a gente vai pro enterro de um amigo, uma pessoa que a gente gosta dele. Foi do mesmo jeito a minha apartação da barreira práqui , pode acreditar...(lágrimas) Desculpe eu ser analfabeto e não saber responder.”[4]*

“[...]tinha uma coisa muito importante pra mim que foi destruída [...]”.(7)

“No início foi o significado ruim, que foi a saudade as lembranças, foi aquela tristeza de ver a terra da gente, a terra que a gente nasceu, faz parte integrante da vida da gente e aos poucos, se destruindo, **era como se fosse um corpo humano que fosse mutilado aos poucos e na saída eu senti uma dor tão grande no coração, apertava tanto que eu pensava que ia ter um infarto.**(19)

Durante o período da construção do empreendimento apareceram muitas pessoas de outras regiões, em busca de oportunidades para usufruir de algum benefício do remanejamento, o que causou mais indignação nos habitantes do lugar.

“[...]tiveram pessoas assim que não tinham sentimentos só se preocupavam com o dinheiro com a ânsia de vender e de indenizar e essas coisas trouxeram aborrecimentos, tristeza né então isso ficou aqui dentro então eu sinto muita saudade da velha cidade. Justamente porque ela trouxe muita alegria mas trouxe também desarmonia então isso marcou [...]”(20)

b) decepção

Mesmo exigindo uma cota de sacrifício de todos, o progresso era recebido como uma necessidade de todos, apenas a falta de respeito não era tolerada

“[...] **Todo mundo era a favor do progresso, mas com dignidade,** com respeito. Dignidade e respeito, né? É isso aí! Ainda hoje nós temos problemas com a Chesf, ela nos deve um patrimônio aqui dentro desse projeto aqui, não é mole! Aquele projeto da Barreira, lá nós tinha clube, centro comunitário, foram os proprietários que fizeram. Agora que eles tão começando a fazer aqui, é um grande patrimônio [...]para o progresso nós perdemos uma coisa maravilhosa que era o nosso projeto (Projeto Barreiras), mas como eu sou a favor do progresso, e a maioria de nossos companheiros, também é a favor. Eu digo que eu me reuni, e agora no Distrito(Apolônio Sales), eu digo ninguém é contra o progresso, mas

também o preço que nós pagamos também foi demais! **Ainda hoje eles enganam a gente**".[5]*

A esperança de ganhar uma terra para plantar, acalentou o sonho e justificou o sacrifício da espera. Mas o tempo passou, apagou a esperança e mostrou a realidade:

"[...]lá trabalhava com dinheiro certo ai a gente veio **com a esperança de receber o lote e até hoje tamo aqui so na esperança... mesmo**[...] Saiu muita gente , tanta vontade de ter um lote que saiu muita gente, vendeu e foi embora .E vocês ficaram aqui? **Nós continuemos aqui porque nós vinemos com esse objetivo de ter nossa própria terra,** [...] meu pai minha mãe a vizinhança que vieram pra cá também meu pai fez parte da luta desde o comecinho do invadido [...] ele participou de tudo desde a invasão da barragem[...]desde novinho que ele trabalhava como agricultor esperou, esperou. Seu pai? Sim ele trabalhava porque gosta mesmo faz dois meses que ele faleceu e nunca saiu.. Nunca chegou a ver? Não chegou a ver, vei o meu pai e minha mãe e nenhuma dos dois chegou a ver o projeto pronto... (esposa): mas eu continuo e os filhos tudim, forte e tentar conseguir de qualquer jeito".[13]

"**Ceguei e acreditar que ia ser melhor ai depois me decepcionei, o tempo foi passando as pendências foram aumentando,** as promessas num foram cumpridas e principalmente a situação que hoje ... hoje não desde 93 que eu passei a trabalhar dentro do projeto né então desde 93 que a gente via a situação cada vez mais piorando as pessoas vivendo a cada dia com menos aquisição financeira ai teve um momento de desespero meu sabe de você querer encontrar uma saída como se eu tivesse numa viela como se tivesse sido apagada todas as perspectiva de um futuro de se conseguir algo".(18)

(olhando para foto da casa antiga)."Uma casinha velha que você tá vendo, mal estruturada. **Eles seduziram a gente com a casa boa,** tal...Mas eu só mudei dali para aqui por causa da energia, mas eu gostava mais desta casa". [1]*

A idéia de uma vida nova e a esperança de prosperar faziam parte do imaginário de algumas pessoas que viveram esta experiência:

“ H- Vida nova. [...] a gente se preparou como quem fosse casar.[...] A gente ia ter que fazer mesmo, não é? Pra que fazer a pulso?(32)

“Tinha sim a esperança de prosperidade, prosperar a cidade. De quando eu cheguei aqui pra hoje tem diferença de mais de 100%”.(33)

Para alguns, a vida melhorou pois receberam terra, assistência técnica e “salário” (VMT):

“**Pra mim melhorou**, minha vida melhorou do que era antes pra hoje, Eu não posso me queixar”.[8]

P- “A minha mesmo melhorou. E eu não tenho quem ta me mandando não. Eu mesmo faço o que eu quero na roça. [...]

F- Pra nós aqui ta bom, graças a Deus.” [22;23;24;25;26]

5.6.1.4 A Imagem Mais Forte

A imagem mais forte, foi considerada como variável qualitativa, cujo objetivo foi identificar os sentimentos e os valores coletivos da comunidade rural e urbana do município atingido. Recordar a imagem mais marcante foi um mecanismo utilizado para facilitar a identificação dos sentimentos e valores preponderantes para a população atingida.

A Imagem Mais Marcante
Imagens da igreja – 2;4;6;11;19;20;27, [28 e 29]* = 7
A cena dos entulhos da cidade – 7;18 = 2
A retirada dos pertences por dentro d'água – 3;10 = 2
A demolição da estação de trem – 12 = 1
Cena de medo e violência – 13; 30 = 2
O lugar de moradia submerso – 31;28;29;5 = 4
O fim do projeto Barreiras –9 = 1
Não lembra – 1;14 = 2
Não fala – 8;15;17; (22;23;24;25;26) coletiva = 7
Não sentiu – 32;33= 2

Tabela 28 - A Imagem Mais Marcante

a) Imagens da Igreja

A igreja, símbolo da fé Cristã, e São Francisco, padroeiro da cidade foram reverenciados com uma cerimônia de despedida. Uma missa e uma procissão marcaram a despedida. São Francisco foi levado para a nova cidade e a igreja ficou com as portas abertas e as chaves atiradas em seu interior, numa atitude simbólica de despedida:

“**A última missa**, o último encontro da população dentro da igreja com a despedida de São Francisco de Assis a procissão com o santo na rua e o encerramento **quando fecharam a porta da igreja definitivamente isso eu nunca mais esqueci**, todos os momentos marcaram mas essa foi o que marcou mais porque agente sabia que ali era o fim da cidade e depois de dois dias voltamos lá e a água já estava cobrindo a cidade a água já dentro da igreja e todo mundo saia de lá chorando era uma emoção muito forte[...]”(20)

“[...] foi uma cena muito dolorosa, dia 06 de março de 1988, foi a última missa e o dia em que a sede foi transferida, foi assinada. **A gente trancou a Igreja, fiz uma procissão bonita dela pra cá**, eu chorei tanto sabe, eu não consegui assistir a missa [...]Não, tava a cidade toda destruída, **a igreja quiseram destruir mas**

agente não deixou e quando terminou o padre tirou a chave deixou aberta e jogou a chave entro de casa.” (19)

(esposa) “Sentimos uma angústia muito grande[...] uma emoção [...] ver uma igreja que a gente participa sempre das festinhas, coberta de água [...] Chorei muito”. (lágrimas) “Oxe!!! Eu choro não, mas para chorar não precisa botar lágrimas”.[2]*

“[...] São Francisco, tiraram ele já em dias da água [...] a água já vinha perto[...] e **vê a casinha dele cair!** Eu tava lá em cima de um altinho que chamavam “as bomba”e de lá a gente viu. Ela tinha duas torrinhas assim e quando uma arriou (lágrimas)[...][4]*

“A Igreja e a Itavel, que era onde vendia carro, foi quando foram derrubar ela é o que eu me lembro mais. **Quando eu pego a pensar em Petrolândia eu lembro, chega me dói! Porque a Igreja é a casa de Deus, queriam derrubar ela, e o bispo não aceitou,** disse que não podia derrubar, segundo foi a Itavel que eles botaram um pau assim para derrubar as paredes, **a parede balançou e não caiu.** [Você se sentiu parecida com essas paredes?] Foi, eu pensei desse jeito vai ser eu ali...e eu chorei! Veio aquelas máquinas pesadas balançaram e não derrubou, aí desistiram”.(11)

Cada pessoa encontrava um jeito especial de dizer adeus. Fotografar, filmar, guardar um pouco da terra do lugar. Esta moradora da antiga cidade entrou na igreja, já alagada, escreveu seu nome na parede e retirou um pedacinho do altar para levar como lembrança. Um rito de passagem, uma cerimônia do adeus...

“[...] eu ainda fui na igreja com a água dentro da igreja. Eu fui olhar. Eu tenho uma foto, eu em cima do cruzeiro, assim, um cruzeiro que tinha na frente da igreja e água arrodando assim, todinha. Pronto! Eu fui aqui, **eu passei por dentro dessa água, andando aqui, era rasilho, eu passei, fui lá no altar e tirei uma pedra do altar.** No altar tinha umas pedras envernizadas, né? E eu fui lá tira uma pedrinha e **escrevi meu nome na parede. Eu tenho um pouquinho da terra de Petrolândia guardada[...]**”(27)

b) A Cena dos Entulhos da Cidade

“As casa destruída, derrubadas, muita gente já tentando pegar material, essa cena ficou...fico triste [...]”(7)

“O que mas marcou eu vou dizer é ver **aqueles caminhões passarem como a gente tivesse nos tornado ciganos, as tralhas assim, era tijolo usado, as mobílias** (choro) e estranho chegar aqui olhar pro lado e pro outro porque não tinha todas as casas, a incerteza, a dúvida [...] **os entulhos da casa que eu morei e a sensação que eu tinha quando eu voltava lá né, era como tivesse tido um vendaval ali , tinha se desmoronado.**” (8)

c) A Cena das Últimas Casas Sendo Cobertas pela Água

“[...] não vou me esquecer nunca daquilo que eu vi lá, acabando as últimas casas sendo cobertas. **Aí não tinha quase chão...era só o restinho da pista** e dali a diante voltava que não tinha pra onde ir mais....só de canoa, de barco[...]”[5]*

d) Cena de Medo / Violência

“A coisa que fiquei mais chocado foi no tempo da construção da barragem de ta lá e **chegar o monte de polícia com aqueles cachorros em cima da gente e a gente resistir [...]**”[13]

“Ai não tem o que lhe responder! [...] É porque a gente vê uma coisa né aí fica impressionado? O que eu me lembro é assim, é que a gente **chegava na beira do rio onde tava acostumado ver terra seca e via água subindo chega fumaçava** e tinha que passar se não ficava afogado [...] **dava medo!! Ave Maria!** se tivesse uma ilha e água chegasse ou sabia nadar ou saia ligeiro se não morria [...]”[30]

e) O Lugar de Moradia Submerso

“A cena que marcou mais foi eu ver minha **casa onde eu criei meus filhos[...]** eu vi a **água cobrindo [...]**”[31]

f) O Fim do Projeto Barreiras

“Era que acabou-se o projeto e nunca mais a gente vai ver um projeto desse. Pai dizia que não alcançava mais não. A gente morre e não ver isso mais não. **A tristeza é isso, acostumado a trabalhar e ter tudo e se acabar, não vai ter isso não.** O que mais marcava era isso. Morreu muita gente, teve gente que morreu e não alcançou mesmo não, já tinha vindo pra cá, mais chegaram aqui teve muita gente que chegou doente desde que saiu de lá, com os impactos da barragem aí indenização esse processo de ficar muito tempo parado fica imaginando fica impressionado foi isso que morreu muita gente. **Tem gente que não agüenta não é, nem todo mundo é igual Acho que tristeza mata, não mata?”**[9]*

Com a exposição destes resultados conclui-se a Parte III do Capítulo 4, que traçou um perfil da vida da população do município de Petrolândia depois da construção, instalação e operação da UHE de Itaparica, atingindo os seguintes objetivos:

- Identificação da percepção ambiental dos novos locais de moradia e trabalho, a partir da identificação dos aspectos naturais, artificiais, culturais e do trabalho, depois do remanejamento;
- Identificação dos sentimentos da população em relação ao ambiente de moradia e trabalho depois do remanejamento;
- Identificação dos sentimentos da população ao assistirem a cena da inundação da zona rural e da zona urbana referido Município;

6 CONCLUSÕES

Ao final desta pesquisa, apresentam-se as conclusões deste estudo, confrontando-se os resultados obtidos com os objetivos e pressupostos definidos anteriormente.

As conclusões serão apresentadas, separadamente, segundo os diversos aspectos pertinentes à dissertação de mestrado, quanto aos objetivos, à metodologia utilizada, ao referencial teórico. (FURTADO,1996).

6.1 CONCLUSÕES QUANTO AOS OBJETIVOS

Esta pesquisa teve como objetivo geral: demonstração do dano moral ambiental coletivo sofrido pela população rural e urbana do município de Petrolândia – PE, em decorrência dos impactos causados pela construção, implantação e operação da Usina Hidrelétrica Luis Gonzaga (Itaparica), ocorrido em 1988.

Para a consecução deste objetivo, foi necessária a construção de uma estrutura de evidências que se constituiu nos seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar a percepção ambiental que os moradores do município de Petrolândia tinham de seus locais de moradia e trabalho, a partir da identificação dos aspectos naturais, artificiais, culturais e do trabalho, antes da construção da UHE de Itaparica;
- b) Identificar os sentimentos da população em relação ao ambiente de moradia e de trabalho, antes do remanejamento;
- c) Identificar a percepção ambiental que os moradores do município de Petrolândia tiveram de seus novos locais de moradia e trabalho, a partir da identificação dos aspectos naturais, artificiais, culturais e do trabalho, depois do remanejamento;
- d) Identificar os sentimentos da população em relação ao novo ambiente de moradia e trabalho depois do remanejamento;
- e) Identificar os sentimentos da população ao assistirem a cena da inundação da zona rural e da zona urbana do município de Petrolândia – PE;

6.1.1 Conclusões Referentes aos Objetivos Específicos

Quanto ao Objetivo nº 1: Identificar a percepção ambiental que os moradores do município de Petrolândia tinham de seus locais de moradia e trabalho, a partir da identificação dos aspectos naturais, artificiais, culturais e do trabalho, antes da construção da UHE de Itaparica;

A percepção ambiental que os moradores tinham do lugar, antes da implantação da UHE, foi observada, a partir da identificação dos aspectos naturais, artificiais, culturais e relativos ao trabalho.

Quanto aos elementos naturais do ambiente, a maioria ressaltou os aspectos positivos do ambiente, como qualidade da terra, a fartura da produção agrícola, as boas condições de moradia e a beleza do lugar. A proximidade ao rio e a sua forma de utilização, foram aspectos investigados, pois eram evidências da ligação das pessoas com o rio São Francisco.

Quanto à forma de utilização observou-se que a maioria não utilizava o rio em suas atividades cotidianas, seguindo-se de um grupo de pessoas da zona rural que já viviam da agricultura irrigada em projetos implantados na década de 1960, tendo portanto uma ligação de dependência econômica com o rio.

O rio São Francisco antes da construção da UHE de Itaparica margeava a cidade de Petrolândia, fazendo parte da paisagem e da cultura local. Observou-se nos depoimentos, a ligação cultural e afetiva das pessoas com o rio nos depoimentos dos moradores urbanos, que geralmente referiram-se ao rio como fonte de lazer / contemplação.

Quanto aos aspectos artificiais, todos os entrevistados descreveram com detalhes, suas antigas moradias, podendo-se identificar três categorias diferentes: as casas simples, porém confortáveis dos antigos colonos dos projetos de irrigação existentes, dotadas de infraestrutura como água, energia e fossas sépticas; casas precárias, característica dos trabalhadores rurais ou meeiros, identificadas pelos próprios moradores, como sendo de “taipa”, com chão batido e cobertura de palha, não dispoendo de qualquer infra-estrutura como água, energia, ou instalações sanitárias; e as casas da zona urbana, que variavam em dimensão e conforto, conforme do poder aquisitivo dos entrevistados.

Quanto aos aspectos culturais, a maioria nasceu e foi criada no local, apresentando uma tendência à vida gregária, valorizando a vizinhança e a moradia próxima a familiares,

apresentando vínculos associativos definidos, fazendo parte de associações, clubes e grupos religiosos.

Quanto aos vínculos com o trabalho, a maioria aprendeu a profissão com os pais, evidenciando os traços de uma comunidade predominantemente agrícola e tradicional. Não possuíam vínculos trabalhistas formais, suas atividades eram desenvolvidas em horários de trabalho compatíveis com as peculiaridades das atividades agrícolas e, normalmente não eram ligados à cooperativas.

Como alternativa de renda, a maioria declarou não ter, entretanto a criação animais aparece como prática comum entre os moradores rurais, que viam a atividade como uma reserva financeira para momentos de necessidade.

Quanto ao Objetivo nº 2: Identificar os sentimentos da população em relação ao ambiente de moradia e de trabalho, antes do remanejamento;

Quanto aos sentimentos em relação à moradia, a maioria dos entrevistados, declarou sentimentos positivos em suas antigas moradias, ressaltando, como aspectos mais importantes, a tranquilidade do local; as plantações e o “criatório”; a presença do rio; a vizinhança e os familiares, dentre outros. Entretanto algumas ressalvas foram feitas, quanto à falta de oportunidade da cidade e ausência de terra para plantar, sendo estas pessoas, originárias da zona rural, sendo também trabalhadores sem terra.

Quanto aos sentimentos em relação ao trabalho, a maioria também estava satisfeita em relação ao trabalho que desenvolviam, antes da implantação da UHE de Itaparica, porém podia-se identificar algumas insatisfações, principalmente dos moradores rurais, não proprietários de terra, que geralmente trabalhavam ou como empregados ou como meeiros.

Quanto ao Objetivo nº 3: Identificar a percepção ambiental que os moradores do município de Petrolândia tiveram de seus novos locais de moradia e trabalho, a partir da identificação dos aspectos naturais, artificiais, culturais e do trabalho, depois do remanejamento;

A maioria percebeu, de forma negativa, os aspectos naturais do novo ambiente. Moradores de áreas próximas às margens do Rio São Francisco, ou de locais onde a agricultura irrigada já estava implantada, demonstraram grande estranhamento quanto ao

novo ambiente de moradia, que se apresentava hostil, árido e incompatível com as antigas atividades desenvolvidas, como a criação de animais e a agricultura.

Quanto aos aspectos artificiais, a maioria fez críticas aos imóveis recebidos da Chesf, ressaltando aspectos negativos, principalmente os que fizeram permuta de seus imóveis. Reclamavam do tamanho da casa, que normalmente era inferior; do acabamento, da qualidade da água de abastecimento, entre outras reclamações.

Os moradores da zona rural, queixavam-se da ausência de cercas, que impediu a continuidade da atividade pecuária, para os pequenos criadores, pois não tinham onde colocar seus animais, além de não existir pasto para alimentá-los. Da amostra analisada, uma minoria fez referência aos aspectos positivos da nova moradia, ressaltando a existência de água encanada e banheiro dentro de casa.

Os aspectos culturais foram observados em duas situações: a proximidade a familiares e vizinhos e os vínculos associativos. Identificou-se que houve um equilíbrio em relação aos que ficaram próximos e aos que não ficaram próximos a vizinhos e familiares, porém deve-se ressaltar que, de uma maneira ou de outra, as pessoas puderam escolher seus vizinhos, fato que predominou, principalmente entre os que foram remanejados para agrovilas mais afastadas. Os moradores da zona urbana, também tiveram oportunidade de escolher a localização de seus imóveis, porém observou-se que a proximidade a vizinhos e familiares, não foi fator condicionante na escolha do imóvel

Quanto aos vínculos associativos, verificou-se que a maioria tinha vínculos associativos com associações, como a ACAMP e o Distrito Apolônio Sales; com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com clubes como o Lions e com grupos religiosos.

Observou-se um significativo aumento no número de pessoas que declararam ter algum tipo de vínculo associativo, comparando-se com os vínculos existentes antes da implantação da usina hidrelétrica de Itaparica, principalmente os vínculos assumidos com o propósito de fortalecimento das lutas coletivas, como o Sindicato dos Trabalhadores rurais, que adquiriu mais credibilidade e aumentou o número de associados, que perceberam a importância de uma organização de classe para defender seus interesses.

Quanto aos aspectos relativos ao trabalho, observou-se que não houve mudança de profissão, para a maioria dos entrevistados, permanecendo nas mesmas atividades, porém com algumas alterações. Entretanto, depois do remanejamento, as pessoas encontraram muitas dificuldades em relação ao trabalho, principalmente os da zona rural. Os projetos de irrigação demoraram muitos anos para serem implantados e as pessoas não puderam dar continuidade

as suas antigas atividades, fato responsável por uma grande frustração e insatisfação das pessoas entrevistadas.

A população, que antes vivia da sua produção, como meeiros ou trabalhadores assalariados, passaram a receber uma compensação financeira chamada, VMT (verba de manutenção temporária), que, por um lado contribuiu para amenizar os efeitos da desorganização da produção, por outro causou dependência e ilusão nas pessoas, que passaram a ficar ociosas e desmotivadas.

Quanto ao Objetivo nº 4: Identificar os sentimentos da população em relação ao novo ambiente de moradia e trabalho depois do remanejamento;

Os sentimentos em relação à nova moradia foram predominantemente negativos, como tristeza, insatisfação, frustração e indignação. Estes sentimentos foram mais observados em moradores urbanos e proprietários rurais. Em contrapartida, também observou-se sentimentos positivos como alegria, felicidade e satisfação, presentes em trabalhadores e meeiros reassentados em agrovilas e em apenas dois moradores urbanos.

Os sentimentos em relação ao trabalho, são positivos para metade dos entrevistados, outro grupo menor alega sentimentos negativos como tristeza, decepção além de sentirem-se enganados.

Quanto ao Objetivo nº 5: Identificar os sentimentos da população ao assistirem a cena da inundação da zona rural e da zona urbana do município de Petrolândia – PE;

Para a consecução deste objetivo, foram analisadas quatro variáveis, a saber: os sentimentos pela perda da paisagem natural; sentimentos pela perda da cidade; a imagem mais forte e o significado da mudança.

Quanto aos sentimentos experimentados durante a visão da cena do alagamento, observou-se que a maioria dos entrevistados, referiu-se a sentimentos negativos como tristeza, comoção, dor, saudade, incerteza e medo. No contexto, de um remanejamento populacional, sentimentos negativos decorrem entre outras causas, do medo do desconhecido, das expectativas de mudança, e das perdas de referências.

Em relação à visão da cidade submersa, os sentimentos também foram negativos para metade dos entrevistados, exemplificados pela tristeza, dor, perda das relações sociais e impotência.

Para a maioria dos entrevistados, a mudança teve um significado negativo, expresso por dois sentimentos, a decepção e a perda. Algumas pessoas referiram-se a sentimentos positivos em relação à mudança, como esperança em uma vida melhor.

A imagem mais marcante e impactante para a maioria dos entrevistados foi a igreja sendo submersa. A população organizou uma procissão e uma última missa, e depois da cerimônia, a igreja foi fechada e as chaves jogadas para dentro. Uma cerimônia simbólica que tocou profundamente os moradores locais.

A análise destas variáveis construiu as evidências para a identificação do dano moral ambiental coletivo, objetivo principal desta pesquisa. Traçar um perfil dos moradores evidenciando-se os traços marcantes da vida antes e depois da instalação da UHE.

6.1.2 Conclusões Referentes ao Objetivo Geral

6.1.2.1 A Identificação da Coletividade

Partindo-se do entendimento de que uma coletividade é um conglomerado de pessoas que vivem num determinado território, unidas por fatores comuns, pode-se falar na existência de um a espécie de patrimônio coletivo, representado pelo acervo de interesses difusos e coletivos, em especial os bens ambientais, culturais, artísticos, paisagísticos e urbanísticos, que não pertencem a uma só pessoa, mas a toda coletividade.

Os interesses difusos compreendem interesses que não encontram apoio em uma relação jurídica base bem definida, reduzindo-se o vínculo entre as pessoas a fatores conjunturais, ou extremamente genérico a dados de fato freqüentemente acidentais e mutáveis. Apresentam as seguintes características: a indivisibilidade do objeto, indeterminação de sujeitos, intensa conflituosidade, duração efêmera (MANCUSO, 2000).

Por sua vez, os interesses coletivos dizem respeito ao homem socialmente vinculado, e não ao homem individualmente considerado. Seriam assim tais interesses afetos a vários sujeitos não considerados individualmente, mas sim por sua qualidade de membro de

comunidades menores ou grupos intercalares, situados entre o indivíduo e o Estado (BASTOS, 1981, p.40).

Determinados interesses dos indivíduos, aproximados pela semelhança e finalidade, podem sofrer agregação, ou por força do elo jurídico que os passe a unir, ou consequência da reunião em torno de uma organização, traduzida por um ente representativo, de vida autônoma, como por exemplo com associações ou sindicatos. (MEDEIROS NETO, 2004, p. 116). Entretanto, sem um mínimo de organização, os interesses, não podem se aglutinar de forma coesa e eficaz no seio de um grupo determinado:

se estar a exigir uma certa organização, um mínimo de organização, porque carregar-se demasiadamente nesse requisito se correria o risco de sufocar interesses potencialmente coletivos, ainda emergentes, apresentando uma incipiente organização; e com isso se perderia uma boa parte do fenômeno coletivo, quiçá a mais rica, porque mais espontânea (MANCUSO, 2000, p. 55).

Neste sentido, para que se possa caracterizar o interesse coletivo, exige-se uma mínima organização entre os membros da coletividade. Esta mínima organização pode ser atingida, quando existe um vínculo jurídico entre as partes ou, na ausência dele, por uma relação jurídica entre eles e a parte contrária, conforme prevê o art. 81, parágrafo único, II da Lei n. 8078/90 (Código do Consumidor).

Esta previsão legal, possibilita a defesa dos interesses coletivos, de pessoas sem agregação a uma entidade representativa, mas que apresentem uma relação jurídica base, com a parte contrária. Verificou-se que esta era a situação dos habitantes de Petrolândia, que, apesar de não estarem ligados ente si, por relação jurídica base, estavam ligados ao empreendedor (Chesf), pois faziam parte do Cadastro de Moradores, sendo também, parte nas ações de desapropriações e indenizações.

Portanto, considerando-se também que, uma das características essenciais do interesse coletivo é a identificação dos sujeitos, verificou-se que os moradores do Município estudado podiam ser facilmente identificados através do vínculo jurídico existente com o empreendedor, estando caracterizado o interesse coletivo.

6.1.1.2 A Identificação do Dano Moral Ambiental Coletivo

Para demonstrar a ocorrência do dano moral ambiental coletivo, objeto deste estudo, utilizou-se os elementos caracterizadores apresentados por Bittar (2004) e Pereira (2004), já mencionados no Capítulo 3. Estes dois autores apresentaram fórmulas para a caracterização do dano moral coletivo, entretanto, foram utilizadas para a demonstração do dano moral ambiental coletivo, por este ser espécie do primeiro.

Para Bittar, ocorre dano moral coletivo quando há:

- a) **A Conduta Antijurídica** (ação ou omissão) do agente, pessoa física ou jurídica;
- b) **A Ofensa Significativa e Intolerável** a interesses extrapatrimoniais, identificados no caso concreto, reconhecidos e inequivocamente compartilhados por uma determinada coletividade (comunidade, grupo, categoria ou classe de pessoas titular de tais interesses protegidos pela ordem jurídica);
- c) **A Percepção do Dano Causado**, correspondente aos efeitos que, emergem coletivamente, traduzidos pela sensação de desvalor, de indignação, de menosprezo, de repulsa, de inferioridade, de descrédito, de desesperança, de aflição, de humilhação, de angústia, ou respeitante à qualquer outra conseqüência de apreciável conteúdo negativo.
- d) **O Nexo Causal** observado entre a conduta ofensiva e a lesão socialmente apreendida e repudiada.

a) Quanto à Conduta Antijurídica do Agente:

Para o caso em questão, o agente foi o empreendedor, ou a empresa responsável pela implantação da Usina Hidrelétrica de Itaparica, que, formalmente não praticou conduta antijurídica uma vez que a implantação do empreendimento ocorreu seguindo-se os critérios, políticos e legais, vigentes na época. Entretanto, a inexistência de parâmetros legais, não exclui a existência dos danos, de natureza diversa, inclusive os extrapatrimoniais (morais) causados à coletividade.

No dano lícito, o fato gerador da responsabilidade civil constitui violação permitida pelo ordenamento jurídico. O agente tem o direito de lesionar, porém deve evitar o efeito danoso, porque se o provoca e atinge o interesse juridicamente protegido do outro, fica na posição passiva de obrigado[...] a norma permissiva tem seus limites. O direito daquele que age autorizado por uma norma permissiva, (ou pela ausência de uma norma restritiva) esbarra no correlato dever de abstenção de agir até onde não prejudique o outro (BATISTA, 2003, p. 77).

Não se pode negar a ocorrência do dano ao patrimônio ambiental pelo simples fato da inexistência de dispositivos legais restritivos. Para o caso da UHE de Itaparica é importante mencionar o tempo de duração das obras foi grande, durando do início da década de 1970 até a ano de 1988, que culminou com o enchimento do reservatório. A legislação durante este tempo foi alterada, trazendo exigências antes não consideradas.

b) A Ofensa Significativa Intolerável a Interesses Extrapatrimoniais

Segundo o autor, esta ofensa, deve ser significativa e intolerável; identificada, no caso concreto, reconhecidos e inequivocamente compartilhados por uma determinada coletividade (comunidade, grupo, categoria ou classe de pessoas titulares de tais interesses protegidos pela ordem jurídica).

A ofensa significativa e intolerável, neste contexto, é lesão ou dano que contém revelação expressiva não suportável, a interesses extapatrimoniais

Os interesses extrapatrimoniais envolvidos nesta pesquisa, foram relativos ao meio ambiente, em todas as suas dimensões, (natural, artificial, cultural e do trabalho). Foram identificados, no caso concreto a partir de depoimentos gravados de pessoas moradoras da cidade de Petrolândia. Os resultados, evidenciam a realidade danosa, a interesses extrapatrimoniais e intangíveis e, estão vastamente exemplificados, nas Seções 4.7, correspondente à percepção do ambiente depois do remanejamento; a Seção 4.8, que apresenta os sentimentos da coletividade em relação à nova moradia e trabalho e a Seção 4.9, que apresenta uma visão do sentimento coletivo.

c) A Percepção do Dano Causado

Correspondente aos efeitos que emergem coletivamente, são traduzidos pela sensação de desvalor, de indignação, de menosprezo, de repulsa, de inferioridade, de descrédito, de desesperança, de aflição, de humilhação, de angústia, ou respeitante a qualquer outra consequência de apreciável conteúdo negativo. A percepção do dano esta demonstrada, principalmente na Seção 4.8 e 4.9 deste capítulo, pois trazem os depoimentos das pessoas, em relação aos sentimentos após o remanejamento e os sentimentos nos momentos críticos do alagamento do município de Petrolândia, ocorrido em 1988.

d) O Nexo Causal

Para a caracterização do dano moral coletivo, é necessário estabelecer-se a relação entre a ocorrência do dano e a fonte causadora deste, observado entre a conduta ofensiva e a lesão socialmente apreendida e repudiada.

Este item é evidente em razão da magnitude do evento, uma vez que a Usina Hidrelétrica de Itaparica, para a implantação do seu reservatório, inundou 834 Km² e atingiu cerca de 10.400 famílias (ARAÚJO, 2000, p.14). Vários depoimentos, contidos na parte II, do Capítulo, evidenciam a ligação entre a conduta lesiva e a lesão socialmente repudiada, como pode-se verificar nestes depoimentos:

“Minha propriedade era boa. Eu vivia tranquilo lá. Nove filhos lá, na Barreira, eu trabalhava na roça e criei meus filhos lá, graças a Deus. Agora a Chesf cismou de fazer barragem e nos tirou de lá. Tomou o que a gente tinha... Fez o seguinte: construiu aqui o Projeto (Projeto Apolônio Sales) quando foi no dia 10/02/88 a 16/02/88, ela nos jogou aqui. Só tinha o trinco tirado do lote, e mais nada. A casa feita, mas não tinha nada só a casa mesmo dentro do mato. [...]. Então quando ela disse que era pra todo mundo sair, rapidamente, porque tinha que sair mesmo porque a barragem já tava enchendo, no dia 12/02 a 16/02 a barragem já tava cheia, quase cheia... Teve gente, como diz a história que saiu nas carreiras e perdeu tudinho lá, num tirou móvel, num tirou nada [...]”. [3]*

“A cena do alagamento é a cena do “nunca mais”. Eu nunca mais eu verei essa cidade, a minha cidade natal, aquela antiga cidade. [...] eu assisti tudo isso aí. A igreja, o cemitério de lá já tava tudo inundado. Eu fui ao lugar mais alto de lá que era um lugar encostado ao campo de avião, também era pouca coisa que tava sobrando ainda. Era minha cidade natal, desde criança que eu visitava aquilo ali, era nossa cidade única [...]” [5]*

Por outro caminho, buscou-se também demonstrar a ocorrência do referido dano utilizando-se os critérios elencados por Pereira (2004), que identifica o dano nas seguintes situações:

a) Agressão de Conteúdo Significante: o fato que agride o patrimônio coletivo deve ser de tal extensão que implique na sensação de repulsa coletiva a fato intolerável, como aponta a mais atual doutrina, porque o fato danoso que tem

pequena repercussão na coletividade ficará excluído pelo princípio da insignificância;

b) Sentimento de Repulsa da Coletividade: o fato intolerável deve implicar em sentimento de indignação, ou opressão, da coletividade que tem um interesse metaindividual assegurado na ordem legal violado;

c) Fato Danoso Irreversível ou de Difícil Reparação: a ofensa à coletividade pode acarretar a impossibilidade de desfazimento do ato danoso, de tal sorte que o resultado padecido pela coletividade tenha de ser carregado com um fardo para as gerações presentes e futuras, como também pode implicar em difícil reparação, que afete o direito imediato de uso e gozo do patrimônio coletivo.

d) Conseqüências Históricas para a Coletividade (ou comunidade): a agressão à coletividade pode implicar num rompimento do seu equilíbrio social, cultural e patrimonial, afetando a qualidade de vida futura.

Os elementos indicados nas letras "a" e "b" devem estar presentes obrigatoriamente para a caracterização do dano moral coletivo, ao lado, pelo menos, de uma das situações indicadas nas letras "c" e "d".

a) Agressão de Conteúdo Significante:

O fato que agride o patrimônio coletivo deve ser de tal extensão que implique na sensação de repulsa coletiva a fato intolerável, como aponta a mais atual doutrina, porque o fato danoso que tem pequena repercussão na coletividade ficará excluído pelo princípio da insignificância.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica não pode ser alcançada pelo princípio da insignificância, pois, as águas de seu reservatório inundaram totalmente, as sedes de três municípios, vários núcleos urbanos e rurais, totalizando 47.545 héctares e atingiram uma população urbana de 14.745 habitantes e uma população rural de 21.160 habitantes, entre outros números grandiosos.

b) Sentimento de Repulsa da Coletividade:

O fato intolerável deve implicar em sentimento de indignação, ou opressão, da coletividade que tem um interesse metaindividual assegurado na ordem legal violada.

No caso em estudo, vários tipos de sentimentos negativos foram identificados como tristeza, frustração, indignação, medo, insegurança, etc, que foram amplamente identificados no Capítulo 4.

c) Fato danoso Irreversível ou de Difícil Reparação:

A ofensa à coletividade pode acarretar a impossibilidade de desfazimento do ato danoso, de tal sorte que o resultado padecido pela coletividade tenha de ser carregado com um fardo para as gerações presentes e futuras, como também pode implicar em difícil reparação, que afete o direito imediato de uso e gozo do patrimônio coletivo. É evidente a irreversibilidade do dano causado em razão da magnitude do empreendimento.

d) Conseqüências Históricas para a Coletividade

A agressão à coletividade pode implicar num rompimento do seu equilíbrio social, cultural e patrimonial, afetando a qualidade de vida futura.

É importante registrar que o conceito de patrimônio cultural na atualidade tem uma abrangência maior do que previa o Decreto-lei n. 25/37, em que eram merecedores de proteção legal apenas os bens dotados de valor excepcional, eruditos, vinculados a fatos memoráveis da história do país. Hoje, a doutrina entende que são igualmente merecedores de proteção legal bens, manifestações e acontecimentos sociais e populares, mesmo restritos à comunidades determinadas, desde que portadores de referência à identidade, à ação e à memória desses grupos específicos (MIRRA, 2002, p. 33).

“muitas vezes a proteção dispensada a um bem material, móvel ou imóvel, visa menos a coisa em si mesma considerada e mais sua característica de marco portador de referência a fatos e acontecimentos históricos ou à memória e a identidade de grupos sociais, estes sim de valor cultural a ser preservados como bem imaterial”. (Ibidem, p. 34)

Portanto, a defesa do patrimônio cultural está relacionada não só com a preservação do meio físico e de bens materiais, como os monumentos ou os conjuntos de edificações de valor artístico, histórico, turístico e paisagístico, como ainda com a preservação da memória social e antropológica do homem, o que fortalece o entendimento de que houve, para o caso de Petrolândia, conseqüências históricas para a coletividade

Diante destas evidências verificou-se que houve a ocorrência de dano moral ambiental coletivo para o caso em estudo.

6.2 CONCLUSÕES QUANTO À METODOLOGIA

Durante os auspícios do racionalismo, o rigor metodológico foi pregado e louvado na pesquisa científica, que, encontrava dificuldades quando estava em jogo uma pesquisa na área social. A construção de novos paradigmas nas ciências, passou pela negação do excesso rigidez e tecnicismo, possibilitando a construção de novas metodologias que alcançassem valores intangíveis, antes não considerados.

Pela natureza complexa e subjetiva do objeto em estudo, encontrou-se dificuldade para a definição de uma metodologia eficaz e com rigor científico necessário para o seu reconhecimento, enquanto produção científica.

Quanto à coleta, organização e análise dos dados, foram utilizadas as orientações metodológicas de Pierre Bourdieu, , que se mostraram adequadas às peculiaridades do objeto estudado.

6.3 CONCLUSÕES QUANTO AO REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico apresentado, apesar de bastante extenso, mostrou-se adequado para a demonstração do objeto desta pesquisa. Por tratar-se de um tema complexo e de difícil comprovação, foi necessária uma ampla revisão bibliográfica, para que fossem contemplados os diversos assuntos necessários para o encadeamento lógico e conceitual para a compreensão do tema.

6.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações de ordem política, social, legal e institucional ocorridas no país nas últimas décadas, levaram o setor elétrico a realizar avanços significativos no trato das questões socioambientais de seus empreendimentos, que hoje, já fazem parte de sua estrutura de planejamento e projeto. Entretanto, a elaboração das políticas ambientais do setor, ainda são restritivas em relação às variáveis sociais, dando prioridade aos aspectos tecnológicos e econômicos.

Há necessidade da adoção de um novo olhar sobre as sociedades impactadas por projetos hidrelétricos, para que o conhecimento mais apurado da realidade destas pessoas, norteie as ações do setor, reduzindo as tensões e conflitos, cada vez mais frequentes.

Neste contexto, buscou-se estudar os danos morais ambientais coletivos, causados a populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos, tomando-se como caso, o município de Petrolândia-PE, atingido, em 1988, pelas águas do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaparica.

O que justificou e motivou esta pesquisa foi o entendimento de que o dano moral ambiental, em razão de seu conteúdo complexo, natureza intangível e ou ausência de metodologias adequadas, ainda não é considerado nas análises e estudos ambientais realizados antes da implantação grandes empreendimentos hidrelétricos. Entretanto, apesar de ainda parecerem invisíveis aos empreendedores, são a causa de uma eterna insatisfação das populações atingidas, podendo dar origem a um passivo ambiental, a ser reivindicado em lides futuras.

A proposta principal desta pesquisa não foi identificar nem desenvolver critérios objetivos para a monetarização, nem valoração do dano moral coletivo com intuito de viabilizar indenizações, mas contribuir para a construção de uma base de dados, capaz de oferecer subsídios para a prevenção deste tipo de dano.

Através da análise de uma situação concreta de remanejamento populacional, ocorrida no passado, foi possível identificar-se a ocorrência do dano moral ambiental coletivo. Conhecendo-se a comunidade, seus valores, costumes, dificuldades e sofrimentos experimentados, construiu-se uma base de dados significativa e traçou-se um perfil dos valores coletivos relevantes para a prevenção, mitigação ou compensação dos efeitos danosos causados por grandes empreendimentos impactantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVIM, J. E. Carreira. Elementos de Teoria Geral do Processo. 7a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- ARAÚJO. Maria Lia Corrêa; CALDAS NETO, Magda; LIMA, Ana Elisa Vasconcelos. Sonhos submersos ou subdesenvolvimento? Impactos Sociais da Barragem de Itaparica.
- BAPTISTA, Silvio Neves. Teoria Geral do dano: de acordo com o Código Civil brasileiro. São Paulo: Atlas, 2003.
- BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento e meio ambiente: estratégias de mudança da Agenda 21. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BASTOS, Celso. A Tutela dos interesses difusos no direito constitucional brasileiro. Repró 23. São Paulo: RT, jul./set.1981.
- BENJAMIN. Antônio Herman. Introdução ao direito ambiental brasileiro. In: SOARES JÚNIOR, Jarbas; GALVÃO, Fernando. (Coord). Direito Ambiental na visão do Ministério Público. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- BITTAR, Carlos Alberto. Responsabilidade Civil nas atividades nucleares. São Paulo: RT, 1985.
- _____. Carlos Alberto. Os direitos de personalidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- BITTAR FILHO, Carlos Alberto. Do dano moral coletivo no atual contexto jurídico brasileiro."In: Revista de Direito do consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 12, out./dez. p. 49 1994.
- _____. Carlos Alberto. Dano moral colectivo: contornos no Direito Civil brasileiro. Verbo Jurídico. Disponível em: <[http:// www.verbojuridico.net](http://www.verbojuridico.net)> Acesso em 27/04/04.
- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. 10a ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- _____, Norberto. O tempo da memória: de senectude e outros escritos autobiográficos. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002.
- BOURDIEU, Pierre et al . A miséria do mundo.– Petópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BOSI, Ecléia Memória e sociedade. São Paulo: T.A. Queiroz - Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BRASIL. Constituição da República. In: MEDAUAR, Odete. Coletânea de legislação de direito ambiental. 2ed. rev., e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p.19-139.

_____. Presidência da República. Lei n.10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. In: ANGER, Anne Joyce. 9ed. Coleção de Leis série compacta. São Paulo: Rideel, 2003.

_____, Presidência da República. Lei n. 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências. In: MEDAUAR, Odete. Coletânea de legislação de direito ambiental. 2ed. rev., e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p.19-139.

_____, Presidência da República. Lei n.8078 de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. In: FIGUEREDO, Antônio Carlos (Org.). São Paulo: Primeira Impressão Editora e Distribuidora, 2002.

_____, Presidência da República. Lei n. 7.347 de 24 de julho de 1985 de 24 de julho de 1985. Disciplina a Ação civil pública de responsabilidade por danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências. In: FIGUEREDO, Antônio Carlos (Org.). São Paulo: Primeira Impressão Editora e Distribuidora, 2002.

_____, Presidência da República. Lei n. 8.884 de 11 de julho de 1994. Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8884> Acesso em 24/07/05 às 14:30h.

_____, Imagem de satélite. 2005. Reservatório Itaparica. Disponível em: <<http://maps.google.com/maps?q=petrolandia&ll=-9.053421,-8.275681&spn=0.227657,0.345726&t=k&hl=en>>. Acesso em 15/07/05, às 22:00h.

_____. Imagem de Satélite. 2005. da cidade de Petrolândia. Disponível em <www.cdbrazil.cnpm.embrapa.br/pe/img0/pe23_30.jpg> Acesso em 18/07/2005.

_____, Tribunal de Justiça de São Paulo. Responsabilidade civil. Danos moral e material. Indenização Apelação 163.470-1/8. Fazenda do Estado versus Pedro Cringi e sua mulher. Relator: Silvério Ribeiro. Acórdão, 16 jun. 1992. Adcoas: informações jurídicas e empresariais, São Paulo, p. 498, 1992. Disponível em file://C:\WINDOWS\TEMP\triEJOFL.htm. > Acesso em 09/02/2004.

CALVINO, Ítalo. Cidades invisíveis, São Paulo: Cia das letras, 1991.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade. 4a ed. São Paulo: Contexto, 1999.

_____, Ana Fani Alessandri. O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CAVALCANTI, Cóvis (org). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 3a ed. São Paulo. Cortez; Recife-PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. 13a ed. São Paulo: Ática, 2003.

CHESF. Reservatório de Itaparica. Plano de Desocupação. Vol 1, Recife, set, 1985.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 3 ed. São Paulo: Cortez: 1998.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Linguagem e percepção ambiental. In: PHILIPPI JR., Arlindo. Curso de Gestão ambiental. São Paulo, Manole, 2004.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil. V. 7, 7 ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

ELETROBRÁS, Plano Diretor de Meio Ambiente do Setor Elétrico. Vol 2. Rio de Janeiro, 1990.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. 4a ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FREITAS, Gilberto Passos. Ilícito penal ambiental e reparação do dano. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

FREITAS, Marcos Aurélio Vasconcelos, Hidroeletricidade no Brasil: Perspectivas de desenvolvimento e sustentabilidade. Estado das águas no Brasil, 2001-2002 / E79. Brasília: Agência Nacional de Águas, 2003.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. Avaliação do reassentamento da população rural de Itaparica. Recife: Chesf/FJN, agosto, 1987 a (Relatório 1a etapa)

FURTADO, Ricardo C. The incorporation of environmental costs into power system planning in Brasil. 466 p. London, 1996. Tese de doutorado. Imperial College. University of London.

GOMES, Sebastião Valdir. Direito ambiental brasileiro. Porto Alegre: Síntese, 1999.

GÓMES, Gregório R., FLORES, Javier G. JIMÉNEZ, Eduardo G. Metodologia de la investigacion cualitativa. Málaga: Ediciones Aljibe, 1996.

GONSALVES, Carlos Walter Porto, Os (des)caminhos do meio ambiente, 11 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

GRINOVER, Ada Pellegrine . A problemática dos interesses difusos. In: A tutela dos interesses difusos. Série Estudos Jurídicos. São Paulo: Max Limonad, 1984.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990. <Disponível em <http://www.patio.com.br/labirinto>> Acesso em 14/05/05.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. Normas da ABNT comentadas para trabalhos científicos. Curitiba: Champagnat, 2000.

IBGE. Amostra Nacional de Domicílios, 1997.

JUNIOR, Jarbas Soares e GALVÃO, Fernando. Direito Ambiental na visão da Magistratura e do Ministério Público. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

LAROUSSE, Cultural. Dicionário da Língua Portuguesa Larousse Cultural, São Paulo: Nova Cultural, 1992.

LEFF, Enrique. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, Rj: Vozes, 2001.

LEITÃO, José Maria, Pe. Lembranças de Petrolândia. Saudades de Petrolândia, Ariola Discos LTDA, 1988

LEITE, José Rubens Morato. Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial. 2a ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

_____, José Morato; AYALA, Patryck de Araújo. Direito Ambiental na sociedade de risco. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

LOPEZ, Teresa Ancora. O dano estético: responsabilidade civil, 2a ed. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 1999.

LYRA, Marcos Mendes. Dano ambiental, artigo In Revista de Direito Ambiental, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 08/49, dezembro de 1997.

MACHADO, Paulo Affonso. Direito ambiental brasileiro. 11 ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

MAGALHÃES, Juraci Perez. A evolução do direito ambiental no Brasil. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Interesses difusos Conceito e legitimação para agir. 5a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Manual para elaboração de monografias e dissertações. 2a ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MELO, Celso Antônio Bandeira. Curso de Direito Administrativo. 14a .São Paulo: Malheiros, 2002.

MEDEIROS NETO, Xisto Tiago de. Dano moral coletivo. São Paulo: LTr, 2004.

MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário. 2a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORIN, Edgar, KERN, Anne Brigitte. Terra-Pátria. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MOREIRA, R. O racional e o símbolo na geografia. In: SANTOS, M. et al., (org). Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica. São Paulo: Hucitec, 1993.

MORAES, Voltaire de Lima. Dos bens jurídicos tutelados, da legitimidade passiva e do foro competente na ação civil pública. In Ação Civil Pública: Lei 7.347/1985 -15 anos. MILARÉ, Édís (coord). 2ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

MOTA, Carlos Renato, As principais teorias e práticas de desenvolvimento. In: BURSZTYN, Macel (org). A difícil sustentabilidade – política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond LTDA, 2001.

PACCANELLA, Luis Henrique. Dano moral ambiental. In Revista de Direito Ambiental, São Paulo, ano 4, v.13, jan./mar, p.47, 1999.

PASSMORE, John. Atitudes frente à natureza. Tradução de Cristine Rufino Dabat. In: Revista de Geografia. UFPE. Recife, v.II, n. 2, jul-dez, 1995, p. 91-102. Título original: Atitudes to Nature.

PEREIRA, Marco Antônio Marcondes. Dano moral contra a coletividade: ocorrência na ordem urbanística. Disponível em: <<http://www.uj.com.br/publicações/doutinas/default.asp?action=doutrina&doutrina=1334>> Acesso em 15/005/04.

PETROLÂNDIA: 95 anos de evolução. Diário de Pernambuco, Suplemento especial. Recife, 2 de julho de 2004.

PETROLÂNDIA,
<http://www.municipios.pe.gov.br/municipio/municipios/geral/index.asp?municipio=125>
Hora: 15:21 Data: 18/julho/2005

PETROLÂNDIA, A História de. Disponível em <http://www.petrolandiape.com.br/história.html>> Acesso em 30/06/05 às 15:00h.

PIVA, Rui Carvalho. Bem ambiental. São Paulo: Max Limonada, 2000.

REIS, Cayton. Avaliação do dano moral. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. Instituições de direito ambiental, vol1. São Paulo: Max Limonad, 2002.

RUDIO, F. V. Introdução a projetos de pesquisa. 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SANTOS, Antônio Jeová da Silva. Dano moral indenizável. 3a ed. São Paulo: Método, 2001.

SARDE NETO, Emílio. História oral: uma síntese reflexiva. Primeira Hora. Centro de Hermenêutica do Presente. Editora da Universidade Federal de Rondônia. Disponível em: <<http://www.unir.br/~primeira/artigo159.html>> Acesso em 11/05/05.

STEIGLEDER, Annelise Monteiro. Responsabilidade Civil ambiental: as dimensões do dano ambiental no Direito brasileiro. Porto Alegre: Livraria do advogado Editora, 2004.

SEVERO, Sérgio. Os danos extrapatrimoniais. São Paulo: Saraiva, 1996.

SILVA, José Afonso da. Direito ambiental constitucional. 3a ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

SILVA, Américo Luís Martins. O dano moral e sua reparação civil. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1999.

SAMPAIO, Francisco José Marques. Evolução da responsabilidade civil e reparação dos danos ambientais. Rio de Janeiro.: Renovar, 2003.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 15a ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

SMANIO, Gianpaolo Poggio. Interesses Difusos e Coletivos. 4a ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SUÁRES, Francisco M. et all. Lo social en las grandes represas: elementos para una estrategia, Seminario Efectos Sociales de las grandes represas de America Latina, Buenos Aires, CIDES/OEA, julho de 1983.

STROH, Paula Yone. As ciências sociais na interdisciplinaridade do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável. In: Desenvolvimento e natureza – estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2001.

SUASSUNA, Fernanda. Petrolândia, o renascer de um povo. Monografia, 1984 (não publicada).

TAVOLARO, Sérgio Barreira de Faria. Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2001.

TREVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais – a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.

UNESCO/MAB. Environmental Perception: Regional Seminar for Latin America and Caribbean. Montevidel: Regional Office for Science and Tecnology for Latin America and the Caribbean, UNESCO, 1985.

VIANA, Aurélio. Políticas de desenvolvimento no Vale do São Francisco: o Polo Sindical e a luta dos atingidos pela barragem de Itaparica. Rio de Janeiro: CEDI/Koinonia, 1994.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: teoria geral: introdução ao direito romano. São Paulo: Atlas, 1999.

VON SIMSON, Olga Rodrigues. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: o exemplo do centro de memória da UNICAMP. Disponível em <<http://www.lite.fae.unicamp.br/revista/vonsimson.html>> Acesso em 12/05/05.

WAINER, Ann Helen. Legislação Ambiental Brasileira. Subsídios para a História do Direito Ambiental. Rio de Janeiro : Forense, 1991.

YIN, Robert K. Case Study Research: Design and Methods. Tradução prof. Ricardo Lopes Pinto. Disponível em: <[http:// www.focca.com.br/cac/textocac/estudo caso. html](http://www.focca.com.br/cac/textocac/estudo_caso.html)> Acesso em 24 de março de 2004.

ANEXO

ANEXO A – JURISPRUDÊNCIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 2001.001.14586 - ^aVara Cível – Capital

APELANTE : Município do Rio de Janeiro

APELADO : Artur da Rocha Mendes Neto

RELATORA : Des. Maria Raimunda T. de Azevedo

Classe Regimental nº01

Poluição Ambiental. Ação Civil Pública formulada pelo Município do Rio de Janeiro. Poluição consistente em supressão da vegetação do imóvel sem a devida autorização municipal. Cortes de árvores e início de construção não licenciada, ensejando multas e interdição do local. Dano à coletividade com a destruição do ecossistema, trazendo conseqüências nocivas ao meio ambiente, com infringência às leis ambientais, Lei Federal 4.771/65, Decreto Federal 750/93, artigo 2º, Decreto Federal 99.274/90, artigo 34 e inciso XI, e a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, artigo 477.

Condenação a reparação de danos materiais consistentes no plantio de 2.800 árvores, e ao desfazimento das obras. Reforma da sentença para inclusão do dano moral perpetrado a coletividade. Quantificação do dano moral ambiental razoável e proporcional ao prejuízo coletivo. A impossibilidade de reposição do ambiente ao estado anterior justificam a condenação em dano moral pela degradação ambiental prejudicial a coletividade. Provimento do recurso.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº14586/2001 em que é Apelante Município do Rio de Janeiro, sendo Apelado Artur da Rocha Mendes Neto.

A C O R D A M os Desembargadores da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em dar provimento ao recurso. Decisão unânime.

VOTO

Apela o Município do Rio de Janeiro, da sentença que julgou procedente em parte pedido deduzido em ação Civil Pública contra Artur da Rocha Mendes Neto, pela causação de danos à coletividade com a destruição do ecossistema local, obrigando-a sofrer os efeitos de tal degradação.

O apelado foi condenado a desfazer as obras executadas, sem autorização municipal, a retirada de entulho, e a plantar 2.800 mudas de espécies nativas, no prazo de 90 dias.

Não tendo havido condenação da parte quanto aos danos morais causados à coletividade, reitera o Município Apelante esta parte do pedido.

Nas razões de decidir argumenta o Juiz monocrático que por determinação constitucional (art. 225, parágrafo 3º da Constituição Federal) as condutas lesivas ao meio ambiente sujeitam os infratores às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Os documentos acostados à inicial, atestam o corte de 40 árvores, inicialmente, além de onze (11) subseqüentes, a supressão de sub-bosque, provocando a diminuição da cobertura vegetal da região, com a diminuição do valor ecológico e paisagístico para o local e a execução de obras sem a devida licença da municipalidade.

A real utilidade e a necessidade do sub-bosque pode ser avaliada pela descrição, após inspeção técnica no local:

"A cobertura arbórea, além do seu valor ecológico / paisagístico para o local, tem como funções importantes tamponar os impactos gerados nas zonas ocupadas contribuindo para amenizar o microclima local; conter a erosão do solo; reter poluentes e ruídos; servir como porta sementes; atrair a fauna entre outros aspectos relevantes, para uma área próxima a uma Unidade de Conservação Ambiental."(fls.04)

Quanto à obra em si, foi ressaltado pelos técnicos que "estará impedindo a regeneração natural da vegetação local, como também impermeabilizando grande parte do terreno. Por ser obra clandestina poderá ainda acarretar poluição hídrica e do solo, devido a falta de critérios técnicos que as construções irregulares costumam ter".

As providências a serem tomadas para a reversão dos danos ambientais causados pelo Réu, como seja a compensação do dano ambiental com o plantio de 2.800 mudas de espécies nativas de acordo com orientação da Secretaria do meio ambiente, além da demolição das

construções e retirada de entulho, ainda assim, não propiciam reversão ao estado anterior, certo que em nova vistoria foi constatado o aumento de corte de árvores, já em número de 51, em total desacordo com as leis de controle ambiental.

De acordo com o relatório de vistoria de fls.12, trata-se de área com cerca de 3.091 metros quadrados, situada em torno do Parque Estadual da Pedra Branca. Apesar de já estar descaracterizada da original mata Atlântica, possui um misto de espécies nativas com exóticas. Com o povoamento municipal, os lotes situados naquele local só podem ser desmembrados em áreas mínimas de 5.000 metros quadrados e edificados em 10%.

Embora haja impugnação das exigências ao assunto de que houve desdobramento do terreno, no Registro Geral de Imóveis, este desdobramento foi efetuado em desacordo com a legislação proibitiva por implicar em degradação ao meio ambiente na forma da lei Federal 4771/65, o Decreto Federal 750/93, artigo 1º, a Resolução da CONAMA nº13 de 06.12.90, o artigo 2º, Decreto Federal 99.274/90, artigo 34, inciso XI e a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, artigo 477.

Por outro lado, a condenação imposta com o objetivo de restituir o meio ambiente ao estado anterior não impede o reconhecimento de reparação do dano moral ambiental.

Pacífico o entendimento por este Colegiado de que a indenização por dano moral comporta pedido genérico, deixando-se ao arbítrio do julgador a quantificação, a ausência de pedido certo e determinado não impede a condenação, uma vez existente pedido genérico.

Em se tratando de proteção ambiental a responsabilidade é objetiva, bastando a demonstração do dano existente com a prova do fato perpetrado contra a coletividade pela degradação do ambiente.

Uma coisa é o dano material consistente na poda de árvores e na retirada de sub-bosque cuja reparação foi determinada com o plantio de 2.800 árvores.

Outra é o dano moral consistente na perda de valores ambientais pela coletividade.

O dano moral ambiental tem por característica a impossibilidade de mensurar e a impossibilidade de restituição do bem ao estado anterior.

Na hipótese, é possível estimar a indenização, pois a reposição das condições ambientais anteriores, ainda que determinado o plantio de árvores, a restauração ecológica só se dará, no mínimo dentro de 10 a 15 anos.

Conforme atestam os laudos (fls. 11/12 e 17/18) nesse interregno a degradação ambiental se prolonga com os danos evidentes à coletividade, pela perda de qualidade de vida nesse período.

Os danos ao meio ambiente, vêm sendo cada vez mais perpetrados, resultante da insensibilidade dos perpetradores, por isso que devem ser reprimidos a benefício da coletividade.

Assim sendo, de acordo com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade norteadoras da fixação do valor, e de acordo com o brilhante parecer do Procurador de Justiça Dr. Luiz Otávio de Freitas, que na forma regimental passa a integrar o julgado, dá-se provimento ao apelo, para condenar o apelado ao pagamento de danos morais ambientais, no equivalente a 200 (duzentos) salários mínimos nesta data, revestidos em favor do fundo previsto no artigo 13 da Lei 7.347/85.

APÊNDICES

APENDICE A – PLANILHA 1 – CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	entrevista	categoria	origem	Condição	naturalidade	sexo	idade	Grau de instrução	profissão
2	1	rural	Apolônio Sales	proprietário	Petrolândia	M	>60	fundamental incompleto	agricultor
3	2	rural	Apolônio Sales	proprietário	Água Branca	M	>70	fundamental incompleto	agricultor
4	3	rural	Apolônio Sales	proprietário	Serra Talhada	M	>70	analfabeto	agricultor
5	4	rural	Apolônio Sales	proprietário	Serra Talhada	M	>70	fundamental incompleto	agricultor
6	5	rural	Apolônio Sales	proprietário	Petrolândia	M	>70	fundamental incompleto	agricultor
7	6	rural	Apolônio Sales	proprietário	Petrolândia	M	>60	analfabeto	agricultor
8	7	urbano	cidade	proprietário	Petrolândia	F	>60	fundamental completo	Func. pública
9	8	rural	Agrovila 9 B.2	não proprietário	Petrolândia	F	>50	ensino médio completo	agricultor
10	9	rural	Apolônio Sales	proprietário	Petrolândia	M	>40	ensino médio completo	agricultor
11	10	rural	Apolônio Sales	proprietário	Petrolândia	F	>60	fundamental incompleto	agricultora
12	11	urbano	cidade	proprietário	Serra Branca	F	>50	fundamental incompleto	comerciante
13	12	urbano	cidade	proprietário	Petrolândia	F	>70	fundamental incompleto	Func.pública
14	13	rural	Agrovila 6 B.2	não proprietário	Inajá	M	>50	fundamental incompleto	agricultor
15	14	rural	Agrovila 6 B.2	não proprietário	Petrolândia	M	>40	fundamental incompleto	agricultor
16	15	rural	Agrovila 6 B.2	proprietário	Arapuá	F	>40	fundamental incompleto	agricultor
17	16	inválida							
18	17	urbana	cidade	proprietário			>70	universitário completo	contador/adv
19	18	urbana	cidade	proprietário			>50	ensino médio completo	aux.enfermag
20	19	urbana	cidade	proprietário	Petrolândia	F	>60	universitário completo	professora
21	20	urbana	cidade				>60	universitário completo	professora
22	21	urbana	cidade	proprietário			>50	ensino médio completo	lider sindical
23	22	rural	Agrovila 6 B.4	não proprietário			>50	analfabeto	agricultor
24	23	rural	Agrovila 6 B.4	não proprietário			>50	analfabeto	agricultor
25	24	rural	Agrovila 6 B.4	não proprietário			>70	analfabeto	agricultor
26	25	rural	Agrovila 6 B.4	não proprietário			>70	analfabeto	agricultor
27	26	rural	Agrovila 6 B.4	não proprietário			>70	analfabeto	agricultor
28	27	urbana	cidade	proprietária	Petrolândia	F	>50	universitário completo	comerciante
29	28	rural	Agrovila 5 B.3	proprietário			>60	fundamental incompleto	agricultor
30	29	rural	Agrovila 5 B.3	proprietário			>60	fundamental incompleto	agricultor
31	30	rural	Agrovila 5 B.3	proprietário			>60	fundamental incompleto	agricultor
32	31	urbano	cidade	proprietário			>60	universitário completo	aposentado
33	32	urbano	cidade	proprietário			>70	fundamental incompleto	aposentado
34	33	urbano	cidade	não proprietário			>70	fundamental incompleto	aposentado

APÊNDICE B – PLANILHA 2 – ASPECTOS NATURAIS (ANTES DA UHE)

Número da entrevista	O local da moradia antes da mudança	O rio (distância e forma de utilização) (9 e 10)
1	<p>“Tinha um plantio de palma, outro de algodão, tinha nesta propriedade um barreiro, não era um açude era um barreiro. Os 10 ha era tudo cercado. Tinha uma parte desmatada que quando chovia eu plantava milho e feijão. E só as culturas que tinham lá era palma, algodão e algaroba. Tinha bastante pé de algaroba. Tinha uns pés de umbuzeiro, mandacaru.</p> <p>Tinha também marmeleiro, pereiro, catingueira, angico, escama de peixe o velame, pinhão. Tinha uma criação de cabra, umas vaquinhas e galinhas.”</p>	<p>“Ficava a 6km do rio.</p> <p>Não usava (o rio) para nada. Nunca peguei um anzol pra pescar. Não tinha influência para pescaria. Se eu pudesse protegia todo peixe e todos os pássaros que tem no mundo”.</p>
2	<p>A gente gostava do lugar porque minha casa era uma casa grande, ficava bem pertinho do rio. O rio passava perto a gente tinha banho de rio, era uma coisa maravilhosa. Lá tinha um algarobal acompanhando o rio que era muito lindo. Também tinha cajueiro, que a gente sempre plantou culturas permanentes, mangueira, era muito bom tinha uma sombra muito boa. Também tinha um parreral O curral era encostadinho à casa. Tinha 6 galpões de frango de corte. A gente era agricultor mas também sempre faz parte da pecuária...</p>	<p>“Talvez uns duzentos metros.”</p> <p>“Plantava na vazante plantando batata. Outra área era irrigada e usava água do rio. Aqui acolá eu me divertia pescando... Pegava muito curimatã.”</p>
3	<p>Minha propriedade era boa. Eu vivia tranqüilo lá. Nove filhos lá, em Barreira, eu trabalhava na roça e criei meus filhos lá, graças a Deus. Agora a chesf cismou de fazer barragem e nos tirou de lá. Tomou o que a gente tinha... Fez o seguinte: construiu aqui o Projeto (Projeto Apolônio Sales) quando foi no dia 10/02/88 a 16/02/88, ela nos jogou aqui. Só tinha o trinco tirado do lote, e mais nada. A casa feita, mas não tinha nada só a casa mesmo dentro do mato. Então no dia, de 12/02 a 16/02/88 ela (a chesf), chegou com um caminhão e tirou a família Já tinha transportado tudo o que tinha lá. Então quando ela disse que era pra todo mundo sair, rapidamente, porque tinha que sair mesmo porque a barragem já tava enchendo, no dia 12/02 a 16/02 a barragem já tava cheia, quase cheia... Teve gente, como diz a história que saiu nas carreiras e perdeu tudinho lá, num tirou móvel, num tirou nada...</p> <p>Eu não, eu pensava que a barragem num ia encher, mas cuidei...Na minha casa eu tinha bananeira, coqueiro, laranja, goiabeira, tudo colhendo e demais...A casa eu tinha 170metros cobertos e aqui ela (chesf) fez 116metros quadrados. Ela não pagou a propriedade, nem a casa. Foi permuta, indenização só das benfeitorias., roça. A indenização naquela foi 5250,00 reais, diz a esposa.</p> <p>Eu pergunto pelo aspecto do local .</p> <p>Tinha mata, tinha palma, tinha algodão,coqueiro, goiabeira, jaqueira...(esposa falando).</p>	<p>O rio passava a 300metros. Meu lote era vizinho à água, como esse é também.</p> <p>Tinha bomba lá, nunca gostei de pescar, fazia medo tomar banho no rio. De vez em quando morria um...</p>

4	<p>Eu me mudei no dia 29/02/88. Antes minha casa era na Barreira Velha, na beira do rio. Aqui também eu peguei a beira da água. Mas lá era na beira da água e eu não tinha o sofrimento que eu tô passando. Eu cheguei aqui, quando eu me mudei de lá pra cá eu trazia três caminhão. Lá eu tinha a minha boa vida. Minha feira certa, no dia certo. Eu tinha o meu dinheiro, tinha meu carro. Nunca passei o que eu tô passando aqui, não.</p> <p>Chegaram aqui, jogaram nós aqui. A chesf no que jogou a gente aqui. de noite quando a gente ia dormir quando dava fé era os piolhos de cobra em cima da cama. Cobra amanhecia aqui no pé do portal. Enfiava o pé na botina tava cheio, lacraia, piolho de cobra, sabe o que é num sabe?</p> <p>A gente passou cinco anos aqui. Cinco anos sem botar água... “Ela” não cercou , não brocou...</p> <p>Eu perguntei como era antes.</p> <p>Eu tinha coqueiro, tinha bananeira, tinha abacate, tinha goiabeira, tinha macacheira... eu tinha tudo na minha roça.”</p>	<p>Ficava com 370me”.</p> <p>“Fazia irrigação, tinha bomba e também tinha as bombas do projeto, mas na minha granja eu tinha a minha mesma.</p> <p>Gostava de pescar e ainda hoje eu tenho uma canoa ali. Toda vida eu gostei dessas coisas...</p>
5	<p>..... “Não era na beira do rio, era longe do rio. A minha terra era uma terra das melhores do mundo mas era boa aquela terra!!!. Era cara as prestações no começo.. doutor porque é tão cara essas prestações? É porque sua terra é a das melhores do mundo! (o engenheiro disse)</p> <p>Eu vi terra igual aquela em Londrina no Paraná e em Maringá. Eu vi lá e nunca mais eu vi. Era uma terra cor de chocolate, uma terra roxa. Tinha todos os nutrientes pra uma planta crescer eu botava naquele tempo só sulfato de amônia pra desenvolver a planta, só. O resto a terra garantia, a terra era boa. Aí não passou muito tempo veio a história de Itaparica, surgiu a idéia da barragem. A partir dali nós começamos a sofrer decadência já.</p> <p>(eu pergunto) Que culturas o senhor tinha?</p> <p>Bananeira, coqueiro, limoeiro, grande quantidade de limoeiro, tão boa terra ...tudo que eu plantava dava bom. A planta que menos desenvolvia lá era coqueiro porque coqueiro gosta de uma terra arenosa e lá era prá hortaliça, plantava tomate pimentão, goiabeira, muita goiabeira. Coqueiro eu tinha uns cem pés, suficiente para o consumo, era o que eu menos plantei por causa que a terra lá não era muito apertada, roxa, terra dura, mas era rica em nutrientes. Eu gostei daquela terra e eu nunca me esqueço dela era a riqueza, como ela produzia tudo que a gente plantava naturalmente. Eu tive o melhor pimentão daquela época lá na minha granja. Aqui acolá, não era toda semana nem todo mês, eu jogava um pouquinho de sulfato de amônia só pra desenvolver a planta. Aí ela garantia...era uma terra especial! Goiaba? Dava de todo tamanho e eu não botava nada, botava só água.</p> <p>Aí eu tinha uma terra das melhores do mundo...eu não podia me queixar da terra. Só a água era pouca. Quando começou a idéia de Itaparica aí começou a parar, a assistência começou a diminuir porque ia se acabar. Daqui a dez anos não ia mais existir. Eu mesmo senti que aquilo ali ia se acabando.....”</p>	<p>“Era um pouco longe do rio. Eu não tinha acesso ao rio. Eu só tinha acesso pelo outro lado. Era mais de dois quilômetro. Usava para irrigação. Também soltava o gadinho lá nos mato e eles bebiam água lá. O gado sabia mais do que eu lá do rio.”</p> <p>Na questão 13 fala do local de nascimento</p> <p>Eu nasci naquela terra, lá pertinho do rio. Eu me criei lá pertinho do rio. Tomando banho de rio à vontade. Plantando e lavrando a terra lá na beira do rio. O rio secava a gente plantava, vinha o rio e enchia. Sempre de abril prá maio o rio vinha com água, de outubro prá novembro ele baixava, aí vinha a vazante, aí a gente via o leito do rio, via aquela vazante o que acontecia, reflorestava o que tinha na margem do rio.</p> <p>Quando eu era rapazinho pescava e tomava banho à vontade ...aí a gente já tava junto com a água.</p>
6	<p>Era no alto, pertinho do rio. Era ótimo, a terra era boa, não precisava usar muito estrume, nem adubo,</p>	<p>“Era vizinho do rio.”</p>

	nem veneno. Banana, era cada cacho que... meu pai! A gente nem podia levar prá casa nas costas, de tão grande.. Tinha os galinheiros, galpão prá pinto. Lá era perto do rio, o rio era vizinho, depois da cerca era o rio. Ah! Lá era bom, quando enchia ficava aquela maravilha, a gente plantava na vazão...era ótimo lá.	“Nós tinha duas bombas prá puxar água. Nós tinha uma área com água mas era pouca e nós pedia autorização pro chefe, Dr. Medeiros, aí eu comprei duas bombas prá botar na roça.”
7	Era perto do rio do cais, a Pesqueira era perto, era um supermercado.(Era uma que ficava no centro?) Era mais afastado do centro. Tinha muitos vizinhos. (A rua era calçada?) Era calçada Tinha árvore na rua? Ficava perto de escola? Ficava perto do centro comercial Da sua casa avistava o rio? Sim avistava, andava um pouquinho e já avistava o rio;	dava pra ver, era só pro quintal das casas que tinha depois da minha, dava pra ver quando chovia que enchia o rio ele chegava bem pertinho, Pescava, tomava banho? Os meninos que pescava.
8	Tinha uma roça, plantavam bananeira, lá também depois fizeram um cercadinho assim pra criar gado e era isso que vivia da roça e de criar os animais. E a senhora trabalhava como professora? É eu trabalhava como professora, tinha os meus filhos pequenos naquela época. Seu esposo trabalhava de meia, ou recebia salário? Era meeiro com esse Raimundo de Dêta	(Dava pra ver o rio de onde ficava a casa?) Não dava porque tinha muitas fruteiras, não é, mas era perto. A gente lavava roupa no rio as vezes, quando não tinha água em casa, usava pra tomar banho, pescaria não. (E usava também pra irrigação?) É pra irrigação.
9	Construído tinha galpão, criava frango de corte e tinha a agricultura, coqueiro, laranjeira, bananeira, mangueira, limão, cajueiro... tinha tudo... abacate, manga, azeitona, seriguela , castanholas...É não era pra consumo nem pra nada não , mas se vendia muito,viu? Azeitona aproveitava quando era na safra. Nós vendia na feira... tinha uma banquinha na feira aí levava. É assim... tinha alguma mata nativa por perto? (Tinha algaroba?) A mata de algaroba era grande? Era mais ou menos 4 hectares. “ Era pegado no lote mesmo” (voz de outra pessoa). (Ai vocês não desmatavam não?) Desmatamos quando foi pra vir embora pra trazer a madeira. Já que ia ficar debaixo d’água...aí a gente cortou e trouxe a madeira. Era todo cercado de arame. A madeira foi todinha pra cercar a casa daqui (voz da mãe do entrevistado). O senhor criava animais? Criava vaca, ovelha, cavalo e tinha frango de corte e frango pra ovo.	De onde a gente morava pro rio era uma base de 2 km.. de 2 a 3 km. Não era muito perto não. Era pra irrigar. Puxava lá do rio? Não já tinha as bombas da CODEVASF que puxava a água pra gente. A gente pagava lá todo o mês.
10	Era boa, foi feita pelo governo, era um projeto do governo (CODEVASF). (Era junto da sua irmã?) Não, era longe. Tinha uns coqueiros, bananeira, mangueira, pés de limão, tinha de tudo lá...goiaba Tinha alguma criação? Não era muito não, porque o terreno era pequeno. Nem galinha? Galinha criava porque tinha os galpão. Era de corte? Eu criei de corte e matriz.	Não era muito longe. Dava pra ver o rio? Não dava pra ver não. Mais a gente andava e ia no rio. Banho só em casa mesmo, mas tinha um

		partidor, caixa d'água bem grande, onde a tubulação despejava água bem pertinho. Quando a água descia na comporta, já tava dentro da minha roça.....Na encanação mesmo aí despejava no reservatório aí de lá descia. Abria as comportas e descia um canal bem largo que já despejava dentro da minha roça.
11	Lá era assim uma pista, uma avenida que nem aqui, só que lá tinha um restaurante grande né, que era um terraço grande e tinha muitas plantas que eu plantava no quintal, tinha aves, tinha muitas casas, muitos bares perto, tinha o posto de gasolina que era texaco... Posto de gasolina? Era texaco pertinho, vizinho. Era no centro da cidade ou era afastado? Não era fora, já terminando a cidade é que era ele, você vindo de Paulo Afonso era o primeiro, saia pra lá era o último...Mas já era na pista da BR ou era na rua? Na BR mesmo , já na saída, numa caixa d'água grande...ai ficava encostado ...agora era um alto. Era o mesmo local que você trabalhava, a casa e o bar? Não só que a casa era distante um pouco e o bar , restaurante era onde eu ficava, mas a casa era fora da cidade mermo. Na cidade, no centro? Era.	<p>(.E a que distância ficava a tua casa do rio?) Ficava mais ou menos uns 300 metros. Da sua casa dava pra ver o rio, dava? Só não dava porque o rio ficava numa ladeira, assim o rio ficava mais baixo e não dava pra ver. Não dava pra ver mais andava um bocadinho?Andava negócio de uns 300 metros ... o que devia dar uns 2 quilômetros pro rio... É? É. Acho que não chegava a isso tudo não pois 2 quilômetros é muito...É muito ? É</p> <p>10. E você usava o rio pra alguma coisa? Pra tudo... pra beber, pra tomar banho, pra aguar. Era a água que era encanada a do rio, era? Do rio São Francisco, era do rio. Era encanada? Era encanada. Mas a cidade se abastecia usando a água do rio? Tinha, tinha. E assim você usava pra assim gostava de pescar, tomar banho, tinha atividade que você fazia no rio? Isso mesmo , sempre, direto, lavar roupa, tomar banho, ir buscar água pescar...Mas não tinha água encanada? Mas a gente gostava, ia pro rio tomar banho, trazia uma lata d'água... só na fulia mermo num sabe...mas tinha água encanada em casa...quando faltava, queimava a bomba a gente ia buscar água um dia... E ia buscar né? Era...Hum, hum</p>

12	<p>Minha casa sempre ficou no centro... tinha uns pé de acácia, era muito bonito, uma rua bem larga, muitos vizinhos, aquela amizade toda, eu gostava muito...era o lugar...Da vizinhança, mas era no centro da cidade? No centro...</p>	<p>9- E ficava a que distância mais ou menos do rio? Passava perto era? Ave Maria pertinho, saía no meu portão e via o rio. Era uma vista bonita? Era, época de calor eu pegava e saía de roupa de banho, botava outra roupa e chegava lá</p> <p>(E justamente o que eu vou te perguntar agora, como você costumava usar a água do rio?) Só usava pra nadar mesmo, se deixasse eu atravessava o rio, tomei muito banho nesse rio... E não tinha medo de piranha. (Tinha piranha?) Tinha mas raramente aparecia, nunca vi um caso, era difícil...a água era encanada e vinha da bomba. Não tinha tratamento, a água ia direto pras casas? Não, tinha tratamento...</p>
13	<p>Era em Barreiras... [O senhor trabalhava, tinha uma terrinha ou trabalhava com alguém?] Não nós não tinha terra a gente trabalhava de meeiro...[O senhor podia me descrever como era o local onde o senhor tinha uma casa, na propriedade de uma pessoa, como era o local?] Eu tinha uma casa né, a casa era minha... agora ai a gente tinha aquelas granjas daquele pessoal que morava lá e a gente só tocava a roça nas terras deles mas a casa era minha...[E a casa ficava na propriedade da pessoa ou era fora?] Era fora. Em Barreiras tinha um povoadinho que chamava Santa Helena, onde eu morava, né... Era um povoadinho onde eu morava e não tinha muitas casas, era só umas 30 casas mais ou menos...fruteira não tinha porque era área seca né, o que tinha mais lá era algaroba, caatingueira, essas coisas assim...Era só as casas não tinha roça, não tinha nada? Só as casas, a roça a gente ia pros projetos trabalhar, ficava pertinho.</p>	<p>[E ficava a que distância do rio, a sua casa?] Ficava uns... um quilômetro e meio mais ou menos.</p> <p>Fim de semana a gente ia tomar banho de rio, pegar uns peixinhos...</p>
14	<p>...Era uma casa de taipa...sabe o que é né..? [Sei eu sei...] Era uma casa de taipa só que era feito o piso de cimento..tinha uma areazinha e um cercadinho na frente tinha um jardinzinho. [e as paredes eram de barro? É, era de barro.</p> <p>E o telhado? Era telha.. telha normal né.. telha canal.</p> <p>[Do lado de fora como era o ambiente] Tinha uma algaroba ...né?</p> <p>[Tinha muita algaroba?] Esposa – “ é.. não era assim ... era uma avenidazinha, era assim casa separada assim.. né as casas eram separadas e tinha vários pés..</p>	<p>[E ficava perto do rio essa casa?] Dava pra ver o rio?não dava pra ver o rio de onde a gente morava.. mas essas granjas de onde eu trabalhava já era bem mais perto do rio... [Ah sim... As granjas é que eram perto do rio..mas a sua casa mesmo não era?] Não...era não..</p>

		[E o senhor gostava de ir pro rio.?] Não.. do rio eu num gosto não porque é muito perigosos.. é né? Tinha medo do rio
15	Era bom! Tinha um riacho que passava por perto , era um riacho enorme assim muita água tinha muito pé de algaroba cercado, só era o que tinha mesmo. Pés de juazeiro. Era bem no oitão. [Era grande esse pé?] (marido da entrevistada) – Era médio [O que era que tinha em frente da casa?] Um pé de umbu-cajá e um pé de umbuzeiro. Muita algaroba grande. Logo foi loteado e acabou tudo...umbuzeiro (voz do marido da entrevista) – Pé de baraúna enorme.	Do rio São Francisco era longe... Sim tinha cacimba mas com o passar do tempo secava. [Então vocês não tinha nenhum trabalho ligado ao rio, não usava pra irrigação?] Não só plantava, na época de chuva.
16	inválida	
17	Falou de outras coisas e não descreveu a moradia	E essa casa que o senhor morava era perto do rio? Ficava. .Dava pra ver o rio? Dava..do muro dava. Abrindo a janela..? Era do muro era chamado porto da rua . O rio ficava na frente? Ficava..barcos.. .Que maravilha! Esta paisagem esplendorosa, o rio São Francisco passando na frente... Assim de manhã tinha uma lagoa... quando o rio tava seco tinha 500 metros de largura cheio chegava a 800 metros. Era muita água? Era só vivia nadando. .Menino é bicho danado, não é?Como era a sua relação com o rio? O senhor acostumava pescar , tomar banho? A população toda tomava banho mais tinha o porto da rua, porto de Manuel preto. Manuel Preto era quem? Era gente pobre só que mais conhecido .. E a casa do seu avo que o senhor se criou

		<p>ficava bem perto da rua, do porto da rua ? Era no porto só era descer a ribanceira, quando estava cheio chegava perto do portão. Ai vocês costumava passear de barco, pescar? Sim quando a gente ia buscar quixaba..nunca mais..eu nem sei o gosto que tem faz tanto tempo . Ah quixaba, juá? Sim quixaba ainda existe só que é difícil, com o meu de abelha e quixaba é uma delícia, naquele tempo era as frutas das estações.. vamos fazer um mel de quixaba ..mel de juá .. de trexeira, de aroeira..</p>
18	<p>Eu morava na zona rural, que era no Estado da Bahia, porque minha mãe é índia daqui da etnia Pancararu, e meu pai era de Pernambuco também, ai eles casaram-se e foram morar na Bahia, meus ancestrais saíram da aldeia diante da situação, fome, das brigas de fazendeiros com índios, ai foram embora, ai foram pra Bahia.</p> <p>Saíram da aldeia, né? É saíram da aldeia em busca da sobrevivência, ai lá se misturou né, casaram-se com brancos e ficaram. Ai lá eles moravam na zona rural, nasci e me criei, com muito orgulho digo isso, casinha de taipa, onde só tinha um quarto e meu pai vivia da agricultura ele plantava feijão, a batata, amendoim, arroz, vigiei muito arroz tangendo passarinhos, e são seis filhos, eu sou a mais velha...lá a gente estudava na escola rural, minha mochila de escola era um saco plástico, meu lanche era batata assada, a gente estudava lá só tinha o primeiro grau, só alfabetização que na época era abc, depois a cartilha, aos 5 anos de idade eu fui morar com minha avó, que também morava próximo porque o importante de lá era só as famílias né, a propriedade do meu pai era 10 braças que eu não sei transformar isso em hectare, então dali ele tirava o sustento e trabalhava alugado.</p>	<p>Não falou da distância mas explicou como usavam o rio</p> <p>“Trabalhava alugado porque precisava de ganhar o dinheiro pra comprar aquilo que a terra não dava né, pois dava feijão, a batata, o amendoim , arroz, mas nem sempre , as vezes o rio enchia e cobria tudo porque não tinha margem nada , então ... até me lembro do rio to nas baixas, nas baixas era assim ele subia além e inundava tudo.</p> <p>E a plantação de arroz era na base?</p> <p>Exato na beira do rio.</p> <p>Naquele leito úmido, né?</p> <p>Isso, quando enchia muito cobria tudo, muitas vezes perdiam casas essas coisa toda, ai tinha que ter pra comprar outras coisas, pra comprar uma roupa, ai quando a gente cresceu que queria estudar eu me lembro que a gente veio pra Petrolândia</p>

		Velha, porque meu tio quando eu morava com minha vó , pra estudar pra dar continuidade aos estudos, ai ele comprou uma casa na cidade, ele era funcionário da chesf.
19	A cidade era plana, quente e a maior parte das casas conjugadas, isso dava um aspecto melhor e maior de amizade, de agregados, de amigos, de parentes, de tudo com os vizinhos, porque qualquer coisa chamava logo um vizinho. Gritava no quintal mesmo, um para o outro. A noite ia para calçada sentava, o pai de Clodoaldo eu fui vizinha dele lá em Petrolândia, ele sentava, tocava violão, cantava e tinha aqueles amigos que ele trazia a noite para calçada para cantar, tocar violão e a gente sentava com muito... aquela coisa gostosa de interior, conversava, pedia músicas e passava um lá longe, a gente chamava. Aquela amizade de interior, eu trabalhava no colégio e a gente tratava	<p>E essa casa antiga era próxima do rio?</p> <p>Era.</p> <p>Dava pra ver?</p> <p>Não, não dava pra ver não.</p> <p>E como a senhora já disse tinha relação com o rio, assim tomar banho...?</p> <p>Tomar banho, não eu tenho horror a banho de rio, pois eu tenho medo mas ir pra lá de tardinha, olhar aquele pôr do sol maravilhoso que só Petrolândia tinha um pôr do sol tão lindo e ainda hoje, vem de Tacaratu e na serra você ver um pôr do sol lindíssimo e essa parte de lado esses raios de sol refletindo na água é lindíssimo de tardinha.</p> <p>E já no rio mesmo era bonito?</p> <p>Muito bonito.</p>
20	Bem com relação a moradia eu nasci de uma família simples, humilde e a gente num tinha casa luxuosa de nível elevado, mas nossa casa era uma casa boa, a posição geográfica era muitíssimo boa porque ficava de frente pro sol nascente a cidade era muito quente como essa daqui, mas era uma moradia saudável, descontraída porque a gente tinha muito mais liberdade nas noites de muito calor a gente dormia assim ...eu criança lembro-me bem meu pai colocava esteiras na calçada ouvia rádio, mas a gente dormia até nas calçadas, ficava com as portas abertas até de madrugada, só fechávamos as portas e janelas das casa quando fazia frio, as vezes amanhecia o dia com as portas abertas sem nenhum problema e todo mundo conversava nas calçadas, brincava de roda, né...eu nas i e me criei nesse lugar, né e juntava aquele grupinho a nossa família nós tinha o costume de sair...com relação a segurança era uma tranqüilidade total, num é então quando começou a construção da barragem ai começou a gerar	<p>abria a janela tava vendo o rio e aquele vento gostoso que vinha do rio uma brisa muito agradável quando o rio estava vazio chamava a estação porque a gente olhava e não via a água. Na época das vazantes né, eu gostava muito de minha casa e ir pro cais me sentar na beira do cais e ficar olhando o entardecer é tanto que quando eu vim embora eu comprei filmes pequei uma kodac como eu trabalhava como professora</p>

	insegurança...	eu num tinha tempo dei a um primo meu que trabalhava com fotos e ele tirou muita fotografias do por do sol na velha Petrolândia, da beira do rio porque tinha locais de penhascos né e tinha locais assim verdadeiras praias onde as pessoas gostavam de tomar banho os jovens naquela época gostava de subir no cais num altura que nem sei dizer quantos metros e pulavam era uma verdadeira olimpíadas; essa semana eu estava olhando e disse até ao meu irmão quando eu vejo o trampolim nas olimpíadas eu só me lembro dos rapazes de Petrolândia que pulavam de cima do cais fazendo todas aquelas cambalhotas pra cair dentro do rio que era muito fundo , eles ganhavam dinheiro dos turistas que chegavam em Petrolândia pra pular do cais
21	<p>Como era sua casa lá na outra cidade, tanto o local, a rua, o entorno, vegetação, vizinhos, todas essas circunstância e depois a casa como ela era quanto quartos esses detalhes?</p> <p>Lá na cidade onde foi destruída pelas águas eu chegando na cidade eu passei a morar só com a família de meu esposo e outras pessoas conhecidas de muito tempo, vizinhos a base da família humildes e pobres mas que cada família daquela já tinha um laço de amizade e costumes já da família que foram de passados históricos que eram chamados de os “Bregjunheiros”, Brejunho era uma comunidade onde praticamente nasceu a cidade de Petrolândia que já vem de outras histórias passadas, pertenceu a Tacaratu e ficou por aí né e os meus anos que eu passei na cidade a gente tinha sempre uma relação de vizinhança naqueles bairros próximos, aquelas famílias tranquilo era um povo nessa época num tinha essa violência toda tinha as drogas que existem hoje convivendo com aquele público simp´les e humilde mas aquelas jovens saiam prá colégio chegavam tranquilos meus filhos quando chegaram na cidade eles já passaram à fazer a quinta série que hoje é o ensino fundamental e até a oitava série mas antes dizia assim:” Fez o primário ai foi fazer a quinta série foi aprá cidade né”e isso eu fui fazendo amizade com aeuele público que eu conhecia mas num eram meus vizinhos , nisso a a gente tinha aquele laço de amizade de pessoas da família que moravam ao lado da gente e pessoas conhecidas que a gente conhecia pai, m...os mais velhos né que foram vivendo com a gente aquele povo mais jovens mas que já vinha de famílias de cem anos, né.</p>	<p>Você utilizava o rio de alguma forma?</p> <p>Não, só no caso da falta d’água muitas vezes mas era nem a gente era o costume da comunidade ...sabe faltou água um dia, dois se dirigia ao rio as vezes tomavam banho ou lavava alguma roupa mas eu nunca cheguei a ir não.</p>
[22;23;24;25	Não falaram dos aspectos naturais do ambiente	E- E essas casas de vocês ficava perto do

;26]		rio? Dona Francisca- Do rio era longe. E- Era longe. P- Uma distância assim, 4 km, 5 km.
27	Não descreveu o ambiente natural	R. Não. A gente tinha uma riqueza que era o rio São Francisco. Água corrente e ninguém ia no rio. Hoje a gente tem um lago aqui parado, eu tenho uma chácara e fico achando bonito. E tinha o meu rio que perdi e nunca fui olhar. Lembro que quando eu era pequena a minha mãe, ela levava a gente pra dar um banho no rio. Às vezes no dia de domingo, na infância. Mas depois a gente cresceu e não admirava mais o rio. Num sei porque isso mas um rio bonito. Eu lembro que quando era pequena, na época da enchente, que vinha aquela água nova trazendo aquelas plantas, a gente ia olhar.
[28 e 29]	Nascemos e se criamos na terra de nós! Era propriedade dos pais da gente, tinha nuns quatro a cinco lugares, tinha terra em Pernambuco, tinha terra na Bahia. A gente morava numa casa de taipa, trabalhava de roça, tinha terreno na beira do rio, trabalhava na beira do rio também, aqui trabalhava de chuva, tratando de gado no tempo da seca, de bode, ovelha.	As terras na beira do rio era na beira do rio mas essa casa que eu morava era a distância de duas léguas.
30	A casa era do meu pai, nascemo e se criamo, era uma casa grande , era uma fazenda tinha bastante gado de meu pai e a minha também era uma casa grande de tijolo, telha, chão incimentado, garagem, área grande na frente... Tinha árvore grande na frente, alguma planta grande? Só tinha de planta um pé de cajazeiro e tinha muita algaroba... E essa terra já era irrigada, o senhor já plantava e irrigava, ou não? Não a gente plantava de chuva... Tinha muita criação?	Mais de meia légua pro rio.... nessa época, né. O senhor ia pescar no rio ou usava água do rio? Usava assim porque as vezes vinha água do rio butada no carro pipa, mas tinha poço artesiano, era do governo, sei lá de quem

	Tinha umas 600 reis ou até mais e bode eu tinha bastante, ovelha, eu tinha de tudo, porco, boi, jegue, cavalo, eu tinha de tudo, de tudo eu criava...	era...
31	Não descreve o ambiente natural	<p>Essa casa ficava próxima do rio?</p> <p>Era toda na margem do rio.</p> <p>Dava pra ver né?</p> <p>Via tudo.</p> <p>Existia alguma relação com o rio, o senhor costumava pescar, tomar banho?</p> <p>Eu atravessava o rio de um lado pro outro pra ir roubar amendoim na roça do lado.</p> <p>Quando era adolescente, nera?</p> <p>Era.</p> <p>Atravessava o rio e que largura tinha, era grande?</p> <p>Tinha uma faixa de 50 metros.</p> <p>E ia nadando buscar...</p> <p>Amendoim, molecagem..Esse casco que eu falei pra senhora ai , ele tem uma altura enorme , que é pra colocar um guindaste, pra tirar as mercadorias, era pra ser um porto, a intenção dela era chegar até Petrolina...</p>
32	Não descreve o ambiente natural	<p>E- E ficava próximo do rio?</p> <p>H- Ficava.</p> <p>E- Da onde a senhora morava?</p> <p>H- Por trás da casa ficava.</p> <p>E- Dava pra ver...?</p> <p>M- O rio, o rio...</p> <p>H- Uma parte.</p>

		<p>M- “Permanente”.</p> <p>M- Mas tinha outra rua por trás e tinha um beco assim, que a gente só era sair de casa...</p> <p>E- Tava vendo o rio.</p> <p>H- Tava vendo o rio.</p> <p>E- E assim...vocês costumavam pescar ou tomar banho, olhar?</p> <p>H- Nós não.</p> <p>E- Não tinha nenhum...?</p> <p>H- Nós não. Agora os meninos eram seco pra...</p> <p>E- Os filhos?</p> <p>H- É. O maior.</p> <p>E- Gostava do rio?</p> <p>H- Gostava.</p>
33	Não descreveu o ambiente natural	<p>Também ficava perto do rio, quando faltava água nas casas a gente ia buscar água no rio, ia lavar louça no rio. Pescava, tomava banho? Tomar banho, agora quando eu comecei de um bo cado de cirurgia parei de ir pro rio. Mas gostava de ir lá ver o rio? Gostava , tinha o portario era muito bom, o povo gostava muito de tomar banho, lavar roupa, laje bem grande pra estender roupa. Era bom? Era muito bom. E era bonito também o lugar? Era muito bonito não ele era sem formozura a paisagem bonita era do rio. E ai a senhora morou quanto tempo nessa casinha? Nessa casinha eu morei 13 anos. E essa casa era da senhora mesmo não era? Era própria era.</p>

APÊNDICE D – PLANILHA 4 – ASPECTOS CULTURAIS (ANTES DA UHE)

N da entrevista	Nascimento / criação	Tempo de moradia	Propriedade da casa	Morava perto de familiares (pais e avós)	Morava perto de vizinhos (15 e 16)	Vínculos associativos
1	Nasci e me criei sim	A minha vida inteira. Só quando teve um tempo de seca que a gente se mudou pra beira do rio, mas minha vida toda eu morei ai.	Foi do meu pai.	Eles moraram próximo mas eu não cheguei a conhecer meus avós.	Não. Ultimamente as pessoas estavam na beira do rio. Eu vivia mais isolado . Só uma vizinha. Não. Não ia prá festa. Sou meio fraco de festa. Quando eu precisava de alguém chamava um trabalhador por um dia ou dois.	Não. Nesse tempo nem existia. Teve uma época que eu fui sócio de uma cooperativa, dei 50 contos e nunca me servi dela prá nada, foi por influência. Em tempo de festa no S Pedro ou no mês de maio eu ia para uma novena.
2	Não.	Desde 1966 e saí em 1978. (22 anos)	Fui eu que comprei	Não.	Tinha meu sogro que morava perto, tinha amigo, Joaquim. Lá, doutora era assim a gente sempre se reunia. A gente andava sempre assim na casa dos outros. A gente era convocado para almoço, convocava os vizinhos para almoço. Tinha todo esse tempo, infelizmente isso aqui não existe. Até na cidade, a gente ia pra Petrolândia e se encontrava com muitos amigos, ia prá Barreiras e se encontrava com amigos, mas aqui o lugar não ficou tão grande	A gente tinha um centro comunitário. Éramos considerados colonos novos, a gente sentiu que a cidade era um pouco longe e a gente fez um grupo e esse grupo era um ponto da gente se encontrar, fazia festinhas. Teve tanta festa boa. A gente não tinha medo de fazer festa, mesmo quando tinha festa na cidade. Quando fazia vinha gente até de Paulo Afonso. Era festa boa, tranqüila....
3	Não	Desde 1963 a fev de 1988.m(25)	Era minha, comprei a CODEVASF	Só meus pais que tinham uma casinha no lote.	Não tinha parentes próximo smas vizinhos sim.	Tinha um centro comunitário.

4	Não.	Eu cheguei no dia 12/07/70 e sai no dia 29/02/88. (18)	Era minha mesmo	Pai e mãe morreram mais eu..	Morava, cercado... O maior vizinho que eu tinha era o rio, na testa e do outro lado era Zé de Sr. Delmiro e do outro lado era Sr. Delmiro que era o pai dele, no recanto Sr. Otávio e na frente o finado Antônio Ezequiel. Sim , a gente se encontrava, nunca tive inimidade e até hoje.	Trabalhei na cooperativa, fui diretor social do centro comunitário. No mês de maio tinha aquela obrigação (o terço).
5	Eu nasci naquela terra, lá pertinho do rio. Eu me criei lá pertinho do rio. Tomando banho de rio à vontade. Plantando e lavrando a terra lá na beira do rio. O rio secava a gente plantava, vinha o rio e enchia. Sempre de abril prá maio o rio vinha com água, de outubro prá novembro ele baixava, aí vinha a vazante, aí a gente via o leito do rio, via aquela vazante o que acontecia, reflorestava o que tinha na margem do rio..."	Desde de 1966. (22 anos)	Eu mesmo construi essa casa	Meus pais moraram aqui e meus avós moravam mais afastados mas também na mesma região.	A vizinhança não eram meus parentes eram só vizinhos. Não tinha muito relacionamento mas a gente se dava muito bem, (eu pergunto) E vocês iam pro terço ou prá novena? Chegou um ponto que eu comprei uma caminhonetezinha, aí às vezes tinha uma novena eu botava aqueles vizinho, aquele povão ali em cima da caminhonete e ia lá prá igrejinha, tinha uma igrejinha lá na Várzea redonda e tinha a da Barreira. A da Barreira ainda tá viva, num caiu ainda. Tinha até um cemitério lá, grande... eram de meus avós, bisavós daquele	Eu era sindicalizado. Nós tínhamos uma associação e era sindicalizada. Quando ouviram falar na barragem todo mundo, que não era do sindicato, com medo, se associavam. (eu pergunto) era o sindicato dos agricultores? Sim sindicato dos agricultores, do qual eu fui tesoureiro dois mandatos.

					tempo. O primeiro cemitério era nosso lá, depois a Prefeitura fez um maior. Quando alagou ficou tudo debaixo da água, tudo, tudo...	
6	Eu nasci em Petrolândia, me criei em Tacaratu, depois de eu casado eu comprei esse lote e vim morar na Barreira.	Eu morava lá há uns vinte e poucos anos... (a esposa completa) Vinte e três anos, quando começou a construção da barragem meu filho tava com vinte e um anos. (23anos)	Era minha, eu comprei de outra pessoa.	Meu pai, quando eu tava com 6 anos ele largou minha mãe, foi embora e eu num vi mais ele. Ficou minha mãe e meus irmãos ficaram em Tacaratu.	Tinha vizinhos mas parentes não. Nas festas e nas feiras, era bom demais....	Lá tinha um centro comunitário. Eu era sócio da cooperativa. (eu pergunto) E o senhor costumava ir à igreja ou ao terço no mês de maio? Não era constante ir toda noite e como era distante a igreja ficava à 6 quilômetro e a gente não tinha carro, ia de charrete, aí não ia toda noite, mas ia..
7	sim	Seis anos, porque antes eu morava em casa de aluguel, essa era própria eu mesmo que construí. (6 anos)	era só minha, porque ele já tinha morrido nessa época.	Não minha mãe era falecida, meu pai morava em São Paulo. Tinha parentes , primo, tia...	A vizinhança era muito boa como se fosse minha família.	Participava, a gente se encontrava, participava do clube das mães. N época de novena? Ia cantava no coral, rezava o terço.
8	Foi.	? Eu me casei em 82 e sai em 87, 5 anos né? (8 anos)	própria.	Moravam. É “ Várzea Redonda”. Os avós também? Não os avós não. Os pais sim.	Morava próximo dos meus sogros. Meus pais era mais afastados, agora os sogros era mais perto. Tinha, todo dia a gente se encontrava, quando eu não ia na casa dela ela ia na minha . “ Essa aqui é minha filha caçula, a mais	Eu participava muito da igreja mas antes do casamento depois que casei ficou mais difícil.

					nova tem 52, e meu velho ta ali prostado numa cama, ta com 92 anos ele, e eu com 90” (fala da mãe da entrevistada).	
9	E você nasceu e se criou nesse lugar? Foi. Quando a gente nasceu e se criou morava aqui mesmo, aí era caatinga. Vivia de fazenda, criava gado, bode, plantava roça de chuva. Aí eles morreu a gente arrumou essas granjas e saímos pra lá. Aí eles foram também os pais? Não só a mãe o pai já tinha morrido.	1963 a 1988 (25 anos)	Era de pai , mas depois que eu casei eu fiz uma casa lá.	Eles moravam aqui onde a gente ta hoje. Era aqui onde a gente morava de primeiro, aí voltou pra lá e depois voltou pra aqui.		Tinha. Tinha um grupo da escola que tinha festa de vez em quando. Centro comunitário? É. “Esse centro mesmo foi a gente, os colonos que fez .” (outra voz). Fazia festa. E tinha alguma atividade religiosa? Tinha. Na rua mesmo.
10	Era próximo a cidade, er num sitio	Êta muitos anos...mais de 20 anos.	própria	Eu não tinha pai, meu pai tinha falecido e a minha mãe morava também aqui perto. Ai depois ela ficou bem velhinha, a gente fez uma casinha e levou ela pra lá..nessa época meu marido já tinha morrido e u trabalhava junto com meus filhos..tinha nove filhos	Não. Lá era diferente daqui.. porque aqui a gente tem que arruviar, lá não tinha o lote tinha uma casinha, não tinha vizinho assim pertinho não. [...] pra festas não costumava ir não...eu tinha os meninos tudo pequeno...Nove filhos não? ...Ficava em casa com os meninos. Mas a senhora ia pra novena, para o terço.. essas coisa? Difícil, muito difícil. Quando a senhora ficou viúva tinha menino pequeno? Ainda, tinha 4	Então não participava de nenhuma atividade assim comunitária, não é? Tinha tempo. Nem de associação? Não.

					meses.	
11	Não. Chegou em 1962.	Nessa casa eu morava desde 70 mais ou menos, em 1970. (18 anos)	E essa casa de quem era, era sua mesmo, do seu pai, de quem era essa casa? Era minha mesmo.	Seus avós e pais chegaram a morar nessa cidade? Em Barreiras. E os pais? Em Barreiras também. Barreiras era...Era um povoadinho que tinha perto de Petrolândia, uns 8 km. Na zona rural não era? Era. Era onde tinha as granjas. Seu pai tinha lote lá? Tinha, granja. Lá chamava granja.	E lá você tinha vizinhos, tinha parentescos morando na tua rua? Tinha. Tinha parentes? Não, tinha vizinhos. Dessa vizinhança vocês costumavam se encontrar, era uma vizinhança boa ou era cada um na sua casa? Não tudo boa cada um nas suas casas, mas tudo bem.	
12	Você nasceu e se criou nesse lugar? Eu me criei e nasci naquele lugar só num foi naquela casa.	Tinha muitos anos lá, eu era pequena, eu não nasci nessa casa mas morava lá desde criança. Então desde criança a senhora morou lá e só saiu em 88? É. Então praticamente se criou por lá, não é? É	Pertencia a seu irmão	Os avós e seus pais também moravam lá por perto? Não meus avós moravam aqui quando era sítio e depois foram morar em Delmiro Gouveia. E os pais lá em Petrolândia, não é? É pai e mãe.	A senhora morava lá próximo de vizinhos e parentes? É o meu vizinho era o primo de mãe. Tinha vizinho e parentes né gente da família? É tinha comadre que morava vizinha. E costumava se reunir e se encontrar esses amigos? Costumava sempre tinha essa história de sentado na calçada para conversar, juntava os vizinhos, pegava as cadeiras, banco, tudo que tivesse sentava ali. Fazia aquela roda e ficava ali conversando. Conversa boa danada, né? Vixe era bom demais. Não tinha televisão? Tinha nada era só ali conversando...e corria de uma rua pra outra, tinha outra turma que se juntava	Tinha o clube de mães. A senhora fazia parte do clube de mães era? Sim, eu não era mãe mas fazia parte porque foi a legião de Maria que fundou esse clube de mães, nós fomos ao Maranhão eu e uma colega com o padre de lá, uma PPC. O que é PPC? Peregrinação por Cristo, e aí nós fomos numa PPC no Maranhão e nós ficamos em Imperatriz aí lá nós descobrimos que existia clube de mães que a gente não sabia, aí a gente trouxe a papelada toda e quando chegamos em Petrolândia fundou um clube de mães. Ah! que maravilha tudo isso é uma organização uma associação de pessoas... Tinha uma associação no Alto da Raposa que eles juntava aquele povo pra botar pra trabalhar, tecer rede, fazia isso. Tinha uma estrutura social organizada? É

					ali, a gente corria pra lá e dava uma palestra para aqueles ali... Quer dizer que a senhora interagia com vários grupos, né? Era num ficava uma patotinha, só não eu corria pra outra. Então isso era bom mesmo e assim se reunia em festas? Lá fazia muita festa boa, São João, Natal...fazia rainha. Como é rainha? Rainha da primavera, rainha num sei de que... Rainha do milho também, né? Tudo tinha de tudo.	
13	N	E o senhor morava quanto tempo nessa casa? Quando chegou a barragem quanto tempo morava lá? Eu num lembro, sei que cheguei lá com 17, né... Nessa casa mesma? Nessa mesma casa... é que eu morava cum meus pais, depoi foi o tempo que casei e desde quando cheguei com 17, to	12. Essa casa era do senhor mesmo ou de seu pai? Era minha.	14. Seus avós e seus pais moravam perto? Com meus pais moravam meus avós, e quando eu vim pra Petrolândia já eram falecidos.	15. O senhor tinha vizinhança, tinha parentes morando próximo? Minha família sempre morava tudo perto, até aqui agora ta tudo junto. E os vizinhos se davam bem ,eram uma comunidade unida? Bem, graças a Deus.	eu sempre só acompanhei o movimento sindical...

		nesse mermo lugar, só que assim, sai de casa dos meus pais e fiz uma pra mim no mermo local. Desde os 17 anos morava e saiu em 1988 do local, não foi? Foi. (18)				
14	É nasceu e se criou lá	É nasceu e se criou lá e nois casemos e ai viemo morar nessa outra casa que foi que nois trocamos por essa. (?)		Não ..eles moravam mais perto do rio	lá onde a gente morava e vizinhança era boa, geralmente os vizinhos eram os parentes mesmo, eram meus pais, meus irmão, que esse rapaizinho que falou com ele aqui é meu irmão ,nós morava que nem aqui mesmo, tudo do lado, e a minha família era meus vizinhos mais próximos né, agora tinha outro vizinho também. Mais era bem...dentro...meio familiar né? Era.. Não é o seguinte: nunca nós num são muito de reunir assim de fazer.... me dou bem com todo mundo... -Mas não gosta! Mas não sou assim muito de festa de fazer essas[...]	Não , dessa época lá não tinha muito esse negócio de não associação.. Não de associação depois que a gente mudou pra agrovila agora ai é que tem uns centro disso né..?.. é,,, mais lá isso não tinha... Mas lá não tinha muito isso né
15	não	Eu casei em outubro de... vai fazer 22	própria	não	não	Não fala

		<p>anos agora que me casei...82..Já tava se falando em barragem? Já tava tirando tudo lá, já tava tudo medindo, cercado. Você já sabia que já ia sair dali? Que ia sair,mas só que a gente não pensava que fosse atingir aqui onde a gente tava. Ai quando foi com 5 anos começou a atingir. Mas aqui não bateu água? Não, só assim fizeram loteamento pro pessoal e as agrovilas.</p> <p>Então a senhora casou veio pra cá e logo depois lotearam, ai teve que sair de novo do seu lugar.</p> <p>Então o lugar que a senhora tava, já fazia</p>				
--	--	--	--	--	--	--

		quanto tempo que tava quando recebeu a noticia que ia lotear? Cinco anos. (5 anos)				
16	nula					
17	sim	A vida toda	própria	sim	sim	-
18	<p>Eu morava na zona rural, que era no Estado da Bahia, porque minha mãe é índia daqui da etnia Pancararu, e meu pai era de Pernambuco também, ai eles casaram-se e foram morar na Bahia, meus ancestrais saíram da aldeia diante da situação, fome, das brigas de fazendeiros com índios, ai foram embora, ai foram pra Bahia.</p> <p>Saíram da aldeia, né? É saíram da aldeia em busca da sobrevivência, ai lá se misturou né, casaram-se com brancos e ficaram. Ai lá eles moravam na zona rural, nasci e me criei, com muito orgulho digo isso, casinha de taipa, onde só tinha um quarto e meu pai vivia da</p>	<p>Petrolândia, eu morava na cidade até porque eu já tinha filhos e ele trabalhava também e na época a chesf dava pra funcionários as casa que foram indenizando das pessoas ela ia dando pros funcionários morar .</p> <p>Até</p> <p>È até quando fosse mudar pra cá, mas antes disso, antes de concluir essa barragem ai eu me separei , ai concluiu, foi terminou , foi</p>	<p>Fiquei, ai daí começaram. Eu não tinha casa na velha Petrolândia, porque na verdade essa barragem quem não tinha nada foi beneficiado, no meu caso, meu pai tinha a terra dele o pai dele também tinha, mas nós não tínhamos então a gente ficou morando na casa da chesf ai quando eu separei, o médico que eu trabalhava com ele comprou uma casa pra que eu ficasse porque eu não tinha pra onde ir e os</p>	<p>É minha vó foi pra Pernambuco, no caso pra Petrolândia pela necessidade de me colocar na escola.</p>	<p>Tinha, a cidade antes da barragem era uma cidade pequena onde todo mundo era conhecido de todo mundo, todo mundo era parente era como povoado, coisa de interior mesmo , todo mundo se conhecia.</p>	<p>Participava da associação de moradores.</p>

	<p>agricultura ele plantava feijão, a batata, amendoim, arroz, vigiei muito arroz tangendo passarinhos, e são seis filhos, eu sou a mais velha[...]</p>	<p>feito um acampamento da chesf lá em Itaparica , para poder alojar os funcionários que vinham de Paulo Afonso.</p> <p>Os engenheiros , pessoas que trabalham lá?</p> <p>É ai tinha a parte dos engenheiros e a parte dos peões, com se chamava, 1 e 2 era do pessoal auxiliar , 3 já era melhorzinho, o 5 já era pros engenheiros, ai eu fui morar no acampamento da chesf , ai em 83 a gente separou e ele foi embora pra Sobradinho.</p> <p>(5anos)</p>	<p>dirigentes daquela época praticamente me expulsaram daquela casa , ai eu vim ele comprou essa casa na cidade ai eu vim morar na cidade, quando começou pedir pra indenizar tudo pra encher o lago ai a chesf dava apoio pra quem não tinha casa pra construir quarenta metros[...]</p>			
19	<p>É nasci, e até certo tempo passei lá, depois fui estudar fora, que na minha época não tinha assim, ai eu fui pro</p>	<p>(?)</p>	<p>Meu pai já tinha morrido a muito tempo e era da minha mãe, eu morava</p>		<p>A cidade era plana, quente e a maior parte das casas conjugadas, isso dava um aspecto melhor e maior de amizade, de agregados, de</p>	<p>De tudo, a gente fundou o Lions Club, fez 25 anos semana passada, a gente comemorou aqui, só tem meu marido e outro aqui, Zé Dantas que foram</p>

	internato.		<p>em Recife eu me casei em Recife e morava lá, depois vim embora pra cá por conta da morte de um irmão meu, o único que eu tinha, lá no Recife. Meio ambiente inha mãe ficou muito contrariada, muito triste ai a gente teve de vir pra cá.</p> <p>Ai ficou morando lá na casa dela?</p> <p>Ai fiquei morando na casa dela que era muito grande.</p>	<p>amigos, de parentes, de tudo com os vizinhos, porque qualquer coisa chamava logo um vizinho. Gritava no quintal mesmo, um para o outro. A noite ia para calçada sentava, o pai de Clodoaldo eu fui vizinha dele lá em Petrolândia, ele sentava, tocava violão, cantava e tinha aqueles amigos que ele trazia a noite para calçada para cantar, tocar violão e a gente sentava com muito... aquela coisa gostosa de interior, conversava, pedia músicas e passava um lá longe, a gente chamava. Aquela amizade de interior, eu trabalhava no colégio e a gente tratava aqueles alunos como gente da família, pois era tudo gente conhecida, era os filhos de pessoas amigas que a gente tinha aquele zelo, não só pela parte de instrução, como parte da educação mesmo. As famílias confiavam muito na gente, eu tinha muito orgulho, porque a gente não tinha aluno pra ir para capital fazer cursinho, a gente tinha aluno pra</p>	<p>fundadores do Lions.</p> <p>maçonaria também, foi fundada lá, meu marido foi fundador da maçonaria lá, e da parte religiosa a gente organizava aquelas festas[...]</p>
--	------------	--	---	---	---

					passar no vestibular, muito difícil dizer esse aluno foi reprovado, eu acompanhava os meninos para fazer o vestibular e era direto nos jornais...a gente sabia quando o aluno ia que não ia passar , mas a maioria passava e hoje a gente	
20	sim	sempre	[...] a casa que eu morei mesmo mais tempo ficava de frente pro rio São Francisco, num era uma casa muito boa quando a gente foi era uma casa do pai dele , que deu pra gente de presente né, nos fizemos uma reforma total, deixamos a casa muito boa ficava perto do rio,perto do cais do artigo cais, ficava perto da estação ferroviária que eu tenho grandes	sim	<p>Tinha muito conhecia todo mundo,batia muito papo na calçada com todo mundo, fui professora muitos anos e conhecia pai de aluno que foi aluno meu depois fui professora dos filhos entendeu? A vizinhança era muito grande porque as ruas que a gente morava eram largas e tinha muita gente e a gente conversava muito as vezes se juntava muita gente num canto só né pra bater papo pra conversar...</p> <p>E essa vizinhança se acostumava a se encontrar assim em festas, algum evento?</p> <p>Assim fazer por exemplo seresta na calçada, toca violão contar enquanto os velhos tavam conversando batendo um papo os jovens tavam sentado</p>	Na velha cidade eu sempre participei de atividade cultural com relação e todas as...como era professora que fui eu sempre me envolvi em tudo nos eventos comemorativos das escolas pra organizar festas escolares, desfiles, fiz muito projeto de desfile programação de desfiles nas escolas muitos desfiles da cidade,no último desfile que houve na cidade a gente projetou...fizemos um projeto cantando toda história de petrolândia como surgiu, como nasceu a cidade até os últimos fatos históricos da cidade, eu guardo essas coisas levei pra Recife porque eu passo muito dias lá sabe eu tenho álbuns que eu to colecionando, organizando os desfiles, as fotografias que eu tirei tudo da cidade...

			<p>recordações do tempo da minha infância dessa estação, com relação a chegada do trem era numa verdadeira festa pra gente né e ficava perto da feira e ficava muito fácil pra mim e até hoje ainda é fácil porque aqui também é perto da feira mas pro mim eu já tinha tirado daí porque é muito feio....e como eu disse ficava central, abria a janela tava vendo o rio e aquele vento gostoso que vinha do rio uma brisa muito agradável quando o rio estava vazio chamava a estação porque a gente olhava e não via a água. Na época</p>		<p>brincando de roda, de mão direita casamento oculto, né era as coisas que a gente fazia.</p>	
--	--	--	--	--	--	--

			das vazantes né, eu gostava muito de minha casa e ir pro cais me sentar na beira do cais e ficar olhando o entardecer			
21	sim	(8 anos)	própria	sim	sim	Sindicato e Clube de mães
22,23,24,25,26	22 –Serra Negra 23-Pesqueira 24-Petrolândia 25-Tacaratu 26-Serra Negra	1968 1969 1979 1962 1969	Casa de taipa Própria em terreno alheio	P- Avós não. Mas os pais da gente morava.	Trabalhava. Tudo unido. P- Trabalhava. P- Tudo do jeito que é aqui. Agora mesmo eu não disse à senhora. Eu digo: óia, aqui eu num to fazendo uma pequena despesa com esse pessoal aí. A gente faz um mutirãozinho e faz. Mesmo assim, toda vida. E- Todo mundo se ajuda...e um ajuda o outro. P- Toda vida nós fizemos isso.	E- E o Sr. participava de alguma atividade comunitária, coisa...fazia parte de alguma associação de moradores, algum clube...? P- Não, não, não. Dona Francisca- Nessa época não existia isso não. P- Nessa época não existia isso não. E- Não tinha, não é? A comunidade... Dona Francisca- “Isso aí é pros granjeiros”. E- É...e com relação a igreja? Tinha alguém que trabalhava na igreja? Participava dos grupos, ia pros terços, pras novenas? P- Ia. E- Ia. Todo mundo ia!
27	. Eu nasci em Petrolândia e morei 15 anos em Arcoverde.	(?)Quando eu fiz minha faculdade eu tava morando em Arcoverde. Morei cinco anos em Minas Gerais depois que eu me			A gente era muito próximo. Aqui mudou muito nessa mudança o povo esqueceu sua história. É como meu filho, ele nem se interessa em saber da história. Ele só quer saber de hoje e isso me dá uma	Tinha a AABB e eu sempre fui católica... P. E associação lá também, não é? R. Não.

		casei. Aí depois voltei. Quando essa história de indenização a gente tinha essas casas e também tinha as crianças que precisavam de escola. Meu marido era topógrafo, vivia em canto nenhum, né? Aí eu montei a loja			inquietação. Meus alunos eu levo pra escola, história de Petrolândia e começo a contar e depois eu fico pensando: só eu que estou empolgada porque ninguém tá. Eles tem 14, 15 anos e já nasceram aqui, aí nem se interessam. Mas até eles tenham razão pois não ficou nada de Petrolândia velha. Não tem um museu pra gente visitar, levar e contar. Aí seria interessante se eles vissem como era o tamanho de Petrolândia, aquele rio bonito. Mas ninguém se preocupou em tirar nada.	
28 e29	Nascemos e se criemos na terra de nós!	sempre	Era propriedade dos pais da gente, tinha nuns quatro a cinco lugares, tinha terra em Pernambuco, tinha terra na Bahia.	28-Morava tudo numa casa a depois saíram casando mas eu fiquei morando mais meus pais. 29- Tudo perto, da fazenda que mãe morava duas léguas.	Tinha tios, sempre parentes.	Não.
30	É nasci e me criei aqui.	sempre	pai	Era a fazenda era a fazenda, e veia e antiga ela tinha uns 500 anos era muito antiga. Mas não era mesmo de Seu Lucas, não né? Era porque nós tudo era vizinho um aqui do outro	Era sempre a a gente se juntava né, aqui acolá a gente se juntava tudo na casa do meu pai né na casa veia.	O senhor participava de alguma associação ou clube de morador? Não...

				<p>aqui era tudo limão bravo.</p> <p>Limão bravo o mesmo nome não tinha um nome separado mas cada um na sua terra...?</p> <p>Era cada um tinha a sua fazenda mas o nome era um só.</p>		
31	Nasci em 16/07/1941.	Estudou em Recife (?)	própria	Não , minha vó e meu pai era de Floresta.	Lá nós temos o clube social chamado grêmio recreativo de Petrolândia, era um clube só pra essa comunidade todinha, ai foi começando aquela historinha de discriminação ai a comunidade se organizou pra fundar um outro clube, o Pissarinho, ele absorvia a comunidade mais pobre , então equilibrou, mas antes era um Deus nos acuda e com relação a religião era na igreja mesmo, que se formavam o grupo de mães , de nossa senhora, só tinha uma igreja protestante, que era pentecostal..	não
32	Lagoa Velha (lugar onde hoje é a cidade nova de Petrolândia)	sempre	própria	Moravam aqui nessa terra onde foi a cidade nova (era uma fazenda)	sim	Eu ainda participei do clube das mães (esposa)
33	Não (Serra Talhada)	13 anos		Não meus pais na época que eu vim morar em	Parentes não pois minha família sempre morou	Não. Nada na comunidade. Mas na Igreja fazia? Na Igreja fazia

				<p>Petrolândia, meus pais moravam na época em Serra Talhada, foi quando eu me casei, meu pai era agricultor gostava muito de agricultura, vivia muito em Custódia também trabalhando em roça.</p>	<p>longe, agora amigos e vizinhos tinha A gente não era como se diz, de cama e mesa como se diz a história, mas amigos sinceros.</p>	<p>parte de grupo evangélico, ainda hoje faço</p>
34	nula					

APÊNDICE E – PLANILHA 5 – ASPECTOS RELATIVOS AO TRABALHO ANTES DA UHE

N	profissão	Como aprendeu	Vínculo trabalhista	No de Horas trabalhadas	Cooperativas/ associações	Renda	Alternativa de renda
1	Agricultor e pecuária. Criação de bode e gado era do que eu vivia.	Aprendi com o meu pai.	Não	Eu trabalhava pra mim e nunca deixa de Ter o que fazer. Trabalhava de 8 a 12 horas por dia.	Não. Trabalhava eu a mulher e quando podia algum trabalhador para ajudar.	Dava pra ir escapando. Vamos dizer que era mais ou menos uns 200 ou 300 contos.	Tinha uma criaçãozinha.
2	Agricultor e criador de galinha, ovelha.	Eu já era agricultor desde a Paraíba, o que mudou foi as culturas.	nunca	Quando vinha o claro do dia eu já tava trabalhando e trabalhava até 6, 7 horas.	Sim. Era uma cooperativa para comprar .	Não sei responder a gente não faz conta de renda. Eu crio galeto aqui e não faço conta.	Avicultura
3	Agricultor e criava gado, porco, animal de trabalho. Eu só num criava muito lá porque não tinha espaço.	Meus avós e meus pais e até o momento	Não.	Das 6:00 às 6:00h	Tinha uma cooperativa. Mas lá mesmo ela foi extinta. Não deu certo, a cooperativa lá só deu uma comandita de ladrão. No início foi muito boa, mas no fim do ano tome dívida. No final foi preciso vender os bens que ela tinha para os colonos não Ter que pagar.	Sobre cultura a gente não pode dizer. Não anotava nada. A gente só vendia verdura da roça o resto era pro consumo da casa.(esposa)	Eu trabalhava de barbeiro, eu tinha uma barbearia. Tratava de negócio, vendia legumes na feira.
4	Trabalhava como agricultor, toda vida fui agricultor, nunca deixei a lida. O primeiro dinheirinho que eu ganhei comprei um sítio..	Vem de avô, de bisavô de pai, ainda tenho uma herancinha de índio.	Eu trabalhei na fábrica de noite, mas trabalhava de noite e de dia ficava na roça. No dia que eu sobrava eu	Olha, tinha dia, que prá criar meus filhos, no início, no início, que eu cheguei... eu pegava hoje de seis horas e	Sim, da cooperativa Campi e do sindicato também. A primeira operação que o sindicato fez foi em	Suficiente, eu não sei aonde tá, no Bandepe eu ainda estive em segundo lugar.	Eu vendia vaca, garrote, bode deste tamanho... Quando precisava de dinheiro não ia pedir emprestado.

	<p>Mas o senhor também criava? (eu perguntei) Criava meus bichinhos... no dia que eu nasci meu avô me deu uma bezerra e uma cabrita.. e eu carrego aquilo no entusiasmo! Sempre criamos, no tempo de pai mais de mãe nós criamos muito..</p>		<p>botava um trabalhador lá e ia trabalhar pra botar dois ou três na roça. E tinha carteira assinada? (eu perguntei) Que nada... Eu só trabalhei de carteira assinada em Brasília</p>	<p>virava a noite e virava o outro dia e virava... Só fazia comer. A noite quando dava vontade eu dava um cochilo.. é porque eu nunca tomei café, fumei uns tempo e parei... beber eu nunca fui de cachaça... Eu acho que eu me sinto mais forte porisso.. Não tinha hora para trabalhar eu trabalhava de dia e de noite. Eu comprei o primeiro caminhão eu saia de noite e chegava aqui no alto, carregava de pedra e pissarro, amanhecia o dia no acampamento, descarregava e quando chegava na roça...pegava na roça, não tinha hora não.</p>	<p>minha mãe. Eu era assim com o chefe do sindicato, era não ainda sou. Era o sindicato dos trabalhadores rurais e a cooperativa era a nossa mesmo, a Campi</p>		<p>Também tinha um caminhão que de vez em quando tinha frete. Pescar só prá comer..</p>
5	<p>Era agricultor.E tinha cargo de direção tanto na cooperativa como no sindicato.</p>	<p>Com meus pais, eles eram agricultores. A gente tinha um criatóriozinho mas a agricultura era a bola mestra</p>	<p>Não.</p>	<p>Ah! Era sem limite.</p>	<p>Sim em cargos de direção. Na cooperativa por nove anos e no sindicato por dois mandatos) ele já</p>	<p>Eu não sei não. Eu só sei é que eu lidava muito bem com a produção, era alta produção. Minha fazenda não</p>	<p>Não</p>

					tinha respondido anteriormente.	era fraquinha não. Era boa mesmo , dava prá viver muito bem.	
6	Toda vida eu fui agricultor, porque eu cheguei lá na comunidade em Tacaratu aos seis anos mas toda vida era só roça, roça...(a esposa fala) Nós somos índios Pancararus. (eu pergunto) Seus pais eram índios? Sim meu pai e minha mãe. Eu nasci lá me criei lá na aldeia e tenho orgulho de ser índia. Eu só saí de lá quando vim praqui.	Com os meus pais.	Nunca trabalhei em empresa nenhuma.	O dia amanhecia e eu já tava pegado, não tinha negócio de hora não era direto. Naquele tempo num tinha horário não e eu achava bom.	Toda vida eu paguei o sindicato.	Eu não escrevia nada	Tinha a avicultura. Naquele tempo a gente trabalhava na roça aí veio o projeto prá criar galinha, era uma renda extra prá cobrir a agricultura, todos dois era bom.
7	funcionária pública. Eu era da Prefeitura a disposição da justiça, trabalhei no fórum, no cartório eleitoral		sim	8 horas Dependia, porque quando era época de eleição eu trabalhava mais de oito horas.	não	Não fala da renda. Era apertado, não era m	não
8	Professora	Fez curso de magistério	Sim. Tinha carteira assinada	4 horas	Não	Era um salário mínimo.	não
9	agricultor	Aprendi com meu pai	Não nunca, graças a Deus. Trabalhei toda vida pra mim mesmo.	É difícil agente trabalha direto de, de noite, de madrugada. Todo dia eu levanto 4 hs. da manhã e vou pra roça.....lavar e da	Eu mesmo nunca participei não. Pai era que participava da cooperativa lá..	A gente não sabe não... agente não tem idéia..tem mês que dá mais..outro mês dá pouco. Não dá pra medir, não é ? É não sei não	Tinha, o frango de corte.

				bebida das galinha, chego tomo café, volto pra roça....chego meio dia prá almoçar. Uma hora, uma e pouco volto pra roça de novo, chego 4 horas, depois vou entregar os frangos na cidade, que eu mesmo vendo sabe... e entrego ao pessoal lá...aí quando eu chego é 6 horas ai janto pra dormir,.. aí quando é 4 horas começa tudo de novo...é brabo aqui!		dizer isso ai não.	
10	agricultura	Não foi coisa de herança não é porque tinha de fazer mesmo. Quando mataram meu marido ele trabalhava na roça e eu ficava em casa fazendo comida, lavando roupa e às vezes eu ia na roça,mas depois que mataram ele eu fui pra roça, eu aguava, tinha um trabalhador mais ele não dava conta de fazer tudo. Eu me virava com os meninos. No tempo da goiaba eu catava goiaba com os meninos e cortava banana com os meninos	não	É difícil.. o dia era na roça e a noite era em casa..para fazer as coisas de casa. Ainda fazia roupas para os meninos . cozinhava. A noite eu trabalhava bastante.	não	Isso aí a gente não sabia não...porque a gente ia vendendo e ia gastando. Ia pagando o trabalhador pagava água o que sobrava ia comprando... não dá pra medir,não é?Só quando agente junta é que sabe.	galinha
11	Comerciante	-		Na coletoria só de	não	um salário mínimo.	O bar

	Trabalhei na coletoria, secretaria da fazenda, mais ou menos quinze anos, foi logo quando a gente saiu de barreiras, foi mais ou menos até 81 por ai assim. E ai tu trabalhava lá e tinha o bar, as duas coisas? Era. Ai depois comecei o bar e ficava, trabalhava lá na coletoria e ficava no bar.		sim	manha de 7 as 12. E a tarde? A parte da tarde era fechada. De tarde trabalhava no bar? No bar. De noite era aberto o bar também? Era. Ali era muito movimento era dia e noite. Trabalhava então de manha de tarde e de noite, não era? Era.			
12	Era a prefeitura, sempre trabalhei na prefeitura, sempre trabalhando com o povo. Eu trabalhei no departamento de assistência social então ali eu trabalhava com o povo	-	sim	Dois expedientes. Ah! 8 horas.	não	Eu achava bom o salário	Tinha eu costurava. Costurava vestido de noiva
13	Nesse intermédio foi agricultura mas eu já andei por São Paulo também, a família ficava ai, a coisa apertava eu ia pra São Paulo, voltava de novo e assim a vida corria...	Com meu pai, ele nunca trabalhou de empregado pra ninguém, desde que nasceu até falecer a vida dele era essa...	Sim, só em São Paulo. Aqui trabalhava de meeiro.	Na terra da gente não tem horário, chegava de manhãzinha, as vezes pára para almoçar e vai até de noite, quanto mais trabalhar melhor, na agricultura não existe isso de horário se eu pudesse fazia tudo num dia.	Cooperativa não, mais sindicato parece que ta no sangue por onde eu andei por São Paulo todo canto onde eu chego me filio no sindicato. Porque o senhor acha importante? Sim eu acho importante porque o único órgão que defende o trabalhador. No meu entendimento é o único que defende o trabalhador	A gente que trabalha na agricultura não tem uma renda fixa pra dizer assim por mês..tem mês que agente ganha tem gente que agente tem prejuízo, aconteceu mês de plantar cebola, tomate e levar prejuízo e ai ia plantar de novo pra ver se dava não tinha prejuízo.	Tinha, criava ovelha.. cabra quando não podia comprar carne matava uma.

					mesmo. E o senhor assume algum cargo no sindicato? Hoje eu sou um dos diretores não vivo lá dentro, mais sou um dos diretores. Como é o Sindicato de que? Sindicatos dos trabalhadores da agricultura.		
14	Era agricultor.	É porque meus pais tinha granja..eles trabalhavam lá..ai passou de pai prá filho. É continuou.	Era meeiro.	? Era 8 hora né..	Não..não.	Não diz. Sim naquela época...era pouco...lá tinha as coisas	não
15	agricultura e da criação, mas o forte mesmo era a agricultura.	? Os pais da gente mesmo	Não nunca trabalhei assim não	Não tinha hora. Era muito tinha vez quando a gente ia pra roça saia cedinho, colher algodão, primeiro o trabalho era de roça, saia de manhãzinha, chegava em casa 11:30 almoçava e depois voltava chegava em casa já de noite, quando terminava o tempo da roça ai a gente começava com o algodão aí ia te o mês de dezembro, ai começava com o algodão e aí ia até o	não	A gente não sabia porque vivia assim de criação...agora quando chegava no final do ano que a gente pegava aquela safra de algodão aí tinha mais .	criação

				mês de dezembro, ai começava aquelas chuvas, aquelas trovoadas e ai agente começava tudo de novo e era assim dia e noite.			
16	inválida			Não aqui eu trabalhava muitas horas porque as escolas não tinha professora ..			
17	Professor e contador		Eu trabalhava pra Prefeitura, porque a escola era da Prefeitura..eu era funcionário deo estado a disposição da Prefeitura..era funcionário do Serviço Social contra o mocambo .	Não aqui eu trabalhava muitas horas porque as escolas não tinha professora ..	não	Não fala	Era autônomo, tinha um escritório de contabilidade e tinha uma loja de produtos infantis
18	Auxiliar de enfermagem, eu trabalhava no posto, que hoje se chama posto médico.	Fiz curso.	sim	Era uma vez por semana, cinco plantões de 24 horas.	. eu passei 4 anos diretora do SINDISAUDE, Sindicato de Saúde do Estado de Pernambuco.	É porque não me lembro mas dava uns três salários mínimo	Venda de produtos, rosas, roupas, confecções.
19	Era professora do estado, mas só ensinei dois anos. Fui diretora da Escol,	Eu fiz Jornalismo, mas foi um curso na época da repressão, o pessoal foi	sim	Trabalhava dia e noite.	Não.	Não fala	Não fala

	passei 30 anos na direção de escola.	todo contra e também eu sabia que não ia terminar bem , ai depois fiz umas matérias de suficiência nos cursos de suficiência para ensinar, ai depois adaptação para letras					
20	Era professora		Sim, trabalhei muitos anos nas duas escolas era professora do Estado na escola Delmiro Gouveia e no colégio Municipal de Petrolândia,	eu trabalhava o dia inteiro de manhã, tarde e noite.	Não, como professora do Estado eu participava do sindicato das professoras, eu era sindicalizada.	Não falou	Não tinha.
21	Era professora mas depois fui trabalhar no sindicato.	-	Quando era professora tinha. Depois fui pro sindicato	Não tinha hora não	Sindicato	Ai eu me dediquei na área rural como funcionária mas era uma funcionária que não vivia só pelo salário eu trabalhei por amor a causa, eu tinha meu salário muito minguado mas agente dizia assim: vamos passar a noite cantando, vamos pra barragem,vamos fazer isso, fazer aquilo”, eu não media distância ficava junto com os colegas.	não

22;23 ;24;2 5;26	Todo mundo é agricultor, mas F. é pedreiro e C. trabalhava de vigia.	Nascemo dentro da roça. Na Serra Negra não se cuidava de outra coisa, só era agricultura. Quer dizer, que nós nascemo e se criamo dentro da roça. Esse aqui, em Tacaratu, a mesma coisa. Dona Francisca- É...mandioca, era eu que plantava. Era mandioca, era feijão, era fava, era essas coisas.	não	Não tem hora marcada. P- É que nem mermo, o agricultor não tem hora certa, na roça dele não tem hora pra trabalhar não. É a hora que amanhecer o dia, chegou e...	Não, antes não.	Ganhava a tal diária, não é? Naquela época não. Quem, quem contratava um pagava o que queria. Que inda hoje na Barreira mesmo tem granja desse tipo. P- Dois real, Três real. P- Eu digo nome de granjeiro na Barreira e mando a senhora ir lá. Ele pode não querer dizer. Mas trabalhador dele ainda hoje não ganha mais do que seis reais.	não
27	Lá eu era comerciante. Não era professora. Eu tinha me formado há muito tempo mas nunca me interessei pra ser professora não.	-	não	-	não	Não falou	Não falou
28 e 29	O negócio da gente era lidar com bicho, e roça.(agricultura e pecuária)	Com os pais	não	-	não	Não falou	criação
30	Agricultor.	Era porque nós tudo era	não	-	não	Não fala	Tinha nesse tempo

		<p>vizinho um aqui do outro aqui era tudo limão bravo.</p> <p>Morava aqui na Fazenda Limão Bravo.</p> <p>Era cada um tinha a sua fazenda mas o nome era um só.</p> <p>[Então seus avós já eram daqui, pais?]</p> <p>É tudo, tudo, tudo...</p>					eu criava um criatoriozinho, não era grande fazendeiro né mas dava bem pra eu me manter eu tinha bastante ovelha, animal tinha de tudo, dava bem pra eu me virar.
31	Professor; 16 anos vereador- 3 mandatos; vice-prefeito, prefeito 1 ano e meio (24/06/87 a 31/12/88)	-	-	-	-	-	-
32	Tinha uma fazenda com plantações de chuva e criava gado, cabra e coelho e um bar na cidade	-	não	-	não	Não fala	O bar
33	Fazia doce pra vender. Trabalhando, vendendo um docinho, botava no tabuleiro, botando meus filhos pra vender, que na época eu só tinha dois filhos e depois é que eu ganhei a minha filha adotiva, eu tinha eles dois pequenos ainda, com 8 anos e com 9 , botava um tabuleirinho, botava pra vender , ganhando pouquinho, mas a gente sobreviveu graças a Deus.	-	não	Trabalhava o dia todo	não	Não fala	não

34	inválida						

APÊNDICE F – PLANILHA 6 – SENTIMENTOS REFERENTES À MORADIA ANTES DA UHE

N	Como se sentia no lugar	O mais importante	O local que gostava mais
1	<p>Eu tava acostumado, eu achava bom..... Eu que antes eu tava melhor do que hoje. Hoje eu tô numa casa mais confortável com água e energia, banheiro, tem um depósito, tem uma forrageira pra dar de comer às vacas mas antes eu tava melhor que hoje. Porque eu não devia a ninguém e hoje eu tô indvidado e talvez a minha propriedade não dá pra pagar o que devo, se vender. Já pedi pra chesf me indenizar, já escrevi prá presidente, já falei com deputados que entregou a carta na mão do presidente, mas as s respostas que tenho é que a chesf não resolve, mas a chesf não resolve. Antes quando eu devia eu vendia 2 garrotes e uns bodinho e pagava minhas dívidas. Toda semana eu tiha um bodinho prá vender e fazer a minha feira. Quando não era meu era da mulher que também era criadora. Hoje nós tamos vivendo apertado, devendo meio mundo de dinheiro.</p>	<p>Tenho saudade era que lá assim fora tinha um cercado na frente da casa e tinha um pátio grande e tinha um curral e o gado comia na caatinga e vinha para aquele curral e a gente tratava ali. Eu tenho saudade disso. Hoje se eu quiser criar um bichinho é preso como um porco. E dentro da minha roça tinha um baixio que eu fazia planos pra plantar palma, mas ...</p>	<p>Era o pátio na frente da casa.</p>
2	<p>Doutora eu me sentia muito bem porque a gente vivia tranqüilo. Talvez a gente até ganhasse menos do que aqui, mas as despesas eram menas e a gente se tornava muito feliz. Eu chegava às vezes a brincar com meus filhos, eu pegava um dinheirinho e jogava prá cima pra eles pegarem. E aqui a gente tem mais um pouquinho mas não dá... A gente tinha a aquele gosto de estar ali. Gostava muito do lugar, meus pais pertinho (esposa falando).</p>	<p>Uma das coisas que eu fiquei emocionada foi quando eu vi a água cobrindo um bananeiral que eu tinha, encostado à casa. “Quando eu vi a água entrando nela e eu olhei assim e vi só os cachinhos de fora, prá mim era como uma pessoa se afogando, aquilo me doeu muito e eu nunca esqueci, nem voltei mais lá por causa disso. “</p>	<p>Toda propriedade, aonde a gente estava se sentia feliz.</p>
3	<p>Me sentia muito bem.. Bem até demais, pois quando eu fui prá lá eu não tinha nada, e graças a Deus criei meus filhos tudo lá. Criei meus nove filhos tudo nesse lote.. Quando passei praqui já veio tudo de maior. Um bocado casado, outros não, mas tudo de maior. Era uma vida boa.</p>	<p>O criatório, o modo de viver.Sinto falta de lá porque lá as amizades das pessoas era muito boa. Os vizinhos era mais chegado. Era uma amizade que a gente se sentia bem melhor do que aqui. Aqui um vizinho ficou lá do outro lado o outro ficou lá na rua (cidade), o outro ficou lá do outro lado. Aí ficou tudo difícil, ficou longe um dos outros...ia bem não posso falar de nada [...]</p>	

4	<p>Eu morei em Goiás que era muito bom, mas lá era sossegado era tranqüilo, eu não tinha maus vizinhos. Sabe o mês de agosto tem aquela estrela... Leão.. Eu peguei tudo, além de diabetes. O senhor se sentia feliz? Eu, graças a Deus do dia que eu cheguei lá em diante, pelo menos ... Trouxe meus filhos de Serra Talhada que já estavam crescendo..... e onde eu morava não tinha estudo.. Quantos filhos o senhor tinha? Dez, são nove morreu um... mas fora os que eu criei dos outro!!! Ainda formei, dos meus com os dos outros ainda formei 13 (sobrinhos). Trouxe já da barreira velha.. Lá a gente criou esses dez filhos mas lá é uma coisa diferente... Aqui a gente não pode criar nem dois ou três....que a dificuldade é grande (a esposa falou). Lá a gente criou dez. O que a gente tinha na roça eu levava pra feira e vendia, fazia feira, comprava roupa prá um calçado prá outro e ainda dava um trocado prá ele... e aqui? Aqui não tem nada o que vender se fosse pra criar esses filhos aqui tava ruim. (esposa).</p>	<p>A coisa mais importante da minha vida foi dar educação a minha família.. porque eu sei o que é que sofri... em cima de um cavalo, correndo no mato, pegando um bichinho.. quando sai prá estudar já tava velho, não tinha mais tempo, já me casei... e ainda hoje é assim as minhas mãos de chique- chique... A coisa mais importante que eu tive na minha vida foi a velha barreira.</p>	<p>Lá na beira do rio. Pai morava, quando o rio enchia ficava como daqui pra ai nesse pau. Eu gostava de ir prá lá. O rio tinha um quilômetro de largura....</p>
5	<p>Muito bem. Me relacionava bem. Eu sempre tive um grande apoia por causa que eu trabalhava com o sindicato. A coisa melhor que tinha era aquele lote. Além da cebola tudo que eu plantava dava bem. Desenvolvia e produzia bem, eu criava gado à vontade, cheguei a criar quarenta e cinco cabeças de gado, leite que eu tinha lá, qualhada, bezerro bonito... era uma fartura dessas coisas aí.</p>	<p>Era meu investimento. Vivia todo mundo numa fartura, a gente não pode nem imaginar tanta coisa ao lado da gente... Minhas filhas estudando porque eu não tive. na minha época e elas tiveram. Eu vivia feliz. Era um gigante no trabalho, ainda hoje eu faço alguma coisa na granja, imagine, num parei não.</p>	<p>Aonde eu tava vendo meu lote eu tava satisfeito. Se eu tivesse na irrigação eu tava feliz. Se eu tivesse dentro do “florestal” que tinha 10 hectares de algaroba..... Lá tinha aquele saguinzinho pulando de um pau prá outro. (ele sorri alegremente). Eles pulavam de um pauzinho pro outro. Era uma maravilha lá!</p>
6	<p>Eu me sentia bem... eu me sentia bem, graças a Deus. Eu me sentia bem, eu e minha família e meus vizinhos também, a gente se dava bem. Eu trabalhava como agricultor, e o trabalho é como uma bicicleta, ou anda ou cai. Nesse tempo eu era novo e trabalhava com gosto e ainda hoje trabalho com gosto mas porque agora já tô velho e só tenho a vontade...</p>	<p>Minha criação de galinha. (eu pergunto) E o senhor gostava mais do que a agricultura? É porque elas dava mais um rendimentozinho.</p>	<p>Era o rio. O rio era muito importante... porque o rio naquele tempo não era parado como é hoje. Porque hoje em dia é uma lama, aquele negócio num corre e naquela época o rio era uma limpeza. Era tão limpo que a gente admirava e era correndo, se a pessoa caísse dentro ia embora...é correnteza, e hoje em dia era parado...fica triste não é. Eu gostava,</p>

			ia lá pro rio tomar um banho e achava aquela água tão bonitinha correndo...e hoje em dia é parado
7	Eu era feliz , gostava demais de lá.	Da família dos amigos,era mais importante	Era o jardim o lugar melhor.
8	Eu me sentia bem em paz né, era um local calmo, eu vivia lá com meu marido meus filhos, trabalhava como professora e vivia muito bem	Bom mesmo lá além da família que era todo mundo junto, ai tinha o rio que era a vida da gente, nasceu ali pertinho, vivia naquele rio todo fim de semana tomando banho de turma né e depois que vim pra cá não sei mas que coisa é rio.	Era minha casa né
9	Gostava. É que quando foi pra vim pra cá é que foi ruim. Lá a gente era acostumado, nascido e criado bem dizer. E não era assim que nem aqui não. Era tudo pertinho as granjas apegadas . Aqui é uma avenida aqui outra açula... tem granja aqui que eu nunca fui. E lá a gente andava em tudo (voz da mãe do entrevistado). Lá era melhor aqui se distanciaram mais, é mais difícil. Lá quando era dia de sexta-feira todos os colonos tava na rua , nas banquinhas vendendo as coisas da granja. Era uma comunidade bonita, não era? Era. E aí então você se sentia bem naquele local, feliz? É achava bom. Também lá a fartura era grande, não faltava nada não.	É difícil... o que eu gostava mais de lá é que era mais tranqüilo , mais sossegado... depois a gente veio pra cá e é mais difícil, a violência é grande por aqui. Lá não existia isso não.	Era na roça mesmo, meu lugar preferido é na roça...eu prefiro tá na roça que ta em casa.
10	Gostava..já estava acostumada e gostava de lá. Lá era muito bom, o terreno era bem melhor do que o daqui; a água era bem melhor também., porque só era abrir a comporta e a água já tava dentro da minha roça.	A casa era melhor.	Sombra tinha um pé de mangueira bem grande, mas a gente não tinha tempo de ficar lá..as meninas estudavam nessa sombra da mangueira, eu trabalhava de dia e de noite.

11	Me sentia bem, bem mesmo, lá era tudo bom. Uma cidade muito boa. Cidade pequena, todo mundo tinha paz, a maior tranqüilidade, me sentia bem (barulho de caminhão).	O terreno que eu tinha lá atrás, o plantio. As fruteiras, o plantio que eu fazia, verduras que eu plantava e colhia lá no muro	No jardim
12	Aquele povo ..ainda hoje aquele povo que veio de lá me conhece, eu conhecia todo mundo eu me largava passeando naqueles bairros bem pobres, sempre gostei de andar no meio da pobreza daquele povo todinho...ali eu fazia até caixão. Hoje nós temos na prefeitura, mas naquela época num tinha não, a gente tinha que mandar fazer né. Quando morria pessoa a gente fazia campanha pra comprar o material pra fazer...Isso na hora , porque tinha que enterrar logo,né? É na hora a gente se juntava fazia campanha porque quando a família era pobre não podia pagar.Depois que as coisas melhorou a gente se juntou com o padre e comprou o caixão da caridade e quando morria outra pessoa a gente ia se juntava e fazia outra campanha...não morria tenta gente como agora...dava espaço assim pra fazer outra campanha pra arranjar mais. Então a senhora vivia feliz? Feliz em festa de Igreja, festa de rua, festa de tudo. E a senhora gostava? É.	Gostava mesmo era de visitar aquele povo, resolver os problemas deles, de tomar banho no rio, nadar , dançar, tudo isso.	Gostava de sentar na beira do rio, olhando o rio, as canoas passar. Dava muita satisfação? Dava, o rio sempre foi uma coisa que eu sempre gostei muito de olhar. Eu tomava muito banho, nadava, pulava as pedras
13	Ah! Eu gostava , foi o lugar onde nascemos e se criamos e nós escolheu pra viver, a gente tava vivendo lá tranqüilo, a gente nunca esperava que ia acontecer isso de barragem e se mudar, foi ai quando aconteceu isso e a gente veio, não foi de vontade da gente, a vontade era continuar lá... saiu forçado, né!	Lá era bom porque no dia a dia já conhecia todo mundo, depois foi na mudança a gente foi pra agrovila, já foi se misturando com aquelas pessoas estranhas que a gente num conhecia, hoje não todo mundo... num é a merma coisa da gente quando chegou, que estranhou né, lá a gente tinha os bichinhos da gente pra criar, lá tinha muita algaroba, tinha comida a vontade, hoje aqui quando de lá que eu trouxe pra qui um bucado deles, chegou aqui e morreu, até de fome que não tinha comida... Num tinha pasta, nada,né? É num tinha pasta e aqui num tinha algaroba, depois tinha aquela lá no riacho mas já era cercado e os bichinhos não tinha acesso a cume né. Ai foi essas coisas que aqui a gente num foi diferente	Não, a gente não tinha muito, como a gente é agricultor não tinha lá esse tempo né tem que ta lá todo dia pegando no pesado...

		de lá né. Essa algaroba era coisa que dava tranqüilidade? Era a vida dos bichinhos, nos tempos ruim aqui e todo tempo lá tinha bicho pra vender. Era uma alternativa de renda, não era? Era. Porque o senhor vendia e tinha o dinheiro fora a agricultura, tinha o bichinho...É lá todo mundo catava um saco de algaroba e não faltava comprador e os bichinhos que a gente tinha vivia tudo bem lá... Algaroba também vendia? Vendia. Era numa mata de algaroba? Era uma mata e não era cercada e todo mundo que queria e tinha coragem, né[...]	
14	Eu mesmo é achava bom lá com os barcos que eu andava no rio, porque lá eu sempre gostei né eu morava lá e me dava bem com todo mundo e a mudança pra cá afasta muito as pessoas né.. sei cada primo num destino diferente,cada um escolher pra um lugar outras pessoas vem ver e vão embora aí eu não... e também pelo fato que meus pais moravam perto, tinha; meus pais nessa época né..de todas as maneiras tinha razão suficiente pra gostar muito de lá de gostar de lá né...é agora só isso mesmo por que lá eu encontro vários motivos né...	O que é mais importante pra mim.. o que ela já falou né.. é a minha família mesmo né.. e dos pessoal os vizinhos também eram bom também e agente tinha conde trabalhar lá também né...Esposa – Lá pelo menos com ajuda de Deus estava trabalhando né , aqui agente veio com a promessa de trabalho que até hoje não surgiu nada pro Filipe ainda né, oh quantos anos. .tá bem com 17 anos,...vim praqui com meus filhos tudo criança e o mais velho tinha 7 anos e hoje meu filho meu...meu filho também tem 23 anos...De 80 né?-É . Fevereiro ele nasceu... fevereiro de 80?	? Eu gostava de ficar em casa, eu sou uma pessoa que num gosto de sair muito sabe, nem ir pra festa nem... a casa era o local que o senhor gostava? Era sempre o mesmo na casa e você? A casa da minha mãe né que era mias afastado... Nas minhas folgas assim nos domingos que era os dias de folga agente sempre ia ..pra casa dos pai dele HUMMM! Era o que você gostava de fazer... e você? Era exatamente o que agente... é gostava né também os dois. Agente sempre ia junto...
15	Ah! Era bom.Existia as dificuldades mas nomeio dessas dificuldades agente se sentia feliz. Plantava algodão, tinha muita palma. Mesmo distante com toda dificuldade nasceu e se criou vivendo aquela vida assim (risos) . .	Se você pudesse escolher o que ... era importante que se pudesse dizer...eu gosto daqui... só isso? É que todo ano tinha aquela colheita de algodão de algaroba e tinha as coisas da roça que agente plantava..milho, feijão, tudo agentes tinha com fartura em casa, podia criar galinha, ovelha que era tudo gorda no pasto. Tinha	Tinha um canto lá, no local que vocês morava que vocês gostava de ir que era bonito, que vocês se sentia bem? Onde ficava lá atrás do açude, tinha uma parede larga um pé de juazeiro. Era bonito. O carro pipa trazia água e botava lá era? Não o carro pipa botava num tanque

		vaca? Tinha mais era pouca. Bode tinha? Tinha. Tudo a gente criava. Criava porco solto. Vocês engordava os porcos e depois vendia? Vendia e comprava farinha. Tinha sempre dinheiro né? Tinha, não faltava não	atrás de casa. E lá no açude era só quando chovia? Era só quando chovia mas ele passava de 8 meses cheio, agente plantava coentro. Tirava água de lá pra aguar. Mas só assim plantava com canteiros só ra casa mesmo
16	nula		
17	Era muito bom.. sempre tive uma relação muito boa com todo mundo, minha família era a mais importante da cidade ...perdemos tudo não soubemos manter...política..foi perdendo tudo. .Perto da família? Sim quando no colégio eu botava dissertação sobre a nova cidade era geral o que mais se queixavam era da destruição do grupo de amigos que tinha havido devido a cidade... e que houve com o pessoal mais velho...ficava conversando na calçada...para os velhos foi uma tristeza, porque os jovens viajavam iam pra Recife trabalhava, saiam, mais pra os idosos que foram tirados conversando com todo mundo, pra eles foi uma morte. O senhor gostava da cidade assim mesmo, sabendo que ia destruir? Eu gostava mais de lá do que daqui.	Prá mim era ver o nascer e por do Sol. Assistir ver o nascer e por do Sol! E o senhor acostumava fazer isso sempre ...? Todos os dias..	-
18	E como você se sentia nesse local onde você morava? Bem. Mesmo com todos os aperreios, eu gostava porque era assim tranqüilo, se você faltasse alguma coisa na sua casa você chegava num vizinho e se arranjava.Uma solidariedade. É, uma intimidade, era uma família.	O que era mais importante pra você nesse local? O que era valorizado e que hoje a gente sente falta é a tranqüilidade, não existia violência, como eu digo ao ponto de se dormir na rua, nas calçadas e ninguém mexia.	Eu sempre gostei de conversar, se eu não tivesse fazendo alguma coisa em casa ou eu tava conversando com os vizinhos ou tava nas reuniões dos movimentos.
19	Eu me sentia bem, feliz.	Que eu senti mais falta foi exatamente a tranqüilidade, tudo muito conhecido, tudo muito amigo lá, e aqui a gente passa o tempo que não encontra os amigos, pessoas que moravam juntas, aquele	Nessa região tinha um local onde a senhora gostava de ficar de ficar, um local predileto, na antiga? Eu gostava de ficar sentada nas pedras

		<p>aconchego, aqui a gente passa dias que não ver uma pessoa, um conterrâneo, Dezinha vem aqui quase todos os dias, é a única pessoa que eu vejo.</p> <p>Ela buscou as pessoas de novo ela tava me contando.</p> <p>E minhas meninas a mãe dela rezava, a mãe dela era curandeira, uma ´pessoa muito amável, muito meiga, muito doce e a minha menina chamava com ela vovó, eu recebi hoje um cartãozinho aqui dela, todos os netos, é uma pessoa muito tranqüila, ela mora logo aqui adiante, sempre vem aqui, ela é do Lions também.</p>	<p>na beira do rio, de ler de tardinha, era muito agradável.</p>
20	<p>Eu tinha momentos de muita alegria de muita euforia..mas também teve momento de dizer assim: - se eu pudesse eu num morava aqui...porque como uma pessoa que comecei a estudar com 15 anos morar numa cidade que comparada com a minha na época era uma verdadeira capital Caruaru né...eu comecei a ver um mundo diferente à ter uma educação completamente diferente dentro de um colégio interno de que eu recebi dentro da minha casa, embora que os princípios morais que eu recebi e que ainda hoje conservo foram dados pelo meu pai e minha mãe mas no colégio aprimorou a educação, então quando eu voltava de férias chegava muitíssimo feliz porque passava maior tempo no colégio interno, mas depois que eu fui vendo a cidade muito parada, uma cidade que num se desenvolvia, num crescia, era limitada, só o pessoal ter z aquela vida modesta, simples, trabalhar, comer , dormir não tinha um divertimento, tinha depois que construíram um clube lá ai tinha um lugar que os jovens se reuniam lá nos finais de semana, durante a semana era escola né,mesmo eu já adulta, formada, casada aquela vida continuava a mesma, então quando eu era solteira dizia: “ Que lugar ruim” como ainda digo com essa aqui, eu sou uma pessoa expansiva e gosto de conversar brincar... entendo a então...achava que era horrível e tinha momento de tristeza, angústia de morar num lugar daquele</p>	<p>Em primeiro lugar a minha casa não só quando fui jovem mas depois de casada também, a minha casa sempre foi o meu ambiente de maior alegria e maior felicidade...</p> <p>?</p> <p>O relacionamento que existia entra as pessoas, a amizade existia mais amizade, mais aproximação entre a população é tanto que hoje as pessoas que moravam lá quando agente se encontra todo mundo faz festa, pois fizeram laços fortes de relacionamento e amizade sem destinação de raça ou de posses nem de formação de nada todo mundo se dava muito bem, existia muita solidariedade, muito amor entre as pessoas,muita compreensão, ajuda mútua e existia também desavenças porque ninguém é perfeito mas no geral em relação ao meu sentimento e meu relacionamento com as pessoas existia mais um relacionamento mais profundo</p>	-

	<p>e agente não tinha possibilidade de se desenvolver de crescer, as dificuldades eram imensas, [...] então Petrolândia foi assim momento felizes a maioria dela de felicidade, mas teve aquele momento de tristeza.de angústia de reclamação, de achar que era melhor sair antes de casar sim eu ainda achei a morar fora de Petrolândia mas minha família estava nessa cidade, meu pai se transferiu para Nazaré da Mata e ainda morei um ano lá e depois voltamos porque nós tínhamos o berço em Petrolândia maus bisavós ,tetravôs, meus tios, primos tudo morando em Petrolândia[...]</p>	<p>de amor, da aconchego, de visitar, da gente ir nas casas conversar, bater papo né, na nossa família existia muito isso a gente saia de casa pra casa dos avós pra tomar um café de nove horas da noite entendendo meu avô tinha esse costuma e isso aí ficou na família...</p>	
21	<p>Olha é o seguinte, eu num era bem assim uma filha dessa cidade eu cheguei com minha família já bem dizer criada já em faixa etária de escola e com a idade já um pouquinho avançada..não sai com aquele sentimento....Me sentia bem mas não sai com aquele sentimento que se eu tivesse raízes, mas eu já sai com um pouco de saudade que ainda hoje eu tenho daqueles costumes, daquele passado que agente e cheio de recordação, mas a chegada aqui me deixou traumatizada porque eu tinha muito o que fazer e me senti realizada quando cheguei aqui foi quando fui eleita fui reconhecida, muito bem votada com voto consciente e infelizmente nosso povo é muito esquecido né por pouco tempo passa pela cabeça mas foi uma história fantástica a minha história.</p>		
22,23, 24,25, 26	<p>E- E como é que vocês se sentiam no lugar...em Dona...como é que vocês se sentiam no lugar? Vocês gostavam do lugar? Era bom? Dona Francisca- Era bom. E- Era bom? Dona Francisca- Era. P- Eu mesmo fiz muitas novena de São José. Dona Francisca- Era bom e era... P- Aqui só tem uma coisa que a gente hoje viu. Dona Francisca- Lá era tudo muito bom. P- Viu? Só tem uma coisa aqui que a gente aqui se sente melhor. E- É. P- É sobre o trabalho.</p>	<p>Dona Francisca- Mas veja, médico é dificuldade, feira é dificuldade. Só vai...a gente tá na vida de assalto, de tudo. P- Uma coisa que a gente vivia...podia ta com dinheiro, podia ta com o bolso bem assim, cheinho de dinheiro, se tivesse. Podia dormir no meio da estrada que ninguém roubava. Dona Francisca- É. P- Hoje, se a gente for com 10 reais pra rua... Dona Francisca- Tem que ir escondido. P- Tem que ir com ele escondido, porque</p>	<p>Dona Francisca- Não. Não era muito não. P- Não. Dona Francisca- “Era só a rotina mesmo’. P- Era só a tranqüilidade e paz que a gente tinha. Dona Francisca- É. Só tranqüilidade. P- A tranqüilidade e a paz...</p>

	<p>Dona Francisca- Os terreno. P- Porque lá nós não tinha lote. Dona Francisca- Mas veja, médico é dificuldade, feira é dificuldade. Só vai...a gente tá na vida de assalto, de tudo. P- Uma coisa que a gente vivia...podia ta com dinheiro, podia ta com o bolso bem assim, cheinho de dinheiro, se tivesse. Podia dormir no meio da estrada que ninguém roubava. Dona Francisca- É. P- Hoje, se a gente for com 10 reais pra rua... Dona Francisca- Tem que ir escondido. P- Tem que ir com ele escondido, porque ta sujeito bem ali ficar sem...o problema de violência a senhora deve saber, é muito nova, mas sabe da vida. Quem estudou, que é advogado sabe de toda história. Vamo dizer! Há vinte ano atrás, a violência, geralmente, não era um terço da que é hoje, não é? E hoje aqui nós tem. Foi a única coisa. Dona Francisca- Somente. E- É...cada um tem sua terra, sua casa[...]</p>	<p>ta sujeito bem ali ficar sem...o problema de violência a senhora deve saber, é muito nova, mas sabe da vida. Quem estudou, que é advogado sabe de toda história. Vamo dizer! Há vinte ano atrás, a violência, geralmente, não era um terço da que é hoje, não é?</p>	
27	<p>R. Eu me sentia bem com aquela tranqüilidade. Mas eu tinha uma vontade de progredir. Só aquilo ali não me satisfazia.[...]</p>	-	-
28 e29	<p>Como o senhor se sentia nessa terra? Tinha dias bons e dias ruins, eu mesmo com esse negócio da barragem em umas partes foi boa mas em outras não foi boa não. E o senhor também? A mesma coisa. Se sentia bem mas tinha as dificuldades né, tinha a seca? È , tinha dificuldade com água a gente trabalhava muito no tempo de verão, tinha poço, mas época de seca juntava água mas secava ai a gente cavava cacimba pra poder dar água aos bichos, e pra nós também , as vezes a gente arrumava carro pipa. Sempre essa luta com água, né? Tanto pra beber como pra dar pros bichos era difícil.</p>	-	<p>Tinha um lugar na propriedade que vocês elegiam aquele lugar é o que eu mais gosto de ficar? (28) Na frente de casa tinha um pé de cajazeira e a gente passava o dia debaixo da cajazeira, ai ele gostava. (29)O lugar agradável era tá no trabalho se tava em casa era fazendo qualquer coisa , meu transito era de casa pra roça, ou pra casa de saúde.</p>
30	<p>Me sentia bem, melhor de que hoje. Eu mesmo achava porque tinha meu criatório e trabalhava muito né uma coisa aqui facilitou mas outra já piorou em minha fazenda eu tinha... não falta nada eu tinha carrinho para andar né tinha meu criatório todo ano vendia meus bois, bode, vivia melhor do que hoje, hoje</p>	<p>O Senhor tinha um local na sua fazenda que o senhor gostava mais de ficar um lugar assim que o senhor achava bonito e quando saiu de lá sentiu saudade? Não, não só vivia mesmo na fazenda num</p>	-

	eu vivo mais apertado[...]	saia pra fora não. Mas na fazenda mesmo não tinha um lugar especial? Não era só em casa mesmo.	
31	Falou outras coisas		
32		H- Tinha a tranquilidade. H- A união.	Não, não, não.
33	Eu gostava de tudo, eu amava o lugar, já tinha tomado como se fosse minha terra natal.		Tinha um pé de manga no quintal que eu gostava, chupava manga gostosa também. Ficava no cantinho do muro [...] eu sempre gosto de ter um pé de manga na lavanderia [...]
34	nula		

APÊNDICE G – PLANILHA 7 – SENTIMENTOS REFERENTES AO TRABALHO ANTES DA UHE

n	Como se sentia em relação ao trabalho
1	Gostava do meu trabalho em uma propriedade assim, livre. Eu tenho vontade assim, de partir para uma outra propriedade assim, livre, fora de projeto. Pois a gente que mora dentro de projeto se sente preso. Como se fosse empregado. Só vive em associação, em reuniões, coisa que a gente no mato não tem.
2	Prá mim eu nem trabalhava eu me sentia tão alegre. Prá mim eu tava situando meu lote.
3	Fica entre bom e ruim. Tem hora que a gente tem boa satisfação, outra hora a gente não tem. Porque hoje agricultura dá isso. Dá muito bem hoje quando é amanhã lá vem uma despesa. Que atrapalha e asdepois volta tudo ao normal novamente.
4	Eu trabalhava porque eu tinha aquela doença de trabalhar... Eu não escolhia não tinha pobre prá eu, não tinha estrada, não tinha mulher bonita, não tinha nada pra incomodar o meu trabalho. Agora hoje eu tô cansado.
5	Eu me sentia feliz
6	Trabalhava com satisfação, alegre, com vontade mesmo. Até ela (esposa) mesmo que era mulher ela num tinha preguiça, infado, num tinha nada.(a esposa fala) Quanto mais a gente trabalhava dava de comer aos filhos. Naquele tempo as mulheres não tinham o que fazer, só tinham filhos, eu mesmo tinha oito, não nove, morreu dois e ficou sete vivos e depois eu peguei mais um prá criar. (o entrevistado fala) Era de dia trabalhando e de noite namorando (risos).
7	Era, gostava.
8	Adorava
9	Não a vida toda achei bom. Pra mim o importante é trabalhar.
10	Tinha hora que agente gostava do que fazia...mais tinha hora que só fazia porque era obrigado. Eu catava goiaba com os menino subia no pé e ficava derrubando e eles catando. Depois a senhor levava pra vender em algum lugar? Levava. Tinha uma fábrica lá bem pertinho. Tinha dias que o carro passava pegando. Vendia para fábrica de doces[....]
11	Me sentia bem, trabalhava normal, gostava, ainda hoje gosto. Trabalho muito mais sou feliz. E no seu bar gostava de trabalhar? Gostava e gosto.[...] entrava de noite, saía de bem cedo ia direto assim ligado. Tinha dia que passava sexta, sábado e domingo aberto, não podia fechar e eu lá trabalhando[...]
12	Gostava, tanto da prefeitura como o de ser costureira também.Eu ficava vaidosa quando perguntavam se os vestidos que costurei tinha vindo do Recife.
13	Agente tinha que gostar não tinha outra alternativa , não existia emprego, agente tinha que ir para SãoPaulo, como eu fui, foi quando começou esta história de barragem. Aquelas aterras que agente trabalhava como meeiro agente não plantava fruteiras, plantava melancia, tomate, cebola, melão aí o donos da terra com muita ambição plantavam fruteiras que eram receber as indenizações. Bananeira, coqueiro...ai agente ficou sem acesso de trabalhar ai foi quando eu fui pra São Paulo...trabalhei um tempo, mais o meu cadastro já estava na chesf ...trabalhava lá e mandava dinheiro pra família...ai eu voltei... O meeiro so trabalhava em culturas rápidas? Era eles não deixava plantar fruteiras por isso plantava vegetação de ciclo curto, dois três meses, porque as vezes o pessoal plantava fruteira e quando saia queria que o dono da granja indenizasse. Então os donos da terra ocuparam tudo? Ocuparam tudo para receber a indenização que chesf ia pagar. Quando chegou a barragem como foi sua escolha? Não foi uma luta muito grande, agente se reunia com a chesf e a chesf nunca cedia..prá fazer o reassentamento, só queria pagar a casinha se tivesse...e depois até morrer de fome. Foi ai que agente se juntou para parar as obras de Itaparica. Agente negociou não com a chesf porque podia ela não cumprir na época o presidente era Jose Sarney o ministro de minas e Energia era Aureliano Chaves, teve que vir alguém do ministro para assinar poder cumprir o acordo. Ai foi tempo que a chesf começou a fazer a Agrovila. Foi aquele acordo 1886, foi aquele acordo? Foi aquele acordo que agente vem se mantendo até hoje. Ela começou o cadastro do pessoal. Muita gente não era agricultor, por uma parte foi bom

	né? Mais quem era agricultor não saiu, mais quem não era pegou o dinheiro e saiu e hoje ta aí na situação que ta.. Ai vocês conseguiram a casa o reassentamento, o lote irrigado? Se você tivesse a casa ganhava uma casa e a terra 3 há irrigado e 22 há de cequeiro, era o acordo de acordo com a família. Se você tivesse uma família grande ai com a idade adulta de trabalhar e o aposentado pega 1,5 irrigado, e 25 de cequeiro. No meu caso como a minha família era pequeno era 3ha irrigado e outros de família maior pegava 4,0 4,5 há tinha até 6,0 há irrigado era o máximo.
14	agente gostava de plantar [...], achava bom. E o que é não gostava, porque? Quando prantava e não dava certo...num era? os preços lá embaixo. O Senhor tinha vontade de ter uma terra do senhor mesmo? Há eu queria! [...].em oitenta com uns seis meses que agente se mudou de lá pra cá, era pra ter irrigação aqui, e até hoje ..17 anos num tem. [...]
15	Dava, o que agente queria fazer dava, eu desde pequena já via o pai no trabalho a gente vai crescendo e tudo aquilo agente sente prazer.
16	nula
17	Gostava era tranqüilo.
18	Gostava muito
19	passei 30 anos na direção de escola [...]Tinha 3 turnos e chegou a ter até 4 turnos, mas a gente tinha o hábito de estar dentro da escola, o trabalho da gente era um trabalho tão satisfatório, pois não trabalhava porque precisava ganhar dinheiro, mas trabalhava pelo prazer em educar aqueles meninos, de ficar com eles, eram colegas nossos , ninguém chamava de senhor, tinha aquele respeito, a gente não tinha punição, tinha conversa [...]
20	Eu adorava ser professora e eu gostava do ambiente de lá, eu fui professora por vocação por isso que eu passei trinta anos que eu trabalhei depois que eu me aposentei do Estado, antes de me aposentar eu tirei quatro nos de licença do Estado, quando a barragem chegou em Petrolândia, aliás quando as empresas que chegaram que iam construir a barragem como eu disse ontem a você o colégio municipal ficou arrendado com a chesf então eu era professora do Estado e depois passei a ser funcionária da chesf, por conta exatamente de ter sido classificada nessa seleção pra ensinar nessa escola da chesf e essa escola mudou depois em vez de ser lá na cidade de Petrolândia era no acampamento da chesf lá onde hoje tem casa em Itaparica,ai eu tirei quatro ano de licença sem vencimento de uma das cadeiras que eu tinha do Estado eu tinha duas cadeiras do Estado,uma como professora primária e ensinava de manhã e a tarde e a noite eu dava aulas no colégio municipal porque eu tinha curso, e o curso que tinha na época dava direito de ensinar primeiro e segundo grau, que era um curso famoso chamado pedagógico, naquela época, e pra o colégio funcionar então a gente tinha que...tinha que ter os professores e assim que eu me formei foi fundado o colégio lá.
21	Era líder sindical
22,23,24,25,26	P- Nascemo dentro da roça. Na Serra Negra não se cuidava de outra coisa, só era agricultura. Quer dizer, que nós nascemo e se criamo dentro da roça. Esse aqui, em Tacaratu, a mesma coisa. Dona F.- É...mandioca, era eu que plantava. Era mandioca, era feijão, era fava, era essas coisas[...]
27	R. Era ótimo, porque tinha muita gente de fora e era uma clientela muito boa. Tinha umas pessoas que moravam em Itaparica e elas todas me compravam. Eu viajava, quando chegava às vezes tavam me esperando. Eu chegava com a mercadoria e botava em cima da cama e todo mundo levava
28 e 29	Onde a gente morava a gente sempre dava valor ao trabalho da gente o criar esse tempo de chuva , a gente se aperreava no tempo da seca mas quando chovia era bom, tinha roça, tinha leite a vontade ...gados, bodes.
30	Me sentia bem, melhor de que hoje. Eu mesmo achava porque tinha meu criatório e trabalhava muito né uma coisa aqui facilitou mas outra já piorou em minha fazenda eu tinha... não falta nada eu tinha carrinho para andar né tinha meu criatório todo ano vendia meus bois, bode, vivia melhor do que hoje, hoje eu vivo mais apertado[...]
31	Ex-vereador (falou outras coisas)
32	M- Eu mesmo me sentia bem. M- Bem.

	E- Gostava, não era? H- O bar, atrás do bar, pra mim era como um divertimento. Era um negócio assim, muito bom. Que chegava aquelas pessoas tudo conhecida, que eu não sentia medo, eu não sentia.... Me sentia feliz. Adorava.
33	Gostava, gostava muito. Fazia com amor, né? É fazia porque tinha prazer.
34	nula

APÊNDICE H – PLANILHA 8 – ASPECTOS NATURAIS DEPOIS DA UHE

Número da entrevista	O local da moradia após a mudança (31)	O rio (37,38) (distância e forma de utilização)
1	<p>Era assim meio estranho, tinha um mato que logo foram desmatando a gente teve que cercar essa pequena área, teve que vender o criatório que não teve mais aonde botar. Porque todo mundo começou a cercar. Ai o criatório ficou uns por aí que se perdeu. Tive tanto prejuízo com essa barragem, bicho que desapareceu, bicho que morreu atolado, duas éguas. Eu perdi uns quatro animais acavalado por causa dessa barragem. Um se outras não deram notícia pois estavam lá do outro lado e terminaram desaparecendo de lá mesmo. Vendi toda criação baratinha porque não tinha aonde botar. Eu cerquei mas não tinha pasta. Antigamente viviam solta no pasto. Por exemplo eu tô criando umas ovelhinhas aqui, eu tenho 15 ovelhinhas. Eu não posso nem aumentar porque não tem pasto. Eu tenho que comprar ração.</p> <p>Tinha também marmeleiro, umbuzeiro, catingueiro. Só tinha a minha casa aqui. O resto tudo era caatinga.</p>	<p>Uns 600m do lago.</p> <p>.....É irrigado e vem da estação de bombeamento. Não pagamos energia nem a água. Estamos na briga com a Chesf pois enquanto não resolver as pendências nós não pagamos nem água nem a energia. Quando acabar nós vamos pagar, e é caro. Só pagamos a energia das casas.</p>
2	<p>Era tudo mato, só tinha o alicerce da casa. A gente teve que desmatar. As outras casas já estavam construídas só o meu não tava porque foi permutado.</p>	<p>2 ou 3 quilômetros.</p> <p>Agora a gente só utiliza o bombeamento para irrigação, o lazer acabou.</p>
3	<p>Quando a gente veio praqui só tinha a casa daqui pra trás o resto fui eu que fiz. A minha tinha 176 metros e a daqui a Chesf só fez 116 metros. Mas agora lá era chão, era cimento, não era forrada e esse resto de metro que sobrou colocou o forro e a cerâmica.</p> <p>Só tinha só as pedras do lote tirada. Só tinha mato. N</p>	<p>Quinhentos metros da beira da água.</p> <p>[Como passou a utilizar o rio depois da mudança?]</p> <p>Prá irrigação, prá beber e tudo. Eu trouxe a bomba de lá.</p>
4	<p>Caatinga... olhe era caatinga. Isso aqui só tinha uma casa, uma fazendinha que tinha aqui em cima, nas aroeiras, esse Alcides tinha uma casinha ali em baixo e depois fez aquela ali..</p> <p>Não tinha nada.. ninguém queria essa granja de tão ruim que era., ninguém queria .Aí eu cheguei e disse me dê esse mapa, olhei no mapa, na beira da água, até pega um pouquinho de água lá em baixo. Aí eu disse, olha eu quero essa mesma, depois que eu me apossei veio não sei quantos querer trocar, eu disse não, eu fico aqui mesmo. Tinha cobra, piolho de cobra, lacraia, ave Maria parece que veio do inferno tanta. A muriçoca com essa luz aqui, enchia uma bacia desse tamanho!! Era batendo na luz, e não tinha onde se acampar, ela vai muito na água, aí veio tudo pra beira da água mesmo. Mas mesmo assim várias vezes eu saía ali, tinha um umbuzeiro ali, eu chegava lá e começava a pensar na minha vida e</p>	<p>Fiquei na beira do rio, quase a mesma distância se aumentar é negócio pouco. Daqui no rio é uns 270 metros por aí assim.</p> <p>38. Como passou a utilizar o rio depois da mudança?</p> <p>Não tive outro meio de vida... terra seca eu tenho muita.. Eu tinha uma bomba e botei, aí arrumei poste e botei, trouxe de lá um bocado, aí trouxe e botei a bomba.</p>

	<p>dizia tô acabando o que tem aqui...e acabei... eu tinha uma fazendinha aqui no alto, duas mil hectares de terra cercada, vendi e acabou aqui dentro...</p> <p>Eu tinha dez casas ali na rua, vendi e fiquei com uma...</p> <p>Acabei com tudo aqui passamos cinco anos sem água... cinco anos sem água .. a água que tinha era do rio eu tinha uma bombinha fazia uns “plantinho” aí veio aquela inflação de Zé Sarney. Eu tinha feito um empréstimo no banco, eu não o gerente veio me buscar, fez, 490.000, naquela época. Aí a inflação de Zé Sarney entrou, com a sarna dele e aquele juro danou e eu fui vendendo casa prá pagar os juros e fui vendendo o gado, e vendi bode e vendi terra. Até que eu vi que não tinha jeito aí Fernando Colortava na porta, aí corri e escrevi uma cartinha prá ele. Já eu tinha pagado 11 milhão e seiscentos. Aí ele escreveu pro Banco Central, e o banco... já tava em 30 e seiscentos, tava em quase quarenta mil... ai fui vender a granja foi seis mil, o cabra dando quatro e dois com um ano. Aí escrevi a cartinha ligeiro prá Fernando Color e com vinte e tres dias recebi a resposta: “pague cinco mil e acabou a conta”, danou-se e eu só tenho três e aí...</p> <p>Fui bater com o gerente e ele brabo pra danar me disse: o senhor escreveu prá seu pai? Não chefwe, pai seu que você é empregado e eu não....</p>	<p>Quando trabalhemos dois anos e pouco a Celpe bateu</p> <p>Aqui tinha energia e água de casa. Água de poço.. Na Barreira Velha eu nunca peguei ameba e quando eu cheguei aqui com um mês peguei..</p>
5	<p>Tinha essa casa aqui, que era a minha casa que permutei pela da Barreira. Ali tinha um morador que era de uma fazenda antiga, ali por trás dos galinheiros que tem ali, e...aqui era mato.Tinha um morador aqui mas o terreno dele foi indenizado e ele foi proa outro local aqui dentro do projeto também. E eu fiquei nesse local que eu não tive escolha, vim de lá sem conhecer isso aqui direito.</p> <p>(eu pergunto) mas o senhor não escolheu seu lote? Escolhi o lote no mapa! Escolhi minha vizinhança. Eu não tive direito lá na Barreira mas aqui eu tive.</p> <p>(eu pergunto) e como era a paisagem aqui.</p> <p>Era mato baixinho. Não era uma cultura nem aquele florestal bonito não. Era uma coisa esquisita quando nós chegamos aqui. Quando eu saí de lá que nem eu disse a senhora, eu tinha algaroba que era “isso aí”(faz o gesto mostrando a grossura do caule das algarobas). “Pé de árvore lá em cima”(fala com entonação alta). Aqui não as madeirinha tudo baixinha.É isso aí, era o serrado, madeirinha baixa (eu pergunto) Tinha outras casas por perto? Tinha, essa aí e aquela e nós remodelamos depois, fizemos melhor e mais ampliada</p>	<p>37. Qual a distância de sua casa para o rio? Eu acho que aqui é mais próximo. Mas demorou cinco anos prá água chegar. (eu pergunto) Mas aqui tinha água? Tinha água de poço. Eu quando cheguei plantei 50 pés de coqueiro, mas plantei com água residencial, aí começamos a fazer um “sombriozinho” porque aqui não tinha como ficar não, a gente plantou aquilo ali até contra o “regulamento”, no desespero, sabe o que é desespero? Sem uma sombra, sem nada, eu tinha que fazer aqui pelo menos um “sombrio”</p> <p>38. Como passou a utilizar o rio depois da mudança? Não tinha irrigação, só depois depois de cinco anos.</p>
6	<p>Só era mato, só tinha a casa, uma casa bem feitinha, que a gente não vai dizer que não era. Era uma casa bem construída, era bem boa também. (a esposa fala) Rachou muito também!</p> <p>É ela era bem boa mas rachou muito. A gente estranhou muito porque lá a gente vivia dentro de uma roça, tendo de tudo, prá gente comer, prá gente vender, prá gente ganhar uns trocadinhos. Viemos</p>	<p>37. Qual a distância de sua casa para o rio? Oitocentos metros. Lá era vizinho.</p> <p>38. Como passou a utilizar o rio depois da mudança?</p>

	<p>praqui, chegemos aqui nem tinha galinheiro, só a casa e a mata. (eu pergunto) E não puderam trazer as galinhas? Não as galinhas vendemos por lá mesmo e acabou-se mesmo. A gente foi fazer outras roça, não teve mais dinheiro prá fazer galinheiro. Vivemos aqui apertados, e muita gente criou também e nós paremos. Aí aqui tudo era mato, a gente estranhou muito. Porque a gente viver num canto sem Ter um pé de coqueiro, sem ter um pé de goiaba, sem Ter um pé de pinha sem ter um pé de laranja, só um mato desse e o cabra saber que vai Ter que fazer tudinho de novo. A felicidade era os filhos que já tava tudo rapazinho podia trabalhar. (eu pergunto) O senhor ficou a Qui mesmo? Fiquemos e graças a Deus nós tamos bem de novo. Mas apertemos um pouco...prá começar de novo apertemos!</p> <p>(eu perguntei) Tinha água para irrigação? Não, não!!!! fui eu que comprei outras bombas e fui botar no rio e botei por conta própria. A gente chegou só tinha a casa, a casa bonitinha mas só tinha a mata.(eu perguntei) E o rio é perto daqui? Não, o rio é meio longe (600m) mas eu pedi prá Chesf e eles me atenderam. Porque era um sorteio. Quem morava distante do rio, queria agora perto do rio, queria a margem do rio. Todo mundo queria a margem do rio. Então no rio não ia caber todo mundo. Aí quando eles disseram que iam fazer um sorteio eu disse: não eu não quero! Eu quero a minha perto do rio que nem eu estava lá no rio eu quero permanecer no rio. Aí eu fiquei na beira do rio e mais alguns e ficou sobrando mais alguém. Então todo mundo queria vir para essa casa aqui. Foi feito sorteio para os outros. Eu disse : eu não vou pegar esse papelzinho aí porque eu quero como eu tinha lá, beirando o rio, né? Pode ser até longe do rio mas só não quero que bote outro colono entre mim e o rio. Eu queria que ficasse uma estradinha para botar as bombas de novo né?</p> <p>(eu pergunto) O senhor mesmo fez sua irrigação? Foi, quando chegemos aqui trabalhamos fortemente, os outros passaram cinco anos prá botar água dentro das roças e eu quando cheguei aqui botei logo. Botei duas bombas de novo e meu filho já maiorzinho.... Nós chegemos larguemos o braço... sofremos mas graças a Deus estamos bem de novo.</p>	<p>A gente num ficou longe do rio, graças a Deus! (eu pergunto) e vocês continuam também usando o rio para tomar banho e pesca? Continua!</p>
7	<p>A rua tinha muito terreno desocupado, sem casas, meus amigos ficaram distante, minha família. Foi a senhor mesmo que escolheu ou foram eles ? Me deram vários locais que eu não quis. Se fosse hoje como eu sei das coisas, porque eu acho assim como eu era da cidade a preferência era escolher o lugar da cidade que quisesse ficar, todos que moravam na cidade, e depois vinha os outros. A senhora não teve essa oportunidade de escolher na cidade? Não tive não.</p>	<p>Foi .. ficou longe e as outras coisas.</p>
8	<p>A casinha não era pequena, mais vamos dizer assim, não tinha uma árvore por perto, era mês de dezembro, eu cheguei de resguardo e tinha duas crianças pequenas que não tinha onde brincar... é foi isso.</p>	<p>37. Qual a distância de sua casa para o rio? Fica distante, é lá em Petrolândia daqui pra lá é 12 km</p> <p>Hoje, Nem a água do rio eu uso, uso a água do poço que o meu marido furou, mais aqui tinha água.. vinha? Vinha como? a água pra o pessoal, mais aí houve um problemas dos sem terra, que furava as encanação, aí</p>

		<p>tiveram que mudar... furam uns poços artesiano ali na EB2 você num passou ali? Onde tem umas casinhas...Ali é onde tem uns poços artesiano.</p> <p>Tinha cano pra irrigação? Irrigação mesmo não..Não ..era esses cano que furavam...Eu soube dessa história.</p>
9	<p>Aqui era só mata. Não tinha nada, nem água pra beber. Tinha...(outra voz)... caatinga. Caatinga? Sim caatinga. Sá a casa não tinha um pé de pau pra dá sombra. , não tinha o que fazer aqui não.</p>	<p>O rio agora é perto, dá mais ou menos 2 Km O rio é aqui pertinho. Quer dizer que lá era mais longe? Era., lá era mais longe.</p> <p>38. Mas mesmo assim não houve condição de você irrigar antes da chegada da água? Não sabe porque... muita gente botou, mas pra gente botar pro lote da gente tinha que passar por dentro da roça dos outros, aí a gente pra não ta ocupando os outros sem saber como ia ficar. Seu Neco botou logo, porque ele na beira dágua, foi mais fácil pra ele botar.</p> <p>E aí vocês passaram a usar o rio de uma outra forma? Vocês costumavam usar o rio antes pra pescar. Não..não. Não tinha essa relação com o rio, não? Ai continuou a mesma coisa.? Foi continuou a mesma coisa. Não tomei banho depois que cheguei aqui. Lá tomava quando a bomba quebrava ia todo mundo pro rio, com os potinhos pegar água (voz da mãe do entrevistado). Ia não é?</p>
10	<p>Era muito ruim cheio de mato pequeno, aí teve que desmatar. Descampado um vento que não tem que agüentasse. Vento é? Ventava muito? Sim. Não tinha pé de planta nenhum. E como era assim, fazia calor...? Fazia frio, quer dizer com o dia fazia calor e de noite frio.</p>	<p>37- Essa casa ficou mais perto ou mais longe do rio? Mais perto.</p> <p>38- A senhora passou a utilizar a água do rio para alguma coisa? Aqui. Água do poço era pra beber , a do rio lavava... Mas vinha como do rio pra cá? Só veio depois que fizeram. Ah! Depois de 5 anos. Antes só</p>

		tinha água do poço. Depois de 5 anos foi que botaram água.
11	Quando cheguei era tudo mato, um buraco enorme ali na avenida, não tinha essa estrada ai ainda eles estavam começando a fazer essa avenida ai, a pista. Isso ai tudo era buraco, mato tudo escuro. Aqui do lado tinhaTudo aqui não tinha nada ainda. Foi a primeira casa aqui. Foi. Tinha as outras mas ninguém morava ainda. Tinha essa oficina ai de lado quando eu cheguei já tinha. Mas era aquele escuro, aquele deserto, parecia que você estava no mato. Ninguém passava por ai não? Não ai pela frente não tinha estrada não. Depois ai veio uma firma acho que é ate de recife, tava fazendo essa pista ai, foi quem fizeram essa entrada para mim, taparam os buracos botarão caçamba de cerra –tudo , ai fizeram essa entrada. Pra poder os carros vim fazer refeição porque senão tinha que rudiar por lá ou por cá. De lá tu ainda continuasse na secretaria, quando veio pra qui? Não quando cheguei aqui já tinha saído. Eu sai antes de chegar aqui por que lá eu passei 3 meses e 21 dias para eu poder vir para aqui. Não tinha mais ninguém, só tinha a minha casa. Sem energia, sem nada nem postiação tinha.	Num dá 100m. não. Ficou mais perto do rio
12	Não descreve o local. Fala do sentimento.	Ficou. Do rio não, do lago, porque não tem mais rio. A enchente do rio a gente achava a coisa mais linda...criava umas bolhas assim ao redor,umas espumas, eu achava bonito as caraibeiras, florida na época de setembro, ai do outro lado do rio.. é porque era assim do outro lado do rio era a Bahia, o rio dividia, mas era coisa chique e ficava pertinho, não ficava tão distante, né.
13	Quando eles fizeram agrovila eles davam o carro pra gente vir olhar...ai a gente escolheu esse que ficava perto. No dia da mudança a chesf mandava o caminhão e o ônibus pra trazer as pessoas. Tinha a casa e uma cesta básica, a casa tinha o chão de 17x40m.. Era o chão da casa? Hum fora o lote. Era. .a gente não podia fazer cercado porque não tinha definido a área de cequeiro, era proibido se não quando viesse fazer a divisão podia ta errado. Ai você trouxe os bichos? Trouxe os bichinhos só que se perderam tudo porque não tinha cercado. não tinha vegetação... não era como lá uma vegetação a beira do rio... Não tinha algaroba? Não algaroba eu trouxe de lá, vinte poucos sacos quando acabou-se[...] os bichinhos morreram de fome..a VMT só dava pra gente sobreviver ..não dava pra comprar ração pro bichos...lá tinha mato.. a gente não comprava uma fruta tinha água de coco .não era da gente mas a gente podia pegar manga. Banana, coco. .Aqui tudo que a gente quiser tem que comprar porque até agora a gente não recebeu. Tem 17 anos. Esse governo que entrou agora deu sinal. prá chesf pagar a dívida que ela tem com a gente. .No governo de Fernando Henrique ele deu dinheiro e o povo foi pra Petrolândia que não tem nada. cidade que não tem estrutura pra nada. E aqui a gente continua brigando. .hoje mesmo eu vou de tarde pra reunião . Não é com o sindicato dos agricultores de barreiros, e com a cooperativa. O senhor não me disse que era da cooperativa? Eu sou da diretoria do sindicato. .mais sou	-

	<p>cooperado. .a gente formou essa cooperativa. Eu sou um dos sócios fundadores.. A reunião e pra discutir as questões daqui? É. caso como que eu era pra pegar 3ha, meus filhos mais novo quando cheguei aqui tava com 10 anos, hoje está com 27 anos, hoje eu tenho cinco filhos naquela época eram três tenho um neto, e essa pessoas depende deu...como vou sobreviver. .só se for pra plantar maconha. outra coisa não dá. Três hectares não dá . Porque quando ele der vai retirar a VMT, não é?</p> <p>É a gente vai sobreviver disso aqui. Hoje minha fila tem 21, outro 27, 17, 11 e 12 e o neto com um ano e meu genro que não tem emprego, trabalhar ele trabalha mais não tem emprego. A minha filha trabalha no hospital que eu arranjei com o Prefeito, mais é provisório eu arranjei pra ajudar porque eles tem um filho pra criar e me desafogar um pouco. ela trabalha na central telefônica, agora mesmo a gente não sabe quem vai ganhar ela pode sair que não é concursada é só portaria.. Não é um,a coisa garantida. Você tem que negociar o lote, não é? É..mo meu filho de 26 anos foi pra São Paulo porque não tinha nada pra ele. nada pra oferecer, está com o tio lá...mais todo mes ele telefona.. pra saber ..a vontade dele é vir embora.</p>	
14	<p>Eu num sei oi, tinha só as casas mermo e mato seco e aí de pois foi quando o pessoal chegou que foi plantando coqueiro que era coisa ...</p> <p>[Quer dizer que era as casinhas?] É ai recebeu suas casas no começo a água era trazida de carro pipa e inchendo a caixa que tinha ali, né, logo assim que a gente chegou tinha esse caro pipa e tinha a hora de soltar a água pras casas . Ai agora já mudou foi feito um reservatório onde vocês passam aí é tudo né, a água vem desse reservatório. [Mas demorou fazer esse reservatório?] demorou ainda um pouco e essa já foi feito depois que a gente tava nessa agrovila.</p>	é o rio é lá na cidade a mesma distância ..dá uns nove quilômetros.
15	Não descreve o ambiente	-
16	inválida	
17	Não descreve os aspectos naturais	Não fala do rio
18	<p>Quando vieram pra cá era cobra, porque isso era mato, então aparecia cobra dentro de casa , besouro, barata,tudo, porque o que tinha no mato, isso aqui era mato, ai desmataram pra fazer a cidade, inclusive fizeram a rua dessa largura , lá na velha cidade você tinha mão dupla aí quando chegou aqui ... e foi uma danação de cobra, de sapo a zorra toda .</p> <p>E num tinha nem porta quando tu chegou aqui, como foi que tu fizesse ?</p> <p>Tive que fazer as pressas, mandar colocar pra condição de mais segurança né como aqui vinha muita gente de fora ai começou à violência, deixar o menino na rua já ficava preocupada e a água a gente num tinha água tratada com podridão da vegetação que a água cobria das inseticidas de tudo que era bagaceira aqui.</p> <p>E essa água é a que vocês usavam pra beber ?</p> <p>Tinha uns poços artesianos né e a gente começou a receber o carro pipa mas muitas vezes não atendia e a gente tinha que ir lá no posso e era uma fila enorme de pessoas pegando água pra consumo.</p>	exato, porque aqui agora ta até melhor mas teve um período aqui que a gente tinha água um oito não ai era um sufoco tinha que depender de alguém que no caso a vizinha da frente tinha uma caminhonete e pegava o balde porque é muito distante num tinha como a gente botar na cabeça como na velha ai se num tivesse conhecido que tivesse carro dançava.

19	Não fala dos aspectos naturais	Não fala do rio
20	<p>Não fala de aspectos naturais, fala dos aspectos culturais</p> <p>“Basta lhe dizer o lugar foi muito estranho pra mim, primeiro porque essa distribuição em quadras, distribuía a população, a gente que era vizinho foi morar num sei aonde, a minha vizinhança todinha desapareceu num tinha nenhum vizinho meu da época de velha Petrolândia, havia só conhecidos mas ninguém era os antigos vizinhos num tinha nenhum e isso já foi um impacto né e outra coisa como a cidade era assim de quadra muitas vezes se perdia eu pegava o carro pra ir na casa de alguém e terminava me perdendo nas ruas quer dizer no início num foi.... ainda hoje eu sinto muita saudade da minha cidade” [...]</p>	<p>E aqui ficou longe do rio?</p> <p>Muito longe</p> <p>Ficar longe do rio foi ruim pra senhora?</p> <p>De certa forma abala porque você tinha mais de um visual eu particularmente tinha porque amanhecia o diz eu via o rio né ia pro colégio já tinha outra paisagem, mudou a paisagem totalmente eu num via mais aquele pôr do sol belo que ficou só na memória e nas fotos que guardei com muito carinho essas fotos eu mandei pra São Paulo e quando vim pra aqui que montei uma loja eu ainda cheguei a vender cartões postais com frases que eu vendi tudinho, as fotos estão todas em Recife a única solução e quando eu for lá eu lhe mostrar. Eu tenho até o disco com música que foram feitas como despedida da cidade de Petrolândia, quando você for embora passe aqui eu vou procurar pra lhe dar um, nessa época pessoas da cidade criaram artistas da cidade, criaram letras e colocaram músicas sobre Petrolândia é tanto que o hino da cidade hoje é uma das músicas que o rapaz daqui fez e ele foi até meu aluno.</p>
21	Não fala. Fala da luta do sindicato para ajudar as pessoas no remanejamento.	Não fala
22;23;24;25; 26	<p>E- E quando chegaram aqui, como é que foi que vocês encontraram, não é, o lugar? O que é que tinha?</p> <p>P- Encontramo, mas a gente achou muita dificuldade, estranho. Por causa de quê?</p> <p>Dona Francisca- (Incompreensível).</p> <p>P- Porque aqui a senhora chegava.</p> <p>E- Só tinha a sombra da casa.</p> <p>P- Só a sombra da casa, não é? não tinha um quintal, não tinha um pé de planta, não tinha nada.</p> <p>Sr. Manoel-e principalmente...acabou tudo... (frase incompreensível).</p> <p>P- E principalmente aqui, na mudança, antes da mudança, a gente veio uma visita pra ver se nós se agradava da agrovila ou não.</p> <p>E- Sim.</p>	

	<p>P- Mas aí quando nós chegou aqui, a gente fiquemo todo assombrado, porque dizia: mas rapaz, esses lugar aqui é muito assombrado com gente que não presta, isso assim, assim.</p> <p>Dona Francisca- “Mas no começo foi ruim.”</p> <p>P- Foi ruim. Mas pronto!</p> <p>E- Só tinha a sombrinha do telhado da casa?</p> <p>P- Só.</p> <p>E- Mas as casinhas era bonitinha, assim, “agradável”, as casas arrumadinha?</p> <p>Dona Francisca- Era.</p> <p>P- Ela foi feita de bloco, acabadinha, rebocadinha.</p> <p>P- Eu morava lá que era uma de taipa.</p>	
27	Não fala do ambiente natural	Não fala do rio
28;29	<p>[Não descreve o ambiente natural]</p> <p>Ninguém achou estranho não pois a gente morava aqui pertinho, né, não teve muita mudança, não teve quase diferença, se fosse pra gente deslocar pra outro canto ai a gente notava diferença.</p>	<p>Foi indenizado a terra e a fazenda, as da beira do rio foi tudo indenizado, os valores tudo baixo, mas a gente botou um advogado de Recife pra conseguir um precinho melhor.</p> <p>[...] e nós aqui sempre ficava afastada da beira do rio por derradeiro é que veio receber a correção.</p>
30	Não descreveu os aspectos naturais	Não falou
31	<p>Caatinga. Tudo rasteira, só caatingueira, tivemos problemas aqui em relação ao terreno por sinal até a universidade de Pernambuco, Bahia fizeram uma reunião, as casa aqui[...]</p> <p>Apareceram os predadores, tucunaré, acabou com os peixes que nós tínhamos lá, não tem mais, principalmente peixe de couro que era o surubim , era o pira , isso não existe mais aqui , só existe peixe de escama e o predador ..</p> <p>E também eles não podem fazer a piracema , porque eles fazem subindo a barragem empatou..</p> <p>O desaparecimento de duas cachoeiras aqui a de São Pedro e a de Itaparica isso aqui tá perto de uma besteira porque usava o rio, pescava assim final de semana, pegava sua vara de anzol, isso mudou, não tem isso , outra coisa que prejudicou também a vazante que o rio quando não tinha a barragem o rio enchia ai ficava aquilo florado , parecia um paraíso, a coisa mais linda do mundo.</p>	<p>Eles mudaram o leito do rio , deixaram um braço por aqui pra aproximar mais[...]</p> <p>[...] quando o rio enchia formava uma vazante e o agricultor aproveitava a vazante não tinha irrigação , não tinha bomba ai baixava a umidade ai plantava ali batata doce, arroz, e hoje não existe mais aqui, isso foi uma coisa que deixou muitas pessoas triste ali..</p> <p>Plantavam ali pra subsistência mesmo e isso desapareceu com a barragem</p>
32	<p>Não descreveu os aspectos naturais</p> <p>M- Se for pra cidade livre...eu não vou pra lá.</p> <p>E- Cidade livre era o quê?</p> <p>(Várias vozes).</p> <p>M- ...que fica abaixo da barreira.</p>	<p>Ficou perto também, se tirar essa rua daí debaixo, tem uma rua que atravessa assim, vá vê o rio...</p>

	<p>E- Sim. Aí o senhor não queria ir. M- Num ia. Se fosse pra lá eu não ia. E- Mas por que o senhor não ia? Porque... M- Bem, porque era lá atrasado, lá... E- Era um lugar estranho, não é? M- Estranho. H- Ele não queria ir pra lá. M- E...se fosse pra lá, eu ia pra Tacaratu. E- Que era mais... H- Conhecido. E- Tá vendo? Era uma referência. Era um lugar conhecido. H- Era. E- Era sair de lugar que ta bom, mas pra um lugar que ele conhecesse. M- Se fosse no Brasil também não era muito bom não. E- Hun, hun. M- Agora se fosse aqui... H- (Ri). E-(não entendi). M- ...no alto do Serrote... H- Ah, ali é maravilhoso, não é? M- Aí eu to lá. E- Ah, certo! “confia” no sentimento dele porque é a terra dele. M- É. E- Era a sua terra. Você tava mudando duma terra pra sua terra mesmo. Então? H- E ele disse.</p>	
33	<p>Bem esquisito, a cidade nova, poucos moradores, esse murinho aí era bem baixinho, do outro lado não tinha casa era passagem livre, por todo canto era passagem livre por aí. Os peão passava, roubava, tinha uma valetazinha aí deixaram um dreno de lado e de outro, deixaram como ali feito aquela paredizinha ali que era bem fundo, aí eu fiquei desambientada com as coisas pra guardar as coisas do doce. Não tinha canto pra guardar os doces? Eu achava assim desatualizada. A casa era pequena? Por causa da falta de costume, com o costume da de lá eu achei dificuldade quando cheguei aqui, né. Aí comecei colocando minhas coisas por aí e foram roubando, muito movimento, muito peão, tinha muita firma trabalhando naquela época aí levavam até garrafa seca se achasse levavam. Nossa não podia deixar nada, né? Levavam tudo. E a casa quando a senhora chegou a senhora gostou da casa? Gostei a casa era bonitinha bem acabadinha, piso, hoje o piso tá todo acabado, foi muito mal feito esse piso, era bem arrumadinho, bem bonitinho. Cerâmica? Era cerâmica, a cozinha... Quantos quartos tinha? 3 quartos, depois eu fiz outro. Tinha sala? Sim, só não tinha copa. Tinha sala, cozinha e banheiro.. Essa arezinha aqui aberta e a área lá de trás tudo sem grade. Com o dinheiro do Box que eu vendi foi que eu botei as</p>	

	grades, tinha muito ladrão, hoje também tem. E a senhora quando chegou aqui se sentiu meio desambientada mas assim... Foi, mas feliz, porque tava numa casa boa que eu me agradei bastante, o modelo da casa, tudo eu gostei.	
34	Inválida	

APÊNDICE I – PLANILHA 9 – ASPECTOS ARTIFICIAIS DEPOIS DA UHE

Entrevista	Descrição da Moradia
1	Tinha cinco quartos, duas salas, tem terraço, na frente e outra atrás. Recebemos a casa sem muro e sem cerca. O lote era 8 há, sendo 6 irrigados . As telhas eram comum, paredes de alvenaria, piso de cerâmica. [1]*
2	116 metros, ela tem mais agora mas foi eu que fiz. O lote tem oito hectares. Tem cinco quartos, duas salas, banheiro, cozinha, área de serviço. Nem água tinha mas chegou logo. Tinha fossa. A água pra casa chegou logo, só não chegou para irrigação Era de telha comum, paredes de alvenaria e piso de cerâmica. [2]*
3	Quando a gente veio praqui só tinha a casa daqui pra trás o resto fui eu que fiz. A minha tinha 176 metros e a daqui a chesf só fez 116metros. Mas agora lá era chão, era cimento, não era forrada e esse resto de metro que sobrou colocou o forro e a cerâmica.Só tinha só as pecada do lote tirada. Só tinha mato. Tinha 4 quartos, uma sala e cozinha, um banheiro e dois terraço. Telha canal, parede alvenaria e piso era cerâmica.[3]*
4	“Só era o corpinho da casa mesmo. Parece que é 116 metros, tem cinco quartos mas permutamos na de lá. A casa purinha aqui dentro da caatinga [...]” [4]*
5	Eles construíram com quatro quartos, tudo pequeno, tudo são pequeno, uma sala pequena, uma salinha de jantar também pequena, uma cozinhezinha bem pequenininha.e um banheiro.(eu pergunto) Tinha terraço? O terraço era esse quadradinho aqui. O telhado era telha comum, as paredes de alvenaria igualzinha a minha que eu tinha lá. [5]*
6	Tinha tudo direitinho. Só não tinha forro e a gente forrou . As paredes eram de alvenaria, o piso de cimento e a telha comum. [6]*
7	Ela tinha quatro quartos muito mal acabada, tinha muita coisa que eu não gostei. Já tinha cerâmica, a senhora não gostou? Não, o líder dizia...pra pessoa vinha olhar ... agente escolhia a cerâmica por que eles perguntava qual a senhora gostou...eles diziam que iam mudar...quando agente saia eles mandavam continuar com aquilo que a pessoa não gostou, o engenheiro..[...] Tinha, o muro era baixinho, atrás não tinha área de serviço...eu já mudei muita coisa.(7)
8	A casinha era boa tinha dois quartos, sala, uma cozinha pequena e fora da casa tinha um banheiro e tinha uma dispensa, o banheiro não tinha bacia, eu cheguei de resguardo meu esposo teve que botar uma bacia era essa a dificuldade, .. Tinha cerca, era cercado? era tudo aberto, Tinha bicho? .. não tinha bicho.não, nunca vi, não.[8]
9	16 m! É.. Tinha quantos quartos? 5 quartos, só que eu aumentei uma cozinha, um banheiro, uma dispensa, tudo foi eu que fiz (voz de outra pessoa). [...] Duas salas... e a cozinha era desse tamanhinho [...] Aí depois vocês foram aumentando, não é? É.[...] agora é telha comum, parede de alvenaria, piso de cimento.[9]*
10	Era bem menor, a gente fez área e aumentou, fiz uma cozinha, fiz mais um quarto. Ela tinha 5 quartos mas tudo pequenininho. Tinha sala um banheiro, a cozinha era pequenina, a gente aumentou, um terraçinho bem pequeno.[10]*
11	[...] foi que a chesf fez para eu poder mudar para aqui. Sim mais quando você se mudou? Quando eu me mudei tava pronto, a chesf tinha feito. Como era? Era isso mesmo, ai só menos esse salão, a cozinhaTinha esse terraço aqui? Tinha não, era aberto. Só tinha o cimento mesmo. Só tinha o salão e atrás a casa é? Não a casa não. Quando eu cheguei aqui só tinha o salão, dois banheiros, o balcão ali e a cozinha, só. E onde você ficou morando? Eu fiquei morando numa casa da chesf, que a chesf emprestou ate construir a minha. E a tua casa onde fica? Fica aqui atrás no muro do restaurante, é tudo um terreno só, depois construiu a casa. A chesf logo construiu ou demorou? Nada passou 1 ano e tanto para construir. E ai quando construiu tinha como, quantos quartos? Tem dois quartos, sala cozinha e banheiro e é murada aqui todinha já pegando ao redor do bar direto. É murada? É mais ai não tem quintal ou jardim, né? Não só tem quintal. E ai tu deixasse de plantar? E eu deixei de plantar as minhas plantas,

	tem um pé de coqueiro e tem mamoeiro quebrei o piso e fiz. Ah, era cimentado. Era. (11)
12	Eu só fiz ajeitar aqui esse terraço porque eles fizeram bem feinho parecendo casa de fazenda, com uns canos, umas bicas aí eu mandei ajeitar. Tinha quantos quartos essa casa? Essa tinha 3. E sala? São 3 salas, cozinha que da área de serviço eu fiz uma cozinha. Banheiro? São 2 banheiros. Já tinha 2 quando você chegou? Já. Área de serviço? Tinha mas eu fiz uma cozinha. E tinha terraço também, né? Tinha. Tinha quintal? Tinha enorme que depois eu fiz 3 apartamentos para costura. A senhora que escolheu essa casa? Foi, porque eles fizeram uma reunião pra escolha da casa aí meu irmão passou uma procuração para eu resolver, foi que no dia da reunião ele foi comigo pra escolher, aí olhou e disse se perguntar você escolhe essa aqui. Ele mora onde? Em Campina Grande. Então não teve dificuldade? Não. Quando foi pra fazer a permuta eles queriam me dar um tipo de casa diferente, mas eu não quis não...minha casa é muito bem cuidada, é toda pintada a óleo e dentro é toda paredex, com minha casa eu sempre tive muito cuidado. (12)
13	Tinha um quarto uma sala e cozinha, dispensa e banheiro. Eu fiz mais dois quartos.. Aumentou, né? Aumentei.. O piso? O piso era de cimento. [13]
14	porque era de acordo com o tamanho da casa da gente de lá. A entrada das casas são diferentes, a minha mesma são três quartos...a cozinha né. A cozinha ...sala...Sala e o banheiro? Tinha duas salas. Tinha duas salas já ou tinha uma só? Tinha duas sala ...Tinha a parede né? Tirei a parede e deixei uma só... Duas salas e um banheiro...tinha terraço também ? Era pequenininho era só um cantinho na frente [...] [14]
15	[...]enquanto a gente sentia aquela alegria assim água encanada, dentro de casa, banheiro..que antigamente agente so podia tomar banho de noite tudo organizado...que a gente não tinha nada disso, geladeira, televisão. Ai foi uma coisa boa né? Eu achei. [...]3 quartos e duas salas. Tinha cozinha, banheiro, tinha terracinho? Tinha. Tinha quintal. Jardim? Não. Aí tinha energia, né? Os materiais usados? era telha, nas paredes alvenaria, né, uma casa padrão[...] [15]
16	Inválida
17	Preferi receber o dinheiro pra construir a casa...ninguém recebeu menos do que valia.. muitos receberam muito mais, porque souberam negociar.. eu fui um dos prejudicados porque não soube negociar, recebi 61 mil, achei que estava bem indenizado. .aí depois que vi que outro igual recebeu 120 mil, aí agente fica chateado ..sabendo negociar teve dinheiro.. teve uma coisa absurda na Chesf, da indenização quem devia da a palavra final na avaliação seria o escritório da construção mais não o advogado mandava pagar três vezes mais que o escritório tinha autorizado. Ela podia valer mais mas dependeu do local.. Já vim com essa construída. E eles indenizaram antes, agente ficou lá até na época de destruir.. mais eu já me mudei pra essa daqui..eles me indenizaram as duas casas por 61 mil ai eu construí essa.(17)
18	foi muito sofrimento aqui menina é porque fizeram assim como pega um monte de animal bota dentro de um carro e joga ai e te vira, nas mudanças eles davam esse apoio de transporte ai dava umas quentinhas e muitas vezes diante da temperatura quando precisava as quentinhas já estavam azedas é... mudou assim os hábitos, os costumes, as vizinhanças aqui a gente não teve pra escolher né eles diziam “ o lote é esse” que era lá perto do hospital ai eu fui escolher né ai escolhi aqui e essas três casas era tudo irmã e tinha uma vizinha que já era conhecida mas ai na frente não tinha ninguém mas conseguimos juntar quatro pessoas conhecidas. Essa casa que você construiu logo 40 metros quadrado? não eu construí logo tudo Mas deram dinheiro pra você ? não, deram material né tijolo, cimento, madeira... E esse material todo telha normal, piso, alvenaria, já botou cerâmica ?

	não a cerâmica foi por minha conta né.(18)
19	<p>E a casa era tão grande como a outra, a proporção da área?</p> <p>Não a outra era maior, muito maior.</p> <p>A senhora podia dizer quantos quartos tinha a outra?</p> <p>Tinha uns 8 quartos.</p> <p>Banheiro, sala?</p> <p>Tinha 3 banheiros, aqui tem 4, mas lá era suficiente</p> <p>Aqui são 4 quartos?</p> <p>São 3, era uma sala.</p> <p>Com suíte?</p> <p>Todos.(19)</p>
20	era totalmente diferente, os quartos eram pequenos, lá minha casa era ampla, começou a chover na época e entrava água pela janela, era necessário eu colocar alguma coisa tipo pano agente pegava assim enrolava e colocava na janela porque quando chovia entrava água dentro de casa porque num tinha proteção e um dos motivos da minha mudança das reformas que eu tinha, eu fiz mais de uma reforma na casa, foi aliado a isso. (20)
21	<p>Não falou</p> <p>Fala como líder sindical: A chesf fez mais de quatrocentos casas teve quadra aqui que eu comecei na área social... ai foi que fomos ver os problemas da cidade na chegada da barragem nós fomos se organizando aos poucos...criando uma comissão aqui outra ali visitando os bairros, fizemos o levantamento da situação de Petrolândia, porque agente via a situação de Petrolândia mais agravante do que se esperava, muita gente já tinha sido indenizado,num tinha mais dinheiro, num tinha nada construído e a situação cada vez mais desagradável e com isso Elita que sou né pensou em fazer e num achou acordo de jeito nenhum a primeira coisa que agente viu que tava errada era o prefeito tinha prometido e não cumpriu, abandonou o povo entrou o multirão ... que multirão foi esse que passou seis meses e num construiu uma casa , todo final de semana fazia festa para o povo ..vim pra qui pra essa cidade nova para garantir os votos pra Arraes, quando passou a</p>
22;23;24;25;26	<p>P- Ela foi feita de bloco, acabadinha, rebocadinha.</p> <p>P- Eu morava lá que era uma de taipa.</p> <p>E- De taipa. Veio pra uma casa melhor, não é? e aqui já tinha água encanada quando chegou?</p> <p>P- Não. Era pipa.</p> <p>Dona Francisca- Era pipa.</p> <p>E- Caminhão pipa. Mas botava numa caixa e abastecia todo mundo.</p> <p>P- Abastecia a agrovila.</p> <p>E- E tinha energia?</p> <p>P- Tinha.</p> <p>E- Cada casa tinha sua cota, tinha sua cota?</p> <p>Dona Francisca- Pra isso, até hoje nós sofre com a água, viu?</p>

	<p>P- (fala incompreensível). Dona Francisca- Água nossa. Contaminada, não é? P- É. E- É? Dona Francisca- Pode anotar aí que é pra saber. E- Eu to, to , to, ta aqui gravando tudinho. Dona Francisca- Pois é. A água da gente é contaminada....(fala incompreensível). P- É a única dificuldade maior que nós tem aqui... E- E vem de poço, hoje, ou é de pipa? Dona Francisca- Vem da represa. Sr. Manoel- Vem da represa. P- Vem direto do rio, a água. E- Vem direto do rio? Não tem tratamento? P- Tem quando chega aqui. Mas... Dona Francisca- Mas algumas vez. Às vezes não traz nem material pra “carregar”. Sr. Manoel- (fala incompreensível). E- E a água com agrotóxico? P- Foi levada pro Recife pra fazer análise, mas... P- Já mandaram não sei quanta amostra dessa água mas não ninguém deu resultado nenhum. Dona Francisca- Ninguém resolve. [22;23;24;25;26]</p>
27	<p>. A minha casa num foi uma das primeira não. Eu até fiz uma permuta com o chefe. Ela perguntava, né? Você escolhia sua casa, eles vinham, faziam um levantamento e dizia o valor da casa é x. Aí você vai receber uma casa nível 4 porque sua casa é uma casa boa. Aí eu aceitei essa permuta. Um dia eu vim aqui olhar uma casa igual à minha que eles tavam construindo. Quando eu olhei, Deus me livre ficar dentro dessa casa! Mas eu já tinha assinado. Antes deu assinar eu liguei pro meu marido e ele disse: não, eu num to aí, você sozinha com essas crianças e construção, é muito trabalho. E meu pai morava comigo, já era de idade. Você não vai agüentar esse rojão então é melhor a gente permutar a casa. Aí eu passei e entrei numa casa e perguntei: que nível é essa aqui? Nível 4. Ah! Então é minha, vou entrar. Quando entrei, uma cozinha pequena, eu sou bem interiorana mesmo, de cozinha grande mesmo, fiquei desesperada e liguei pro meu marido. Aí ele disse: não é porque num terminou? Aí eu disse: não dá certo aquela casa, não dá pra gente. Mas a gente já assinou. Aí eu disse: não tem problema de assinar. Peguei o carro e fui lá na CHESF, aí cheguei lá e disse: me diz uma coisa, e essa que vocês tão construindo pra essa pessoa que nível é essa casa? “nível 4”. Ah! Mas eu num quero não. “Mas todas as casas são padronizadas”. Aí foi olhar a ficha lá da gente, lá que tinha tudo que a gente resolveu, tudo que a gente queria, tipo quem queria mudar a cor do piso, quem queria botar cerâmica. A gente foi muito enrolado nessa construção. Aí eu disse: mas eu não quero aquela casa. “Mas não pode. A senhora já assinou”. Você veja como a gente fica numa situação dessa. Ele me deu os papéis e eu rasguei o papel pois eu não quero mais. “Porque a senhora fez isso?” Porque você num tá querendo mudar, se foi por causa dessa assinatura não existe mais, acabou. Eu não quero mais aquela casa, eu assinei sem saber como era aquela casa. “Porque você não quer?” Aquela cozinha é tão pequena que num dá pra botar nem uma mesa. “Mas não usa mesa em cozinha, não”. Não usa na sua casa mas na minha usa. Aí eu briguei e vim de lá até aqui chorando, né? Aqui que eu digo a outra cidade, porque eu tinha feito aquilo e não era bem do meu feitio fazer aquilo lá. Depois eles me procuraram e mim ofereceram mais algumas vantagens. “olhe, se você quiser a gente aumenta essa cozinha. A casa é padronizada mas você dá o material pra fazer isso e a gente não precisa mudar, a gente diz que você deu”. Você veja que eles fazem tudo pra você aceitar o que eles tão querendo porque era melhor pra eles do</p>

	que mim dá o dinheiro. Eu disse: não, num quero não. Num quero mais negócio com vocês. Eu quero meu dinheiro pra poder fazer minha casa. Aí recebi, na época lá me chamaram. Quando cheguei lá o engenheiro começou a rir, né? E disse: “mas rapaz, essa mulher é parada. E num é que ela rasgou o contrato que tava aqui”...(27)
28 e 29	<p>Ninguém achou estranho não pois a gente morava aqui pertinho, né, não teve muita mudança, não teve quase diferença, se fosse pra gente deslocar pra outro canto aí a gente notava diferença.</p> <p>A casa que vocês vieram, já era construída de tijolo, era umas casa diferente?</p> <p>A minha era aqui, por causa que eu morava com meus pais minha mãe tinha direito a uma casa grande, eu já tive direito a uma pequena, padrão, é tanto que a minha eu aumentei, imendou a minha com a deles.</p> <p>E essa casa quantos quartos tinha?</p> <p>Três quartos. E tanto que essa casa grande tinha um filho meu que era solteiro, minha mãe tava muito velha, quando fizeram o cadastro fizeram pra eu ficar com a grande e minha mãe ficar com a pequena, mas não ela fica com a grande porque eu morava mais ela, o mais de direito era dela, aí eu fui mais um irmão meu em Itaparica e lá nós modifiquemos o negócio, a casa grande ficou pra ela, já nós passemos pro irmão meu que era solteiro que morava dentro de casa mais ela, o salário que era pra ser pra ela eles se combinavam, ela já era bastante velha, aí passamos a casa pro meu irmão e o salário pra ele e ainda hoje tá.</p> <p>Cada um recebeu a sua casa padrão e a VMT com seu lote...demorou pra chegar irrigação?</p> <p>Pra nós demorou um pouco.</p> <p>Quantos anos?</p> <p>Uns doze anos.</p> <p>Doze anos, acho que não, sei que demorou...</p> <p>E os senhores ainda tinham a terrinha de vocês irrigada, ficava vivendo de alguma coisa ou ficava vivendo da VMT?</p> <p>Da VMT e do criatório que a gente tinha né.</p> <p>Por que não tinha água?</p> <p>Tinha não, e nós aqui sempre ficava afastada da beira do rio por derradeiro é que veio receber a correção.</p> <p>Ai durante esses doze anos a vida de vocês piorou ou melhorou do que era antes na fazenda?</p> <p>Pra mim não melhorou não. (28 e 29)</p>
30	<p>Era pequena, duas salas, dois quartos é porque eu aumentei...</p> <p>Tinha um banheirinho?</p> <p>Tinha, banheiro tinha. Tinha água encanada [30]</p>
31	Eu conhecia um funcionário da chesf que era responsável por fazer as indenizações, veja lá avalie minha propriedade, a roça, e a casa e eu quero o justo, assim ficou, a me colocaram no projeto Apolônio Sales, agora eu construí minha casa e fiquei sem propriedade rural.
32	<p>E- E essa casa que os senhores construíram aqui era maior do que a casa de lá?</p> <p>H- Essa é.</p> <p>E- Bem maior, não é?</p> <p>H- A de lá era, quantos metros, Manoel, de frente?</p> <p>M- Quatro de frente.</p> <p>H- Só tinha comprimento, não é?</p> <p>E- De frente, não é?</p>

	<p>H- É. E- E essa aqui é uma casa ampla. A senhora fez do jeito que a senhora...? H- Não foi muito como a gente queria, porque nunca a gente constrói pra dizer assim: eu queria era assim, não é? M- Essa aqui é o dobro da de lá. H- Sempre falta alguma coisa. E- Sempre tem uma coisa pra gente fazer. H- Não é? Mas ta bem. E- Satisfeita, não é? E aí a senhora usou já os novos materiais, porque lá era material antigo, não é? H- É. Lá não temos materiais.(32)</p>
33	<p>Foi assim, o empregado da chesf me trouxe o modelo da casa , me dizendo como ia ser minha casa se eu aceitava me informou um local que ficava perto do comércio, perto do Jatobá , ficou perto de tudo. E na época meu filho Natanael, que é pastor lá em Maceió , ele trabalhava com a chesf ele era chefe de cargas pesadas na chesf então ele se entrosou também com os rapazes que trabalhavam nessa área e me deu uma força pra que minha casa ficasse uma casinha melhor. (33)</p>
34	<p>Inválida</p>

APÊNDICE J – PLANILHA 10 – ASPECTOS CULTURAIS DEPOIS DA UHE

N.	Ficou perto dos vizinhos antigos (40)	Vínculos associativos
1	O primeiro morador fui eu, depois chegaram outros moradores, eram conhecidos mas não eram vizinhos antigos.	[...] só ACAMPI. Nós temos aqui uma associação ACAMPI. Não serve pra nada não, nunca fez nada. Associação dos colonos agropecuários de Petrolândia. E O Distrito de irrigação Apolônio Sales
2	Lá foi escolhido assim, cada um ficava perto de quem queria, perto de amigo ou família Eu escolhi ficar perto do meu filho. Pelo mapa eu tirei lá.	Na época a gente já tava associado na mesma de hoje. A gente se associou prá Ter mais força pra ser melhor indenizado. Até essa época de a gente se associar o valor de uma granja era 5000,00. Aí a gente se associou e lutamos, tivemos muito trabalho. Fomos 2 vezes em Recife, 1 vez em Petrolina, tivemos que ir em Brasília e o resultado é que separou essa área que eles diziam que era do Sindicato e não podia fazer casa dentro do lote, tinha que fazer fora. E a gente não aceitava pois a gente morava dentro do lote, até por economia mesmo, pois a gente a gente mesmo é vigia do nosso lote. Por isso a casa demorou a sair.
3	Fiquei perto de 4 vizinhos.	A CAMPI continua. Num é como antes mas ainda continua.
4	Homem, só um. Os outros ficaram arredados um légua...ficaram tudo por fora.	Eu faço parte de tudo mas a cooperativa tá parada porque ela mudou de presidente, o presidente não fez nada, acabou com o trator e tudo. Agora entrou o velho presidente e nós tamos esperando pro mode pagar as mensalidades e ativar. Eu nunca me esqueci não, no dia da eleição eu fui votar.
5	Não eu fiquei perto de outros vizinhos. Aqui nós escolhemos os vizinhos.	A cooperativa não existe mais não. Só o sindicato eu sou sócio.
6	Não fiquei perto de ninguém. Foi por sorteio aí misturou. Lá era uma comunidade quase como irmãos, aqui mudou.(eu pergunto) O fato de vocês ficarem separados mudou alguma coisa prá vocês. Não a amizade continua a mesma. Nas festas a gente se encontra. (o filho fala) Na feira e nas festas a gente se encontra.	Agora não é o Sindicato mais não é a Campi (associação)
7	A rua tinha muito terreno desocupado, sem casas, meus amigos ficaram distante, minha família. A senhor não encontrou mais as pessoas que conhecia? Elas também não gostaram da cidade do local? Não...alguns gostam outra não...Eu não sei depois o que aconteceu com as pessoas que depois que vieram praqui elas mudaram completamente, eu não sei por que razão. Elas mudaram o comportamento, assim...em que sentido? Eu não sei que foi...Algumas pessoas tiveram vantagem e melhoraram de situação financeira e mudaram...o que não foi o meu caso...eu não	Não, não consegui, me afastei de tudo [...] Aqui eu me sinto como um peixe fora d'água [...] quanto mais o tempo passa eu fico mais afastada de tudo, fico deprimida,. Até hoje me afetou...podem dizer que ficou um dez mais eu preferia muito mais a de antes.

	<p>recebi nada da Chesf Eles derrubaram minha casa e me deram outra...benefício nenhum! Pois é[...]. Eu fico admirada meu Deus, pessoa do mesmo lugar que nasceu e se criou e chegar aqui mudar completamente. [...] Eu moro aqui ..tem uma casa ...como lá só que quando eu tava triste ia na casa do vizinho conversava desaparecia....aqui não eu me sinto só...esses vizinhos aqui da rua a gente se conhece só de oi! Tudo bem... mais eu não sei como é a casa dela.... e a minha vizinha da frente só sei como é a casa dela porque ela fez uma cirurgia e eu fui lá fazer uma visita a ela e vi como era a casa dela por dentro. Lá a gente ficava na calçada conversando...apreciando a lua cheia que era a coisa mais linda que eu achava...aqui eu nem sei não sei onde fica a lua se é nascente...se é cheia...aqui eu não por que não dá pra ver[...] lá era diferente a minha casa!</p>	
8	<p>Fiquei afastado de quase todos de lá mesmo vieram.. quatro famílias..é umas seis...os outros foram para agrovila 2....</p>	<p>Não, faço parte de nada..</p>
9	<p>mudou tudo os vizinhos. Os vizinhos que era de lá foi pra Agrovila.[...] De frente aqui é uma tia minha...af mãe disse vamos ficar perto pré quando a velha tiver fraca a gente cuidar e ajudar, ai ficamos perto por isso. Então vocês escolheram ficar perto da família? Foi da família.</p>	<p>Você hoje participa de alguma atividade, associação? Sim, faço parte. Ainda participa? Participo. ACAMPI, e Distrito</p>
10	<p>Fiquei perto da família, essa é minha irmã.</p>	<p>Aqui a gente vai pras reuniões da câmara, distrito. [Passou a ir não foi ?]. Foi.</p>
11	<p>Fiquei distante. Mas porque você escolheu vir para pista, não é? É foi minha escolha.</p>	<p>Não, nenhum disso aí, não só aqui mesmo no bar.</p>
12	<p>Era sim eles chegaram aqui primeiro do que eu, quando eles chegaram com poucos dias a gente veio...[Mas as outras pessoas a senhora foi achando?] É achando. E aí a gente fazia aquela festa.</p>	<p>É do mesmo jeito, juntou tudinho de novo. A nossa associação legião de Maria quase.. gente foram embora pra Agrovilas e espalhou tudo ...quase que se desfaz, foi juntar eram cinco presidias, grupos e se dispersou de um jeito que a gente foi juntando através de um grupão e daí eu passei mais de 10 anos nessa diretoria, que a gente só passa 3 anos, pra juntar todo mundo e recuperar. Quer dizer que a dificuldade foi juntar, né? É mais conseguimos, demorou 10 anos. E o clube de mães? Veio e catamos os pedaços e continuou.</p>
13	<p>O mais próximos foi a família, meu pai minha mãe, meus irmãos e alguns vizinhos.</p>	<p>so o sindicato</p>
14	<p>Veio tudo na mesma época.. A família, os vizinhos também</p>	<p>Já ele já é sócio do sindicato desde lá.. e da cooperativa também.</p>

15	É o pessoal de lá veio tudo pra qui também, veio até família minha.	não.
16	inválida	
17	Aqui tudo é próximo tudo perto.	Não, .não. Aí é a história...com a idade a gente vai se acomodando, perdendo os estímulos que a gente tinha.. lá .nunca faltamos a reunião do clube.
18	Não falou da vizinhança	Eu participava de tudo, do sindicato. Gostava muito, ai diziam lá em casa que eu gosto muito de brigar, mas ver bem eu tive uma infância muito sofrida, meus pais muito pobres e eu me arreto quando vejo injustiça, então se a gente se organizar, ir atrás dos nossos direitos a gente sofri menos, por isso que eu sou assim gosto de ir a luta, gosto de reunião.
19	Não de nenhum deles.Nem família, nem ninguém. [...] a primeira coisa que aconteceu aqui, foi que roubaram o meu carro, daqui de frente de casa [...] outra coisa foi que o comércio lá era bem menor, como o comércio era menor eu acho que o movimento de algumas pessoas era maior, o movimento comercial, mas aqui cresceu, aumentou o número de pessoas, mas cresceu onde você passar tem um boteco. Um tempo disse eu ouvi falar, fiquei admirada, faz tempo, que tem 189 botecos, barzinho aqui em Petrolândia.	Continuei a participar do Lions. Teve e ainda hoje tem, por conta de muita gente ter ido embora e ficou assim, o Lions tem uma parte assim meio elitizada, no sentido de ter pessoas que tem boa vontade pra fazer o trabalho e ter condições de manter, porque é o único clube que você paga pra trabalhar e o pessoal aqui ficou meio egoísta sabe, e mais gente de fora que não tem aquela obrigação como a gente tem de ver as pessoas e socorrer.
20	Eu fiz questão de ser testemunha de ver tudo porque eu sonhava assim já que eu ia sair de lá uma pessoa como eu como fui professora, entendia , sabia que era um motivo para beneficiar uma grande coletividade, uma grande comunidade da nossa região do nordeste, sofrida, angustiada. Mas tudo bem e as esperanças nossa era que invés de trazer tristeza deveria ter trazido mais alegria num entanto para mim não trouxe muita alegria,não porque eu sou uma que não penso só em mim eu penso na comunidade, então hoje eu vejo as pessoas que deveriam ter uma vida melhor e que não tem por causa da construção da barragem, vi muitos velhos morrerem não porque eles não diziam a gente mas as pessoas idosas que sentiam saudade eu acho que isso acelerou o processo de tristeza de tudo e ainda hoje tem gente da cidade que quando se encontra com as pessoas da minha faixa de idade que me viram criança falam conversam muito sobre isso, recordam a aquele diz e as festas de	Na escola continuei e na igreja eu me afastei da legião, fiquei na legião com o auxiliar que eles chamavam que é aquela pessoa que não desenvolve trabalhos fora mas faz orações pra legião nas atividades de ação,não eu vou pra igreja eu colaboro com tudo que o pessoal da igreja pode pra que haja um apoio da minha pessoa, eu dou apoio em qualquer sentido menos com atividade de por exemplo de visitar um grupo ali isso não, porque eu comecei a trabalhar e eu ia pra Paulo Afonso ai não dava tempo. [...] Foi uma boa experiência porque aumentou meu relacionamento com outras pessoas, pude fazer comparações com jovens Petrolandense com jovens de Itaparica que eram filhas de barrageiras alunos que vinham de Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Bahia e até filho de estrangeiro que eram filhos de engenheiros da Queiroz Galvão, Mendes Júnior, Odebrecht...conheci muita gente que se tornou amiga até hoje então foi uma coisa positiva.

	São Francisco, as festas lá.No clube de Petrolândia que eram umas festas alegres, bonitas e organizadas.	
21	Não falou	Comecei como representante da comunidade que lá eu era, que eu vinha até a cidade pra ir a uma assembleia, mandavam me chamar...ai nós tinha a ilusão que nossa comunidade não ia ser atingida pela barragem de Itaparica, só que não foi, mas a gente foi trabalhando as bases foi lutando aos poucos, fomos descobrindo mata e fomos vendo que nessa comunidade ali ia se sair, aí foi quando aos poucos nossa caminhada chegou o momento de de eu vir morar na cidade, aí na cidade eu fui convidada pra trabalhar como funcionária eu me aposentei como professora e continuei trabalhando como funcionária, só que meu trabalho não se prendia , não foi só aquele trabalho burocrático , aquele trabalho de sentar no birô com atendimento em determinado horário, foi um trabalho que a gente se estendeu a causa que era tão forte que a gente tinha de trabalhar domingo, sábado, a noite pra visitar, aí foi quando a irmã Josefina convidou o centro de defesa dos direitos humanos aí foi fundado CDDH, dos direitos humanos aqui, ai aos poucos o sindicato foi dando uma lição de organização e os outros municípios que estão representando o povo trabalhador foram tirando a lição e foram fundando seus sindicatos e foi nascendo essa história...quando eu comecei a trabalhar no sindicato eu comecei a ver quem tava enrolando a gente, que não queriam negócio, aí os trabalhadores começaram a se unir município a município, cada um dizer o que pensava e o que queria a primeira experiência foi dizer que eles já vinham sendo atingidos da barragem de moxotó, uma parte do canteiro de obra ,né ai eles disseram que num era possível que a gente vai ficar a vida inteira de uma barragem pra outra e sofrendo as conseqüências , sem ter uma defesa aí quando o pessoal de Itaparica chegaram aí já foram começando a reagir, eles já tinham sido prejudicados por Moxotó, ai quando eles começaram a reagir o povo da chesf eram tão viciados em fazer as coisa de maneira que eles bem pensavam e não respeitavam demais que fizeram que num saísse as famílias que já vinham sofridas com essa questão de Moxotó, ai essas quatro famílias disseram que não saiam mais da maneira que a chesf queriam que eles saíssem que já era a segunda ou a terceira vez que eles já tinham ido de um lugar pra outro, ai como eles reagiram eles puxaram e derrubaram as casas ai teve um velho que pegou a imagem do senhor e um caxote e nesse momento tava acontecendo um encontro nosso lá em Juazeiro da Bahia e foi nascendo encontros e mais encontros e chamar a instituição e organização, gente representando igreja em tal lugar e foi tomando força em defesa do vale do São Francisco em questão da barragem né...
22;23;24;25;26	Ficou todo mundo junto P- Não! Feliz a gente fica o seguinte. Porque de qualquer maneira a gente vimos tudo vizinhos. Porque tem agrovila por aí que vem gente de todo canto, de todo canto. Aí era ruim, não é? Mas nós não, nós vimos tudo de um canto só.	E- E os senhores chegaram a participar de alguma cooperativa, sindicato? Ninguém era sindicalizado? P- Não, não. P- Tudo foi assim.... E- O sindicato não ajudou vocês nesse trabalho?

	(Várias vozes).	<p>P- Ah, bom! Agora aí. O sindicato veio ajudar a gente, quando foi agora, já pro reassentamento, não é?</p> <p>E- Pra o reassentamento. Mas na época de lá não?</p> <p>Dona Francisca- (incompreensível).</p> <p>E- Mas aí quando foi na mudança...vocês...</p> <p>Dona Francisca- O sindicato tava de dentro.</p> <p>P- Tudo foi o sindicato.</p> <p>E- Tudo. Se não fosse o sindicato que tivesse ajudado.</p> <p>P- Ninguém tinha nada disso por aqui não.</p> <p>P- Que a CHESF é boa, até hoje vive sustentando nós, com salário, com tudo, mas é na briga.</p> <p>E- Na briga.</p> <p>Dona Francisca-</p> <p>P- Porque a senhora sabe. Ela não cuida de agricultura. Ela cuida de energia, não é?</p> <p>E- De energia. É verdade.</p> <p>P- Agricultura pra ela...</p> <p>E- E aí o, o, ... tá ligado ao sindicato foi muito importante pra vocês?</p> <p>P- Com certeza.</p> <p>Dona Francisca- Foi sim. Até hoje é.</p> <p>P- Se não fosse o sindicato nós não tinha ganhado essa.</p> <p>P- Já funcionava lá. A gente já tinha muito contato.</p> <p>Dona Francisca- (incompreensível).</p> <p>P- É.</p>
27	Eu achei ótimo minha vizinha ter continuado a mesma. Mas se fosse outra eu também num tinha problema nenhum...	Eu sempre assim, trabalhei com a comunidade carente, mas fazendo movimento de campanha do agasalho. Sou do Lions, da Maçonaria...
28 e 29	Ninguém achou estranho não pois a gente morava aqui pertinho, né, não teve muita mudança, não teve quase diferença, se fosse pra gente deslocar pra outro canto aí a gente notava diferença. Veio todo mundo junto.	<p>Tem um filho meu que mora em Petrolândia, é técnico ele é quem ...vende as mercadorias. A cooperativa até aqui pra mim não ajudou em nada...</p> <p>[E o sindicato, vocês são hoje sindicalizados?]</p> <p>O sindicato em alguns pontos ele ajuda bastante , sobre esse negócio do salário (VMT) da gente de não ter cortado ainda, eu acho que o sindicato pra nós aqui tem ajudado muito..</p> <p>Nós somos sindicalizados.</p> <p>Então , a estrada melhorou?</p> <p>Melhorou é de terra mas melhorou.</p> <p>E atividade comunitária tem alguma associação, sem ser cooperativa e sindicato, associação de moradores, clube de mães...?</p> <p>Tem na Igreja.</p> <p>Tem escola aqui?</p> <p>Tem um grupo.</p> <p>E na Igreja todo mundo se reúne?</p>

		<p>Tem missa, palestra, é mais as mulheres que vai E hoje vocês se sentem bem morando aqui? Bom o lugar num é dos mais ruins não, a gente nasceu e se criou aqui, tem que viver aqui.</p>
30	<p>Muito... no tempo que eu vivia lá vivia sossegado hoje aqui vige Maria é tanta zuada e tanta coisa ruim nessa agrovila que você nem imagina...você tá aqui com um pouco ta a notícia “mataram um em tal canto”...balearam outro, mataram dois acolá é assim o rojão, antigamente num tinha isso ai... Bom dá pra viver, agora igual na fazenda não era não, mas da pra viver né, porque aqui juntou muita gente né na fazenda era separado hoje aqui e que nem uma rominha né da muito bebo da muita gente arruaceiro, morte... Tem acontecido morte por aqui? Dá, tem acontecido morte faz 3 meses ou 2 meses que mataram um, foi aqui dessa casa vizinha o dono da casa matou um aí, matou ai na frente da casa ele investiu pra entrar na casa do rapaz pra pegar a muié dele que entrou correndo pra matar ai em vez dele mata a mulé o rapaz foi quem matou ele...</p>	<p>Associado eu num sou não, porque do sindicato eu era porque eu pagava o sindicato mas hoje eu já sou aposentado aí deixei de pagar se da cooperativa nunca foi associado não....</p>
31	<p>Quando a gente chegou aqui não sabia onde a família da gente tava não , muitas vezes a gente saía e “ai tu moras aqui ?”, era uma novidade pra gente, e outras pessoas se perdiam ai vinha bater na igreja pra saber o lugar , porque quadra, era diferente. (esposa)</p>	<p>Agora também que o pessoal tinha o rei na barriga não se unia com a gente não, ninguém queria ficar lá porque as madames quando chegava pra fazer compras em Petrolândia, ave Maria, mal pisava no chão, a gente ia pra uma reunião do lions a gente deixou até de ir porque era um desfile de moda, ai eu dizia se for pra trabalhar pra fazer bem a comunidade eu vou mas se for pra desfile não conte comigo não.</p>
32	<p>Não fala de vizinhos. (A cidade nova foi construída nas terras onde era a fazenda da sua mãe.)</p>	<p>Nunca mais eu fui assim, às reuniões. Mas sempre quando precisam de algum apoio, eu ajudo[...] E- E o senhor....Manoel, o senhor fazia parte daqui do clube ou do Lions ou de algum movimento de associação...? M- Aqui, não.</p>
33	<p>A vizinhança não tinha. Foi assim, o empregado da Chesf me trouxe o modelo da casa , me dizendo como ia ser minha casa se eu aceitava me informou um local que ficava perto do comércio, perto do Jatobá , ficou perto de tudo. O lugar era bem esquisito, a cidade nova, poucos moradores, esse</p>	<p>Continuo da parte ativa, faço parte do grupo de auxiliadoras (igreja evangélica). Não a gente faz parte, porque a gente ensaia, canta no grupo, promove festa...agora mesmo nós estamos promovendo um congresso para o mês de novembro.</p>

	murinho ai era bem baixinho, do outro lado não tinha casa era passagem livre, por todo canto era passagem livre por ai. Os peão passava, roubava, [...]	
34	inválida	

APÊNDICE K – PLANILHA 11 – ASPECTOS RELATIVOS AO TRABALHO DEPOIS DA UHE

N	Mudou de profissão	Ficou sem trabalhar	Recebeu ajuda financeira (Chesf)	renda	Alternativa de renda
1	Eu antes trabalhava mais com criação e aqui eu mudei para agricultura.	No começo até chegar água, ia comendo o que tinha e plantando de chuva.. Quando chegou água chegou prá todo mundo. Eu ainda comecei primeiro porque comprei uma bombinha botei na beira do rio e plantei melancia.	Não.	Não tem um padrão melhor de renda porque hoje eu tenho dívidas.	Nesse lote aqui não vejo nenhuma.
2	Mantive a mesma coisa.	Cinco anos parado, só comendo da reservinha porque não tinha água. 50. Durante quanto tempo recebeu ajuda financeira da Chesf?	Não	Não achei que aumentou muito. A indenização eu apliquei em alguma coisa que não se acaba. Construi casa pras minha filhas (5 filhas).	Não
3	Não mudei de profissão mas aqui eu mudei prá uva. Houve uma parte de banana mas fora do lote. É uva de mesa com caroço.	Cinco anos. Nesta época tristeza, porque a gente vivia bem e ir prá um lugar ficar jogado, sem recurso nenhum, esperar 5 anos.. e depois de 5 anos é que foi encanar a água. Fui briga prá conseguir.		Sim. Mas eu devo muito no banco. Estou insatisfeito com o banco. A dívida do banco era prá ta menor, mas os juros... Eu já paguei mais de 10000 e a dívida já tá em 25000.....(Fala um pouco da dívida do banco).	Não.
4	Não	Passei cinco anos.Com a perna que não era prá entrar num curral, num era prá entrar num chiqueiro, num era prá entrar aonde tinha veneno... Aí é onde eu fui abaixo.. acabou de me derrubar.. Num tinha água também para trabalhar (a esposa) Daqui lá pro meio do pé era dessa grossura.. Eu fiz umas mudas de uva ai fui plantar e aí correu um bichinho que chama setenta perna, ele é cheio de perninha, ligeiro ..Aí subiu na minha perna e eu pá! E o diabete tava			Do dia primeiro de junho pra cá, segundo o chefe da chesf, Dr. Carlão, disse que tá pagando a nós que fomos descartado, R460,00 reais por mês. Disse que esse documento já está pronto e vai entregar a granja lá. Se me entregar eu tenho alternativa, eu vou cuidar dos meus coqueiros, vou adubar porque eu sei que daqui há uns dez anos ela

		<p>muito alto aí coçou e estourou. Passei cinco anos com a ferida, não teve médico que desse jeito.</p> <p>Eu fui plantar a uva, que nunca tinha plantado...lá eu não tocava uva.. A passagem só foi essa, mas outra não foi de jeito nenhum. Fiquei agora esses três anos parados (esperando a chesf resolver a questão da terra que está com problema de salinização) , sem puder fazer nada. Eu num paro mas a chesf diz “olhe não faça nada que a granja foi descartada e nós vamos dar outra, e vamos indenizar, vamos pagar a destruição que houve” até o dia de hoje...</p> <p>Eu num vou parar não...</p>			<p>não ensalina... Ele vai lhe dar uma outra terra em outro canto? Eu perguntei. Vai, mas ea gente fica morando aqui, como uma área de sequeiro. A terra também é perto do rio? É nada é lá perto do alto... a esposa comenta... é tirar da beira do rio prá botar em cima da serra...</p>
5	<p>Continuei com a mesma eu só não tive mais condições de criar gado Aí com o dinheiro das vacas a gente construiu os galinheiro pra dar continuidade a vida, né?</p>	<p>Quando eu vendi o gado, acabou, até quando veio a irrigação (cinco anos). Eu fiz uma poupançazinha e fui vivendo da poupança. (eu pergunto) E as galinhas? Com o dinheiro do gado e um pouquinho da poupança aí eu comprei as galinhas, e aí era uma pequena renda a das galinhas.</p>	<p>Não. Até o salário que eles prometeram a VMT, que era “cesta base” eles não pagaram até hoje. Eu fiquei morando em outra cidade como eu disse a senhora, que minha filha mudinha não se adaptou aqui. Eu passava quinze dias lá e quinze aqui. Eu tive que ficar esse tempo todinho assim até chegar a irrigação. Aí quando começaram a implantar o projeto aí eu peguei minha família e viemos de novo prá cá.</p>	<p>A renda era muito baixa... Aí chegou o genro dele no terraço e comentou: eu vi quando a senhora perguntou a ele quanto tempo ele ficou sem trabalhar. Nós ficamos cinco anos aqui, doutora, comendo o que tinha. Acabou tudo, ele sabe disso, acabou tudo, ficou praticamente sem nada. É porque cinco anos sem produzir, a situação foi lamentável...</p> <p>A alternativa de renda foram as galinhas. Mais ou menos três mil aves.</p>	<p>A alternativa de renda foram as galinhas. Mais ou menos três mil aves. A cooperativa não existe mais não. Só o sindicato eu sou sócio.</p>
6	<p>Não, eu não mudei de profissão.</p>	<p>Eu nunca parei de trabalhar. Nós aqui num paremos não!</p>	<p>Não. É isso que está nas pendências. De vez em quando eles oferecem três</p>	<p>É a mesma coisa. Aqui a gente tem mais umas terrinha do que lá, mas as terras aqui é muito</p>	<p>Não</p>

			mil reais para assinar um termo... e já teve muita gente aqui que assinou. (a esposa fala) ã porisso que a gente tem medo quando chega uma pessoa aqui, a gente num quer conversar com medo e depois eles virem aqui e dizer: tome aqui três mil e assine aqui e não tem direito a mais nada. Aí pronto. Tem muita pendência ainda...	fraca e a gente gasta muito prá produzir. Lá era mais fácil porque aqui a terra é mais fraca. (a esposa fala) Aqui a terra é tão fraca que parece até que a gente tá trabalhando de meia, de aluguel	
7	Continuou a mesma coisa...não mudou nada.	Não	não	Não mudou	Não
8	Eu parei, por conta porque não tinha escola, depois quando foi pra retornar o Prefeito disse que eu podia ensinar até na minha própria casa..mais eu achei que fica muito difícil, colocar aqueles meninos todos na minha casa.. aí a gente fez um acordo com a CHESF e com o povo daqui, de fazer um barraquinho de madeira . pra que eu pudesse trabalhar..porque só tinha eu de professora aqui... ai então foi feito o barraco, aí	Fiquei mais sem trabalhar[...] trabalho, em casa.	Sim, .	Melhorou, com certeza..	Criação. [...]Tem a VMT e mais agricultura....

	quando eu comecei a trabalhar ...só trabalhei apenas uma semana o prefeito disse que eu não podia mais trabalhar, porque eu trabalhava pra Petrolândia e aqui era terra de Tacaratu , aí eu tinha que ir pra Petrolândia e ficava muito difícil, as crianças pequenas, aí eu pedi demissão, aí eu deixei .				
9	Não fiquei só com o criatório de frangos ao depois chegou a roça , aí a gente foi tocando a roça de novo.	Era ruim demais, a gente só ficava preocupado ,pois tinha medo dessa água não chegar...sempre com uma insegurança. Ainda hoje a gente tem medo desse projeto se acabar. Porque a Chesf quer que a gente tome de conta. Quem é que vai tomar de conta dessas bombas...Isso é muito pesado pra gente tomar de conta.	Nenhum centavo..	melhorou	As galinhas
10	não	sim	Não.	aumentou	não
11	Não, ficou a mesma.	não	não	Não, diminuiu	Não.
12	Não	Não, eu fiquei trabalhando. Mas a prefeitura veio logo? Veio, eu ficava lá e cá.O meu departamento veio pro último. O último que saiu foi o São Vicente, o meu setor e a Igreja.	não	Não sempre a vida vai melhorando sempre tem... agora que eu não posso mais costurar sabe o que estou fazendo...licor	Costurava, mas não dava muito tempo não, era pouco, eu andava muito, eu vinha muito para aqui, depois tenha de voltar, deixava mãe sozinha era aquela preocupação, ela também ficava preocupada que eu chegava tarde, mas

					era assim, eu andei até de pau de arara. Resolvendo as coisas aqui? Sim, vinha e não queria esperar por carro e pegava pau de arara com os trabalhadores.
13	Não	É falar a verdade depois que cheguei aqui não trabalhei. E o seu filho como aprendeu a ser agricultor, como o senhor ensinou? O meu filho não sabe trabalhar com irrigação...ele era muito pequeno não sabia trabalhar...quando ele voltar vou ter que ensinar. O senhor não teve oportunidade de ensinar como seu pai lhe ensinou? Eu vou ter que ensinar...ele sabe plantar cultura de sequeiro...mais irrigado eu vou ter que ensinar.	Sim, a VMT	Olhe a minha renda hoje é fixa. (VMT)	Não..não tem Fico assim em casa...vou ali no mato fico olhando um bichinho, tem uma vaquinha pra tirar um leitinho..cuidar de uma cerquinha..
14	Não	Não, porque quando eu vim praqui, meu cunhado tem uma granja lá pro lado de Barreira., aí eu passei bem uns seis anos trabalhando [...] é que ele já era assentado...lá foi mais rápido num estante aprontaram, aí passei a trabalhar na roça com ele. Trabalhei , trabalhei, mais só perdi foi aí que desisti.. [...]	Sim, VMT	Não falou	Crio “galeto”. É porque parado você tem que procurar alternativa...não ganho essas coisas porque eu crio pouco, mais ajuda
15	Não	Quando a gente chegou aqui não tinha trabalho nenhum, porque as terra que a gente plantava, ficou tudinho aberta, a Chesf tirou o cercado, levou tudo [...] Passamos assim do meio do ano para o outro né, aí quando foi logo depois a Chesf já dividiu o lote para quem tinha os seus aí a Chesf pagou para a gente desmatar , a gente desmatou e então depois a Chesf não deu ordem mais a gente cercou porque não tinha jeito de	Recebi VMT mais de 11 anos [...] mas depois que a gente vendeu o lote [...] antes a gente já tinha cercado e tudo aí chegou os galegos aqui e disse que quem tivesse água, aí ter que morar fora daqui, porque aqui não ia ter água ligada mais, agora quem quisesse	Não falou	Aluguel. Eu comprei uma casa boa lá em Petrolândia, e pelo menos um aluguel, né?

		trabalhar sem ter preparado, aí a gente recebia a VMT aí fazia muito bem a feira para passar o mês, nós ficamos aqui	permanecer em seu lugar, sua casa, seu lote, o plantio, se recebesse a compensação so da água que não ia ter e permanecesse em seu local ai foi isso que a gente fez. [...] Aí muita gente, a maioria indenizou. Quer dizer, aquele lote irrigado vocês indenizou e ficou só com a casa né? Foi só numa casa, aí cortou também a VMT. Ai ficando sem a casa era 40 mil reais e ficando com a casa 33 mil reais. Isso e mais nada? [...]. É, eles disseram que quem quisesse permanecer permaneceria, continuaria com a mesma vida, cortaria a VMT e a água não ia existir.[...] Esse foi o jeito de enganar todo mundo, até quando eles vinham perguntava se não tinha ninguém filmando		
16	inválida				
17	Não (prof. Liberal) Não..o trabalho continuou a mesma coisa não houve alteração na sua vida..com 53 anos de trabalho... O escritório aqui continua	não	não	Não. ai diminuiu porque foi muito concorrente. [...] Tinha mais movimento..[a contabilidade era maior depois que acabou a obra as firmas desapareceram e o movimento caiu.. Impacto positivo no comércio, restaurante .. ai a	

	funcionando bem..			cidade sente depois da obra..muita gente foi morar no Recife depois da indenização já estavam ficando velho..	
18	Não. (aux. De enfermagem)	Então, eu não parei porque minha subsistência não era a roça, mas a minha família sim.	Não	salário	Vendia coisas.
19	Não (era professora e comerciante)	Não. Não eu acho que eu trabalhava mais lá, eu me dedicava mais, aqui era aquela história , mais obrigatória porque eu era empregada, tanto que eu lá dizia enquanto eu puder trabalhar eu não vou me aposentar porque eu não me vejo uma pessoa aposentada, eu não consigo me ver assim, mas aqui eu cheguei e cuidei logo da aposentadoria.	não	não	Não. Me aposentei logo. E a senhora ficou trabalhando em outra coisa, foi? Não , minha vida é essa aí eu saio para ver os doentes, as pessoas que precisam..
20	Não, mas comecei a trabalhar como professora da escola de Itaparica	não	não	Na chesf com certeza muito melhor,melhorou meu padrão de vida como pessoa muito porque eu passei a desempenhar uma função que no Estado eu recebia um salário muito pouco e quando comecei a trabalhar na Chesf eu ta terminado o terceiro grau ai quando eu comecei mesmo a trabalhar na chesf eu já tinha licenciatura plena e a chesf dava um salário excelente ai melhorou sensivelmente pra mim e pra minha família de um modo geral,mas muita gente	Sim, outro emprego

				jogou fora o que ganhou e que recebeu não soube ter o controle esbanjou tudo e perdeu tudo.	
21	Deixei de ser professora para trabalhar no sindicato. E você era professora dava aula não? Quando eu passei pra cidade eu já não tinha mais alunos o lugar era pouco habitado e por sinal a escola tava fechada , a família foram se saindo e os alunos foram passando pra outra escola e eu chegando na cidade fiquei trabalhando na secretaria da escola foi quando eu dava um expediente no sindicato e por sinal ouve um período que passei sem trabalhar pro municípios .	não	não	não	A luta do sindicato
22;23;24; 25;26	Não	Sim, só vivendo do salário (VMT) P- Enquanto saía os lotes pra, toda época de chuva, a gente fazer os nossos plantiozinho que sempre fazia lá. E- E já foi irrigado os lotes de vocês, já ta pronto? Todos- Já. E- Demorou quanto tempo pra irrigar? Pra chegar...?	sim	não	não

		<p>P- Assim, na faixa de 7, 8 anos, não foi? (Várias vozes). Dona Francisca- Só comia o que a CHESF pagava. E- E nesse tempo ficaram plantando de chuva, não é, e pagando o salário? P- Inda hoje ela paga. E- O VMT, não é? E vocês hoje já tão produzindo? P- Já. P- Graças a Deus. E- E eles falam em tirar a VMT? Dona Francisca- Fala. Demais. P- Todo ano. Dona Francisca- Ave Maria! Todo ano. P- Todo ano eles ameaçam de cortar.</p>			
27	Não, continuei comerciant, abri uma loja de esportes e uma de noiva.	não	não	não	Sim, montei duas lojas.
28 e 29	Não.	<p>Sim, chegamos a ficar parados ,o lote da gente demorou ... Foram doze anos aperriados..e a luta era água.</p>	Sim, a VMT.	não	criatório
30	não	<p>Fiquemo porque num tinha água e a gente ficou muito tempo sem trabaio, passando necessidade que tinha fome porque num tinha água pra trabalhar né ai a pessoa ficou dentro de casa....</p> <p>Recebendo o salário? Não, o salário demorou pra sair, teve gente ai que passou muita fome eu num passei porque tinha me indenizado e tinha o resto do criatório né que eu num tinha vendido e esse</p>			

		<p>dinheiro que eu indenizei quase que eu perdi ele porque botei no banco e COLLOR levou...</p> <p>E ficou parado lá um ano? Foi quando eu recebi o dinheiro que dava pra eu comprar duas três D20, dessa quando eu fui receber em Garanhuns só dava pra comprar os pneus (ah!ah!ah!)...</p> <p>Collor fez isso com o senhor? Ele fez com muitos foi só com um não...</p>			
31	Não. Fui vereador e vice-prefeito.	não	não	não	não
32	não	não	não	<p>M- Quando a gente veio praqui, chegou aqui, continuamos no meu bar. E- Continuou, não é? H- No meio dos freguês, as mesmas pessoas... M- Até agora um pouco. E- E aí o senhor observou assim, que o movimento ficou melhor, depois quando veio pra cá? Melhor do que lá? H- Melhor, porque... E-Financeiramente melhorou? H- Melhorou. M- Melhorou. E- O movimento da cidade? H- Melhorou muito. M- Eu posso dizer que melhorou bastante. E- Bastante, não é? M- É.</p>	Não

				E- O movimento, a cidade ficou mais... H- Ah, é.	
33	não	não	não	Não fala	Vendia doces, mas já estava parada, e minha filha não trabalhava e depois que chegou aqui depois de um ano ela arrumou um emprego ela e meu genro.
34	inválida				

APÊNDICE L – PLANILHA 12 – SENTIMENTOS EM RELAÇÃO À MORADIA DEPOIS DA UHE

n. do Entrevistado	Como sentiu-se na mudança (34)
1	Eu estranhei um pouco. Eu vivia ali na outra não queria nem vir mas vinheram uns irmão meu do mato grosso, porque minha família mora toda no mato Grosso, só tem uma irmã que mora em Petrolândia. Aí eles disseram: rapaz faça uma casa lá que tem água e energia[...]Eu tava meio cismado pra vir.. Lá eu carregava água...e aqui não .
2	(esposa) Eu vou lhe dizer uma coisa, a gente já tava tão sofrido que eu não tive prazer nem alegria. Ainda hoje ela diz: lá era muito melhor e eu digo é nada! O passado a gente não deve... principalmente coisas tristes, a gente não deve.....Prá ficar mais triste[...]
3	Nessa época foi muito ruim porque a chesf quando tirou a gente de lá, no mês de fevereiro, ela garantiu que no mês de outubro do mesmo ano ela entregava os lote com as água encanada. E quando foi entregar os lote com as água encanada foi 5 anos depois. Esse tempo quem teve uma indenização ficou comendo a indenização e quem não teve ficou trabalhando alugado. Não tinha outra coisa a fazer. Quem teve indenização comeu tudo.... 5 anos sem trabalho sem a chesf dá nada... Porque aqui nunca teve assistência de saúde, nunca teve. Tá tendo agora. Não tinha ambulância não tinha médico, não tinha nada. Quem tinha dinheiro prá pagar assistência de saúde . Nesta época tristeza, porque a gente vivia bem e ir prá um lugar ficar jogado, sem recurso nenhum, esperar 5 anos.. e depois de 5 anos é que foi encanar a água. Fui briga prá conseguir. Eu perguntei se o sindicato ajudou e ele disse: sindicato aqui nunca valeu nada, só a associação ajudou.
4	Desde o dia que eu cheguei aqui só me senti mal porque só fui comendo o que tinha.. Eu cheguei com três caminhão, botei dois aí no alpendre e trevessei um ali.. e foi dando e foi dando e hoje eu tô andando de pés... E ela todo dia promete dizendo que paga a nós, nós temos dois salários e meio e tá com dezesseis anos e nunca recebemos... um centavo.. Com cinco anos fizeram a irrigação.. Aqueles que tinham pouco dinheiro, tinha pouca coisa também. Tem deles aí liquidados. Outros vendeu por todo preço e foram embora[...]
5	Aí a repercussão é aí. Quando nós chegamos aqui não tinha o que fazer. Eu comecei com aquele gado a chesf prometeu.....(eu perguntei) O senhor trouxe seu gadinho? Trouxe o gado, o gado era acostumado a andar por aí, dentro da granja e fora, na caatinga como diz a história. Aí eu fiquei atrás daquele gado até que chegou um ponto... Ninguém nos ajudou...(fala com um tom de lamentação). Aquela promessa que ia nos ajudar com os criatório, aquilo ali não funcionou. Aí, de acordo com a água vinha subindo, o gado vinha também. Eu trouxe umas trinta toneladas de ração.... A senhora tá vendo aquela casinha ali? Aquilo era o depósito da ração do meu gado. Trouxe umas trinta toneladas de vagem de algaroba, de lá da antiga granja, pensando que a chesf ia nos ajudar, ia desmatar isso aqui e a gente ia continuar com granja de novo. Só que não deu certo. Aí chegou um ponto que eu não agüentei lidar com o gado. O gado também não queria ficar aqui não. Uma vez eu dava ração ao gado aqui na frente, aqui não tinha cerca nenhuma, aqui tudo era aberto. Essa cerca que a senhora vê aí foi nós que fizemos. Aí aconteceu isso aí... o gado não se adaptou aqui. Também, a senhora viu aquela mudinha que tava ali (se referiu à filha deficiente mental) neste instante, também não se adaptou aqui. Quando ela chegou aqui que ela viu aquela caatinga e essa estrada aí, a caatinga e mais nada ela também não se adaptou. Ela fazia uma revolta... uma revolta, um barulho, porque ela é muda, né? Antigamente lá da minha granja a gente avistava o serrote (elevação de terra), que acolá chama-se serrote

	<p>vermelho. Ela via da granja, ela conhecia aquele serrote na distância e daqui também ela via o serrote. Ela olhava para o serrote e apontava na direção da granja, interessante, né? Ela cobrava de mim prá voltar prá granja. Eu botava ela no carro e levava até a beira do rio e mostrava. acabou e mostrava a água a ela, não tem mais nada não. Ela não se conformou não... (eu pergunto) ela era pequena? Não, era mocinha, ela pedia prá voltar e pensava que ela estava ficando louca porque ela ficava braba, nervosa. Aí eu dizia, minha menina tá ficando louca. Eu tinha uma filha que morava em Alagoinha, na Bahia, prá cá de Salvador. Afela veio me visitar aqui, aí eu falei com ela: minha filha arrume uma casa boa lá e com o dinheiro da indenização, que eu quero comprar pra ficar aí até isso aqui funcionar, esse projeto aqui, porque num tinha nada aqui. Aí eu tive que vender todo gado, que não se adaptou, minha filha também não se adaptou e aí ela arrumou quatro casas e eu fui lá escolhi uma e comprei.</p> <p>Aí eu fui embora com a família aí me roubaram aqui, abriram minhas portas e me roubaram. (eu perguntei) O senhor não agüentou ficar aqui? Agüentei não por causa que aqui era um deserto assim. Aquele povão que a gente era acostumado, aquela comunidade que a gente se conhecia todo mundo, a gente se separou.</p>
6	<p>Triste. Eu só lembrava de lá. (a esposa fala) Os rapazinho ficaram com um ar de louco. Uma que a gente morava lá na beira do rio e indenizou outros primeiro. “desse tantinho” foi a indenização. A indenização foi pouca, foi bem pouca. Aí nós dissemos pros meninos: não vai dar prá gente luxar. Aí eles disseram: pai vamos comprar um trator e um transporte prá gente fazer a nossa feira. Com esse dinheiro ele comprou um trator e um carro e o restinho a gente botou no banco e Collor levou aí fiquemos sem nada. Aí fomos trabalhar e passemos até um pouco de fome, considerando dizer, né? Com três meses, cinco seis... foi que a gente foi suspirando fundo. Começamos a plantar e colher feijão de corda, uma coisa outra e ai encheu a barriga.</p> <p>(eu pergunto) E quando chegou a irrigação da Chesf eles botaram no seu lote? Botaram sim. Botaram pros outros e botaram pra nós também. Eram 8 hectares mas irrigados só é seis</p>
7	<p>Foi muito triste, eu vim chorando a estrada toda, ate hoje quando falo me da vontade de chorar. Ate hoje eu sinto triste, porque eu pensava assim que acabou o lugar que eu nasci que casei, além de não gostar da casa que não foi como eu combinei, até hoje não gosto daqui...os vizinhos tudo longe.. a cidade. A senhora não conseguiu mais fazer novos amigos? Não, não foi...não era como antes.</p>
8	<p>Me senti bem, gostei também, apesar da dificuldade, quando cheguei aqui já tinha a cesta básica... A cesta básica era dinheiro? ..era alimento? E esta cesta básica recebia todo mês? , recebia... parece que só foi o primeiro mês... é só foi o primeiro mês depois foi salário.</p> <p>Mesmo com sol com tudo a senhora gostou do lugar?... Gostei, só tenho saudade do rio. Me diga uma coisa essa moradia fica distante da escola? Fica perto da agrovila, quando eu vim não tinha escola perto, fiquei recebendo salário de professora o ano todo...Ah! recebeu salário o ano todo!</p>
9	<p>? Foi ruim, foi perdido mesmo.. porque não tinha nada aqui. Só tinha sol quente.. era triste. A maior tristeza foi quando cheguei aqui. Por isso que morreu tanta gente, foi por causa disso... o pai de Vavá, a mãe de Vavá, a mãe de Euclides. A gente passou 6 anos sem ter água, só tinha água pra beber, não tinha o que fazer aqui não.</p>
10	<p>Era muito ruim, me sentia mal, um lugar ruim. Não podia tomar água, a água era do poço, abriram um poço e eu não tomava água que era salgada, era ruim. Adoecia, dava dor de barriga.Não era água tratada? Não era água de poço.</p>
11	<p>Me sentia triste, pois tinha que começar tudo de novo. Eu olhei assim e pensei em ir embora daqui, um deserto, sem ninguém, vizinhos, perto de pessoas que eu nem conhecia. Aí foi que a chesf veio, contratou refeição, muitas firmas aqui servia refeição para elas ai é que eu fui me animando e aí melhorou mais. Mas foi ruim quando eu cheguei por aqui. Cada buraco. (risadas)</p> <p>eles iam me botar lá no centro da cidade mas eu disse que eu não queria, no centro da cidade eu não morava. Quero na BR porque a BR é meu ponto de negócio do movimento, é caminhão, porque eu atendo muito caminhoneiro, eles já tem o costume. No centro não presta não. Eles tiraram o cara que morava aqui, o dono do terreno para construir a minha casa. Eu briguei muito pra conseguir, eu sofri muito, ainda briguei com a justiça, botei advogado [...]</p>

12	Foi horrível, a gente saía assim, eu chorava tanto nesse jardim, além disso eu pegava uma música bem saudosa e ficava sentada, chorando e ouvindo essa música. E como era assim o ambiente? Chegou aqui tinha o que? Não tinha nada. Vegetação? Não. Até hoje eu digo que não tem nada aqui, agora que ta colocando essa praça ai... A vida, a vida da cidade! É , nós só não sofremos mais ,nós que somos da Igreja porque a gente se apegou a Igreja pra preparar grupos de Igreja. Eu tinha pena daquele outro povo que não tinham esse conforto [Não tinha árvores?] É , essas árvores ainda estavam crescendo...[...] quando a gente mudou era assim, não sei se por causa da saudade de lá, a minha impressão era assim...após a morte de uma pessoa muito querida como a gente fica, era essa a sensação que eu tinha. Depois é que a gente foi... sai pelas ruas tentando descobrir meu povo. Saiu em busca, não é? Em busca.
13	Muito preso...lá como a gente vivia...jogar a gente num sertão desse com água só pra beber e tomar um banho. [...] a gente tinha muita fé e esperança, porque o que a CHESF dizia pra gente era de no máximo 1 ano e seis meses.. Foi passando o tempo...a gente viu que não ia sair mesmo ai pegamos e fomos fazendo o cercado mesmo...prá poder plantar uma cultura de chuva...ai depois vieram entregar o lote...[Depois de quanto tempo ele vieram entregar o lote?] Depois de três anos... Eles vieram e disseram aqui e o lote de vocês. Ai a gente foi com enxada, chibanca, desmatar e demarcar os lote. até essa data. A gente desmatou e ficou exposto ao sol, ai tem lote que ficou com erosão não presta mais. foi um desastre.. [Ficou exposto sem vegetação?] É o solo já não é tão bom, ficou exposto ao sol e a chuva.. Só desmatou? Desmatou num cercou... faz dezessete anos que ta ai. e a Chesf num fez nada. A gente ia, mas toda vez fazia um cronograma não cumpria. A gente num só parou a barragem.. a gente fechou duas vezes o escritório em Recife, em Paulo Afonso, tudo pra negociar as coisas.. O governo que a gente tinha antes...a Chesf não se preocupava porque ela dava cobertura...a gente não tinha cobertura. tudo que a gente conquistou hoje foi através de força. Eu so não fiz apanhar da polícia mais me pegar pelo colarinho e me jogar e eu sair catando tostão pelo canto eu levei muito[...] [13]
14	Veja com é que vai ser a vida da gente agora He!He!he! A gente pensava será que vai dar certo? O que será que vai acontecer mesmo tudo isso discutido que vai aprontar a terra rápido .. ai foi ficando, ficando...e cada vez que cobrava dizia que ia botar...o dinheiro acabou...acabou a verba e até hoje vão enrolando. Aí vocês recebendo aquele dinheiro, mas não tinha o que fazer né.... parado? É parado com três crianças...olha era médico, outras coisas...você tem que...ai faz uns seis anos né nega?
15	Eu acho que mudou tudo pra melhor. Quando a gente chegou aqui não tinha planta... A gente passa aquele tempo com aquela saudade e logo a mãe dele que sentiu-se mal, aqui ela começou a se sentir mal. Ela era velhinha já (marido falando) Com pouco tempo ela se prostou ai a gente ficava ...eu tinha ela minha sogra como a minha mãe, mas quando a gente chegou enquanto a gente sentia aquela alegria assim água encanada, dentro de casa, banheiro que antigamente a gente so podia tomar banho de noite tudo organizado...que a gente não tinha nada disso, geladeira, televisão. Aí foi uma coisa boa né? Eu achei. A sua sogra foi que estranhou? Foi só o que a gente sentia triste de ter vindo pra cá ...era por causa dela.
16	inválida
17	... O senhor não sentiu muito impacto? Não...agora teve muita gente que foi tirado a pulso. como a Pretinha...Uma das coisas que eu achei errado ..a menina Valéria dizia nos não estávamos fazendo uma cidade administrativa não ..vocês dão o lote a uma pessoa de 16 m de largura e a outro vizinho dão de 8 m, então como é que vai ser esta rua, um terreno grande e outro pequena.. Assim como lá em Itaparica as casas são grande. .jardim.e era separado...área de engenheiro, clube de engenheiro, casa de operário...clube de operário.
18	era porque a gente passava muito tempo sonhando com a velha cidade acordava como se estivesse na velha cidade, psicologicamente todo mundo se desequilibrou o impacto desarrumou assim o da zona urbana até que o impacto num foi tanto mas o da zona rural sim porque você num tinha mais onde criar ovelha, bode, porco, galinha pois num tinha onde colocar até nosso peixe a barragem tirou a gente tinha o surubim, o pirá e acabou hoje em dia num tem mais eles colocaram também uns predadores ai que vão comendo as coisa mas um engenheiro de pesca lhe explica melhor essas

	<p>coisas .</p> <p>Olhe hoje... tranqüilo, assim psicologicamente em relação mas em questão de segurança a gente não tem e ainda um pouco revoltada com a causadora do engrandecimento do progresso digamos assim porque não houve respeito para conosco ou seja a empresa que continua o governo federal tudo negando aquilo que nos é de direito, deixando de cumprir a parte social dela da própria empresa né, ou seja, a usina tá gerando energia tão faturando e aparece aí na imprensa um monte de lucro e as comunidades cada vez ficando mais pobre do que eram lá porque lá pelo menos quem não tivesse emprego tinha o pão de cada dia e hoje não se tem.</p>
19	<p>Não fala de sentimentos nesta pergunta mas fala na planilha 10 (parte extraída da planilha 10) “Eu fiz questão de ser testemunha de ver tudo porque eu sonhava assim já que eu ia sair de lá uma pessoa como eu como fui professora, entendia , sabia que era um motivo para beneficiar uma grande coletividade, uma grande comunidade da nossa região do nordeste, sofrida, angustiada. Mas tudo bem e as esperanças nossa era que invés de trazer tristeza deveria ter trazido mais alegria num entanto para mim não trouxe muita alegria,não porque eu sou uma que não penso só em mim eu penso na comunidade, então hoje eu vejo as pessoas que deveriam ter uma vida melhor e que não tem por causa da construção da barragem, vi muitos velhos morrerem não porque eles não diziam a gente mas as pessoas idosas que sentiam saudade eu acho que isso acelerou o processo de tristeza de tudo e ainda hoje tem gente da cidade que quando se encontra com as pessoas da minha faixa de idade que me viram criança falam conversam muito sobre isso, recordam a aquele diz e as festas de São Francisco, as festas lá.No clube de Petrolândia que eram umas festas alegres, bonitas e organizadas.</p>
20	<p>É porque eu sou assim mesmo...(choro) eu tinha uma perspectiva de ver uma cidade crescer se desenvolver de ver uma condição de vida econômica e social pra população né de um modo geral melhor, agora com relação ao que documentar porque foi a terra que nasci e me criei mas a gente passou por muitos dessabores a barragem trouxe alegria e trouxe muita tristeza porque a gente via as pessoas que podiam ter vivido mais por conta dessa anciã...tiveram pessoas assim que não tinham sentimentos só se preocupavam com o dinheiro com a ânsia de vender e de indenizar e essas coisas trouxeram aborrecimentos, tristeza né então isso ficou aqui dentro então eu sinto muita saudade da velha cidade. Justamente porque ela trouxe muita alegria mas trouxe também desarmonia então isso marcou quem é jovem não mudou o modo de vida das pessoas de certa forma a minha vida mudou particularmente porque como eu disse a você eu era uma pessoa alegre assim descontraída eu era uma pessoa que era... eu ainda sou alegre porque a gente não muda totalmente me mas eu sinto que houve uma alteração na minha maneira de ser, né,minha maneira de agir e minha maneira de pensar[...]</p>
21	<p>E me senti muito feliz porque fiz algo para alguém se chegar nessa cidade e se sentir feliz eu vi tanta gente chorar na minha frente e dizer: “ oi lita eu nunca pensei em dizer na minha vida que um dia seria proprietária de uma casa”, os barrageiros que chegaram que passaram oito anos sendo meus vizinhos na cidade velha se mudaram para aqui e ainda hoje moram como filho de Petrolândia... (Líder sindical)</p>
22;23;24;25;26	<p>P- A maior alegria da gente, quando nós se mudou praqui, foi porque nós viemos praqui com...porque eles prometeram que ia dar uma terra de não sei o quê pra gente plantar, antes de sair as coisas. A maior alegria que nós tivemos foi quando nós viu o trator desmatando as área aí pra nós plantar de chuva. [...] P- E nós ir buscar, fomo buscar a madeira na Barreira, a chefe de um caminhão, foi buscar a madeira na barreira, deu arame e nós cerquemo aqui. E- [Cercaram? E vocês sabiam a terra de todo mundo? P- Não. Aqui era só provisório. E- Provisório. P- Enquanto saía os lotes pra, toda época de chuva, a gente fazer os nossos plantiozinho que sempre fazia lá.</p>

	<p>E- [E já foi irrigado os lotes de vocês, já ta pronto?] Todos- Já. E- Demorou quanto tempo pra irrigar? Pra chegar...? P- Assim, na faixa de 7, 8 anos, não foi? (Várias vozes).</p>
27	<p>Quando eu olhei, Deus me livre ficar dentro dessa casa! Mas eu já tinha assinado. Antes deu assinar eu liguei pro meu marido e ele disse: não, eu num to aí, você sozinha com essas crianças e construção, é muito trabalho. E meu pai morava comigo, já era de idade. Você não vai agüentar esse rojão então é melhor a gente permutar a casa. Aí eu passei e entrei numa casa e perguntei: que nível é essa aqui? Nível 4. Ah! Então é minha, vou entrar. Quando entrei, uma cozinha pequena, eu sou bem interiorana mesmo, de cozinha grande mesmo, fiquei desesperada e liguei pro meu marido. Aí ele disse: não é porque num terminou? Aí eu disse: não dá certo aquela casa, não dá pra gente. Mas a gente já assinou. Aí eu disse: não tem problema de assinar. Peguei o carro e fui lá na CHESF, aí cheguei lá e disse: me diz uma coisa, e essa que vocês tão construindo pra essa pessoa que nível é essa casa? “nível 4”. Ah! Mas eu num quero não. “Mas todas as casas são padronizadas”. Aí foi olhar a ficha lá da gente, lá que tinha tudo que a gente resolveu, tudo que a gente queria, tipo quem queria mudar a cor do piso, quem queria botar cerâmica. A gente foi muito enrolado nessa construção. Aí eu disse: mas eu não quero aquela casa. “Mas não pode. A senhora já assinou”. Você veja como a gente fica numa situação dessa. Ele me deu os papéis e eu rasguei o papel pois eu não quero mais. “Porque a senhora fez isso?” Porque você num tá querendo mudar, se foi por causa dessa assinatura não existe mais, acabou. Eu não quero mais aquela casa, eu assinei sem saber como era aquela casa. “Porque você não quer?” Aquela cozinha é tão pequena que num dá pra botar nem uma mesa. “Mas não usa mesa em cozinha, não”. Não usa na sua casa mas na minha usa. Aí eu briguei e vim de lá até aqui chorando, né? Aqui que eu digo a outra cidade, porque eu tinha feito aquilo e não era bem do meu feitio fazer aquilo lá. Depois eles me procuraram e mim ofereceram mais algumas vantagens. “olhe, se você quiser a gente aumenta essa cozinha. A casa é padronizada mas você dá o material pra fazer isso e a gente não precisa mudar, a gente diz que você deu”. Você veja que eles fazem tudo pra você aceitar o que eles tão querendo porque era melhor pra eles do que mim dá o dinheiro. Eu disse: não, num quero não. Num quero mais negócio com vocês. Eu quero meu dinheiro pra poder fazer minha casa. Aí recebi, na época lá me chamaram. Quando cheguei lá o engenheiro começou a rir, né? E disse: “mas rapaz, essa mulher é parada. E num é que ela rasgou o contrato que tava aqui”[...]</p>
28 e 29	<p>Bom o lugar num é dos mais ruins não, a gente nasceu e se criou aqui, tem que viver aqui.</p>
30	<p>Era tinha uns 500 metros da fazenda, era aqui em cima. [Então o senhor não sentiu muita diferença do que era antes pra depois?] Não esse terreno aqui era meu. Bom, dá pra viver, agora igual na fazenda não era não, mas da pra viver né, porque aqui juntou muita gente né na fazenda era separado hoje aqui e que nem uma rominha né dá muito bebo, dá muita gente arruaceiro, morte... [Tem acontecido morte por aqui?] Dá, tem acontecido morte faz 3 meses ou 2 meses que mataram um, foi aqui dessa casa vizinha o dono da casa matou um aí, matou aí na frente da casa ele investiu pra entrar na casa do rapaz pra pegar a muié dele que entrou correndo pra matar aí em vez dele mata a mulé o rapaz foi quem matou ele[...]</p>
31	<p>Não falou</p>
32	<p>M- Foi assim como um casamento. O noivo num prepara uma casa? “Uma roça”? (Ri). H- “Prepara muito”. M- (Ri). E assim foi de lá praqui[...]</p>

	<p>H- É. Então. Até móvel novo nós compramos. (Ri). [Então foi bom, não é? Assim, nesse sentido foi uma coisa boa, não é?] H- Foi. M- Construir e compramos móvel novo. E foi preparando a casa. Porque quando a gente veio de lá praqui, a mudança de lá praqui, já estava em casa. H- Nós fizemos 25 anos de casados lá. Aí depois foi que mudamos pra cá.. E parece até que a vida, eu tenho saudade, gostava de lá e tudo. Mas quando eu mudei praqui eu não senti muito. Não, Não senti muito assim, porque teve gente que até adoeceu, não é? Mas eu ficava sempre naquela fé. Naquele... A gente sabe que vai ter que sair, a gente vai ter que se conformar, sabe?</p>
33	<p>“[...]Foi, mas feliz, porque tava numa casa boa que eu me agradei bastante, o modelo da casa, tudo eu gostei.[...] Eu tive saudade um pouco da minha residência do meu local eu tive saudade, mas eu me adaptei muito fácil aqui[...].” H- Tudo eu sentia mas não assim. M- Pra mim tudo é normal. E- É. M- Normal de tudo que aconteceu de lá. H- A gente botou na cabeça que ia acontecer mesmo...(não entendi o final).</p>
34	inválida

APÊNDICE M – PLANILHA 13 – SENTIMENTOS EM RELAÇÃO AO TRABALHO DEPOIS DA UHE

N.	Como se sentiu em relação ao trabalho (56)
1	Não tenho muita alegria pra trabalhar aqui Não sei se é porque estou doente
2	É, mais ou menos não é como a gente quer não, mas é razoável. na parte financeira a gente melhorou um pouco,
3	Me sinto bem.
4	Eu não me sinto bem não, porque eu trabalhava prá produzir e hoje eu não tenho como trabalhar pra produzir. Eu tenho uma área de sequeiro ali, a chesf não me dá uma liberação pro mode eu produzir... tem duas hectares de uva nela, e uma já safrejando..e ela não me libera nada prá eu botar ela prá frente, já que não pode liberar porque tá descartada...A gente só se sente mal mesmo. Se deita pensando...não se deita sonhando e amanheçe pensando ...no passado... tem hora que as lágrimas caem...Tem hora que tô na roça assim e vejo cair no canto dos olhos...
5	Como eu disse a senhora, a gente acostuma. Hoje eu me sinto realizado porque hoje tô num florestal, porque minha granja é um coqueiral. Eu ainda faço alguma coisa dentro da granja, que eu não parei de trabalhar, ainda hoje eu sou agricultor, comecei com sete anos e tô com a idade de 1925 prá cá (79 anos).
6	Me sinto bem, graças a Deus. A gente ainda tem saudade mas agora menos. A gente já tem alguma coisinha... (a esposa fala) É porque eu levei as fotos para aumentar porque a senhora vinha hoje mas ele disse que só entregava com oito dias. Eu só queria que você visse a casa e as plantas... As plantas cada coisa linda e eu chorei ontem! A vinte e tantos anos que eu não olhava essas fotos e olhei ontem...
7	Está aposentada
8	Não fala
9	Ficou parado sem nada? Não, eu fiquei teimando com bem pouquinho só pra ir mantendo pra não ficar parado. Aí quando foi começando, com 6 anos que chegou a água é que foi aumentando, [quer dizer que vocês ficaram 6 anos parados?] Seis anos aqui parado só comendo o que recebeu lá, o salário da indenização. Os que foram indenizados na propriedade. Foi o mal de muita gente que ficou quase sem nada hoje por isso, porque a Chesf fez um acordo quando a barragem encheu pra pagar 2 salários e meio a cada reassentado, sabe..o VMT, aí a Chesf fez esse acordo e ela nunca pagou isso a gente, esse VMT.Pagou só pra o pessoal da agrovila. Aqui ela nunca pagou até hoje. Aí ta a justiça pra resolver esse problema, Ai a maior parte do povo daqui quebraram por isso... ficaram comendo o que trouxeram de lá. Quando ela jogou a gente aqui ela disse que com 3 anos tinha água pra todo mundo e enrolou, enrolou e quando essa água foi chegar aqui tava com 6 anos.
10	Já melhorou bastante. Só não ta melhor porque a Chesf não paga o salário da gente. Ta na justiça.
11	É. Hoje eu estou bem, dá pra ir levando. Me sinto bem porque é o lugar que eu ganho o meu pão, e onde a gente ta ganhando o pão tudo é bom. Hoje eu me sinto feliz! Não gosto muito da cidade, porque eu não vou mentir e dizer que adoro, Petrolândia Nova. A outra eu gostava mais. Essa eu gosto das amizades que eu tenho, o pessoal, os caminhoneiros, gosto do local que eu estou, mas a cidade mesmo, não gosto muito não. Ficou muita gente estranho, aqui, mudou muito.
12	Me sinto. [...] eu tenho 42 anos de prefeitura. [A senhora não pode se aposentar não?] Não porque já sou aposentada[...] antes de trabalhar na prefeitura eu não tinha a carteira assinada, comecei a trabalhar mas ninguém assinava minha carteira, ai eu paguei

	autônoma muito tempo, aí quando eu completei a idade eu me aposentei, [...] eu tenho liberdade.
13	Muito preso...lá como a gente vivia...jogar a gente num sertão dele com água só pra beber e tomar um banho [...] A gente tinha muita fé e esperança, porque o que a CHESF dizia pra gente era de no máximo 1 ano e seis meses.. [...] Foi passando o tempo...a gente viu que não ia sair mesmo aí pegamos e fomos fazendo o cercado mesmo...prá poder plantar uma cultura de chuva...aí depois vieram entregar o lote. [Depois de quanto tempo ele vieram entregar o lote?] Depois de três anos... Eles vieram e disseram aqui e o lote de vocês, aí a gente foi com enxada , chibanca.. desmatar e demarcar.[...] a gente desmatou e ficou exposto ao sol, aí tem lote que ficou com erosão não presta mais, foi um desastre.. Ficou exposto sem vegetação? É..o solo já não é tão bom..ficou exposto ao sol e a chuva. Desmatou e num cercou... faz dezessete anos que ta aí..e a chesf num fez nada.. E o sindicato ia..num fez nada? A gente ia. Mais toda vez ..fazia um cronograma...e não cumpria. A gente num só parou a barragem.. a gente fechou duas vezes o escritório em Recife, em Paulo Afonso, tudo pra negociar as coisas.. O governo que a gente tinha antes...a chesf não se preocupava porque ela dava cobertura...a gente não tinha cobertura.. [...] tudo o que a gente conquistou hoje foi através de força. Eu só não fiz apanhar da polícia mais me pegar pelo colarinho e me jogar e eu sair catando tostão pelo canto eu levei muito [...] se a Chesf tivesse acertado o que foi combinado com a gente e hoje eu estivesse com meu lote ..aí eu poderia responder a sua pergunta, mas hoje eu não me sinto feliz porque até agora eu não consegui.. [...] não consegui... Cheguei com trinta e pouco anos hoje tou com cinqüenta e um e não consegui, .sempre esperando...
14	Não a gente ainda só não ta melhor por que não tem irrigação ainda né, mas a gente espera um dia de chegar... O sentimento é sempre esperar Não, lá trabalhava com dinheiro certo aí a gente veio com a esperança de receber o lote e até hoje tamo aqui so na esperança... mesmo[...] Saiu muita gente , tanta vontade de ter um lote que saiu muita gente, vendeu e foi embora. [E vocês ficaram aqui?] Nós continuemos aqui porque nós vinhamos com esse objetivo de ter nossa própria terra, com esse direito e quero esse direito. [É isso que faz com que vocês fiquem aqui até o fim?] (esposa): isso que faz eu vir pra cá eu tinha meu pai minha mãe a vizinhança que vieram pra cá também. Meu pai fez parte da luta desde o comecinho do invadido...ele participou de tudo desde a invasão da barragem...desde novinho que ele trabalhava como agricultor....esperou, esperou...ele trabalhava porque gosta mesmo...faz dois meses que ele faleceu e nunca saiu.[...]Não chegou a ver, veio meu pai e minha mãe e nenhuma dos dois chegou a ver o projeto pronto... Mas eu continuo e os filhos tudim, forte e tentar conseguir de qualquer jeito. É ta .não pode desistir a essa altura. Jamais a gente desiste o povo seio, falaram muita coisa porque ficou pouca gente como aqui é afastado da cidade o povo comentava muito com a gente ia ficar aqui...mais eu vou continuar é isso que eu quero. [...]
15	[...] antes a gente já tinha cercado e tudo aí chegou os galegos aqui e disse que quem tivesse água, aí ter que morar fora daqui, porque aqui não ia ter água ligada mais, agora quem quisesse permanecer em seu lugar, sua casa, seu lote, o plantio, se recebesse a compensação so da água que não ia ter e permanecesse em seu local aí foi isso que a gente fez. [...] Aí muita gente, a maioria indenizou. Quer dizer, aquele lote irrigado vocês indenizou e ficou só com a casa né? Foi só numa casa, aí cortou também a VMT. Ai ficando sem a casa era 40 mil reais e ficando com a casa 33 mil reais. Isso e mais nada? [...]. É, eles disseram que quem quisesse permanecer permaneceria, continuaria com a mesma vida, cortaria a VMT e a água não ia existir.[...] Esse foi o jeito de enganar todo mundo, até quando eles vinham perguntava se não tinha ninguém filmando
16	Inválida
17	Não fala.
18	Cheguei e acreditar que ia ser melhor aí depois me decepcionei, o tempo foi passando as pendências foram aumentando, as promessas num foram cumpridas e principalmente a situação que hoje ... hoje não desde 93 que eu passei a trabalhar dentro do projeto né então

	<p>desde 93 que a gente via a situação cada vez mais piorando as pessoas vivendo a cada dia com menos aquisição financeira ai teve um momento de desespero meu sabe de você quer encontrar uma saída como se eu tivesse numa viela como se tivesse sido apagada todas as perspectiva de um futuro de se conseguir algo.</p> <p>Qual foi o fato que fez você achar que não tinha mais perspectiva e deu esse desânimo o que foi que causou isso o que é que não acontecia?</p> <p>Não acontecia certo a condição, ou seja, o cumprimento dos débitos do que era de competência da Chesf que foi a causadora de toda essa reviravolta da nossa vida, você hoje tá na frente das negociações amanhã já num é mais você é outra pessoa você, você deixou tudo aqui e amanhã já vem outra pessoa ai começava o processo tudo de novo como esta agora e mesmo com o mesmo governo que nós ficamos oito anos com FHC né e essa questão política afetava muito isso aqui afetava não ainda afeta até que melhorou um pouco depois morreu esse último prefeito daqui, ele era um cara trabalhador mas era muito perseguidor, ou seja, se você tivesse do lado dele você tinha tudo e o restante morresse então eu acho que isso num é um bom governo para o município se você governa tem que governar pra todos, a exemplo disso ele tem um lote de uma granja lá na Apolônio Sales, e aquele projeto estava em dialogagem onde ele tinha toda condição de...</p>
19	<p>Não mudei de profissão mas a escola mudou, foi horrível , era só com gente de faca e entrava armado quando a gente percebia tinha maconha, aí a gente começou a ter medo, não era mais aquela escola que a gente olhava para o aluno sorrindo, já não podia ter tanta intimidade. Começou a ter droga?</p> <p>Já, as escolas começaram a ser construídas aos poucos, era gente demais na escola, começou a ter quatro turnos e a gente teve que absorver duas escolas lá dentro, com diretores, com professores, aqueles professores enrolões que saia da classe e deixava os meninos, saia para conversar na porta com os colegas de sala com sala, aquilo foi um sofrimento tão grande que a gente tinha e não podia dizer nada, porque a gente tinha medo , era medo muito de morte, muita coisa aqui dentro teve ser muito assassinado, com o pessoal que não tinha a perder.</p>
20	<p>Foi uma boa experiência porque aumentou meu relacionamento com outras pessoas, pude fazer comparações com jovens Petrolandense com jovens de Itaparica que eram filhas de barrageiras alunos que vinham de Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Bahia e até filho de estrangeiro que eram filhos de engenheiros da Queiroz Galvão, Mendes Júnior, Odebrecht...conhececi muita gente que se tornou amiga até hoje então foi uma coisa positiva.</p>
21	<p>Trabalhei na luta do sindicato e me senti muito feliz porque fiz algo para alguém se chegar nessa cidade e se sentir feliz eu vi tanta gente chorar na minha frente e dizer: “ oi lita eu nunca pensei em dizer na minha vida que um dia seria proprietária de uma casa”, os barrageiros que chegaram que passaram oito anos sendo meus vizinhos na cidade velha se mudaram para aqui e ainda hoje moram como filho de Petrolândia...</p>
22;23;24;25;26	<p>P- A maior alegria da gente, quando nós se mudou praqui, foi porque nós viemos praqui com...porque eles prometeram que ia dar uma terra de não sei o quê pra gente plantar, antes de sair as coisas. A maior alegria que nós tivemos foi quando nós viu o trator desmatando as área aí pra nós plantar de chuva.</p>

27	Pra mim houve um encontro muito bom. Meu marido trabalhava fora ele resolveu vim pra qui. Então pronto. Pra mim foi ótimo porque a gente vivia a maior parte do tempo separado, ele sempre viajando e quando eu podia eu ia. E a cidade cresceu muito. A vida ia ser diferente e ele num tinha condições de viver fora de casa. Aí ele veio e a gente abriu essa loja. Abriu uma loja de material esportivo. Depois aqui em cima abriu essa de noiva[.].
28 e 29	Pra mim não melhorou não. E o senhor? Tá do mesmo jeito porque as chuvas eram poucas, o criatório se acabaram ...
30	Não fala dos sentimentos.
31	Não fala de sentimentos
32	[...] E tem pessoas que ainda hoje chora pela cidade velha mas eu nunca idolatrei aquela cidade, era uma cidade tão morta, tão cansada, tão sem prosperidade, só melhorou quando começou a barragem , ai todo mundo começou a construir, Pra ter uma indenização né? É começou o comércio grande, até a casa Pesqueira que nunca tinha tudo , sem comparação.....aquele povo
33	Tinha sim a esperança de prosperidade, prosperar a cidade. De quando eu cheguei aqui pra hoje tem diferença de mais de 100%.
34	inválida

APÊNDICE N – PLANILHA 14 – SENTIMENTOS PELA PERDA DA PAISAGEM NATURAL E DA CIDADE DEPOIS DA UHE

Entrevista do	Sentimento quando viu a água cobrindo a Paisagem (57)	Sentimento quando viu a cidade submersa (60)	A imagem mais forte (61)	Significado da mudança (62)
1 rural	Eu cheguei a ver, deu uma tristeza. Tudo ia ficar acabado nós ia começar tudo de novo. Era uma sensação muito estranha[...]	Não, não vi não. Desde que começou a encher eu não saía pra canto nenhum	Não me lembro não. Foi o tempo que comecei a carregar as varas e o rio vinha chuuiuuuuu. Depois do rio cheio ele deu uma abaixadinha aí eu fui lá em cima do meu cercado. Ai vi lá o estrago que água fez. Aquelas cerca velha ainda dentro da água [...] Ai a gente fica pensando [...] (lágrimas)	(olhando para foto da casa antiga). Uma casinha velha que você tá vendo, mal estruturada. Eles seduziram a gente com a casa boa, tal...Mas eu só mudei dali para aqui por causa da energia, mas eu gostava mais desta casa aqui
2 rural	Eu já disse. O que eu recordo mais é as uvas e as bananeiras porque eram encostadinha de casa. Naqueles momentos eu tava arrumando alguma coisa pra sair e olhava assim, até parei e me deu uma tristeza muito grande quando eu vi a água [...] Até os cachinhos de banana e os pé de coco aí foi a expressão mais ruim que tem. Tiraram logo a energia e botaram um motor e a gente ficou dormindo lá. Esse motor zoava tanto de noite que eu não dormia não... Até hoje, quando eu escuto a zoada da geladeira da casa de Maria era igualzinho ao motor de lá... Aí quando eu chegava na casa de Maria, doutora e ouvia aquela zoada, vinha tudo de novo, tudo o que eu passei lá...(esposa falando). Prá mim eu tava passando de novo...	Doutora da cidade a gente ainda sente muita falta. Quando conversam com as pessoas Petrolândia ficou longe ... a gente ficou longe um dos outros...porque lá onde a gente morava a vida nossa era um pouco diferente daqui. Aqui a gente vive só pra trabalhar e lá a gente tinha um lazer muito maior.[...] Aqui é mais resumido, cada um cuida de si próprio,a amizade continua mas é distante um do outro.	A água chegando eu não assisti não. Mas a gente foi à última missa. A água já já subindo....(esposa) Sentimos uma angústia muito grande... uma emoção.... ver uma igreja que a gente participa sempre das festinhas, coberta de água ... Chorei muito (esposa). (lágrimas) Oxe!!! Eu choro não, mas para chorar não precisa botar lágrimas. A cidade deixa muita emoção mas o lugar onde a gente morava ficou mais porque é aí de onde estão as raízes mesmo, e onde a gente tirava o sustento da	Lá você dormia de porta aberta. Não tinha roubo nem nada... (PERDA DA SEGURANÇA)

			gente e dos filhos né?	
3 rural	(a esposa com lágrimas nos olhos) A gente ficou muito emocionado, perdido que não dava pra acreditar..Lá era bom demais, mulé. Lá não se compara com aqui [...]	Essa igreja aqui, quando a água chegou, logo que a água chegou ela caiu... Era uma igreja feita a cento e tantos anos atrás... Feita de terra e tijolo comum. Mas a da Barreira velha a senhora pode olhar que ela está aqui. Ainda hoje está em pé...Essa foi feita com pedra e cimento ela não caiu. Ela tá de fora... A água não cobre ela não... deixa o telhado de fora. Se muito estiver de fora é dois metros. Eu não vi a cidade, não deu tempo, era aquela correria danada, não deu tempo não porque a barragem encheu rapidamente de um dia pro outro. Tinha um vizinho meu que não tirou nada de dentro de casa porque não acreditava que a barragem ia encher mesmo.	Eu tinha uma dúzia de gado e prá tirar meu gado eu já tirei por dentro d'água. Eu morava no alto e o gado ficou ilhado e para tirar o gado foi preciso tirar nadando. Esse gado veio pra aqui e ficou solto no mato [...] e ficou um toro muito bom, não acompanhou o gado [...] em vez de descer subiu . Até onde a gente pode avistar ele [...], com uns quatro cinco meses depois eu tinha por perdido. Ele foi assim e depois voltou [...]veio sair aqui do outro lado. E quatro a cinco meses depois um vaqueiro disse: Seu Joaquim, eu vi seu toro! E eu disse não acredito. Se o senhor não tá acreditando o que eu vou fazer. Eu disse: pegue o toro pois se for o meu... Ele foi e pegou e aí eu fui lá. Cheguei lá ele já tava brabo porque toro. Prá sair com ele de lá foi morto... o toro endoideceu. A cena de ver a água subindo como foi? (pergunta do entrevistador)	No início foi muito ruim. Foi ruim demais. A gente não esquece daquela velha Barreira. O sentimento é profundo (esposa com lágrimas nos olhos). O sofrimento da mudança de lá praqui não é nem bom se comentar. No início, um filho meu, o carro da firma bateu nele e acabou com o carro. O outro, o meu caçula morreu de acidente de moto e os outros eu não vou nem comentar... Mas a vida é assim mesmo. (marido) Tristeza não cria ninguém, reclamar não cria ninguém, trabalhar! Trabalhar com coragem e força mesmo pra ver se a gente adquire alguma coisa ainda. Se a chesf paga o que nos deve.....Tem o salário porque todos os reassentados tem o salário. Já faz um bocado de anos que está na justiça mas agora a gente teve uma reunião com os advogados e eles estão animados, não sei. Que a causa é ganha é mas toda vez a Chesf recorre. E agora tão como diz a estória, os idosos tem prioridade, mas nessa causa não tá tendo prioridade não porque a maioria dos colonos aqui tem mais de sessenta anos. acima e já morreu um bocado de velho e não resolveu ainda.... A Chesf esqueceu o que prometeu...

<p>4 rural</p>	<p>A derradeira carrada que saiu da Barreira foi eu que tirei no caminhão meu... prá Rui de Seu Delmiro.. e ainda ficou um carro, um caminhão deles, casa de farinha, ficou tudo dentro da água...tá lá [...] Aí eu vinha com esse caminhão carregado aí tinha uma baixada lá.. eu conhecia tudo [...] aí entrei [...] entrei ligeiro num tirei o pé do acelerador... passei e saiu no outro lado.[...] foi a derradeira carrada que saiu lá da barreira. Olhei prá trás e disse ô meu Deus onde eu entrei? [...] Graças a Deus e a meu padim Ciço, passemos! Aí eu saí por dentro de cercado velho que eu conhecia tudo abrindo as porteira ...entrei numa variante aí vinhamos sair cá perto do acampamento da Sulvale, perto do escritório. Aí clareou mais, saí fora... olhei prá trás assim... eu digo... é isso mesmo...vou saindo do bom e não sem pra onde vou...(silêncio e lágrimas).... A parada foi dura!</p>	<p>Eu vi quando tava alagando... a gente sentia o coração doer mesmo porque a gente acostumado ali, naquela feirinha, todo mundo acostumado ali. Era pequena... Petrolândia hoje é uma capital à vista a velha, mas a velha todo mundo teve aquele sentimento. Todo mundo sentiu porque só não sentiu quem num teve coração. A igreja caindo assim... a água subindo e ela caindo...A cena não é bonita não, muita gente chorou..</p>	<p>A gente que vivia reunido ali, todo dia de Sexta-feira, era a feira. A gente se mudar pra num saber onde ia se reunir outra feira no mesmo dia, misturado com toda qualidade de gente que existia no mundo. [...]Tudo isso a gente se sentiu mal, porque lá isso era pouco [...] São Francisco, tiraram ele já em dias da água [...] a água já vinha perto[...] e vê a casinha dele cair. Eu tava lá em cima de um altinho que chamavam “as bomba”e de lá a gente viu. Ela tinha duas torrinas assim e quando uma arriou... (chega um vizinho na hora e interrompe)</p>	<p>Aquilo é como quando a gente vai pro enterro de um amigo, uma pessoa que a gente gosta dele. Foi do mesmo jeito a minha apartação da barreira práqui , pode acreditar...(lágrimas) Desculpe eu ser analfabeto e não saber responder.</p>
<p>5 rural</p>	<p>Veja bem, eu saí de lá com a mudança, no dia 13 de agosto, naquele dia de supersticioso, o povo não gosta nem de sair de casa. Eu saí nesse dia, deixei lá a propriedade entregue a nada. Saí com a mudança, com a família e com o gado. Aí Aconteceu o seguinte: no outro dia eu voltei lá Prá buscar outras coisas. Quando eu saí ficou tudo seco ainda e quando eu cheguei lá, já encontrei a água já numa distância de meio quilômetro da minha “ex-propriedade” que era minha. Aí aquilo me deu o maior sentimento e eu ouvi lá foi o gemido daqueles bichinhos... aqueles pássaros. Não</p>	<p>.....Aí eu cheguei à Petrolândia quando tava inundando e ainda tinha umas pessoas lá. A cena do alagamento é a cena do “nunca mais”. Eu nunca mais eu verei essa cidade, a minha cidade natal, aquela antiga cidade. [...] eu assisti tudo isso aí. A igreja, o cemitério de lá já tava tudo inundado. Eu fui ao lugar mais alto de lá que era um lugar encostado ao campo de avião, também era pouca coisa que tava sobrando ainda. Era minha cidade natal, desde criança que</p>	<p>[...] não vou me esquecer nunca daquilo que eu vi lá, acabando as últimas casas sendo cobertas. Aí não tinha quase chão...era só o restinho da pista e dali a diante voltava que não tinha pra onde ir mais...só de canoa, de barco[...].</p>	<p>[...]Todo mundo era a favor do progresso, mas com dignidade, com respeito. Dignidade e respeito, né? É isso aí! Ainda hoje nós temos problemas com a Chesf, ela nos deve um patrimônio aqui dentro desse projeto aqui, não é mole! Aquele projeto da Barreira, lá nós tinha clube, centro comunitário, foram os proprietários que fizeram. Agora que eles tão começando a fazer aqui, é um grande patrimônio [...]para o progresso nós perdemos uma coisa maravilhosa que era o nosso projeto (Projeto Barreiras), mas como eu sou a favor do progresso, e a maioria de nossos companheiros, também é a favor. Eu</p>

	<p>sei se eram sapinho, só sei que era tanto gemido pra tudo quanto era lado, que era um choro. Sabe como é? O que mais me comoveu foi aquilo lá. Cheguei lá era assim: uuuu! Aiiii! Uuuu!aqueles gritinhos daqueles bichinhos que cortava o coração da gente. Nenhum pé de pessoa eu vi lá...parei meu carro assim numa distância...manobrei o carro e fiquei ali um pouquinho aí não tive mais acesso a nada.</p>	<p>eu visitava aquilo ali, era nossa cidade única [...]</p>		<p>digo que eu me reuni, e agora no Distrito(Apolônio Sales), eu digo ninguém é contra o progresso, mas também o preço que nós pagamos também foi demais! Ainda hoje eles enganam a gente</p>
6 rural	<p>É triste [...] é triste. Ela não que nunca mais foi lá. Mas eu e os meninos mais novos... a gente pegava a canoa e ficava olhando só de longe... num via mais, né? E cada dia chegando mais perto, demorou muito a chegar aqui. Eu saí antes porque a água já tava arrotando mesmo...se a gente num corre mesmo [...] A gente morava bem na beirinha do rio e não podia esperar[...]</p>	<p>(a esposa)Quando tava terminando de cobrir aí passou uma barca e a estrada fica um pouco alta e nós passou por lá [...] [E como foi?] Triste...eu nunca esperava que fosse me acostumar aqui. Eu pensava que o mundo ia se acabar...</p>	<p>Isso aí é forte prá gente que morava lá. Cobrindo a igreja, né? A água vinha e a gente vendo aquilo... vindo praqui que era um lugar que não tinha nada, sem saber como era o futuro. (eu perguntei) O que doía mais era ver sua terra sendo coberta ou a cidade de Petrolândia? A gente ver a terra da gente mas também a gente sente os outros. Porque quem é rico continua e quem é pobre?</p>	<p>(a esposa) Deixe eu responder. No começo a gente achava que era pra pior, mas a gente pensava que eles iam dar o que eles prometeram prá gente: salário que era uma ajuda. Mas a gente ficou só naquela...plantando, como eu acabei de falar... com a terra ruim. Quando chovia forte morria a lavoura.. E a Chesf dizia: vem já, vem já, vem já e nunca chegou até hoje (se referindo à VMT).</p>
7 urbano	<p>NÃO VIU</p>	<p>Não, não cheguei a ver [...]</p>	<p>As casa destruída, derrubadas, muita gente já tentando pegar material, essa cena ficou...fico triste [...]</p>	<p>[...].tinha uma coisa muito importante pra mim que foi destruída [...]</p>
8 rural	<p>Eu não vi [...]</p>	<p>Não vi</p>	<p>Não falou</p>	<p>Pra mim melhorou, minha vida melhorou do que era antes pra hoje, Eu não posso me queixar.</p>

<p>9 rural 45 anos</p>	<p>Começando a inundar tudo foi quando a gente foi saindo de lá . A gente dormiu aqui pra voltar lá no outro dia quando chegou lá tava começando a inundar. [...] Ficava triste não poder tirar as coisas de lá, perdendo tudo. Minha casa mesmo eu tinha feito, tava numa base de um ano. E não deu tempo de tirar nem a caixa d'água, nada . cobriu tudo. Só tiramos as coisas de dentro, o resto, a telha madeira, perdeu tudo. [...] ainda ficou bicho, ainda morreu gado afogado, não deu tempo não, não se esperava rápido assim não. A gente atravessou ovelha, gado, tudo de nado já tirando pra fora. Passamos o dia todinho carregando folha de algaroba, pra trazer pro bichos aqui e a água começando a inundar e a gente travessando o riacho a nado lá. Vocês chegaram a ver os bichos lá afogados? Vimos começando a carregar gado e ovelha atolados? Não, a água forte carregava, não dava tempo.</p>	<p>Não vi não senhora.</p>	<p>Era que acabou-se o projeto e nunca mais gente vai ver um projeto desse. Ele (pai) dizia que não alcançava mais não. A gente morre e não ver isso mais não. A tristeza é isso, acostumado a trabalhar e ter tudo e se acabar, não vai ter isso não. O que mais marcava era isso. Morreu muita gente, teve gente que morreu e não alcançou mesmo não, já tinha vindo pra cá, mais chegaram aqui teve muita gente que chegou doente desde que saiu de lá, com os impactos da barragem aí indenização esse processo de ficar muito tempo parado fica imaginando fica impressionado foi isso que morreu muita gente. Tem gente que não agüenta não é, nem todo mundo é igual Acho que tristeza mata, não mata?</p>	<p>Nós só vinhamos pra cá porque era obrigado mesmo, pois a coisa mais ruim que tem é se mudar, é mudança. Só veio porque tinha de vir mesmo. Senão ainda hoje eu tava lá.</p>
<p>10 rural</p>	<p>Dava medo, dava raiva, dava tudo! Foi muito ruim. A gente travessava na água e tirando muita coisa que não deu tempo de tirar, ficou muita coisa lá ainda. Ficava triste vendo aquilo , os meninos carregando coisas, passando por dentro da água e a água</p>	<p>Não vi</p>	<p>Ficava triste vendo aquilo , os meninos carregando coisas, passando por dentro da água e a água aumentando, aumentando....</p>	<p>A mudança foi muito ruim</p>

	umentando, aumentando.			
11	Ave Maria eu pensava que eu não ia sair de lá nunca, que realmente foi muito pesado, você ver as águas chegando [...] eu pensava assim que nunca ia chegar no local onde eu morava, né...onde eu morava era longe do rio e além de longe era alto aí eu pensava não vai chegar aqui não. Quando eu vi a água chegando em casa, vi aquelas casa derrubadas, daquele deserto, me deu uma tristeza e vi que ia ter que sair mesmo. Realmente fiquei muito ansiosa pensando meu Deus como é que pode tanta água assim, foi 90 dias pra ela encher e eu lá vendo aquela água chegar, quando foi um dia eu tava lá deitada na rede assim na área eu fui botar o pé no chão aquele negócio molhado, frio, que eu olhei a água chegando. (risadas).	Ah, vi sim. Dia 22 de abril de 1988 às 19:30 h. da noite caiu as duas torres. [Tu tava lá ainda?] Eu tava lá, a Igreja estava quase coberta de água. Ela tinha duas torres que a água batia eu estava em casa sem fazer nada quando escutei os estrondos, de manhã quando fomos olhar foi que a gente notou que tinha caído as duas torres. Tu não era mulher de ta chorando? Foi triste. Hoje eu posso chorar lembrando de tudo que eu passei.	A Igreja e a Itavel, a Itavel era onde vendia carro, foi quando foram derrubar ela é o que eu me lembro mais. Quando eu pego a pensar em Petrolândia eu lembro, chega me dói. Por que ? Porque a Igreja é a casa de Deus, queriam derrubar ela, e o bispo não aceitou, disse que não podia derrubar, segundo foi a Itavel que eles botaram um pau assim para derrubar as paredes, a parede balançou e não caiu. [Você se sentiu parecida com essas paredes?] Foi, eu pensei desse jeito vai ser Neguinha...ali eu chorei! Veio aquelas máquinas pesadas balaçaram e não derrubou, aí desistiram. Sentimento de resistência	Eu acho que mais ruim do que boa.!
12	Não falou.	Foi muito doloroso, na minha casa quando eu sai , quando foi a tarde veio um povo visitar a gente e disse já demoliram tua casa, ai eu voltei lá pra ver , a água já tava bem pertinho , ai eu fui até quando sempre que eu podia ir eu ia acompanhar de longe. [Mas a casa derrubaram?] Derrubaram, foi a gente saindo e	Sim, quando derrubaram a estação. A senhora viu derrubando, assistiu? Não eu estava no trabalho quando disseram assim, eita terminou agora mesmo , foi quando a gente ouviu aquele barulho, ai fui olhar, ai subi e tirei uma foto. [E era uma construção da	Foi tão forte o que aconteceu que não tenho nem palavras, não pode acontecer coisa pior, a gente ter nossa cidade, aquela história toda e de repente acontecer isso assim.

		eles derrubou. Eu sai me esgoelado, chorando muito quando sai daqui.....	época de D. Pedro, não era?] Era.	
13	Lá onde eu trabalhava não cheguei a presenciar...mais de onde eu morava da minha casa eu cheguei a presenciar, ave Maria! Fui ver a água ..mais só cheguei ate a casa de meu pai, com água no joelho. A CENA ERA FEIA! É porque ali a gente chegou pequeno foi criado com aquelas pessoas...pegou amizade e tava saindo pra uma coisa diferente que a gente não sabia se ia dar certo. A gente vinha arriscar pro mundo diferente, que não conhecia.	Não vi.	A coisa que fiquei mais chocada foi no tempo da construção da barragem de ta lá e chegar o monte de polícia com aqueles cachorros em cima da gente e a gente resistir [...]	
14	Não, eu não vi. Eu mesmo não fui lá depois que eu sai só depois que tava tudo cheio...não fui mais me arrependo por que não fui. porque a mudança era marcada...mudava uns .depois outros... A gente via derrubando as casas dos outros assim ..não com água porque eles compravam as casas dos outros então metiam o cacete em tudo e derrubava. É claro que você tem um sentimento frustrante, você vê derrubando aquilo né.... [saiu antes do alagamento e foi para a Agrovila 6).	-	Ficou nada [...]	lá trabalhava com dinheiro certo ai a gente veio com a esperança de receber o lote e até hoje tamo aqui so na esperança... mesmo.. Saiu muita gente , tanta vontade de ter um lote que saiu muita gente, vendeu e foi embora .E vocês ficaram aqui? Nós continuemos aqui porque nós vinhamos com esse objetivo de ter nossa própria terra, [...] meu pai minha mãe a vizinhança que vieram pra ca também meu pai fez parte da luta desde o comecinho do invadido [...] ele participou de tudo desde a invasão da barragem[...]desde novinho que ele trabalhava como agricultor esperou, esperou. Seu pai? Sim ele trabalhava porque gosta mesmo faz dois meses que ele faleceu e nunca saiu.. Nunca chegou a ver? Não chegou a ver, vei o meu pai e minha mãe e nenhuma dos dois chegou a ver o projeto pronto... (esposa): mas eu continuo e os filhos tudim, forte e tentar conseguir de

				qualquer jeito.
15	Não vi alagar mas foi muito mal, o dia mesmo que a Chesf foi passar o trator na casa que a gente nasceu né, e foi horrível [...]	Não vi.		A gente não entendia, a gente só queria saber se o que vinha era pra melhor, pois cada dia a gente quer que melhore.
16	inválida			
17		Petrolândia ela já estava precisando ser destruída porque o Prefeito vendia... até no meio da rua .. o povo comprava no meio da rua pra ser indenizado , ai destruíram a visão do rio...Aconteceu muito isso..o povo construía de qualquer jeito pra poder receber a indenização. [...]Era triste...O prefeito já tinha adulterado a cidade toda com as vendas... se tivesse me pegado Petrolândia no começo quando eu conhecia ai o impacto era maior.. O senhor já estava chateado porque esse processo ..houve mito desajuste.		Na realidade eu tava querendo saber como era que ia ser. .agora que a gente chega é que fica assim [...] hoje a gente encontra gente mais desconhecido do que conhecido.
18	Eu não tive coragem.	Não vi Porque pra mim é como um assassinato , foi assim a sensação de um assalto , você tem ali uma vida, ou seja você construiu um monte de coisas ai de repente vem um ladrão e lhe depena todo e deixa...	O que mas marcou eu vou dizer é ver aqueles caminhões passarem como a gente tivesse nos tornado ciganos, as tralhas assim, era tijolo usado, as mobílias (choro) e estranho chegar aqui olhar pro lado e pro outro porque não tinha todas as casas, a incerteza, a dúvida [...] os entulhos da casa que eu morei e a sensação que eu	Eu teria, se eu pudesse ainda estaria na mesma cidade se tivesse que não passar por nada daquilo . Cheguei e acreditar que ia ser melhor ai depois me decepcionei, o tempo foi passando as pendências foram aumentando, as promessas num foram cumpridas e principalmente a situação que hoje ... hoje não desde 93 que eu passei a trabalhar dentro do projeto né então desde 93 que a gente via a situação cada vez mais piorando as pessoas vivendo a cada dia com menos aquisição financeira ai teve um momento de

			<p>tinha quando eu voltava lá né, era como tivesse tido um vendaval ali , tinha se desmoronado.</p>	<p>desespero meu sabe de você querer encontrar uma saída como se eu tivesse numa viela como se tivesse sido apagada todas as perspectiva de um futuro de se conseguir algo.</p> <p>Qual foi o fato que fez você achar que não tinha mais perspectiva e deu esse desânimo o que foi que causou isso o que é que não acontecia?</p> <p>Não acontecia certo a condição, ou seja, o cumprimento dos débitos do que era de competência da Chesf que foi a causadora de toda essa reviravolta da nossa vida, você hoje tá na frente das negociações amanhã já num é mais você é outra pessoa você, você deixou tudo aqui e amanhã já vem outra pessoa aí começava o processo tudo de novo como esta agora e mesmo com o mesmo governo que nós ficamos oito anos com FHC né e essa questão política afetava muito isso aqui afetava não ainda afeta até que melhorou um pouco depois morreu esse último prefeito daqui, ele era um cara trabalhador mas era muito perseguidor, ou seja, se você tivesse do lado dele você tinha tudo e o restante morresse então eu acho que isso num é um bom governo para o município se você governa tem que governar pra todos, a exemplo disso ele tem um lote de uma granja lá na Apolônio Sales, e aquele projeto estava em dialogagem onde ele tinha toda condição de...</p>
19	Não fala	[...] mas foi muito feio, muito triste, minha casa tinha principalmente buganville no quintal e quando começou a	foi uma cena muito dolorosa, dia 06 de março de 1988, foi a última missa e o dia em que a sede foi	No início foi o significado ruim ,que foi a saudade as lembranças, foi aquela tristeza de ver a terra da gente, a terra que a gente nasceu, faz parte integrante da vida da gente

		<p>subir a água quando eu olhei só sabia onde era a casa pois já tinha passado o trator.?</p> <p>Vi a minha casa derrubada e a água já bem adiantada porque ela foi bem tranqüila, não foi de vez, foi aos poucos, e quando vi a minha casa só conheci por causa das minhas plantinhas.</p>	<p>transferida, foi assinada.</p> <p>A gente trancou a Igreja, fiz uma procissão bonita dela pra cá, eu chorei tanto sabe, eu não consegui assistir a missa [...]Não tava a cidade toda destruída, a igreja quiseram destruir mas a gente não deixou e quando terminou o padre tirou a chave deixou aberta e jogou a chave entro de casa. Ainda não tinha toda essa água quando a gente saiu, foi só com um dois dias depois.</p>	<p>e aos poucos, se destruindo, era como se fosse um corpo humano que fosse mutilado aos poucos e na saída eu senti uma dor tão grande no coração, apertava tanto que eu pensava que ia ter um infarto</p>
20	Não se refere à paisagem natural	<p>O sentimento foi uma mescla de tristeza e perspectiva de uma vida melhor no entendo a saudade....(Choro)</p> <p>...(choro) eu tinha uma perspectiva de ver uma cidade crescer se desenvolver de ver uma condição de vida econômica e social pra população né de um modo geral melhor, agora com relação ao que documentar porque foi a terra que nasci,me criei mas a gente passou por muitos dessabores a barragem trouxe alegria e trouxe muita tristeza porque a gente via as pessoas que podai ter vivido mais [...] e por conta dessa [...]</p>	<p>A última missa , o último encontro da população dentro da igreja com a despedida de São Francisco de Assis a procissão com o santo na rua e o encerramento quando fecharam a porta da igreja definitivamente isso eu nunca mais esqueci, todos os momentos marcaram mas essa foi o que marcou mais porque a gente sabia que ali era o fim da cidade e depois de dois dias voltamos lá e a água já estava cobrindo a cidade a água já dentro da igreja e todo mundo saia de lá chorando era uma emoção muito forte...</p> <p>..." eles avisaram assim no</p>	<p>tiveram pessoas assim que não tinham sentimentos só se preocupavam com o dinheiro com a ânsia de vender e de indenizar e essas coisas trouxeram aborrecimentos, tristeza né então isso ficou aqui dentro então eu sinto muita saudade da velha cidade. Justamente porque ela trouxe muita alegria mas trouxe também desarmonia então isso marcou quem é jovem não mudou o modo de vida das pessoas de certa forma a minha vida mudou particularmente porque como eu disse a você eu era uma pessoa alegre assim descontraída eu era uma pessoa que era... eu ainda sou alegre porque a gente não muda totalmente me mas eu sinto que houve uma alteração na minha maneira de ser, né,minha maneira de agir e minha maneira de pensar [...]</p> <p>Eu fiz questão de ser testemunha de ver tudo porque eu sonhava assim já que eu ia sair de lá uma pessoa como eu como fui</p>

			<p>dia que iam começar a abrir as comportas pra água começou a descer lá de Sobradinho porque ficava representa a água né aí quando eles abriram basta dizer que com três dias depois a água tava no batente da casa que eu morava eu ainda vi a água entrando dentro da minha casa, foi uma cena triste, muito triste, chorei muito angustiada, no momento me deu muita tristeza, as outras casas derrubadas e vi minha casa começando a cair assim já tinha derrubado o quintal, o quintal não o jardim que ela tinha um jardinzinho na já tinham roubado partes que a gente ia tirar pra dar a alguém ou usar e carregavam né, vi a minha casa já entrando água dentro dela mesmo ela ainda inteira e essa imagem ficou na minha cabeça.</p>	<p>professora, entendia, sabia que era um motivo para beneficiar uma grande coletividade, uma grande comunidade da nossa região do nordeste, sofrida, angustiada. Mas tudo bem e as esperanças nossa era que invés de trazer tristeza deveria ter trazido mais alegria num instante para mim não trouxe muita alegria, não porque eu sou uma que não penso só em mim eu penso na comunidade, então hoje eu vejo as pessoas que deveriam ter uma vida melhor e que não tem por causa da construção da barragem, vi muitos velhos morrerem não porque eles não diziam a gente mas as pessoas idosas que sentiam saudade eu acho que isso acelerou o processo de tristeza de tudo e ainda hoje tem gente da cidade que quando se encontra com as pessoas da minha faixa de idade que me viram criança falam conversam muito sobre isso, recordam a aquele diz e as festas de São Francisco, as festas lá. No clube de Petrolândia que eram umas festas alegres, bonitas e organizadas.</p>
21	falta			
22/23/24/ 25/26 coletiva	<p>[Apenas o 23 viu o alagamento] “Eu ia mais menininho, um companheiro, nós vinha só, a água subindo e aqueles povo nas casas pegando cama, pegando “sagui”, pegando tudo, pegando os bichinhos. [...] Foi., eu vi o movimento[...]. A gente tirou os bichinhos[...].” (entrevistado 23)</p>	<p>P- O sentimento a gente tem, não é? porque uma coisa que vem de quando, do tempo de Dom Pedro, que a cidade de Petrolândia é velha, do tempo de Dom Pedro. E ver as água cobrindo sem o cabra ter o que</p>		<p>P- A minha mesmo melhorou. E- Melhorou? A de vocês...? P- E eu não tenho quem ta me mandando não. Eu mesmo faço o que eu quero na roça. F- É. [...] Vai no dia que quer. Bebe cachaça e vai no dia que quer.</p>

	<p>[...] O lugar que a gente morava era muito bom, a gente sentimo por isso. A gente diz: oh, meu Deus! A gente sair de um lugar tão tranqüilo desse e pra onde a gente vai, será que a gente vai ter a mesma tranqüilidade que nós tinha aqui. [...] P- Mas graças a Deus, a maioria, o pessoal que mora nessa agrovila aqui, os que não é parente, mas é pouco os que num mora aqui que não é parente...</p>	<p>fazer. Quem morava ali dentro sente sentimento, não sente? E grande.</p>		<p>P- É. P- E cachacinha(frase incompreensível). (Risos). P- Pra nós aqui ta bom, graças a Deus.</p>
27	<p>Não fala</p>	<p>Eu assisti tudo. A água chegando, vinha aos poucos, sabe? Aquelas casas, o pessoal derrubando atrás de material. A gente num sabia nem quem era, entravam nas casas e tiravam, tipo assim, basculhante, arriscado até,...até uma dia eles começara a derrubar e meus filhos eram pequenos e começaram a brincar de derrubar casa também, né? Era muita coisa. Você vê assim, os ratos no meio da rua correndo. [...] Eu ainda me sentava assim, meu pai velho e meu pai parece que não queria sair, sabe? Então a gente sentava na calçada e vendo só os caminhões passando com aquelas mudanças. Tinha pessoas que achavam até divertido. Mas no meu coração eu sentia uma tristeza vendo aquele povo saindo. Chegava aqueles caminhões da CHESF e eles colocavam as cima de todo jeito e levava. Era uma tristeza. Eu ficava na calçada só olhando.</p>	<p>O que me marcou mais foi essas cobras, esses bichos, era preá, rato, era assim, a água tava chegando e esses bichos na beira do rio e uns homens pegando numa rede e levando pra colocar em outro ambiente pra que ele não morressem. Mas mesmo assim morreram muitos. Então a imagem que mais marcou foi isso. Eu ainda fui na igreja com a água dentro da igreja. Eu fui olhar. Eu tenho uma foto, eu em cima do cruzeiro, assim, um cruzeiro que tinha na frente da igreja e água arrodando assim, todinha. Pronto! Eu fui aqui, eu passei por dentro dessa água, andando aqui, era rasilho, eu passei, fui lá no altar e tirei uma pedra do altar. No altar tinha umas pedras envernizadas, né? E eu fui lá tira uma pedrinha e</p>	

		<p>Meu pai ficava comigo e os meninos brincando. Aí começou a ficar bem pouquinha gente, deserto. Aí eu fui olhar até onde a água já tava. Aí atrás lá de casa tava naquela praça e junto com aquela água vinham cobra e rato. Era uma tristeza, a gente num esquece nunca o que se passou. Uma coisa horrível. Aí eu disse: vamo ter que ir embora e chamando pai...</p>	<p>escrevi meu nome na parede. Eu tenho um pouquinho da terra de Petrolândia guardada. De qualquer forma isso aqui era horrível. Vinham umas pessoas de fora porque diziam que tinha dinheiro aqui, pessoas que não tinham como viver aqui. Não tinham parentes e nem tinha trabalho. Eles vinham pra qui, levantavam um barraco desses de lona e ficavam...</p>	
28 e 29	<p>L- Inundou , as que tinha na beira do rio, só não inundou as daqui da fazenda. [...] bom, muita gente só saiu porque obrigada, eu não, eu não morava na beira do rio[...] [E o senhor?] F- O negócio não era muito bonito não, a senhora ver a água descendo o canal, ela voltando, batendo nos tambor daqueles, só subindo e entrando nas partes baixas e inundando tudo, o que você tinha plantado de bananeira, goiabeira, toda fruteira, você só ver a água ir cobrindo, cobrindo e aquilo em poucos dias desaparecer [...]. Não era bom não. E o senhor tava sempre lá vendo? Todo dia nós tavam lá. Homem é forte né? Mas não era bom não. Doía? Doía.</p>	<p>L- Não vi.</p>	<p>Primeiro alagou lá (na cidade) do que aqui [...] um dia pegamos o carro de um irmão meu nós fomos pro Icó , vamos lá onde era a igreja ai nós foi que um sobrinho meu passou e contou pra nós a cena eu fiquei horrorizado, assim que nós saímos, que nós tava sentado fomos perto da subestação ai a igreja arriou, se nós tá lá nessa hora .</p>	

30	<p>“Não aqui num alagou não[...] é que eu nasci e me criei na fazenda né e veio isso essa barrage e foi obrigado a gente indenizar , ainda o preço que eles quiseram e a gente sair bem dizer perder o que tinha né que a gente vivia na fazenda da gente ai a saudade que a gente sente é isso né da fazenda da pessoa ,né da terra [...] no tempo que eu vivia lá vivia sossegado hoje aqui vige Maria é tanta zuada e tanta coisa ruim nessa agrovila que você nem imagina [...]</p>		<p>Ai não tem o que lhe responder! [...] É porque a gente vê uma coisa né ai fica impressionado? O que eu me lembro é assim, é que a gente chegava na beira do rio onde tava acostumado ver terra seca e via água subindo chega fumaçava e tinha que passar se não ficava afogado.[E dava medo?] Dava, ave Maria! se tivesse uma ilha e água chegasse ou sabia nadar ou saia ligeiro se não morria [...]</p>	<p>“Saudade é que eu nasci e me criei na fazenda né e veio isso essa barrage e foi obrigado a gente indenizar , ainda o preço que eles quiseram e a gente sair bem dizer perder o que tinha né que a gente vivia na fazenda da gente ai a saudade que a gente sente é isso né da fazenda da pessoa ,né da terra... [...]. no tempo que eu vivia lá vivia sossegado hoje aqui vige Maria é tanta zuada e tanta coisa ruim nessa agrovila que você nem imagina...você tá aqui com um pouco ta a notícia “mataram um em tal canto”...balearam outro, mataram dois acolá é assim o rojão, antigamente num tinha isso ai[...]”</p>
31	<p>Não falou</p>	<p>Foram matando assim a comunidade, sufocando, a gente vendo a água subir, algumas pendências e com 7 dias tivemos que vir pra cá de vez...eles protelaram, ainda hoje tão devendo coisas. (a esposa) Eu não desejo a ninguém a sua cidade acabar como aqui, porque a gente não acreditava, todo mundo dizia que vinha essa barragem , mas a gente não acreditava de jeito nenhum , mas quando foi pra sair de Petrolândia pra vir pra aqui, ai de vez em quando eu ia lá gravava um pouquinho, quando eu chegava lá, porque a gente saiu por último de lá , que via tudo desmoronado , eu chorava tanto que a máquina</p>	<p>A única que marcou mais foi eu ver minha casa onde eu criei meus filhos eu vi a água cobrindo [...]</p>	<p>Não falou</p>

		filmava doida, teve um dia que foi até a polícia quem me segurou pra eu não cair , que eu botei a chorar [...] Foi uma tristeza imensa! Os comentários que lá se dizia é que aqui seria uma cidade fantasma , que não ia se desenvolver, esse sentimento deixava as pessoas muito preocupadas..		
32	Não viu	Não viu	Não me impressionei com nada assim. Pra mim tudo é normal! A gente botou na cabeça que ia acontecer mesmo[...]	H- Vida nova. M- Não é? [...] a gente se preparou como quem fosse casar. [...] A gente ia ter que fazer mesmo, não é? Pra que fazer a pulso.
33	Não fala	Não viu.	Tudo tranquilo	“Tinha sim a esperança de prosperidade, prosperar a cidade. De quando eu cheguei aqui pra hoje tem diferença de mais de 100%”.
34	inválida			

APÊNDICE O – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

ENTREVISTA – POPULAÇÃO URBANA E RURAL RELOCADAS

1 CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Data da entrevista:

Hora:

Nome

Endereço

Telefone para contato

Sexo:

Naturalidade :

Data de nascimento

Grau de instrução

Religião

Profissão

Zona Urbana

Servidor público
Empresa privada
Comércio
Indústria
Serviços
Artesanato
Autônomo
Prof. liberal
Outros

Zona Rural

pequeno proprietário
posseiro
arrendatário
parceiro/ meeiro
trabalhador sem terra (assalariado ou diarista)
Outros

2 CARACTERIZAÇÃO DA VIDA ANTES DA UHE DE ITAPARICA

A MORADIA

1. Possui alguma fotografia do local onde morava?
2. Como era o local onde ficava sua casa? (descrição dos aspectos naturais, artificiais e culturais d local da sua moradia) vegetação, fauna, as construções do local, os costumes)
3. Como era a casa em que morava? (n° de cômodos, terraço, quintal, jardim)
4. Quais os tipos de materiais utilizado na construção da casa ? (telhado, paredes, piso)
5. Como era a infra-estrutura? (água, energia, esgoto, coleta de lixo)
6. Qual era a área (tamanho) da sua casa?
7. A que distância ficava da escolas, da assistência médica, mercados, feiras e comércio?
8. Como era o acesso para sua moradia? (estradas)
9. A que distância ficava do rio?
10. Como você utilizava o rio? (como lazer, trabalho, para contemplação)
11. Há quanto tempo você morava no local?
12. A quem pertencia a casa ?
13. Você nasceu e se criou no lugar onde morava?
14. Seus avós e pais também moravam na cidade?
15. Morava próximo a vizinhos e parentes? (a que distância aproximadamente)
16. Em que ocasiões costumavam se encontrar? (festas, trabalho coletivo, outros)
17. Você participava de alguma atividade comunitária? cultural, religiosa (terço, novena, procissão), associação de moradores ou cooperativa)
18. Como se sentia no local onde morava?
19. O que era mais importante para você naquele local?
20. Qual era o local que você mais gostava?

O TRABALHO

21. Qual era a sua atividade profissional antes da construção da UHE de Itaparica?
22. Como aprendeu essa profissão?
23. Possuía algum vínculo empregatício? (autônomo, empregado)
24. Quantas horas trabalhava por semana?

25. Qual era a distância para o local de trabalho?
26. Qual era a sua renda mensal aproximadamente?
27. E qual era a renda familiar?
28. Você tinha alguma alternativa para aumentar a sua renda mensal? (pesca, caça, artesanato, etc)
29. Você participava de alguma cooperativa, associação, sindicato ou trabalhava com a família? Qual?
30. Como se sentia em relação ao seu trabalho? (o que era bom e o que era ruim)

3 CARACTERIZAÇÃO DA VIDA APÓS O ENCHIMENTO DO RESERVATÓRIO DA UHE DE ITAPARICA (A MUDANÇA DO PONTO DE VISTA INDIVIDUAL)

A MORADIA

Pede licença para tirar foto da casa

31. Como era o local logo após o remanejamento? (descrição dos aspectos naturais, artificiais e culturais da cidade)
32. Como era a nova moradia? (área, nº de cômodos, janelas, terraço, jardim, quintal, etc)
33. Quais os tipos de materiais utilizado na construção da casa?(telhado, paredes e piso)
34. Como se sentiu quando se mudou para a nova moradia?
35. A que distância a sua casa fica de escolas, da assistência médica, mercados, feiras e comércio?
36. Como é o acesso para o local? (Estradas)
37. Qual a distância de sua casa para o rio?
38. Como passou a utilizar o rio depois da mudança?
39. Como era a infra-estrutura do local? (água, esgoto, energia, coleta de lixo)
40. Quando você foi relocado ficou próximo dos seus vizinhos antigos?
41. Você participa hoje de alguma atividade comunitária? (cultural, religiosa ou cooperativista)
42. Como se sente hoje vivendo no local?

TRABALHO

43. Em decorrência do remanejamento teve que mudar sua atividade profissional?
44. O que significou essa mudança na sua vida?
45. Você passou algum tempo sem trabalhar? Porquê?
46. Qual a atividade profissional que passou a exercer?
47. Foi preparado (capacitado) para exercer a nova atividade?
48. Quanto tempo durou esta preparação (capacitação)?
49. Recebeu ajuda financeira da Chesf enquanto era treinado?
50. Durante quanto tempo recebeu ajuda financeira da Chesf?
51. Quantas horas trabalha por semana atualmente?
52. Qual a distância para o local de trabalho hoje?
53. Sua renda aumentou em relação ao passado?
54. Você tem alguma alternativa para aumentar a sua renda mensal?
55. Você participa de alguma cooperativa, associação, sindicato ou trabalha com a família?
56. Como se sentiu em relação ao seu trabalho?

4. A MUDANÇA NA DIMENSÃO COLETIVA (a visão do todo)

57. Descreva o sentimento que você teve quando viu as águas do Rio São Francisco cobrirem a PAISAGEM (extensão territorial que se abrange num lance de vista) do local onde você vivia.
58. Você tinha informações sobre o que iria acontecer no local onde você morava e trabalhava?
59. De algum modo pode participar das decisões sobre o remanejamento da população residente em Petrolândia?
60. Descreva o seu sentimento quando viu a cidade de Petrolândia ficar submersa pelas águas do reservatório da UHE de Itaparica?
61. Qual a imagem mais forte que você tem na memória do alagamento da cidade de Petrolândia? Descreva.
62. O que significou para você mudar-se para outro local? (o que foi bom e o que foi ruim)